UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

ELAINE RIBEIRO DA SILVA DOS SANTOS

**SOCIABILIDADES EM TRÂNSITO: OS CARREGADORES DO COMÉRCIO DE
LONGA DISTÂNCIA NA LUNDA (1880-1920)**

SÃO PAULO,

2016.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

**SOCIABILIDADES EM TRÂNSITO: OS CARREGADORES DO COMÉRCIO DE
LONGA DISTÂNCIA NA LUNDA (1880-1920)**

ELAINE RIBEIRO DA SILVA DOS SANTOS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de doutor em História Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Maria Cristina Cortez Wissenbach

São Paulo,

2016.

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S237s Santos, Elaine Ribeiro da Silva dos
Sociabilidades em trânsito: os carregadores do
comércio de longa distância na Lunda (1880-1920) /
Elaine Ribeiro da Silva dos Santos ; orientadora
Maria Cristina Cortez Wissenbach. - São Paulo, 2016.
335 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de História. Área de concentração:
História Social.

1. Carregadores. 2. História Social do Trabalho.
3. Comércio de Longa Distância. 4. Lunda. 5. África
Centro-Occidental. I. Wissenbach, Maria Cristina
Cortez, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, à Cristina Wissenbach, minha orientadora, agradeço por todos estes anos, mais especialmente pelos que virão, pois você ajudou a me preparar para eles.

Meus agradecimentos também a professora Eugénia Rodrigues, que por duas vezes me recebeu em Lisboa e muito me ajudou com a pesquisa nos arquivos da cidade. À professora devo a oportunidade de ter encontrado parte substancial das fontes que utilizei neste estudo.

Também de Lisboa, agradeço à diretora do Museu da Sociedade de Geografia, doutora Manuela Cantinho, que igualmente me recebeu por duas vezes e com ela pude conversar longamente sobre a pesquisa.

Desejo agradecer à professora Lucilene Reginaldo, que muito contribui com minhas pesquisas desde a época do mestrado.

À professora Leila Hernandez, também meu muito obrigada, pelas aulas, pelas sugestões bibliográficas, pela importante contribuição à minha pesquisa e, especialmente, pela amizade.

À professora Patrícia Teixeira dos Santos, que tem me acompanhado no meu percurso acadêmico e profissional. Muito obrigada por sua amizade.

À professora Rita Chaves agradeço por suas aulas desde a graduação.

Aos meus colegas de trabalho da Universidade Federal de Alenas, especialmente aos professores André Luiz Sena Mariano, Juliana Miranda Filgueiras e Luiz Antonio Sabeh. O professor Sabeh foi quem me substituiu nas tarefas da universidade. Agradeço a ele a oportunidade de me afastar por três semestres letivos para terminar esta pesquisa.

Em especial, agradeço ao meu grande parceiro de trabalho, o professor Romeu Adriano da Silva. Com ele aprendi muito sobre a nossa profissão. Minha trajetória na Unifal e em Alenas seria outra sem a sua presença marcante.

Nesta seara alfenense, agradeço imensamente aos meus alunos do curso de licenciatura em História da Unifal. Muitas ideias apresentadas neste texto só foram

possíveis a partir de questões que vocês me colocaram. Tenho certeza de que melhorei como pesquisadora quando iniciei minha carreira docente ao lado de vocês.

Obrigada especialmente aos queridos e queridas: Ana Paula Sanção, Jemima Rodrigues, Ana Julia Godinho, Julia Cristina de Souza, Natalia Mathia, Gilsimara Bueno, Henrique Félix, Letícia Stetter, Mayara Torroglosa Di Salvo, Evandro Cassimiro de Moraes e Lalaine Rabelo.

Às queridas amigas Elisangela Mendes Queiroz, a Elis, Carolina Maíra Moraes e Raquel G. A. Gomes. Obrigada pelos longos bate-papos via rede social que me ajudaram na pesquisa, mas, principalmente, não me deixaram sentir falta de casa no longo tempo em que estive fora.

Por fim, agradeço ao Marcio Granado dos Santos e à Santina Ribeiro. Vocês sabem que sem vocês pouco ou quase nada teria feito para chegar até aqui.

Agradeço aos funcionários das seguintes instituições:

Instituto de Investigação Científica Tropical,

Centro de História da Universidade de Lisboa, especialmente ao professor José da Silva Horta.

Arquivo Histórico Ultramarino, com especial agradecimento ao doutor Carlos Almeida, que em 2013 muito me ajudou.

Sociedade de Geografia de Lisboa, especialmente à antropóloga e secretária Helena Greco.

Museu Antropológico de Coimbra, aqui uma menção especial a doutora Maria do Rosário Martins e a pesquisadora Tânia Madureira, que me receberam muito bem e contribuíram com material para a minha pesquisa.

Biblioteca Nacional de Portugal,

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro,

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,

Biblioteca Florestan Fernandes da FFLCH-USP

Agradeço ainda ao Núcleo de Apoio à Pesquisa Brasil-África (NAP-Brasil África) pela bolsa concedida para realizar pesquisa em Lisboa, entre abril e junho de 2013.

Também ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, que financiou meus trabalhos em Lisboa por dez meses no ano de 2015.

E, por fim, agradeço à Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG por ter me liberado para realizar os estágios de pesquisa acima referidos.

RESUMO

Sociabilidades em trânsito: os carregadores do comércio de longa distância na Lunda – 1880-1920

Este é um estudo sobre os grupos de carregadores das caravanas do comércio de longa distância na Lunda, em fins do século XIX e início do XX. O objetivo principal é argumentar que esses trabalhadores foram responsáveis pela movimentação da engrenagem do comércio regional no espaço que atualmente compreende o nordeste do território de Angola. Sua importância decorreu do conhecimento especializado que detinham, sem o qual não seria possível a circulação de mercadorias e informações por vastas regiões. O estudo levou em conta os elementos organizadores das caravanas de comércio: diferentes grupos de carregadores, papéis sociais e hierarquias, produtos transportados e itinerários percorridos. O exame destes aspectos possibilitou observar o dinamismo do comércio de longa distância, com o qual se conectavam os negócios internacionais. Em um contexto finissecular, marcado pela pressão da “era dos impérios”, porque sabiam fazer, os carregadores foram um elemento essencial do comércio de longa distância, muito importante para a vitalidade das sociedades da Lunda.

Palavras-chave: Carregadores; História Social do Trabalho; Comércio de Longa Distância; Lunda; África Centro-Occidental.

ABSTRACT

Sociabilities in transit: long distance porters and the trade in Lunda, 1870-1920.

This study is about long distance porters and the trade in Lunda between 1870 and 1920. I argue that porters played a very important role in the operation of regional trade, being responsible for moving goods and informations in very distance areas. My analysis covers several elements: how porters articulated trade caravans, how they organized themselves in different groups permeated by different social hierarchies, the variety of transported goods and trade routes. These elements reveal the dynamism of long-distance trade - extremely important to the vitality of Lunda societies.

Keywords: Porters; Social and Labour History; Long-distance Trade; Lunda; Central Africa

SUMÁRIO

Agradecimentos

Resumo e Abstract

Siglas, abreviaturas e grafia

Introdução -----	p. 13
Capítulo 1 – “Tarefas diárias de pessoas comuns” -----	p. 30
Capítulo 2 – Carregando mukanda: o papel escrito no comércio caravaneiro da Lunda -----	p. 95
Capítulo 3 – Vínculos sociais de responsabilidade na vida em caravana -----	p. 142
Capítulo 4 – Evidenciando sociabilidades por meio dos “objetos em viagem” --	p. 176
Considerações finais -----	p. 216
Fonte e Bibliografia -----	p. 222
Apêndice I – Quadro Proveniência, região e chefado das peças analisadas em Arte Decorativa Cokwe de Marie-Louise Bastin -----	p. 240
Apêndice II – Transcrição dos documentos relacionados ao trabalho dos carregadores da Expedição Portuguesa ao Muatiânvua -----	p. 260

SIGLAS, ABREVIATURAS E GRAFIA

Siglas

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

BNRJ – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

BSGL – Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa

DGU – Direcção Geral do Ultramar

EIC – Estado Independente do Congo

IICT – Instituto de Investigação Científica Tropical

SGL – Sociedade de Geografia de Lisboa

SEMU – Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar

Abreviaturas

Descrição - CARVALHO, Henrique A. D. **Expedição Portuguesa ao Muatiânvua 1884-1888**: Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua. Lisboa: Imprensa Nacional & Typographia do Jornal As Colónias Portuguesas, vol. I: de Loanda ao Cuango, 1890; vol. II: do Cuango ao Chicapa, 1892; vol. III: do Chicapa ao Luembe, 1893 e vol. IV: do Luembe ao Calanhi e regresso a Lisboa, 1894.

Ethnographia e História - CARVALHO, Henrique A. D. **Expedição Portuguesa ao Muatiânvua**. Ethnographia e História Tradicional dos Povos da Lunda. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890.

Grafias

Cokwe - Quioco

Kakwat - Cacuata

Kaungula - Caungula

Kasanje – Cassange, Cassanje

Kibese ou Kibesa - Quibessa

Kwangu – Cuango, Coango

Kwengu – Cuengo

Kwilo - Cuílo

Kibuka - Quibuca

Mbangala – Imbangala, Bangala, Bangla

Muhamba – Moamba, Muamba

Mukanda - Mucanda

Mukanu – Mucanu, Mocano

N'zovo - Anzovo

Shinje – Xinje, Xinji, Chinge

Optei por manter a grafia original das fontes nas citações feitas ao longo do texto.

**Comitiva de negociadores de borracha, 1905.
Fotografia do alferes de infantaria José de Velloso de Castro.**

Arquivo Histórico Militar. PT/AHM/FE/CAVE/VC/A10/0604. Disponível em:
<http://arqhist.exercito.pt/details?id=158732>. Acesso em: outubro de 2015.

INTRODUÇÃO

Desde quando iniciei meus estudos em História da África, uma preocupação constante foi procurar estudar a história das sociedades do continente na perspectiva de seus habitantes, isto é, "na perspectiva africana".

Esta é uma preocupação porque constitui-se como um desafio epistemológico, devido especialmente a uma produção de conhecimento etnocêntrica que avalia as experiências históricas africanas a partir de textos, conceitos e visões de mundo exteriores aos africanos.¹

Alguns especialistas escreveram sobre a questão.

Cito aqui o filósofo beninense Paulin J. Hountondji, que argumenta que a investigação sobre África ao longo do tempo teve e ainda tem a tendência de responder questões que são do interesse de um público não africano e, além do que, pressupõe que os africanos não têm consciência de sua própria sabedoria ou filosofia, cabendo assim aos investigadores ocidentais a sistematização desse conhecimento.²

¹ Escrevo etnocêntrica em vez de eurocêntrica porque acredito que atualmente os desafios epistemológicos estão para além da produção de conhecimento na e pela Europa. A questão aqui é propor uma reflexão sobre os diferentes aportes teóricos que produziram e ainda produzem conhecimento a partir de demandas específicas, que muitas vezes são exógenas às demandas africanas. Talvez possamos incluir nesta reflexão o debate político e acadêmico a respeito da lei 10.639/03, que instituiu no Brasil a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afrobrasileira e africana. Claro faço esta observação não com a intenção de refutar a referida lei, mas para alertar para a necessidade de aprimorarmos nossa compreensão a respeito dos desafios que temos quando escolhemos investigar e lecionar a respeito de temáticas africanas.

² HOUNTONDJI, Paulin J. Conhecimento de África, conhecimento de africanos: duas perspectivas sobre os Estudos Africanos. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais. Centro de Estudos Sociais.** Laboratório Associado da Universidade de Coimbra. Março de 2008, p. 151 e 157. Especificamente sobre o interesse europeu que "confere à etnologia uma função filosófica", Elungu P. E. A., filósofo da República Democrática do Congo, argumenta que existem duas posturas principais: "aqueles que se sentem aterrorizados pelo desenvolvimento recente da ciência, a par das transformações que o mesmo acarreta na esfera social e moral, na sequência de uma industrialização célere e infindável. (...) Para esses europeus atemorizados com a cultura sem natureza, a salvação parece residir no regresso à natureza. (...) O mito do 'bom selvagem' de J.J. Rousseau sempre pairou sobre a Europa industrializada, a Europa no apogeu do seu poder sobre as coisas e, infelizmente, sobre os restantes homens do mundo também. Na óptica desses nostálgicos, a descoberta das sociedades sem história, sem logos, sem cultura, representa, em pleno século XIX e século XX, o ensejo de uma existência sempre natural, a possibilidade de um refúgio para o civilizado". A segunda postura refere-se aos "defensores da civilização industrial contemporânea e do seu espírito. O desígnio do homem consiste em dominar a natureza através da sua humanização; por outras palavras, humanizar a natureza significa deslindar todos os segredos e submetê-la à acção da tecnologia,

Portanto, e mesmo por não ser africana, minha busca por um protagonismo africano na produção de conhecimento passa pelo desafio epistemológico de aprender *sobre e com* os agentes históricos que escolhi estudar.³

Tomo como importante para essa aprendizagem *sobre e com* os africanos os carregadores do comércio de longa distância na Lunda, região da África centro-ocidental.

Produto de um processo de longa duração caracterizado por relações de poder entre agentes de diferentes origens continentais, os carregadores contribuíram ativamente, com sua força de trabalho, para o desenvolvimento de uma estrutura comercial, da qual o comércio atlântico muito se beneficiou, desde o século XVI.

A presença de grupos de homens, mulheres e crianças envolvidos no trabalho de transporte foi tão constante que a sua representação cruzando caminhos entre savanas e florestas e atravessando cursos d'água aparece em diferentes textos escritos e imagéticos: desde os primeiros relatos de viajantes europeus do século XVI aos livros e filmes de aventuras do século XXI.

No entanto, na maioria das vezes esta representação é estereotipada e carregada de intenções civilizacionais e por isso é sempre necessário analisá-la. Abordarei aqui a produção do século XX.

Em **The New Adventure of Tarzan**, filme de 1935, por exemplo, a representação dos carregadores vem emoldurada pela natureza pujante, pois, segundo o discurso subjacente na película, os carregadores a ela pertencem. Só o

de molde a torná-la apta para satisfazer necessidades cada vez mais vastas, numerosas e refinadas. (...) Muito simplesmente, trata-se do espírito da Europa triunfante e soberana, da Europa do domínio colonial. O processo conducente à subjugação das coisas e dos homens é sempre o mesmo; os conhecimentos científicos levam às manipulações de ordem técnica. Exigiu-se à etnologia a totalidade dos conhecimentos científicos acerca dos africanos e das suas sociedades; com base nesses conhecimentos, recomendar-se-á ao Estado, às empresas econômicas e às missões tacto na manipulação dos primitivos, os quais, para efeitos de implementação da civilização, deverão sofrer um processo de igualação face aos colonizadores. Por conseguinte, o mito do regresso à natureza poderá coexistir, paradoxalmente, com o mito da missão civilizadora do Ocidente". P.E.A., Elungu. **O despertar filosófico em África**. Luanda; Ramada: Edições Mulemba da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto; Edições Pedagogo, 2014, p. 17-19. (Coleção: Reler África)

³ Parafraseando a professora Leila Hernandez, "o propósito é aprender com os africanos". Este foi um dos objetivos do curso "Elites africanas, a circulação de ideias e o nacionalismo anticolonial", oferecido pela professora no departamento de História da Universidade de São Paulo, entre setembro e dezembro de 2014.

"homem branco" consegue dominá-la e, por conseguinte, dominar os carregadores e sua força de trabalho.

A sequência do filme que me mencionarei tem aproximadamente 13 minutos.⁴ Nela são apresentados os carregadores caminhando entre flora e fauna e atravessando cachoeiras. Carregadores e natureza se entremeiam na cena, ora são mostrados o espaço físico e os animais, ora é mostrado, em um plano aberto, um grupo de pessoas, cada qual com uma carga aos ombros. Por meio da lente, o grupo compõe uma grande fileira humana amorfa e sem personalização. Por vezes, só se destacam duas figuras, com suas roupas, chapéus e armas de aventureiros europeus.

A sequência tem seu auge com o aparecimento de um leão que ataca um dos homens brancos. Um dos carregadores corre para tentar ajudá-lo, mas é inútil com sua lança. Quem domina a fera é o homem branco, Tarzan, que usa a força de suas mãos, desenvolvida no espaço não civilizado, que, na ocasião, aparece para defender a civilização.

Teresa Castro afirma que "os africanos encontram-se praticamente ausentes da série Tarzan. Interpretados por actores americanos, os raros africanos de Tarzan resumem-se quase sempre ao papel de carregadores, fazendo parte do cenário, ao mesmo título que as plantas e os animais exóticos".⁵

Assim, nos projetos cinematográficos das primeiras décadas do século XX, os carregadores passaram a cumprir uma dupla função, "na frente e por trás das câmeras": apareciam nos filmes como alegorias da paisagem fílmica e ainda trabalhavam no transporte da parafernália cinematográfica.

Bem documentada, neste sentido, é a gravação de **Trade Horn**, de 1931, primeiro filme sonoro de Woodbridge Strong Van Dyke II, cineasta estadunidense, também responsável por **Tarzan, o homem macaco**, de 1932.

⁴ Sequência entre os minutos 07:20 e 20:00. KULL, Edward A. **The New Adventures of Tarzan**. Burroughs-Tarzan Enterprises Inc., 1935.

⁵ CASTRO, Teresa. Tarzan e as transparências. A alteridade etnográfica e as políticas do espaço e do tempo. In: FARIA, Nuno et al. **Imagens Coloniais**. Revelações da Antropologia e da Arte Contemporânea. Cadernos Centro Internacional das Artes José de Guimarães (CIAJG). Guimarães: A Oficina, CIPRL, Sistema Solar (Documenta), 2014, p. 100.

O longa-metragem é baseado no livro da escritora sul-africana Ethelreda Lewis, que narra a história de Alfred Aloysius Horn (1861-1931), caçador de elefante e mercador de marfim. O filme foi gravado ao longo de quase um ano no Quênia, em Uganda e no Congo belga.

A equipe do filme, que incluía os atores e o pessoal técnico, contava com "cerca de trezentos trabalhadores africanos (quase todos quenianos) [que seguiam] um gerador de várias toneladas, transportando lâmpadas, um laboratório portátil e outros materiais". Esta equipe percorreu "22 mil quilómetros, [atravessou] cinco colónias europeias e [chegou] a construir estradas [necessárias para a travessia do material filmico] onde as mesmas não existiam".⁶

"Muito perto de uma fantasia genocidária, onde os corpos negros [caíam] como moscas", esta é a descrição do filme feita por Philip J. Ethington, professor da Universidade da Carolina do Sul, que estudou o processo de produção de **Trade Horn**.⁷

Embora a ideia nestes filmes fosse realizar um "retrato fiel da natureza africana", a paisagem fílmica era sempre uma idealização do seu criador ou do diretor da película. Desta forma, a paisagem fazia parte do mundo diegético do filme: "um mundo singular, com as suas próprias leis e povoado de objectos (humanos, animais e objectos propriamente ditos), na maioria dos casos à imagem do mundo real, mas não necessariamente". Seja nas narrativas fílmicas, seja em narrativas de outras linguagens, a função do mundo diegético criado seria propor ou sugerir uma construção imaginária de si mesmo ao espectador.⁸

Assim, se o espectador basear sua visão somente pelos filmes supracitados, não conseguirá ir além de uma imagem de amorfia e despersonalização dos carregadores. São poucos, ou quase nenhum, os elementos que nos deixam perceber

⁶ Segundo Teresa Castro, "os créditos de abertura do filme agradecem aos oficiais do Território de Tanganyika (então um mandato britânico), o protectorado do Uganda (pertencente ao império britânico), a colónia (britânica) do Quênia, o Sudão anglo-egípcio e o Congo Belga". CASTRO, Teresa. *Tarzan e as transparências...*, 2014, p. 103.

⁷ Teresa Castro escreve ainda: "Philip J. Ethington recorda também que muitos animais foram mortos 'diante da câmara e para a câmara'. As imagens de animais selvagens constituem, de facto, uma componente importante do filme e talvez nunca a metáfora da câmara como arma predatória tenha sido tão concreta como quando a equipa abateu 'trinta e sete animais de grande porte num só dia'." CASTRO, Teresa. *Tarzan e as transparências...*, 2014, p. 103.

⁸ GARDIES, René. **Compreender o cinema e as imagens**. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2015, p. 98.

que os grupos de homens que caminham com suas cargas às costas em terrenos difíceis só conseguem realizar seu *trabalho-e-laboro* porque *sabem fazer*.

Para os idealizadores dos filmes, estes trabalhadores apenas realizam o que é de sua natureza fazer. Isto significa não a falta de consciência dos carregadores sobre os seus atos, mas o não reconhecimento de suas experiências por parte de quem os descreveu dessa forma.

Ainda assim, mesmo nestas obras, é possível ir além, o caráter intersticial presente no discurso dos seus criadores não deixa dúvidas quanto ao trabalho especializado dos carregadores.

Na história em quadrinhos "Tarzan dos Macacos", baseada na obra de Edgar Rice Burroughs, criador de Tarzan, o herói lidera um grupo de "guerreiros africanos" da "tribo [fictícia] waziri", que busca as "ruínas da cidade do ouro que os anciãos waziris lhe tinham descrito". Após aventuras e muitas lutas, no retorno do grupo, aparece a seguinte informação: não eram quaisquer pessoas que suportavam cargas nos ombros que conseguiam transportá-las de maneira eficiente.

Excerto da página da história em quadrinhos "Tarzan dos Macacos".⁹

⁹ Os textos que aparecem nos quadros são: primeiro quadro: "De pé, meus filhos! É... é um fantasma! Não, é Tarzan, o nosso chefe!"; segundo quadro: "Tarzan contou as suas aventuras, mostrando-lhes o metal amarelo que encontrara, e ao cair da noite, através do desolado Vale de Opar, os guerreiros de Tarzan dirigiram-se num passo estugado para a cidade... Fomos cobardes, Tarzan! Mas nunca mais te

A minha intenção nesta tese é destacar o contrário das narrativas fílmicas e seguir o interstício proporcionado pelos autores da história em quadrinhos.

Alguns especialistas também já destacaram o contrário das películas *hollywoodianas*, como é o caso da historiadora Beatrix Heintze, que se dedicou ao estudo das caravanas de comércio da região de Luanda para o interior angolano. Uma das conclusões mais interessantes a que chegou foi sobre a importância do papel dos carregadores como promotores da circulação de conhecimento e informações.

Para Heintze, as caravanas de carregadores ou a "internet do século XIX", como as chamou, cumpriam para além dos objetivos comerciais "um intercambio bastante mais alargado". Além disso, produtos, práticas e conhecimentos, vindos do litoral para o interior, mas não só nessa direção, eram "adaptados temporária ou definitivamente às realidades locais ou constituíam a base para as inovações culturais". Para que tal ocorresse importante era a circulação de notícias, informações e boatos promovida pelos carregadores e seus agregados, por vezes, numa "rapidez prodigiosa", escreve Heintze citando um cronista da época.¹⁰

Para a historiadora, assim como a *internet*, as caravanas de carregadores eram responsáveis pela transmissão de informações, porém nem todas confiáveis, como os boatos. Desta forma, toda informação poderia servir como arma política nas disputas entre as chefias africanas, que afirmavam seu poder através do controle da circulação de informações (verdadeiras ou falsas) sobre sua ancestralidade e ligações parentais.¹¹

abandonaremos!"; terceiro quadro: "Tarzan guiou-os até à câmara do tesouro, onde distribuiu a cada um dois lingotes, com cerca de quarenta quilos! Depois, tomaram o caminho de regresso... e a jornada foi lenta, porque aqueles altivos guerreiros não estavam habituados a servir de carregadores...". BURROUGHS, Edgar Rice; DUBOIS, Gaylord (argumento); MANNING, Russ (ilustrações). **Tarzan**. [S.l.]: Devir, D.L. 2003, p. 57. (Os clássicos da Banda Desenhada: 15)

¹⁰ HEINTZE, Beatrix. **Pioneiros Africanos**. Caravanas de carregadores na África Centro-Occidental (entre 1850 e 1890). Lisboa: Editorial Caminho, 2004, p. 381 e 386.

¹¹ Sobre a comparação com a *internet*, Heintze explica: "A importância que eu confiro precisamente a estes aspectos das caravanas de longa distância está patente na comparação com a *Internet*, sugerida no título, que não deve ser tomada demasiado à letra, mas que pretende sobretudo despertar a atenção. É que se nos abstrairmos da nova tecnologia e entendermos que a *Internet* sobretudo como um salto quantitativo da transmissão e divulgação de informações, em relação aos sistemas anteriormente utilizados, e como um reforço estrutural com consequências significativas para a rapidez e a intensidade da rede de comunicações, então não é, na minha opinião, uma heresia qualificar as caravanas de carregadores da África Centro-Occidental como "Internet" do século XIX nesta região. (...) Notícias e informações sobre

Para mim, a importância dessa conclusão está na organização do comércio regional, que com o impacto das novidades vindas do Atlântico, proporcionou *apropriações criativas e conscientes* por parte dos carregadores.

Integrados a estrutura sócio-comercial, carregadores e seus agregados tinham o entendimento de sua pertença às *sociedades caravaneiras em trânsito*, por isso é possível encontrarmos sua agência na organização diária do comércio e na divulgação de novidades (produtos, práticas, conhecimentos, informações políticas e boatos).

É exatamente esta agência que faz com que estejam sempre presentes no discurso ocidental, dos documentos europeus aos filmes *hollywoodianos*. Também é o que enseja as apropriações criativas que fazem de elementos externos.

O conceito de apropriação criativa destacado foi formulado por Edward W. Said para refletir sobre os processos de transformação de teorias produzidas em tempos e lugares específicos. Essa transformação só é possível devido ao entendimento específico de quem se apropria delas criativamente, com as condições de seu tempo e lugar. A esse processo Said deu o nome de afiliação.¹² Utilizo esta proposição teórica para me referir às *apropriações criativas e conscientes* que os grupos de carregadores da Lunda fizeram das novidades vindas com o comércio de longa distância, que no século XIX, estavam ligadas ao espaço Atlântico.

Num sentido semelhante, Leila Hernandez analisa as formas das narrativas africanas, constituídas "em contextos plurais e com temporalidades heterogêneas", a partir do conceito de apropriação criativa. O conceito formulado pelo pensador palestino enseja argumentar que o pensamento social africano não é um "mero entreposto de artefatos culturais derivado de modelos e categorias ocidentais de análise". É justamente este argumento de Hernandez que interessa ao meu trabalho. Mesmo que ideias e objetos tenham vindo com "a linguagem europeia e com a língua

o até então desconhecido passaram a ser mais rápidas e mais abundantes, ultrapassando cada vez mais as fronteiras transculturais". HEINTZE, Beatrix. **Pioneiros Africanos...**, 2004, p. 386.

¹² SANCHES, Manuela Ribeiro. Viagens da teoria antes do pós-colonial. In: -----, **Malhas que os impérios tecem**. Textos anticoloniais, contextos pós-coloniais. Lisboa: Edições 70, 2011, p. 9-43.

do colonizador", no movimento histórico houve uma apropriação criativa por parte dos agentes africanos a partir das suas próprias demandas.¹³

Desta forma, a análise das dinâmicas do comércio de longa distância a partir das experiências dos grupos de carregadores tem revelado uma agência também no que diz respeito aos contextos culturais europeus, como é a prática da escrita, inclusive no que diz respeito à sua materialidade, conforme discuto no último capítulo deste trabalho.

A partir de fontes produzidas por carregadores ou agentes a eles ligados e que estão entre os documentos portugueses, consigo perceber que o papel escrito teve uma importante função nos processos sociais e comerciais da região centro-ocidental do continente em fins do século XIX.

Em questões políticas e territoriais, a passagem de caravanas de carregadores por vezes só foi possível com a intervenção da escrita, a partir de bilhetes de passagem e contratos de comércio e de serviços. Chamados de mukanda, os papéis escritos eram entendidos por todos os envolvidos, independentemente de sua origem e estrato social e também do conhecimento da leitura e da escrita. Neste sentido, a escrita tomou diferentes funções: comunicava mensagens pelo texto escrito e pela materialidade da escrita no papel. As várias funções da mukanda são apreciadas no segundo capítulo intitulado "Carregando mukanda: o papel escrito no comércio caravaneiro da Lunda".

Assim, ao contrário de visões empobrecedoras a respeito dos carregadores e seus agregados, é importante reconhecer que estes trabalhadores tinham consciência de suas necessidades e inseriram no palco das relações, na medida de suas possibilidades, suas demandas a partir das novidades que vinham com o comércio de longa distância, como no caso da escrita.

É com este intuito que neste trabalho faço uma análise sobre os vínculos criados na vida em caravana, especialmente no capítulo 3, perguntando (a partir da provocação de Gayatri Chakravorty Spivak), "pode o subalterno falar?" e, ainda, falar

¹³ HERNANDEZ, Leila M. G. L. A itinerância das ideias e o pensamento social africano. **Anos 90**. v. 21, n. 40, dez. 2014, p. 195-225. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/46180> Acesso em: outubro de 2015.

sem que seja necessário à pesquisadora pretensiosa escrever que pretende dar-lhe a voz?

O tema do trabalho africano privilegiado nesta pesquisa faz parte de um percurso que venho seguindo desde os primeiros estudos durante a graduação em História, cursada na Universidade de São Paulo.

Na iniciação científica estudei grupos de canoeiros atuantes na região do Golfo do Benim, na época do tráfico atlântico de escravizados. A finalidade do trabalho foi identificar na documentação produzida por agentes do tráfico as trajetórias desses grupos. Nessa identificação emergiu o tema das configurações identitárias relacionadas aos ofícios, no caso à prática profissional da canoagem marítima por grupos específicos, como os Kru e os Minas da África ocidental.

Substanciais no comércio atlântico, os canoeiros foram encarregados, por sua grande perícia de navegação, pelo transporte de pessoas e mercadorias entre a costa e os navios ancorados ao longe, impedidos de aportarem próximos às praias devido as grandes turbulências do mar da região.

De modo geral, pude concluir que as interações históricas advindas do tráfico de escravizados não se limitaram a uma questão comercial, porque conformaram outros aspectos no cotidiano de diversos grupos que atuaram no espaço Atlântico. Ligados ao trato, o que quer dizer mantendo não só um relacionamento com traficantes, como também com autoridades africanas, os grupos de canoeiros – prováveis testemunhas dos sofrimentos dos humanos traficados e da formação das identidades malungas, no dizer de Robert Slenes – foram também responsáveis pelo comércio atlântico de miudezas e a circulação de plantas e conhecimentos africanos.

Dentre os grupos de canoeiros, destacaram-se os Minas, oriundos das áreas do entorno do Castelo de São Jorge da Mina, na Costa do Ouro, e os canoeiros Kru, originalmente instalados nas regiões entre os Cabos Mesurado e Lahou, espaços que atualmente compõem parte dos territórios da Libéria e da Costa do Marfim. Assim, a análise dos rótulos identitários Kru e Mina, pela lente conceitual do trabalho,

propiciou entender que estas designações são marcas identitárias que ressaltaram sobre os grupos que delas se apropriaram muito mais que características primordiais, como a língua, religião, estrutura social etc.

No processo histórico do Atlântico, estas configurações identitárias significaram a apropriação de designações estrangeiras (mina por conta do nome do forte português São Jorge da Mina e kru como corruptela da palavra inglesa 'crew' - tripulação) por homens com tradição de trabalho no mar, que pretendiam uma coesão social capaz de resistir à escravização e suprir, por meio dos seus trabalhos, a sobrevivência material de suas comunidades de origem.¹⁴

No mestrado em História Social, o tema do trabalho africano ressurgiu em uma nova frente. O objetivo foi estudar as sociedades localizadas na região centro-ocidental e mais ao interior do continente africano (com relação às comunidades canoieiras do litoral da África ocidental anteriormente estudadas) e inseridas no contexto pós-abolicionista do tráfico atlântico - um contexto finisecular em que 'novas' modalidades de recrutamento e de exploração de mão de obra africana foram testadas e colocadas em prática pelas nações imperialistas no seu avanço colonizador.

Com o discernimento da relevância do uso dos relatos de viagens como fonte historiográfica, propiciado na pesquisa sobre os canoieiros do Golfo do Benim, e apoiada numa bibliografia avalizada, a pesquisa de mestrado teve como fonte principal a obra *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua 1884-1888*, especialmente os quatro volumes da narrativa da viagem, chamados *Descrição da viagem a Mussumba do Muatiânvua* de Henrique Augusto Dias de Carvalho.¹⁵

¹⁴ Parte das conclusões dessa pesquisa foi publicada em: SANTOS, Elaine R. S. Nas engrenagens do tráfico: grupos canoieiros e sua atuação nos portos do Golfo do Benim. In: *Anais do XIX Encontro Regional de História*. Poder, violência e exclusão. São Paulo: Anpuh, 2008 [cd-rom]. A pesquisa de iniciação científica foi orientada pela professora Maria Cristina Wissenbach e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP.

¹⁵ *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua* é uma obra de oito volumes. Quatro deles referem-se à narrativa da viagem, que tem como subtítulo *Descrição da viagem à Mussumba do Muatiânvua*; um outro volume com o subtítulo *Ethnographia e História dos Povos da Lunda*; outro ainda, *Meteorologia, Climatologia e Colonização*: estudos sobre a região percorrida pela expedição comparados com os dos benemeritos exploradores Capello e Ivens e de outros observadores nacionais e estrangeiros: modo practico de fazer colonisar com vantagem as terras de Angola; e mais outro, *Método prático para fallar a língua da Lunda* contendo narrações históricas dos diversos povos. Todos estes volumes foram escritos por Henrique de Carvalho. Há também um volume escrito pelo farmacêutico Agostinho Sisenando Marques, que foi subchefe da expedição, subintitulado *Os climas e as producções das terras de Malange à Lunda*. Por

A partir destes quatro volumes em conjunto com outras fontes relacionadas à administração portuguesa na região - como a correspondência dos dirigentes políticos africanos e portugueses e as publicações de estadistas e intelectuais lusos - foi possível identificar as experiências dos trabalhadores africanos que atuaram na viagem à capital da Lunda como carregadores, vigias, cozinheiros e intérpretes.

Além de examinar experiências individuais e coletivas, como a dos *loandas*, o principal grupo de trabalhadores que acompanhou a expedição de Carvalho, foi possível investigar as diferentes formas de recrutamento e exploração dos trabalhadores africanos, expressas na legislação abolicionista portuguesa, bem como verificar nos interstícios do discurso colonizador as diferentes respostas dadas à elas por esses agentes históricos.¹⁶

Assim, nesta pesquisa em nível de doutoramento, intitulada *Sociabilidades em trânsito: os carregadores do comércio de longa distância na Lunda – 1880-1920*, pretendi dar continuidade a este conjunto de investigações sobre o trabalho africano.

O objetivo foi promover um estudo sobre as caravanas de carregadores do comércio de longa distância que circulavam pela Lunda no final do século XIX e início do XX, atentando para os seus elementos organizadores: grupos envolvidos, papéis sociais e hierarquias, produtos transportados e itinerários percorridos.

Com o exame destes elementos foi possível observar o dinamismo do comércio de longa distância, com o qual se conectavam os negócios internacionais.

Vários grupos sociais atuavam com funções específicas: além dos próprios trabalhadores do transporte de produtos, caçadores, artesãos, pombeiros e ambaquistas também se envolviam nos empreendimentos caravaneiros.

Com o avançar da segunda metade do XIX e a presença maior de agentes europeus nas regiões em torno do rio Kwangu e da Lunda, também sertanejos,

último, a expedição produziu ainda um álbum com fotografias do capitão Sertório de Aguiar, oficial português que era chamado por Carvalho de ajudante da expedição. O álbum conta com legendas manuscritas por Henrique de Carvalho. Com exceção do álbum de fotografias, todos os outros volumes têm como título Expedição Portuguesa ao Muatiânvua, isto é, fazem parte de uma mesma obra. Ver a referência completa destes volumes no final, em Fontes e Bibliografia.

¹⁶ A pesquisa de mestrado foi publicada em: RIBEIRO, Elaine. **Barganhando sobrevivências: os trabalhadores da expedição de Henrique de Carvalho à Lunda 1884-1888**. São Paulo: Alameda, 2013. A pesquisa de mestrado em História Social foi orientada pela professora Maria Cristina Wissenbach e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP.

representantes de firmas comerciais europeias, militares e exploradores eram atraídos cada vez mais pelo comércio de longa distância.

Para organizar este tipo de comércio, que atravessava regiões distantes, algumas soluções foram criadas ao longo do tempo pelas sociedades envolvidas, como mecanismos de regulação de vínculos e gestão de conflitos. Entre eles, contava todo um sistema de tributação que exigia dos caravaneiros pagamentos por passagem de caminhos terrestres e fluviais. Estas retribuições eram feitas em artigos de negócio e tinham um cunho político, porque significavam o reconhecimento do poder daquele a quem se pagava.

A produção antropológica chamou este tipo de obrigação de dádiva ou dom, sob o argumento de que a intencionalidade no ato de entregar uma dádiva era produzir alianças políticas (e também matrimoniais, como eram os casos de ambaquistas e sertanejos portugueses).¹⁷ Isto podia se dar nas "trocas entre chefias e diferentes camadas sociais" e contava também nas "relações pessoais de hospitalidade".¹⁸

De modo geral, as obrigações impostas pelas populações africanas deixavam os viajantes e comerciantes europeus bastante irritados. Henrique de Carvalho chegou a escrever que os presentes que entregava às autoridades africanas em nome de Muene Puto (rei português) eram um sinal de amizade e de boa vontade em estabelecer uma aliança e nunca com o intuito de fazer negócios ou de satisfazer tributos.

E.P. Thompson levantou um aspecto importante da dádiva, que contribui para entendermos a irritação dos agentes europeus.

A dádiva, argumentou o historiador, tinha "uma função central na manutenção do status".¹⁹ O doador, ao entregar uma dádiva, deixava o receptor em

¹⁷ Sobre a constituição da família luso-africana de Silva Porto, ver: CEITA, Constança do Nascimento da Rosa Ferreira de. **Silva Porto na África Central – VIYE / ANGOLA: história social e transcultural de um sertanejo (1839-1890)**. Lisboa, 2015. Tese (Doutorado em Estudos Portugueses) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

¹⁸ Outra dimensão da dádiva estaria nos atos religiosos, como nos sacrifícios direcionados aos deuses. LANNA, Marcos. Nota sobre Marcel Mauss e o Ensaio sobre a Dádiva. **Revista de Sociologia Política**. n. 14, jun. 2000, p. 175.

¹⁹ THOMPSON, E. P. Folclore, antropologia e história social. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio (org.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 244.

uma situação de subordinação e com a obrigação de retribuir com dádivas de maior valoração àquela anteriormente recebida.

No caso da Lunda, o forasteiro ao chegar numa determinada região, deveria entregar um presente para retribuir a hospitalidade. Ao fazer isso, reconhecia a autoridade do hospedeiro. Esta situação, portanto, abalava os arroubos civilizacionais dos agentes europeus.

Geralmente, as regiões atingidas pelas caravanas de comércio eram organizadas de modo a recebê-las. A hospitalidade oferecida ao viajante significava o acesso a uma infraestrutura que contava com terrenos para acampamento e mercados para abastecimento. Além disso, alguns destes pontos estavam instalados próximos de cursos d'água, onde as populações que os controlavam disponibilizavam o serviço de canoas com pilotos para a passagem dos carregadores e de suas cargas.

Localidades sem este tipo de organização eram evitadas pelas caravanas. Quando não se podia desviar, a região ficava conhecida como "caminho de fome" e nela eram erguidos monumentos para afastar malefícios. Muitos destes monumentos eram feitos com materiais locais, madeiras, ossos, fibras vegetais, mas também com produtos do comércio internacional, como tecidos, miçangas e tachas de metal.

O importante nesta pesquisa é justamente estudar esta infraestrutura, que envolvia o complexo da dádiva, para entender como os carregadores conseguiam aproveitar-se dela.

No caso dos grupos de carregadores envolvidos na expedição de Henrique de Carvalho, os presentes trocados por ele com as chefias das sociedades estabelecidas próximas à margem esquerda do rio Kwangu muito os agradaram, pois em troca de tecidos, contaria, armas, pólvora e aguardente estas populações retribuíam com gado bovino.

Por sua vez, o major português, entendendo que era vantajoso proceder desta forma, passou a pagar os seus carregadores com o gado recebido como presente. Este procedimento aumentava o acesso dos carregadores à carne para sua alimentação, algo que lhes era muito difícil, devido o gado ser entendido nesta região como elemento para pagamento de tributos e dádivas.

Outro aspecto regulador do comércio era o gerenciamento de conflitos a partir de instituições judiciais. As infrações às regras locais e os conflitos de interesses entre os envolvidos no comércio caravaneiro eram julgados pelas chefias africanas que estabeleciam aos considerados culpados o pagamento de multas. Tanto as multas, quanto as próprias infrações ou crimes eram chamados de *mukanu* entre a sociedade *Vyie* da região do Bié. Os registros mais acurados sobre este tema estão no Memorial de Mucanos do sertanejo Silva Porto.²⁰ Na Lunda, as infrações e sua satisfação podiam ser chamadas também de *quezílias*.

Assim, toda esta organização com suas regras próprias provinha da estruturação social das populações da África centro-ocidental. Os carregadores e seus agregados (mulheres e crianças) como parte destas sociedades conheciam e a colocavam em funcionamento nas suas tarefas diárias. Sabiam como fazer funcionar a engrenagem comercial, na medida do possível, respeitando as suas regras e aproveitando sua infraestrutura.

Com a dinamicidade do comércio a esta organização somou-se as novidades vindas de regiões distantes. Este foi o caso de muitos produtos vindos da Europa, Ásia e América, como tecidos, contarias, armas, pólvora, aguardente e também o papel escrito.

Este último artigo passou a ser cada vez mais utilizado na comunicação diplomática, mas também na regulação dos afazeres comerciais, como bilhetes de crédito, salvos-condutos e acordos de trabalho.

Um outro sentido apurado, relevante para esta pesquisa, é a possibilidade do papel escrito como fonte historiográfica das experiências dos carregadores. Os registros deixados por eles permitiram perceber, "de maneira mais humana, o movimento amplo da história", nas palavras de João José Reis.²¹

Analisar os papéis escritos por eles (ou escritos por outros em nome deles) permitiu conhecer suas demandas sociais e entender suas noções de direitos e deveres.

²⁰ PORTO, Antônio Francisco Ferreira da Silva. "Memorial de Mucanos". **Memorial sobre vários acontecimentos na região da Lunda entre 13 de agosto de 1841 e 26 de dezembro de 1885**. 70 fls. SGL. Res. 1 – Pasta E – 2

²¹ REIS, João José. **Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX**. São Paulo: Cia. das Letras, 2008, p. 315.

Em conjunto com outros registros produzidos por agentes europeus, foi possível entender os carregadores *trabalhavam-e-laboravam* porque *sabiam fazer*.

Com isso quero afirmar que o trabalho de transporte de mercadorias necessitava de um conhecimento específico para ser realizado, porque exigia que se conhecesse formas de embalagens e modos de transportes. O exemplo corrente nos trabalhos historiográficos é o do sal, uma mercadoria altamente perecível.²²

A exigência de conhecimento também se dava no domínio dos caminhos e do tempo. Conhecê-los podia ser uma questão de sobrevivência material e nos negócios. Alfredo de Sarmiento, com seu olhar de estrangeiro e não conhecedor das lides caravaneiras, sintetizou bem esta questão:

É realmente prodigioso o instinto dos negros habitantes do sertão, pois que, quando empreendem viagem para grandes distancias, muitas vezes de 60, 70 e 80 leguas, não erram nunca o caminho, atravessando montanhas e extensas planícies, sem uma única arvore, sem um arbusto, sem um objecto qualquer que lhes possa servir de marca, rodeados por um labyrintho inextricavel do trilhos que se cruzam em todas as direcções, e onde o mais pequeno desvio, o mais ligeiro engano, os levaria justamente ao extremo opposto do logar para onde se dirigiam!

Pasmei muitas vezes da intelligencia com que elles, chegando a um ponto onde se reuniam mais de vinte trilhos, em tudo iguaes, escolhiam, sem a mais pequena hesitação, aquelle que os levava ao seu destino.

Não menos surpreendente é o modo porque elles calculam o tempo, unicamente olhando para o sol, e raro é enganarem-se em mais de um quarto de hora de diferença. As estrellas servem-lhes tambem de guia, mas poucas vezes se dá esse caso, porque o negro, salvo um caso de força maior, não jornadaeia nunca de noite.²³

Não menos importante, como já dito, era conhecer os procedimentos nas relações com as populações estabelecidas nos caminhos do comércio. O Kaungula da Mataba, ex-negociante do comércio de longa distância, resumiu a Henrique de Carvalho esta importância. Ele que já tinha ido as casas comerciais de europeus na

²² Além do sal, o tabaco também era um produto que exigia cuidados no transporte. Beatrix Heintze estudou algumas formas de embalar estes produtos e os cuidados que se devia ter com eles durante a viagem. Para tanto, ver o seu: **Pioneiros Africanos...**, 2004, p. 319-320.

²³ SARMENTO, Alfredo de. **Os sertões d'África**. Apontamentos de viagem. Lisboa: Francisco Arthur da Silva Editor, 1880, p.121-122.

região do rio Kwangu, disse ao major português que "para sair-se a bem de todos os seus giros, foi preciso saber viver bem, com todas as tribus, Quiocos, Lundas, Minungos, Xinjes, Bangalas e Peindes".²⁴ Nas palavras desta autoridade lunda, "saber viver bem" era conhecer e respeitar as regras de cada uma das sociedades citadas, oferecer-lhes dádivas do seu contento e evitar quizílias.

"No máximo das possibilidades oferecidas pela documentação", diria Cristina Wissenbach,²⁵ as demandas dos carregadores que pude apurar nos seus registros escritos e nas informações produzidas por agentes estrangeiros, como o expedicionário Henrique de Carvalho e o sertanejo Silva Porto, entre outros, deixam-nos conhecer que as suas tarefas eram consideradas como meio de manter sua sobrevivência, mas também como de satisfazer suas aspirações por materiais que poderiam produzir objetos de seu agrado e bem-estar físico e espiritual.

Como aporte teórico, para enfatizar esta minha compreensão sobre as tarefas diárias dos carregadores, no primeiro capítulo desta tese utilizei a proposição de Hanna Arendt, que, no seu estudo sobre a condição humana, entendeu ser necessário diferenciar o trabalho do labor.

Para Arendt, o labor se refere às atividades realizadas com vistas à sobrevivência humana, já o trabalho, à produção de elementos que, ao garantir a satisfação e o proveito humano, poderão assegurar também sua permanência com relação ao aspecto transitório da vida.²⁶

Em suma, os carregadores com seu trabalho-e-laboro, porque tinham conhecimento para tanto, foram responsáveis por fazer movimentar a engrenagem sócio-comercial na Lunda.

Desta forma, é possível argumentar com segurança que estes agentes históricos compunham grupos significativos para o funcionamento do comércio de longa distância, que integrava, nos finais do XIX, regiões muito distantes entre si,

²⁴ CARVALHO, Henrique A. D. **Expedição Portuguesa ao Muatiânvua 1884-1888**: Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua. Lisboa: Imprensa Nacional & Typographia do Jornal As Colônias Portuguesas, vol. III: do Chicapa ao Luembe, 1893, p. 689-690.

²⁵ WISSENBACH, M. C. C. **Sonhos africanos, vivências ladinas**. Escravos e forros em São Paulo (1850-1880). 2ª edição. São Paulo: Editora Hucitec, 2009.

²⁶ ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Lisboa: Relógio d'Água Editores, 2001, p.21.

como a Europa, de onde provinha parte dos produtos desejados pelas populações da África centro-ocidental.

Além do desejo profundo dos europeus de controlar a produção e a força de trabalho africanas, dialeticamente, no palco das ações eram estas demandas que contribuía para que estas sociedades sofressem a pressão da era dos impérios, na expressão de Eric Hobsbawm.

Estudar as respostas à estas pressões também foi um dos objetivos deste trabalho. Mais específica ainda, foi a intenção de verificá-las pelo prisma dos carregadores, que respondiam também ao peso das instituições africanas. Convém, para tanto, retomar a lição do historiador: "a estrutura, em qualquer relação entre ricos e pobres, sempre corre em mão dupla, e essa mesma relação, quando girada e vista em perspectiva inversa, pode expor uma heurística alternativa".²⁷

²⁷ THOMPSON, E. P. Folclore, antropologia e história social..., 2001, p. 246.

CAPÍTULO 1 – “TAREFAS DIÁRIAS DE PESSOAS COMUNS”

“Tarefas diárias de pessoas comuns”. Li esta frase em algum dos inúmeros textos que me chegaram às mãos ao longo dos anos de pesquisa. A frase que ficou em minha mente carrega um profundo significado em relação aos agentes históricos que escolhi estudar, mas, infelizmente, a referência se perdeu, não obstante as inúmeras tentativas de encontrá-la. Por isso, desde já, solicito ao seu criador consentimento para usá-la e licença para trocar o “pessoas” por agentes: agentes históricos que realizavam tarefas diárias. Vinculando assim, a partir dessa frase incógnita, meu trabalho à vertente historiográfica que encara as ações diárias de pessoas comuns como um dos promotores do processo histórico.²⁸

Por “comum”, refiro-me aos homens, mulheres e crianças que compunham a escala social mais baixa das sociedades africanas centro-ocidentais. O meu principal argumento é que foram estes agentes históricos, com suas tarefas diárias, os responsáveis por fazerem circular produtos e conhecimentos por vastas regiões africanas.²⁹

No presente capítulo, para desenvolver este argumento, apresentarei e analisarei as “tarefas diárias” destes agentes históricos. Este exame, por sua vez, considerará outro argumento de fundo, a necessidade das atividades dos carregadores serem encaradas a partir de um conjunto de conhecimentos

²⁸ A respeito do conceito de agência, a referência historiográfica maior é E.P. Thompson, “associado à noção de que os homens são sujeitos de sua própria história, embora em condições que não escolhem”, conforme apontou Marcelo Mattos Badaró sobre o pensamento do historiador inglês em: História e Projeto Social: a origem militante do debate sobre classes e luta de classes em E. P. Thompson. In: VII Colóquio Internacional Marx e Engels, 2012, Campinas. VII Colóquio Internacional Marx e Engels - **Anais Eletrônicos**. Campinas: Cemarx, 2012, p.7.

²⁹ Este também foi meu argumento principal no estudo anterior sobre o grupo de trabalhadores da expedição de Henrique de Carvalho à Lunda. Ver: RIBEIRO, Elaine. **Barganhando sobrevivências: os trabalhadores da expedição de Henrique de Carvalho à Lunda 1884-1888**. 1ª. ed. São Paulo: Alameda, 2013, p. 23.

específicos. Utilizarei a expressão “saber fazer” para designar este conhecimento e discutir a questão do seu estatuto.³⁰

Para tanto, apoiar-me-ei na proposição teórica de Hannah Arendt, que difere labor de trabalho. Para a filósofa, o corpo humano labora para assegurar a sua sobrevivência e trabalha para produzir com suas próprias mãos o artefato que lhe garantirá permanência e durabilidade frente ao caráter efêmero da vida humana.³¹

Deste modo, a diferença proposta ajuda-me a refletir sobre as tarefas diárias dos carregadores para além do sustento do corpo com vista à sobrevivência. Auxilia-me a ultrapassar o discurso exógeno presente nas fontes para entender vontades e necessidades destes agentes históricos. Também favorece assinalar a compreensão e recuperação da sua contribuição para o movimento histórico: estes agentes foram informantes de viajantes europeus, ajudaram a conhecer e reconhecer fauna e flora que foram catalogadas cientificamente, transportaram, porque sabiam fazer, produtos como a borracha, importante para o desenvolvimento da indústria europeia e demandaram produtos específicos que eram importantes para sua sociabilidade. Portanto, afirmarei que as tarefas diárias dos carregadores era um modo de trabalhar-e-laborar.³²

³⁰ Agradeço à professora doutora Leila Hernandez, no exame de qualificação desta pesquisa, sugerir-me a expressão “saber fazer”.

³¹ ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Lisboa: Relógio d'Água Editores, 2001, p.21.

³² Inspiro-me aqui no estudo da antropóloga Sónia Silva, que entendeu as atividades de adivinhação como um modo de trabalhar-e-laborar. Para tanto, ver o seu: **Vidas em jogo**. Cestas de adivinhação e refugiados angolanos na Zâmbia. Lisboa: ICS, 2004, especialmente, p.76-88.

“Ruminando o novo plano de saída da fatal feira, vacillavamos entre infinidade de projectos, quando ouvimos uns coros longiquos. Era uma quibuca que chegava, surgindo-nos da frente do bosque. Reconhecemol-os logo pelas cabeças rapadas, tendo no alto um pennacho, em alguns feito de cabelo. Eram ban-gala. O aspecto immundo de todos e as cargas importantes denotavam que a quibuca vinha de longe e de negociar. Pontas de marfim, bolas de borracha, rolos de mabella, muchas de sal, pães de cera, bolos de gomme, viam-se promiscuamente accommodados dentro de cada espécie de muhamba, entretecida de dois ramos de palmeira. Acercando-se o banza, arriou tudo, cargas em derredor, começando a distrahir-nos com uma narrativa sobre as terras do Lubuco, sertão para alem do Cassae, ultimamente por elles descoberto e explorado, onde tinham feito negocio importante”.

CAPELLO, H. e IVENS, R. De **Benguella às terras de Iácca...**, 1881, vol. I, p. 337-338.

Essa descrição é de Hermenegildo Capello e Roberto Ivens, exploradores portugueses que entre os anos de 1877 e 1880, viajaram por regiões próximas ao rio Kwangu, onde comumente trafegavam diversas caravanas. Apesar de alguma consideração depreciativa, esse excerto contém informação relevante sobre um grupo de carregadores: o seu modo de caminhar, de se portar, de carregar cargas e de fazer circular informação e produtos. Considero essas ações importantes para o entendimento de como funcionavam as tarefas diárias dos carregadores dentro de uma empresa caravaneira.

Usarei o termo caravana para designar os grupos de pessoas que circulavam em diferentes regiões da África centro-ocidental transportando cargas e pessoas. Capello e Ivens utilizaram o termo “quibuca”.³³ A palavra Kibuka vem do Kimbundu e devido a sua importância o seu uso se generalizou para definir caravanas de modo geral, ao ponto de hoje alguns dicionários de língua portuguesa atribuírem o seu

³³ Citando Capello e Ivens, Isabel de Castro Henriques escreve que estes exploradores “assinalaram a existência de duas maneiras de designar as caravanas que, no Norte de Angola recebem o nome de «mbacas», ao passo que no Sul são chamadas «quibucas». Nos dois casos, o responsável é sempre um *quissongo*”. HENRIQUES, Isabel Castro. **Percursos de Modernidade em Angola: Dinâmicas Comerciais e Transformações Sociais no Século XIX**, Lisboa, IICT, 1997, p. 403.

significado a “caravana de negros em Angola”.³⁴ Porém, como tratarei de regiões onde a circulação de grupos de carregadores de várias origens era comum, não generalizarei o uso da palavra Kibuka.³⁵

A composição de uma caravana variava em número e em funções dos seus integrantes. Por exemplo, a caravana do mani Kongo enviada ao Muatiânvua em 1881 com presentes de “fazenda, missanga, pólvora e armas em sinal de amizade” e para fazer negócio de “marfim, borracha e gente” contava com mais de 100 carregadores.³⁶

Já a caravana do “velho ambaquista” Antonio Francisco era menor. Era formada por “primos, sobrinhos e escravos e trazia azeite, borracha, esteiras e mabelas”. Este negociante dizia que para negociar sal por marfim, na região do

³⁴ Para tanto, ver: “quibuca”, in **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa**, disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/quibuca> [consultado em 07-09-2015] e “quibuca – Caravana de negros angolenses”, in **Dicionário Michaelis**, disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=quibuca> [consultado em 07-09-2015]. Para a definição de Kibuka como caravana nos dicionários do final do século XIX e início do XX, ver os verbetes em: ASSIS JR., A. **Dicionário Kimbundu-Português**. Linguístico, Botânico, Histórico e Corográfico seguido de um índice alfabético dos nomes próprios. Luanda: Argente, Santos e Cia Ltda., s.d. e MATTA, J. D. Cordeiro da. **Ensaio de Dicionário Kimbundu-Português**. Lisboa: Casa Editora Antonio Maria Pereira, 1893. O caçador Alfredo de Sarmiento escreve “quibuca de Ambaca”. SARMENTO, Alfredo de. **Os sertões d’Africa**. Apontamentos de viagem. Lisboa: Editor proprietário – Francisco Arthur da Silva, 1880, p. 172. O historiador Joseph Miller afirma que no século XVIII, nos tempos do tráfico atlântico de escravizados, o termo “kibuka” era usado no sul do Kongo e “libambo” no “hinterland” de Luanda. Cf.: MILLER, Joseph C. **Way of Death**. Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade 1730-1830. Madison: The University of Wisconsin Press, 1988, p. 190-191.

³⁵ Henrique de Carvalho apresenta o vocábulo cokwe ibege (com trema no g) com o significado de comitiva, palavra mais usada pelo explorador português para se referir aos grupos de carregadores. CARVALHO, Henrique A. D. **Expedição Portuguesa ao Muatiânvua**. Método prático para fallar a língua da Lunda contendo narrações históricas dos diversos povos. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890, p. 174. Beatrix Heintze escreve também que o significado de caravana no sul, “em umbundu, era ombaca, caravana para o litoral; ou omaca, caravana de um soba”. A historiadora tenta ir além e sugere a possibilidade de existir diferentes noções africanas para definir as viagens. Para isso cita Silva Porto, que em 1879, sobre a rota Benguela-Bié, registrou os termos “quipamballas, para caravanas de carga (por exemplo, com cera, marfim e alimentos) que caminhavam durante todo o dia; hendo e ombaca, para as caravanas de sertanejos e maca, para as caravanas dos sobas africanos”. HEINTZE, Beatrix. **Pioneiros Africanos**. Caravanas de carregadores na África Centro-Occidental (entre 1850 e 1890). Lisboa: Editorial Caminho, 2004, p. 262 e 284.

³⁶ Essa informação é de Augusto Jayme, irmão do soba Mbango de Malanje, um dos auxiliares mais próximos do expedicionário Henrique de Carvalho, que afirmou ter encontrado a expedição do Kongo em 1884 na região de Catala. Cf.: CARVALHO, Henrique A. D. **Expedição Portuguesa ao Muatiânvua 1884-1888**: Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua. Lisboa: Imprensa Nacional & Typographia do Jornal As Colónias Portuguezas, vol. II: do Cuango ao Chicapa, 1892, p. 295 e 614-615. Henrique de Carvalho encontrou-se com parte dessa expedição que voltava da Mussumba, na região do Kaungula, no Lóvuva. Na época eram “16 rapazes do rei do Congo que lhe pediam proteção”. Expedição Portuguesa ao Muatiânvua. **Diário do anno de 1885**. Livro II. Anotações do dia 11/10/1885. 1152 SEMU DGU IL Liv 1885 - Expedição Portuguesa ao Muatiânvua - Diário Livro II Moç (sic)

Cassele, era necessária uma caravana maior que a sua, porque era preciso muitos carregadores para o transporte de cem a trezentas muxas (pacotes) de sal e uns 10 homens para a ponta de marfim, afora ajudantes para levar o sustento dos carregadores.³⁷

A expedição de Henrique de Carvalho à Lunda variou muito o seu número de integrantes. A intenção era partir de Malanje com 300 carregadores, mas efetivamente saiu com 26. Nas regiões entre Malanje e o rio Kwangu tentou contratar mais trabalhadores para o serviço das cargas: em Ndala Quissua, 250 carregadores, no Camávu, com o soba Mbango, 90, na mesma região, com o soba Nguvo, 63. Por fim, a expedição atravessou o rio Kwangu com 150 carregadores, divididos em 13 grupos provenientes de diferentes sobados. Até a Mussumba do Kalany foram vários os grupos e o número de seus componentes a trabalhar para a expedição, além do grupo fixo dos contratados Loandas, soldados, intérpretes e suas famílias, que incluíam mulheres e crianças.³⁸

Uma caravana que impressionou Henrique de Carvalho pelo número e por sua postura foi a dos Songo. Contratada em Malanje para seguir com a expedição, ela era formada por 200 pessoas, sendo 106 carregadores e 94 mulheres e quibessas (jovens ajudantes de carregadores).³⁹ “Como era grande e todos os carregadores traziam a sua arma, mettia respeito aos povos por onde passava”, escreveu o expedicionário português.⁴⁰

Ao que parece, no século XVIII, com o uso de carregadores escravizados, o número de uma caravana não era muito maior. Na sua expedição a Kasanje, em

³⁷ CARVALHO, H. A. D. Descrição..., 1892, vol. II, p. 343.

³⁸ CARVALHO, H. A. D. Descrição..., 1890, vol. I, p. 217; 336; 507; 509 e 1892, vol. II, p. 197. Anteriormente tratei deste grupo fixo em: RIBEIRO, Elaine. **Barganhando sobrevivências...**, 2013, p. 203-276.

³⁹ - Correspondência de Augusto Cezar Fragozo a Henrique de Carvalho. Chingi, 27 de julho de 1885. **Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição**. AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092. Também em CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 413. Disponibilizo no final deste trabalho a transcrição nº 23 da carta do empregado português. Ei de me referir sobre a chegada desta caravana no acampamento da expedição no próximo capítulo.

⁴⁰ CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 415.

1755-1756, Manuel Correia Leitão levou consigo “150 negros na viagem que durou 1 ano menos 15 dias”.⁴¹

Embora a maioria das imagens a respeito dos carregadores apresente homens com fardos às costas andando em fila indiana, era comum às lides nas caravanas a participação ativa de mulheres, jovens e crianças. A historiadora Maria da Conceição Neto alerta sobre esta questão, de nenhum empreendimento na África centro-ocidental ser possível sem a presença das mulheres.⁴²

Responsáveis pela manutenção diária da caravana, eram elas que iam às povoações para adquirir alimentos ou chamar vendedores para os acampamentos. Nestas ocasiões, aproveitavam para saber das notícias locais. Durante o caminho, além dos filhos menores, as mulheres ajudavam os homens a carregar os seus pertences: tecidos, objetos de cozinha, alimentos etc.

Existem algumas referências sobre as mulheres no serviço de carregamento de cargas. Em 2 de setembro de 1885, junto à povoação do Kasassa, Henrique de Carvalho contratou “32 indivíduos, homens e mulheres, parte dos quaes já tinham cargas separadas”.⁴³ Além das cargas da expedição, o mesmo grupo carregava muxas de sal, o que causou no major português a preocupação de ser deixado por eles na região do Lóvua, para tomarem o caminho do negócio em direção ao Lubuco, em vez de irem para a Mussumba.⁴⁴ Na região Shinje, em Quimica, assim chamada a chefia

⁴¹ LEITÃO, Manuel Correia. Viagem que eu, sargento-mor dos moradores do distrito do Dande, fiz às remotas partes de Caçanje e Olos, no ano de 1755 até ao seguinte de 1756. In: ALBUQUERQUE, Luís de (dir.) **Textos para a História da África Austral (século XVIII)**. Lisboa: Publicações Alfa, 1989, p. 32.

⁴² NETO, Maria da Conceição. De escravos a serviçais, de serviçais a “contratados”: omissões, percepções e equívocos na história do trabalho africano na Angola colonial. Conferência de encerramento. **Seminário Internacional Cultura, Política e Trabalho na África Meridional**. Campinas, IFCH, UNICAMP, 14 de maio de 2015. [Comunicação oral via transmissão *online* em: <http://www.cecult.ifch.unicamp.br/noticias/seminario-internacional-cultura-politica-trabalho-africa-meridional-11-14-maio-2015-unicamp>]. Sobre os Bazombo, provenientes de Makela do Zombo, situada entre os rios Kwilu e Kwangu, na região do antigo reino do Kongo, Luzolo Kiala afirma que no último quartel do XIX e primeiro do XX, suas caravanas “eram constituídas fundamentalmente por homens, isto é, entre o Kota (proprietário da caravana), Bamba ou Madingisi (líder dos carregadores que respondia ao kota) e o coletivo de ngamba ou carregadores e não eram admitidas mulheres e crianças”. KIALA, Luzolo. O comércio de longa distância dos Bazombo desde o último quartel do século XIX ao primeiro do século XX. In: ARQUIVO NACIONAL DE ANGOLA. **Actas do III Encontro Internacional sobre História de Angola** (II Volume). Luanda: Arquivo Nacional de Angola, 2015, p. 303.

⁴³ CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 499.

⁴⁴ Expedição Portuguesa ao Muatianvua. **Diário do ano de 1885**. Livro II. Anotações do dia 02/09/1885. 1152 SEMU DGU IL Liv 1885 - Expedição Portuguesa ao Muatianvua - Diário Livro II Moç (sic)

local por Carvalho, “havia notícias que ali até as mulheres estavam acostumadas a pegar em cargas”.⁴⁵ Na expedição de Capello e Ivens também havia mulheres, porém as descrições informam que elas eram responsáveis pela alimentação e organização dos pertences dos carregadores.⁴⁶

Segundo Silva Porto, a participação das mulheres no carregamento de cargas era próprio do comércio da borracha, já que no de marfim era indispensável homens fortes para conseguir carregar as peças. “Hoje de maneira a causar assombro, [escreveu o sertanejo], maiores e menores dos dois sexos estão empreendendo viagens de maior ou menor importância”.⁴⁷

Provavelmente a constância das mulheres nas caravanas deu origem a sua presença entre as expedições militares do início do século XX. Carregadores e soldados eram angariados pela administração portuguesa em Angola quase da mesma forma, junto às chefias africanas, entre as populações dos sobados próximos às regiões comerciais como a de Malanje.

Estes soldados foram utilizados nas campanhas de ocupação colonial e, muitas vezes, quando faltava gente para carregar as cargas de alimentos e armamento, eram os chamados soldados “indígenas” que faziam as vezes dos carregadores. Portanto, estas expedições militares seguiram à organização caravaneira, também no que se refere a presença de mulheres e crianças entre seus integrantes.

“Caravana extravagante” foi a expressão que o tenente coronel Alberto de Almeida Teixeira usou em seus relatórios para chamar as companhias do distrito da Lunda. Os soldados, recrutados nos concelhos de Malange e Duque de Bragança, “em regra”, faziam-se acompanhar de mulheres e rapazes, “que passavam a intitular-se ajudantes de soldado”. Essa presença, “as mulheres com as quindas à cabeça e os filhos às costas”, apesar de ter sido vista com estranheza, foi considerada por Teixeira como positiva para o serviço, “por ser a mulher quem transportava a roupa

⁴⁵ CARVALHO, Henrique. Descrição, 1892, vol. II, p. 84.

⁴⁶ CAPELLO, Hermenegildo, e Roberto IVENS. **De Benguela às Terras de Iácca...** Lisboa: Imprensa Nacional, 1881, vol. I, p. 70.

⁴⁷ Citado por Maria Emília Madeira Santos em: Introdução (Trajectória do comércio do Bié). In: **Viagens e apontamentos de um portuense em África**. Diário de Antônio Francisco Ferreira da Silva Porto, volume 1. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1986, p.169-170.

e utensílios indispensáveis e cozinhava o infundi”.⁴⁸ E, ainda, ajudavam na construção das trincheiras e entravam em contato com os habitantes da região, “obtendo deles informações úteis e adquirindo víveres”.⁴⁹

É possível conjecturar que “ajudante de soldado” tenha vindo de quibessa, ajudante de carregador. Aprendiz de ofício, os Kibese eram, em sua maioria, jovens que acompanhavam os carregadores ajudando-os com suas cargas. Beatrix Heintze afirma que estes kibese podiam ser “parentes, criados, escravos ou outros jovens em busca dessa atividade por iniciativa própria”.⁵⁰

Outras funções que os integrantes de uma caravana podiam exercer eram a de caçador, ferreiro, costureiro, artesão, músico, guia ou “escuteiro”, entre outras. Estas funções eram desempenhadas pelos próprios carregadores e seus agregados.

⁴⁸ Quinda ou Kinda era uma espécie de cesto. MATTA, J. D. Cordeiro da. **Ensaio de Dicionário Kimbundú-Português**, 1893. “Infunde” ou “funde” [abreviatura de infunde], segundo Henrique de Carvalho, era uma massa feita de farinha de mandioca, chamada fuba. Base da alimentação, no formato de pequenas bolas, o infundi podia ser mergulhado em caldos ou molhos com azeite de palma, sal e jindungo (pimentinhas) e acompanhar peixe, carne ou galinha. Cf.: CARVALHO, Henrique A. D. **Expedição Portuguesa ao Muatiânvua**. Ethnographia e História Tradicional dos Povos da Lunda. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890, p.466-467. Já Capello e Ivens descreveram o “infundi” como uma “espécie de papas, feitas de farinha de milho, obtida pela trituração deste n'um pilão de madeira depois de previamente molhado”. Cf.: CAPELLO, H. e IVENS, R. **De Benguela...**, 1881, vol. I, p. 28.

⁴⁹ Alberto Teixeira de Almeida foi o terceiro governador do distrito da Lunda, criado pela administração lusa em 1895. Uma espécie de resumo dos seus relatórios como governador e de outros relatórios de campanhas militares no atual nordeste angolano encontra-se em **Lunda: sua ocupação e organização**. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca; Agência Geral das Colónias, 1948. As referências sobre a presença de mulheres e crianças nas expedições militares estão nas páginas 134 e 137. Sobre os “caçadores negros recrutados em Malanje e no Duque de Bragança com mulheres e família”, ver também: PÉLISSIER, René. **História das campanhas de Angola**. Resistência e revoltas. 1845-1941. Lisboa: Editorial Estampa, 2013, vol. I, p. 369.

⁵⁰ HEINTZE, Beatrix. **Pioneiros Africanos...**, 2004, p. 279. Heintze afirma ainda que em Kimbundu o termo era Kibese e em luso-Kimbundu, quibessa. Nos dicionários que consultamos a palavra Kibése refere-se a ajudante de pescador, sendo o seu plural Ibêse. Para tanto, ver os verbetes em: ASSIS JR., A. **Dicionário Kimbundu-Português**, s.d. e MATTA, J. D. Cordeiro da. **Ensaio de Dicionário Kimbundú-Português**, 1893. No dicionário de J. Pereira do Nascimento simplesmente ajudante é grafado como Kibezu. Cf.: **Dicionário Português-Kimbundu**. Huilla: Typographia da Missão, 1903, p. 131. A grafia quibessa na Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua de Henrique de Carvalho pode ser encontrada em: vol. II, p. 32, 383; 714; vol. III, p. 630. Nas caravanas Bazombo, somente a partir dos vinte anos de idade os jovens eram aceites para o trabalho de transporte, com aponto Luzolo Kiala: “os adolescentes não participavam como carregadores, pois apenas homens com uma certa robustez física e só a partir dos 20 anos de idade eram aceites para a actividade de carregador. (...) mas em alguns casos os jovens com menos de 20 anos de idade participavam nas caravanas, como auxiliares que transportavam os mantimentos e a 'mala' do kota. Tal participação dos jovens era entendida como iniciação na formação de futuros profissionais de marcha, que durante várias gerações constituíram caravans, que trouxeram riqueza e prosperidade para os chefes e populações da região”. KIALA, Luzolo. O comércio de longa distância dos Bazombo ..., 2015, p. 303.

O desempenho do caçador era de extrema importância. Os caravaneiros contavam com ele para complementar ou até mesmo suprir a alimentação e evitar períodos de fome ao longo dos caminhos, nos quais não existiam povoações próximas onde adquirissem alimentos.

A caravana Songo que se agregou à expedição de Henrique de Carvalho, por exemplo, já vinha com informações sobre a possibilidade de caça nos caminhos que iriam seguir, entre os rios Kwangu e Kwilu. No acampamento junto ao rio Camissama, afluente do Lubale, muitos foram os animais abatidos para alimentação de todos, pois entre a comitiva que saiu para caçar foram Songo e gente do grupo de Henrique de Carvalho, como Augusto Jayme, que possuía insígnias de bom caçador.

51

É possível entender que os carregadores se organizavam antes de sua partida contando com as informações que tinham das regiões para onde deveriam seguir. Provavelmente essas informações eram obtidas com os diferentes grupos de carregadores que faziam circular notícias de lugares com alimentos; senão povoações abastecedoras; e áreas abundantes em caça.⁵²

Outra forma de obter informações era nos monumentos erguidos por caçadores ao longo dos trajetos. Sacralizadas e ornamentadas com miçangas, tecidos e ossadas de animais abatidos, estas construções eram chamadas por uns de “muxaela”, “mabanda”, pelos ambaquistas ou “muquixí-iá-kinguima”, pelos Lunda.

Escreveu o major Carvalho que esses monumentos eram erguidos em prol “da caça e do negócio”. “Antes de entrarem nas suas empresas, os interessados e devotos” os construíam e caso conseguissem obter sucesso retornavam a eles e lhes faziam festa, deixando-lhes agradecimentos em “lenços e retalhos de fazendas”, que

⁵¹ CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 448. “Os caçadores mataram corças, maré de felicidade”, anotou Henrique de Carvalho no seu diário, em 22 de agosto de 1885. Expedição Portuguesa ao Muatianvua. **Diário do ano de 1885**. Livro II. Anotações do dia 22/09/1885. 1152 SEMU DGU 1L Liv 1885 - Expedição Portuguesa ao Muatianvua - Diário Livro II Moç (sic)

⁵² No acampamento junto ao vale do Camau, na região Shinje, Carvalho escreveu: “Reinava já a alegria no acampamento, porque a estes auxiliares se ajuntavam as boas notícias de sucessivas comitivas que diariamente passavam; e aos bons recursos de caça que nos proporcionavam os nossos caçadores, acresciam os da pesca no rio Camau”. CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 290.

flutuavam “a guiza de bandeiras”, e “fiadas de missangas e mesmo de contaria grossa”.⁵³

Os carregadores da expedição de Henrique de Carvalho depararam-se com muitos desses monumentos na região entre o rio Kamaxilo e Kwengu. Alguns deles, como o caçador Augusto Jayme, foram capazes de “ler” os monumentos.⁵⁴

Como um meio de comunicação aos iniciados, mesmos estrangeiros na localidade, “os remédios de caça” podiam noticiar onde e quando encontrar animais, os nomes dos caçadores que já estiveram na localidade e onde conseguir água e alimentos. Tudo isso o caçador iniciado conseguia ler “examinando o modo por que se [colocavam] as ossadas, o lado para que [estavam] viradas, a disposição dos troncos, as figuras que nestas se [viam], as cores e collocação das tiras, o que [continham] as panellas, etc.”⁵⁵

Estes monumentos também anunciavam a necessidade de cuidados que os carregadores deveriam tomar em determinadas localidades onde poderia haver guerra, cobrança de tributos, fome e doenças. Essa forma de comunicação causava “admiração aos profanos”, como escreveu Henrique de Carvalho.⁵⁶

Outro ofício que podia ser exercido entre os componentes de uma caravana era o de ferreiro. Muitas vantagens este especialista podia ter, além de fabricar utensílios para o consumo da caravana, poderia oferecer seu serviço nas povoações que não contavam com ferreiros. O contrário também era possível ocorrer, caravanas que não dispunham destes profissionais poderiam buscar por este serviço nas povoações do caminho.

A caravana mbangala liderada pelos mbanza (chefe mbangala) Quinguri e Ngonga contavam com ferreiros, sendo o próprio Ngonga um deles, que além de “bom ferreiro, como curioso, também se dedicava a carpinteria”.⁵⁷ Foi este mbanza

⁵³ CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 367-368.

⁵⁴ CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 369.

⁵⁵ CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 368.

⁵⁶ Descrição e esboço destes monumentos podem ser consultados em: CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 369.

⁵⁷ CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 817. Para uma discussão sobre a perícia dos ferreiros com as armas de fogo europeia, ver: HENRIQUES, Isabel Castro. **Percursos de Modernidade em Angola...**, 1997, p. 320-323.

quem concertou cinco armas lazarinas para Henrique de Carvalho em troca de fazendas. Uma dessas armas serviu para o major português presentear uma chefia africana, pois, conforme afirmado por Carvalho, "era negócio que lucrava bastante".⁵⁸

Também os serviços de costura e alfaiataria eram realizados nas caravanas, especialmente naquelas que agregavam ambaquistas. Muitos deles poderiam tomar para si a função de costurar para os carregadores e seus agregados, bem como prestar esse mesmo serviço às populações por onde passavam. O alfaiate Torres, ambaquista proveniente do Kisóle, por exemplo, circulava pelas regiões Lunda junto aos carregadores do comércio de longo percurso. Algumas vezes, ele serviu a expedição levando correspondência a Malanje. Torres também fazia as vezes de escriba para as chefias africanas.⁵⁹

A facilidade de encontrar entre os carregadores quem sabia coser tornou possível a Carvalho fazer erguer um "casão de alfaiates" no acampamento próximo ao rio Kamau. Como havia "agulhas e linhas em abundância", aproveitando-se as fazendas, puderam ser feitos "panos de diversas grandezas e romeiras, aventaes, bonés, tapa-peitos, camisolas e outros artigos de vestuário e ornamentação ao uso gentílico".⁶⁰

Porque sabiam fazer, as mesmas ideias tiveram os carregadores da caravana Songo. Acusados de roubarem tecidos das cargas da expedição, com eles foram encontrados "colletes, calças e casacos, uns já feitos e outros talhados, vestidos de

⁵⁸ Expedição Portuguesa ao Muatianvua. **Diário do ano de 1886**. Nº 1. Anotações do dia 13/01/1886. 1145 SEMU DGU 1L Liv 1886 - Expedição Portuguesa ao Muatiânvua - Diário Livro I Moç (sic); CARVALHO, H. Descrição..., 1893, vol. III, p. 120.

⁵⁹ Expedição Portuguesa ao Muatianvua. **Diário do ano de 1886**. Nº 1. Anotações do dia 07/01/1886. 1145 SEMU DGU 1L Liv 1886 - Expedição Portuguesa ao Muatiânvua - Diário Livro I Moç (sic); CARVALHO, H. Descrição..., 1893, vol. III, p. 52; 54; 735-736.

⁶⁰ CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 258. Outro alfaiate descrito por Carvalho foi mbangala Xa Muteba, que costurou roupa para o Xa Madiamba, o Muatiânvua eleito. "Mandeí depois o pequeno Henrique [...] levar a Xamadiamba uma doringa de 6 lenços grandes e 12 lenços pequenos e 1 peça de zuarte. Agradeceu muito e pediu se eu lhe dava linhas e agulhas para o seu irmão Xamuteba coser o seu mucôso; mandei". Expedição Portuguesa ao Muatianvua. **Diário do ano de 1885**. Livro II. Anotações do dia 10/09/1885. 1152 SEMU DGU 1L Liv 1885 - Expedição Portuguesa ao Muatiânvua - Diário Livro II Moç (sic)

folhas, largos pannos abainhados e debruados a zuarte, similhando chales, e muitos cinturões ornamentados com tachas amarellas”.⁶¹

Muitos carregadores tinham ainda habilidades artesanais. Na expedição de Carvalho vários se destacaram como escultores, como André, da região de Malanje, e o *loanda* Roberto, que conseguiam com uma faca entalhar objetos de madeira, como cachimbo, coronha de espingarda e mobília. Na opinião do major português, Roberto “era um artista para trabalho em madeira”. Chegou a produzir uma “coronha de arma completa, a que deu côr vermelha que rivalizava com as do commercio” levadas pela Expedição.⁶² Foi ele quem também produziu móveis para o conforto de Henrique de Carvalho nos acampamentos, entre eles, uma mesa de trabalho e bancadas para guardar pertences.⁶³

O carregador e carpinteiro André.
“O cachimbo que tem na boca [foi] feito por elle”.⁶⁴

⁶¹ MARQUES, Agostinho Sisenando. **Expedição Portuguesa ao Muata-Yanvo**. Os climas e as produções das terras de Malange à Lunda. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889, p. 425.

⁶² CARVALHO, H. Descrição..., 1894, vol. IV, p. 200.

⁶³ Expedição Portuguesa ao Muatianvua. **Diário do anno de 1887**. Nº 1. Anotações dos dias 01 e 02/01/1887. 1154 SEMU DGU 1L Liv 1885 (sic) - Expedição Portuguesa ao Muatiânvua - Diário Livro I Moç (sic). A referência no catálogo do AHU está incorreta, o livro é do ano de 1887.

⁶⁴ Para a fotografia e a legenda do carregador e carpinteiro André, ver: **Álbum da Expedição Portuguesa ao Muatiânvua**. Disponível em: <http://henriquedecarvalho.bnportugal.pt/fotos/foto176.htm> e http://henriquedecarvalho.bnportugal.pt/legendas/ea-95-p_0114_110_t24-C-R015.jpg Acesso em: outubro de 2015. Para a fotografia e legenda do carpinteiro loanda Roberto, ver: **Álbum da Expedição Portuguesa ao Muatiânvua**. Disponível em: <http://henriquedecarvalho.bnportugal.pt/fotos/foto200.htm#> e http://henriquedecarvalho.bnportugal.pt/legendas/ea-95-p_0132_128_t24-C-R015.jpg E, ainda sobre o loanda Roberto, em HEINTZE, Beatrix. **Pioneiros africanos...**, 2004, p.141.

Realizar uma função como a de caçador, artesão ou ferreiro podia ser vantajoso ao carregador, porque na organização caravaneira ele poderia se destacar e, ao inspirar respeito nos seus companheiros, angariava prestígio para si. Portanto, além das regras sociais do parentesco, este processo também era produtor de hierarquização dentro do grupo de carregadores.⁶⁵

Assim como os ofícios destacados, as tarefas diárias do carregador também exigiam um grau de conhecimento. Conhecer os terrenos e os produtos era imprescindível. Saber onde pisar e como pisar era uma questão de sobrevivência. Fazer as cargas chegarem ao seu destino de modo que elas ainda tivessem valor comercial também. “Pontas de marfim, bolas de borracha, rolos de mabella, muitas de sal, pães de cera, bolos de goma”, como referenciado por Capello e Ivens, deviam ser acondicionados de modo que não se perdessem e não incomodassem o carregador ao longo do caminho.

Para isso, como importante ferramenta de trabalho, era utilizado um suporte entretelado de fibras vegetais, que consistia em um grande cesto chamado muianga, ao qual eram encaixadas duas varas. A este conjunto dava-se o nome de muhamba, em kimbundu, ou mussassa ou mussasse, na Lunda.⁶⁶

O fato das varas excederem para um dos lados do cesto, ajudava o carregador a levantar sozinho o fardo. A carga já organizada e bem amarrada no cesto, o carregador “passava o pé por baixo” das varas e empregava uma força para levantá-la e agachando-se a colocava sobre um dos ombros. “Isto feito endireitava-se rapidamente e rompia logo a andar”.⁶⁷ A estratégia das varas mais longas também

⁶⁵ Ei de voltar a referir-me ao trabalho dos escultores, como também de outras funções desempenhadas por carregadores e ao processo de hierarquização profissional no último capítulo desta tese.

⁶⁶ Segundo Cordeiro da Matta, o vocábulo *musàsa* referia-se a uma espécie de árvore conhecida por esse nome pela população de Pungo Andongo e Ambaca. Já *muhamba* coincidia com o significado dado por outros autores. “Certo arranjo de páus ou das folhas das palmeiras, engradadas, que servem de cestos em que os pretos carregam em viagem”. Pl. *Mihamba*. Verbetes em: MATTA, J. D. Cordeiro da. **Ensaio de Dicionário Kimbundú-Português...**, 1893. Para a fotografia e legenda da muianga, ver: **Álbum da Expedição Portuguesa ao Muatiânvua**. Disponível em: <http://henriquedecarvalho.bnportugal.pt/fotos/foto271.htm#> e http://henriquedecarvalho.bnportugal.pt/legendas/ea-95-p_0184_180_t24-C-R015.jpg Acesso em: outubro de 2015.

⁶⁷ Cf.: CARVALHO, H. Descrição, 1892, vol. II, p. 465. Entre os carregadores das caravanas do Bié, o suporte das cargas era chamado de *mutete* ou *olomango*, “palavra em umbundu que significa dois varapaus da altura do carregador que os liga solidamente à carga nas extremidades opostas através de *landobe* (cascas de árvore ou recipiente mais elaborados) o que lhes permite coloca-la ao ombro ou à cabeça sem auxílio de outra pessoa”. Cf.: SANTOS, Maria Emília Madeira. **Nos caminhos de África**.

valia para mudar a carga de ombro ao longo da caminhada. Era só “apoiar as varas no solo, levantar a carga com as mãos e passar a cabeça por baixo, ajeitando assim a muhamba no outro ombro” ou ainda, nas horas de descanso, encostar a muhamba a uma árvore.⁶⁸

**Descanso de
carregadores. 1909.
Recorte da fotografia
do alferes de
infantaria José de
Velloso de Castro.⁶⁹**

A frequente representação de africanos com volumes sobre às costas - na literatura de viagens e nas mídias subsequentes (cinema, história em quadrinhos,

Serventia e Posse (Angola – século XIX). Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1998, p. 219. A imagem publicada na capa desta obra é de um postal do século XIX que mostra carregadores bailundos com um olomango disposto à sua frente.

⁶⁸ CARVALHO, H. *Ethnographia e História...*, 1890, p.290.

⁶⁹ Arquivo Histórico Militar. PT/AHM/FE/CAVE/VC/A10/1798. Disponível em: <http://arqhist.exercito.pt/details?id=159715> Acesso em: outubro de 2015.

literatura juvenil etc.) - acaba dando a impressão de que o fardo seja quase como um prolongamento do corpo do carregador.

Exatamente por isso é necessário refletir sobre o ato de levantar a muhamba, ou o fardo, e colocá-la às costas. Este não é um ato exclusivamente mecânico. No caso, a muhamba, como ferramenta, foi pensada e produzida para melhor realizar a ação de transportar cargas. À primeira vista, pode parecer dispensável essa afirmação, porém sabemos que quando tratamos de agentes históricos africanos lidamos com pensamentos historicamente depreciativos a respeito de suas experiências cotidianas.

Esse trabalho-e-laboro, como defendo aqui, exigia um saber fazer na realização das tarefas e a produção de uma ferramenta como a muhamba é uma das formas de demonstrar isso, tanto que ela foi objeto de atenção dos viajantes.

Esboços de muhamba de Roberto Ivens e Henrique de Carvalho.⁷⁰

Portanto, ao contrário das descrições depreciativas quanto a organização das cargas pelos carregadores – “aspecto imundo de todos e as cargas [...] promiscuamente acomodad[as] dentro de cada espécie de mu-hamba”, como descreveram Capello e Ivens [vide epígrafe deste texto] – os “registros gráficos

⁷⁰ O esboço da imagem maior é de Roberto Ivens e foi publicado em CAPELLO, H. e IVENS, R. **De Benguella...**, 1881, vol. I, p. 69. O esboço da figura menor é de Henrique de Carvalho e pode ser encontrado em: **Apontamentos sobre os usos e costumes dos Povos da Região Central d’Africa e mais particularmente da Lunda**. Luambata, 3 de maio de 1887. AHU SEMU DGU 1L ANG Cx. 1092.

desenhados”⁷¹ são interstícios visuais presentes nos seus discursos escritos e que demonstram uma organização para proveito das atividades de transporte de produtos.

Os carregadores não só exigiam que as cargas fossem organizadas ao seu modo, como recusavam aquelas excessivamente pesadas. Essa recusa podia se dar no momento do contrato ou quando mesmo assim obrigados a carregar o fardo pesado o abandonavam pelo caminho.

Comércio de borracha. 1912.

Recorte da fotografia do alferes de infantaria José de Velloso de Castro.⁷² As varas compridas nas mãos dos carregadores, Capello e Ivens chamaram de mangos. Era possível que alguns fardos fossem somente amarrados aos mangos, sem os cestos.⁷³

⁷¹A expressão “registros gráficos desenhados” são de TAQUELIM, Mara. **Desenhando em viagem**. Os cadernos de África de Roberto Ivens. Lisboa, 2008. Dissertação (Mestrado em desenho) – Faculdade de Belas-Artes / Universidade de Lisboa, p. 48. Mais à frente, a autora irá afirmar que “os cadernos, sendo um espaço de privacidade para o seu autor, transformam-se num local de liberdade, de experimentação, de descoberta e consequente criatividade. Eles são o percurso visual, pessoal e emotivo e são igualmente um espaço exploratório. Também aqui, Roberto Ivens analisou, registrou e experimentou a associação de materiais, memorizando pessoas, locais e acontecimentos”, p. 49.

⁷²Arquivo Histórico Militar. PT/AHM/FE/CAVE/VC/A10/1798. Disponível em: <http://arqhist.exercito.pt/details?id=160940> Acesso em: outubro de 2015.

⁷³ CAPELLO, H. e IVENS, R. **De Benguella...**, 1881, vol. I, p. 71.

No seu estudo sobre os carregadores, Alfredo Margarido afirmou que um carregador levava em média 25kg, embora os portugueses tentassem impor um peso maior de 80 libras ou 40kg.⁷⁴ Silva Porto escreveu que os carregadores, na época em que eram predominantemente escravizados, levavam 80 libras em cera ou marfim, “salvo o dar-se a hipótese neste segundo género, da ponta exceder tal pezo, porque em semelhante caso é carregado por dous pretos”.⁷⁵ O caçador Alfredo de Sarmiento também afirmou que os carregadores transportavam 40kg em média.⁷⁶ Henrique de Carvalho foi mais além, afirmou que na muhamba os carregadores acondicionavam volumes pesando até 60 kg.⁷⁷

É já bastante conhecida que uma das formas de imposição violenta aos carregadores das regiões próximas aos presídios portugueses era “dar-lhes cargas com o peso de 85 a 90 libras”.⁷⁸ Por isso, eram frequentes as recusas dos carregadores por cargas incômodas e excessivamente pesadas.

Sobre esta questão escreveu Carvalho que eram os carregadores, quando chamados para pegar as cargas, que escolhiam aquelas que se “ageitavam pelo peso e forma ao seu modo de transporte”. “Pediam uma carga, olhavam para ella, gastavam tempo em experiências só para a arrastar” e quando a achavam pesada “faziam caretas e accionados de espanto, mostrando assim aos companheiros que os observavam, que eram muito pesadas e desanimando-os de tentarem também reconhecer-lhe o peso!”.⁷⁹

⁷⁴ MARGARIDO, Alfredo. Les porteurs: forme de domination et agents de changement em Angola (XVII-XIXe. Siècles). **Revue Française d'Histoire d'Outre-mer**. Tomo LXV, 240, 1978, p. 389.

⁷⁵ Porém, nos últimos anos do século XIX, para o sul de Angola, há notícia de que a média do peso de carregamento era de 24kg no transito entre Benguela e Caconda. SERRÃO, Manuel F. da Costa. Systema ferro-viário de penetração em África. Linha do sul de Angola. Missão de estudos (1895-1897). **Revista de Obras Públicas e Minas**. Lisboa: Imprensa Nacional, jul.-ago.-set. 1901, n.ºs. 367 a 369, tomo XXXI – 1900, p. 264. Sobre a informação de Silva Porto, ver: PORTO, António F. F. da Silva. Notas para retocar a minha obra logo que as circunstâncias o permitam. Manuscrito de 1866. Sociedade de Geografia de Lisboa, reservados 2-c. 7. Capítulo 11. Transcrito e publicado em: HENRIQUES, Isabel Castro. **Percursos de Modernidade em Angola...**, 1997, p. 747.

⁷⁶ SARMENTO, Alfredo de. **Os sertões d'Africa...**, 1880, p. 122-123.

⁷⁷ CARVALHO, H. *Ethnographia e História...*, 1890, p.290.

⁷⁸ “Os sofrimentos de um carregador que vai para o sertão” - Extracto de um manuscrito de João Saraiva da Fonseca que descreve uma viagem de Luanda a Ambaca, em 1843, in Arquivo Histórico Ultramarino. Sá da Bandeira, Coleção de documentos referentes às colónias portuguesas, maço 5. ALEXANDRE, Valentim. **Origens do colonialismo português moderno (1822-1891)**. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1979, p. 151-153.

⁷⁹ Ainda escreveu Carvalho sobre esta situação: “Por vezes tivemos necessidade, ainda que isso nos fosse penoso, de levantar algumas cargas para os animar e dispô-los a tomarem conta d'ellas. Foi preciso discutir

Muito observador de tudo, Henrique de Carvalho também descreveu sobre a organização dos volumes que os carregadores do comércio não estavam acostumados a transportar, como as “caixas científicas” dos exploradores europeus com seus livros, instrumentos, materiais de fotografia, remédios, entre outros; tudo embalado em volumes que dificultavam o seu transporte por uma pessoa, por serem pesados, ou por duas pessoas, por serem “incômodos e de estarem na marcha os carregadores sempre um na dependência do outro”.

Já Capello e Ivens também fazem o mesmo reparo, não para dizer sobre as amolações que tais cargas europeias poderiam ser para os carregadores transportarem, mas para reafirmar que não confiavam nas muhambas e pouco menos nos seus donos. Angústia, escreveram eles, era o que sentiam quando viam “caixas, sacos e instrumentos” confiados “à instabilidade de quatro ramos e aos pretos pouco cuidadosos”, quando nas ocasiões de travessia de rios “se suspendia quasi a circulação do sangue, vendo qualquer d’elles hesitar e tremer, prestes a cair á agua com o volume dos diários e cadernetas”.⁸⁰

É certo que muitos escritos dos exploradores acabaram por se perderem nos caminhos, como as cartas, mapas e diários de Capello e Ivens, consumidos pelo fogo no acampamento dos exploradores.⁸¹ Porém, não se pode negar que muito das “cargas científicas” dos expedicionários, transportadas pelos carregadores, não só chegou ao seu destino na Europa a salvo, como perdura no tempo, conservada nos arquivos portugueses e disponíveis para consulta. Afinal, são, justamente, parte dos conteúdos destas cargas que pude acessar para desenvolver essa pesquisa.

Em suma, mesmo cargas destinadas a um homem de acordo com o peso

com elles, rir e mesmo caçoar da sua fraqueza, de modo a mostrar-lhe que o podiam fazer, mas que queriam enganar-nos; e a pouco e pouco conseguimos que ora um ora outro dos mais renitentes fosse separando a carga que mais lhe convinha. Era indubitável que uma manifestação de zanga, um mau modo, um gesto ameaçador na ocasião, seria o bastante para todos abandonarem as cargas e retirarem, sendo difícil depois tornar a reuni-los”. CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 121-122 e 491.

⁸⁰ CAPELLO, Hermenegildo, e Roberto IVENS. **De Angola à Contra-Costa**. Descrição de uma viagem através do continente africano compreendendo narrativas diversas, aventuras e importantes descobertas entre as quaes figuram a das origens do Lualaba, caminho entre as duas costas, visita às terras da Garanganja, Katanga e ao curso do Luapula, bem como a descida do Zambeze, do Choa ao Oceano. Lisboa: Imprensa Nacional, 1886, vol. II, p. 182. Excerto citado também por: TAQUELIM, Mara. **Desenhando em viagem...**, 2008, p. 49.

⁸¹ TAQUELIM, Mara. **Desenhando em viagem...**, 2008, p. 41-42; 48; 51.

adequado, os carregadores sempre preferiam aquelas que ele poderia desmontar e distribuir nas muambas entre os seus Kibese, ficando ele com a responsabilidade por toda a carga. Esse modo de organizar o carregamento com a ajuda de kibese era necessário devido aos outros materiais que os carregadores levavam consigo, “esteiras para se deitarem, roupa para vestirem, peneiras e gral para o amido, panellas, pratos, canecas, etc, e de carecerem ainda nas suas cargas de logar para as suas fazendas de ração e mesmo para as de seu negocio, etc”.⁸²

Por isso, os comerciantes sertanejos aconselhavam que as cargas fossem organizadas na presença dos chefes dos carregadores, os chamados “cabos”, para que eles pudessem deixa-las ao seu modo e de comum acordo com o negociante. Na casa comercial de Bensáude & Cia, no Dondo, procedeu-se a um desses rearranjos de cargas pela expedição de Carvalho. Além de adquirir ali “contaria, missangas, sal e outros artigos”, tratou-se de “relacionar tudo que existia, e reduzir os volumes ás proporções convenientes para poderem ser transportados pelos carregadores”.⁸³

Segundo os contratadores, porque desconfiavam sempre dos seus carregadores contratados, era-lhes mais vantajoso proceder desta forma do que entregar uma carga previamente enfardada, “porque passando para as mãos dos carregadores e fora das vistas de quem lh’a confiou, é logo a carga dividida por diversos e acondicionada a seu uso nas suas muhambas”.⁸⁴

Os agentes coloniais, ao longo do tempo, tentaram substituir os carregadores por animais de carga, muares, bois-cavalos e até dromedários. Porém, devido a mosca do sono (tsé-tsé), e, mais especialmente, aos terrenos acidentados, nem sempre os animais conseguiam realizar as viagens, ora se atolavam nos pântanos, ora afogavam nos rios. Nessas ocasiões, o que restava era salvar o boi

⁸² CARVALHO, H. Descrição, 1892, vol. II, p. 716-717. “Todo o carregador deseja cargas que se possam bem distribuir na sua mussasse, e so a carga que se lhe distribue é divisivel e de maior peso e não se pode ageitar bem nella, passa o excesso para o seu *quibessa* (*kibesa* ‘Ajudante’)”. CARVALHO, H. Ethnographia e História..., 1890, p.290.

⁸³ CARVALHO, H. Descrição..., 1890, vol. I, p. 99-100.

⁸⁴ CARVALHO, H. Descrição, 1890, vol. I, p. 312-313.

morto para alimentação da caravana.

Muitas são as anedotas contadas pelos viajantes sobre as dificuldades de se sustentarem em cima de um boi-cavalo. Até se acostumarem, era necessário algum tempo de treinamento. Pombeiros e ambaquistas eram os mais acostumados a este tipo de transporte, tanto que as representações dos artesãos africanos sobre eles é a figura de um homem montado no seu boi-cavalo.⁸⁵

Há algumas descrições de Henrique de Carvalho sobre as tentativas dos carregadores de sua expedição de montar bois-cavalos. Em uma delas, ainda antes de atravessar o rio Kwangu, na região que chamou de "Caringa, próximo ao rio", disse que se divertia com a cena do "boi que alguns montaram para experiência" e que os "entretive pela serie de trambolhões porque os fez passar".⁸⁶

**Desenhos de
Robert Ivens.**

⁸⁵ Em outro lugar tratarei com mais cuidado sobre estas representações de homem montado no boi-cavalo.

⁸⁶ CARVALHO, H. Descrição..., 1890, vol. I, p. 135-136.

O desenho de Roberto Ivens demonstra que montar um animal desses exigia destreza.⁸⁷ Na parte superior da imagem vemos uma pessoa, provavelmente um dos exploradores, tentando se equilibrar sobre o boi. E logo abaixo, na parte inferior, a representação mostra uma travessia de um curso d'água, além dos carregadores com as cargas levantadas sobre à cabeça, podemos ver os exploradores montados nos bois-cavalos.

Capello e Ivens escreveram sobre essa situação: “Pouco a pouco o terreno amolece, logo depois surge a água, onde os bois patinham”. Avançando mais, “a água já dava pelos joelhos aos animaes, a tres quartos pelo ventre, mais ávante cobriahes os peitos, fazendo nós e elles curso no humido fluido, rompendo a custo pelo denso cannavial”. Quando a água já na garupa e com os bois nadando, desequilibram-se os cavaleiros, que são atirados “em sentidos diversos! Uf! Um banho inesperado!”.⁸⁸ Era-lhes difícil “pisarem com maior segurança as [nada] duras pistas do mato”.⁸⁹

Já a experiência com camelos foi realizada pelo governo do distrito da Lunda, no início do século XX, especialmente para o transporte de armamento nas incursões militares para punir as chefias africanas rebeladas.

Em 1906, na repressão à revolta do Kaungula, estabelecido próximo à região do Kamaxilo, a coluna foi organizada pelo governador Veríssimo Sarmento sem carregadores, porque não era fácil consegui-los. Para fazer as vezes destes no transporte de munições e outras cargas para manutenção das tropas foram utilizados “13 praças de 2ª linha, 47 recrutas da 7ª e 9ª Companhias e 10 dromedários”.

Já usados em operações militares anteriores, como a de 1903 contra as populações da Jinga e do Holo, os dromedários no transporte das cargas eram entendidos por Veríssimo Sarmento como vantajosos a fazenda pública, já que,

⁸⁷ Desenho dos cadernos de viagem de Roberto Ivens, Expedição “De Angola à contra-costa”, 1884-85. Apresentado e analisado por TAQUELIM, Mara. **Desenhando em viagem...**, 2008, p. 70-71 e 108.

⁸⁸ CAPELLO, Hermenegildo, e Roberto IVENS. **De Angola à Contra-Costa...**, 1886, vol. I, p. 349-350. Parte deste trecho foi citado e relacionado com o desenho por: TAQUELIM, Mara. **Desenhando em viagem...**, 2008, p. 71.

⁸⁹ COSTA, Ferreira da. **Na pista do marfim e da morte**. Porto: Editora Educação Nacional Ltda., 1945, p. 193.

segundo o próprio governador, os 14 animais foram adquiridos nas Ilhas Canárias por 2800\$000 reis e, segundo os cálculos de Verissimo Sarmiento, já tinham feito “o transporte de cargas na importância de 3765\$400 reis, havendo portanto um saldo sobre o seu custo de 765\$406 reis”.

Além do mais, esses dromedários, escreveu Sarmiento, “contra a suposição de mentes que julgam que esses animaes só servem em paizes arenosos”, conseguiram transpor linhas d’agua e “terreno pedregoso, com muitos seixos e silicato de ferro em cascalho”.⁹⁰

Fotografia anexada ao relatório do governador Verissimo Sarmiento. 1906.

Esta era a mesma opinião de Alberto de Almeida Teixeira, que substituiu Verissimo Sarmiento no governo do distrito da Lunda, após sua morte em 1907. Na região percorrida pelas tropas, “acidentadíssima, cortada por ravinas profundas, de piso duro de rocha”, os dromedários foram capazes de subir algumas delas de “joelhos ou apoiados nos boletos, dobrando os membros anteriores pelas juntas das quartelas”.⁹¹

⁹⁰ SARMENTO, Veríssimo de Gouvêa. **Relatório das operações militares nas regiões do Xinge (sic) e Lunda, de janeiro a junho de 1906**. AHU SEMU DGU 1B Pt. 577. Parte deste relatório foi publicado em: SARMENTO, Veríssimo de Gouveia. **Operações militares nas regiões de Xinje e Lunda**: relatório de governador do distrito, janeiro a junho de 1906. Loanda: Impr. Nacional de Angola, 1916.

⁹¹ TEIXEIRA, A. de Almeida. **Lunda...**, 1948, p. 60. Teixeira preferia o transporte do armamento por esses animais do que pelos carregadores, que o faziam “à pinga”, como ele chamava as varas das muambas. Ver a mesma obra citada, p. 99.

No relatório das operações de ocupação de 1907, o uso dos dromedários não foi tão vantajoso nas regiões entre os rios Kwangu e Kwilu. Próximo aos “caminhos do Peinde e do Quioco”, “a marcha fez-se através de mata espessa, sendo necessário limpar e alargar o caminho seguido para permitir a passagem dos camelos carregados”. Além do mais, houve ainda a necessidade de usar os carregadores, inclusive com suas mulheres e crianças, para transportar outros artigos.⁹²

Menos capazes de superar os obstáculos, os animais de cargas também sofriam com as dificuldades dos terrenos. Para atingir os picos de serra, nem sempre era possível aos dromedários subirem de joelhos. Quando isso ocorria a solução era transportar as cargas dos camelos sobre os ombros dos homens e auxiliá-los com cordas na subida. Certa vez, escreveu Teixeira, mesmo os “sapadores terem dado toda a possível acessibilidade ao trilho”, um dos camelos escorregou no capim seco e despencou “encosta abaixo até o fundo da ravina, saindo são e salvo de tal percalço”.⁹³

Em 1910, os dromedários continuaram a ser utilizados, agora nas ações militares no Norte da Jinga. Porém, parte do percurso foi penoso para os animais, como escreveu o comandante João de Azevedo Lobo.⁹⁴ Em 1912, o uso dos dromedários já não parecia uma ideia tão boa assim: “camelos não tem dado resultado”, escreveu o Capitão Villas, no seu estudo sobre o distrito da Lunda, encomendado pelo governador geral de Angola.⁹⁵

A ideia do uso destes animais como meio de transporte em Angola não era nova. Vinha da administração portuguesa desde pelo menos do início do século XIX. Na década de 1810, o quinto conde das Galveias, d. João de Almeida de Melo e Castro já perguntava sobre a conveniência de enviar “hum casal de camelos” para Angola,

⁹² TEIXEIRA, A. de Almeida. **Lunda...**, 1948, p. 133 e 136.

⁹³ TEIXEIRA, A. de Almeida. **Lunda...**, 1948, p. 158-159.

⁹⁴ LOBO, João de Azevedo. **Coluna de operações ao norte da Jinga**. Relatório do comandante da coluna. 27 de agosto a 17 de setembro de 1910. Loanda: Imprensa Nacional de Angola, 1913, p. 5 e 9.

⁹⁵ VILLAS, Gaspar do Couto Ribeiro. **Relatório de estudo no Distrito da Lunda**. (17 de setembro a 18 de outubro de 1912) pelo Capitão Gaspar do Couto Ribeiro Villas. Arquivo Histórico Militar - PTAHM - DIV/2/2/19/8.

já que o tráfico se achava “quasi impedido por falta de carregadores”, pois “os negros espancados pelos certanejos” fugiam e desapareciam.⁹⁶

O visconde Sá da Bandeira também tratou do assunto. Nas notas que escreveu como comentário à memória produzida por José Maria de Lacerda, publicada nos *Annaes Marítimos Coloniaes*, o estadista português escreveu sobre o transporte de camelos das Canárias para Angola, em 1838. Defendeu a substituição dos carregadores por estes animais de carga, com o fito de acabar com o que chamou de “abuso atroz” que existia na colônia angolana: “serem forçados os negros livres a caminharem centenares de legoas carregados com fazendas de negociantes particulares, que as fazem transportar para o sertão, destinadas em geral para o tráfico da escravatura”. Além de sofrerem com o trabalho que era árduo, ainda eram “matratados com pancadas e por outros meios” e recebiam muito pouco por seu trabalho, “porque tal se nao pode considerar alguns centos de reis pagos no fim de elles haverem marchado muitos centos de legoas”.⁹⁷

Como bem argumentou Alfredo Margarido, essa defesa dos carregadores por parte de autoridades lusas não tinha nada de filantrópico. Antes, tratavam-se de intervenções para coibir as ações danosas dos funcionários, como os capitães-mores, à administração colonial e impedir a fuga das populações africanas para as regiões do continente não alcançadas pela administração portuguesa.⁹⁸

Também por isso, que ideias como essa, da substituição dos carregadores por animais de cargas, perduraram até a virada do século. Não à toa, os escritos de Sá da Bandeira foram rememorados no relatório de Veríssimo de Sarmento.⁹⁹ Porém, Sá

⁹⁶ c.1810 – Ofício (**minuta**) do [5o Conde das Galveias], d. João de Almeida de Melo e Castro, [secretário de Estado da Marinha e Conquistas], para o sr. Freitas informando ter remetido um maço de requerimentos e um aviso que deve ser encaminhado à Junta do Comércio. Anexos minutas do Conde das Galveias, entre outros assuntos, sobre a falta de carregadores pois são espancados por sertanejos e fogem”. Col. IHGB dl82, 05.14

⁹⁷ BANDEIRA, Sá. Notas à Memória “Observações sobre a viagem da costa d’Angola á costa de Moçambique, por José Maria de Lacerda”. *Annaes Marítimos e Coloniaes*. Parte não official. Memórias e documentos originaes, nº 5, 4ª série, 02 jun. 1844, p. 206-207.

⁹⁸ MARGARIDO, Alfredo. *Les porteurs...*, 1978, p. 378. Sobre o tema das violências sofridas pelos carregadores das regiões angolanas controladas pelos agentes portugueses, ver o meu: **Barganhando sobrevivências...**, 2013, p. 25-29.

⁹⁹ “No Trabalho Rural Africano de Sá da Bandeira se lê que, no anno de 1839, foram transportados das Ilhas Canárias para Angola alguns camêllos dos dois sexos, os quaes ali se deram bem, emquanto foram bem tratados e reproduziram-se: com elles estabeleceu o Governador Pedro Alexandrino da Cunha um serviço regular de transportes, entre a Cidade de Loanda e Calumbo na margem do rio Cuanza. Depois de retirada d’este zeloso funcionário, descuidaram-se do tratamento d’aquelles animaes a ponto de

da Bandeira atribui a descontinuidade de uma política de transporte favorável ao uso de animais de carga, Sá da Bandeira atribuiu aos interesses dos negociantes associados às autoridades em Angola, que “tiveram arte para fazer continuar o gênero de opressão” aos carregadores. Porque para ambos era mais vantajoso pagar por cada carregador “apenas 4, 5 ou 6:000 réis, quantia que para si recebe o comandante ou regente do districto”, enquanto que o aluguel de uma “besta para igual distancia, teria a pagar o mesmo negociante, muitas vezes a quantia que lhe custa um homem carregador”.¹⁰⁰

Sobre as variáveis distância e tempo, com base nas fontes, Linda Heywood fez uma comparação entre o transporte pelos carregadores e por animais de carga e constatou a vantagem dos primeiros. Segundo a historiadora, no sul de Angola, as carroças de bois percorriam 550 km em dois meses, locomovendo-se 5 horas por dia. Já os carregadores, percorriam em 25 dias a mesma distância, só que caminhando 19km diários.¹⁰¹

Portanto, além das dificuldades para transpor os terrenos acidentados e da incidência da mosca tsé-tsé, o negócio realizado às costas dos carregadores era um abuso rendoso aos comerciantes e aos funcionários lusos que continuaria até pelo menos a primeira metade do século XX.¹⁰²

Desse modo, o estudo dos carregadores do transporte do comércio de longa distância na África centro-ocidental pode ensejar também um conhecimento mais

morrerem todos. Assim se perdeu um ensaio que poderia ter sido de grande utilidade para a Colonia.”. SARMENTO, Veríssimo de Gouvêa. **Relatório das operações militares nas regiões do Xinge (sic) e Lunda, de janeiro a junho de 1906**. AHU SEMU DGU 1B Pt. 577.

¹⁰⁰ BANDEIRA, Sá. Notas..., 1844, p. 207.

¹⁰¹ HEYWOOD, Linda. Porters, Trade, and Power: The Politics of Labor in the Central Highlands of Angola, 1850-1914. In: COQUERY-VIDROVITCH, C. & LOVEJOY, Paul (eds.). **The Workers of African Trade**. Beverly Hills: Sage Publications, 1985, p. 245-246. Esta comparação de Heywood também foi citada por FERREIRA, Roquinaldo. **Dos sertões ao Atlântico: tráfico ilegal de escravos e comércio lícito em Angola, 1830-1860**. Rio de Janeiro, 1996. Dissertação (Mestrado em História Social). IFCS-UFRJ, p. 190.

¹⁰² Sobre as colunas militares e suas ações na Lunda em 1920, Teixeira escreveu: “Apesar da viatura semovente já ter feito o seu aparecimento em Angola e das estradas se rasgarem em diversas direcções, o carregador continuava a ser aqui o recurso único para os transportes, à falta de gado, de viaturas e mesmo de caminhos apropriados para elas, com as dificuldades inerentes ao seu engajamento, à sua guarda para que não fugissem e à sua alimentação – um velho problema dificilmente solúvel. Disponha-se apenas de uma galera, de um carro alentejano e de dois camelos e tão somente de um cavalo, duas muas e sete jumentos para transportar trinta e oito europeus que faziam parte das forças empregadas”. TEIXEIRA, A. de Almeida. **Lunda...**, 1948, p. 229.

aprofundado sobre as intenções e práticas colonizadoras dos agentes portugueses, como já alertou Alfredo Margarido.

Por isso, é preciso ir além. Considerar, por exemplo, considerar os interesses europeus por produtos africanos, assim como, os interesses africanos por produtos europeus. Uma forma de fazer isso é conhecer os materiais transportados pelos carregadores e seus agregados em suas muhambas.

Os carregadores ao saberem fazer as cargas chegarem ao seu destino, laboravam e trabalhavam para obter produtos de suas necessidades e apreciação. Além da borracha, do marfim, da cera e da goma; as fazendas, as miçangas, as contas, as tachas de metal, as armas de fogo, entre outros, descortinam um processo em que os interesses de agentes de diferentes procedências ora se entrelaçam, ora se sobrepõem.

Miçangas e contas fazem parte deste processo. Com o seu trabalho nas caravanas, além de obtê-las para com elas adquirem alimentos, os agentes comuns (carregadores e seus agregados) as utilizavam para adornar os seus corpos e seus objetos de culto e vestuário. Esta era uma demanda que surgia de sua sociabilidade: “de uma série de práticas e classificações sociais, em vez de uma misteriosa revelação das necessidades humanas”.¹⁰³

Sendo de vários tipos, formas e cores, as miçangas e contas faziam parte de circuitos comerciais integrados na escala macro por várias regiões da África centro-ocidental e europeias. Inglaterra – Portugal – Luanda – Ambriz – Lunda, junto com outras mercadorias, as pequenas miçangas e contas eram trocadas por borracha, por exemplo, e esta percorria o sentido oposto. Circuitos que se entrelaçavam por interesses diferentes, mas que se sobrepunham ora pelo poderio econômico e tecnológico de uns, ora pelo controle político dos territórios de outros. Note-se que esta dualidade não se refere a europeus e africanos. Ela se refere ao contexto das relações políticas e comerciais, que podia colocar lado a lado portugueses e lunda, mbangala e cokwe, shinje e songo, mbundu e alemães, etc. Também por isso que a gestação da colonização de fato foi um processo moroso e violento.

¹⁰³ APPADURAI, Arjun. Introdução: mercadorias e a política de valor. In: APPADURAI, Arjun (org). **A vida social das coisas**: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: EdUFF, 2008, p. 46.

Consideradas “mercadorias ingratas” pelos comerciantes lusos, segundo Maria Emília Madeira Santos,¹⁰⁴ contas e miçangas com suas variedades alternavam-se na preferência das populações, que modificavam-lhes seus valores. Era, portanto, antes de tudo, necessário conhecer as demandas dos circuitos comerciais por determinadas contarias para ser bem-sucedido no comércio regional.

O quadro que apresentarei a seguir é uma amostra das qualidades das miçangas e contas e das diferentes possibilidades de trocas. Do termo genérico “missangas”, na grafia dos lusos, foi necessário aos agentes europeus (comerciantes, viajantes, administradores etc.) adotarem as nomenclaturas específicas para cada tipo, quanto mais conheciam os gostos das populações: “almandrilhas”, “cassungos”, “missanga branca grossa”, “maria segunda”, “missanga gimbo”, entre outras.¹⁰⁵

Os agentes alemães também reconheciam as demandas específicas das populações africanas. O explorador Max Buchner, na sua viagem de 1879 à Lunda, levou consigo cargas de miçangas: 500 kg de missanga branca grande; 170kg de maria segunda; 150kg de Kassungo; 10 molhos de roncalha e 20 molhos de almandrilha. O explorador alemão descreveu a utilidade de cada qualidade de miçanga, bem como a quem se destinava. Por exemplo, roncalhas e almandrilhas destinavam-se “apenas aos chefes de estado excluídas do comércio habitual dos plebeus”. A missanga branca, além de ornamento, era utilizada como “moeda miúda”: “vinte dessas missangas alinhadas num fio constituem no mercado de Mussumba a unidade monetária denominada ‘kabäs’ (fio, pl. tubäs)”. Buchner tratou ainda das equivalências utilizadas nos mercados e feiras: “um fio com 16 missangas maria segunda” tinha “o mesmo valor de dois fios de kassungo do comprimento de um dedo”. Um lunda conseguia se manter com dois fios de miçangas brancas por dia.¹⁰⁶

¹⁰⁴ SANTOS, Maria Emília Madeira. **Nos caminhos de África...**, 1998, p. 74.

¹⁰⁵ Rebelo de Sousa também trata de outros tipos de contas e miçangas que eram menos aceitas, tais como: “zimbo”, contas pequenas azuis; roncalha azul e branca; “olho de rola”; miçanga miúda; miçanga leite; miçanga azul celeste; miçanga preta, “esta muito aceita no Bailundo, mas não no Bié”. SOUSA, L. Rebelo de. **Moedas de Angola**. Luanda: Banco de Angola, 1967, p. 44-48.

¹⁰⁶ HEINTZE, B. **Pioneiros africanos...**, 2004, p. 418-419. Estudiosa dos exploradores alemães, Beatrix Heintze em outra obra referencial publicou também a opinião de outro explorador sobre o tema: “Para negociar géneros alimentícios e pequenas coisas utilizam-se na Mussumba, principalmente, missangas, ou seja: 1) uma vermelha, esmaltada de branco por dentro (conhecida na costa pelo nome de ‘Maria segunda’; 2) uma missanga branca muito vulgar de porcelana, que parece ser feita de osso, conhecida na costa pelo nome de ‘Missanga branca’. Da primeira, é aconselhável comprar uma de tamanho grande, da

Nas fontes luso-africanas que consultei as qualidades das miçangas no comércio na Lunda são quase as mesmas descritas pelos viajantes alemães, modificando as equivalências e seu poder de compra, que em muitos lugares deviam compor um conjunto com tecidos na aquisição de produtos. Dispostas em maços, bagos e fios, as medidas e embalagens também poderiam ser uma questão de exigência local. No Lubuku, região que no final do XIX, ainda existia o comércio de marfim, “já não aceitavam mais almandrilhas em fios, mas em “massos e outro sortimento”.¹⁰⁷

No quadro abaixo podemos ver que com as miçangas podia se adquirir alimentos como mandioca, batata-doce, feijão, ovos, frangos e bodes; mas também pagar por serviços dos carregadores e dos guias (como os cokwe que se ofereceram para levar o comerciante António Lopes de Carvalho à uma região abundante em marfim). Também por uma grande soma em miçanga era possível adquirir marfim.¹⁰⁸

As regiões destacadas na Tabela são pistas para conhecermos os circuitos onde as variadas miçangas e contas eram aceitas. A região de Mona Samba Mbango, no Shinje, por exemplo, era o “novo” caminho para os sertanejos de Malanje, que começaram a segui-lo na década de 1870 com o intuito de contornar Kasanje. Caminho percorrido há mais tempo pelas caravanas mbangala por conta do comércio do sal do Lui.

segunda, uma de tamanho médio. Os dois tipos de missangas encontram-se à venda em vários tamanhos; contudo, as missangas demasiado grandes ou demasiado pequenas quase não têm valor. (Pogge 1880: 141)”. HEINTZE, Beatrix. **Exploradores alemães em Angola (1611-1954)**. Apropriações etnográficas entre comércio de escravos, colonialismo e ciência, 2010, p. 322. eBook disponível em: <http://www.frobenius-institut.de/images/downloads/exploradores.pdf> Acesso em: outubro de 2015.

¹⁰⁷ Cópia da correspondência de António Lopes de Carvalho a Custódio Machado, de Cula-Muchito, 3 de maio de 1884. **Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição**. AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092. Também publicada em: CARVALHO, H. Descrição..., 1890, vol. I, p. 345-346.

¹⁰⁸ Cópia da correspondência de António Lopes de Carvalho a Custódio Machado, de Cula-Muchito, 3 de maio de 1884...

Quadro – Miçangas e contas

Nome	Característica	Embalagem	Região	Medidas	Valores
Miçanga	Referência genérica	“Vinham emmassadas da origem em conjuntos de 46 a 60 contas. Depois agrupados em conjuntos de 6, 10 ou 15 fios, dependendo da missanga” ⁽¹⁾	N’gunza Muquinge (rio Kwengu, em 26/06 a 24/07/1885) ⁽²⁾	Kete = fio “era a distância entre a extremidade do indicador e a cava do polegar” ⁽¹⁾ Massete (Sisenando, p. 198)	5 fios de missanga = 25 réis – 700 ou 800g de batata doce ⁽²⁾
		“Enfiadas em cordéis finos, em número determinado – 7 a 8 contas -, para facilitar a contagem” ⁽¹⁾			1 jarda de chita e 10 fios de missanga = cerca de 1kg de feijão ⁽²⁾
Almandrilha	Conta alongada. Fina e grossa. Apipada ou riscada de forma alongada e 1cm de comprimento.		N’gunza Muquinge (rio Kwengu, em 24/07/1885) ⁽²⁾	Fios	6 fios de almandrilhas = 180 réis = 3 frangãos ⁽²⁾
			Acampamento no rio Luachimo (21 a 30 10/1885) ⁽²⁾		2 fios de almandrilhas = 120 réis = 3 ovos ⁽²⁾
			Acampamento no rio Quihumbo (13 a 16/02/1886) ⁽²⁾		10 almandrilhas = 50 réis = 200g de feijão ⁽²⁾
			Região de Cabau (Lubuco) (1884) ⁽³⁾		5 jardas de riscado e 1 fio de almandrilhas = 790 réis = um bode pequeno ⁽²⁾
			Malanje ^{(7) (8)}		100 mil bagos de buzio (12-A) independente de almandrilhas = 1 ponta de marfim ⁽³⁾
					Agentes cokwe ofereceram levar o comerciante António Lopes de Carvalho à região abundante em Marfim = 8 mil bagos de búzio, 400 de almandrilhas, 2 campainhas e alguma fazenda para vestir ⁽³⁾
Cassungu	Conta de bordado. Azul, branca e encarnada		Lunda da região do N’zovo – preferência por cassungu branco ⁽²⁾	Fios Macete	2 palmos de riscado, 10 contas Maria II e 10 fios de cassungu branco = 1 quinda de fuba, um punhado de ginguba e 1 franga ⁽²⁾
					10 almandrilhas = 50 réis = 4 ovos ⁽²⁾

			N'Seige (caminho para o N'zovo – 14/01/1886) (2)		Uma enfiada de Maria II e 2 fios de cassungo branco = 4 ovos (“retribuição de presente que equivaleria a 24 ovos”) (2)
			Malange (4) (5) (8)		Uma porção de cassungo e missanga branca = gratificação aos músicos (4)
			Muanangana Quíngui (próximo ao rio Luachimo)(4)		25 macetes de cassungo curto = 3750 réis (5)
					20 massos cassungo encarnado = 3200 réis(8)
					5 massetes de cassungo grosso = 2000 réis(9)
			Mona Samba Mbango – Shinje(9)		21 massete de cassungo = 6300 réis (9)
Miçanga Maria II	Pequena conta encarnada na face exterior e branca no interior, com cerca de 3mm de diâmetro		“Praticamente aceita em quase toda a África Austral” (1)	Bago Enfiada Maço Macete	“1200 contas de Maria II = 1 peça de fazenda”(1)
			N'Seige (caminho para o N'zovo – 14/01/1886) (2)		10 contas de Maria IIª = 6 raízes de mandioca”(1)
			N'zovo (01/1886)(2)		2 palmos de riscado, 10 contas Maria II e 10 fios de cassungo branco = 1 quinda de fuba, um punhado de ginguba e 1 franga (2)
			Malange (4) (5) (7)		Uma enfiada de Maria II e 2 fios de cassungo branco = 4 ovos (retribuição de presente que equivaleria a 24 ovos na região) (2)
					1 macete de Maria II = 8 bandos de algodão = pagamento de carregadores (4)
			Mona Samba Mbango – Shinje(9)		14 libras de missangas Maria II grossa = 14700 réis(9)
Miçanga gimbo grossa			Malanje(5) (7)	Fios	5 maços de missanga gimbo = 4500 réis(5)
					36 massos de missanga guimbo = 16200 réis(7)
Miçanga branca grossa			“Apreciada na Lunda, mas não no Sul” (1) (6)	Fios Porções	Uma porção de cassungo e missanga branca = gratificação aos músicos (4)
			Muanangana Quíngui (próximo

			ao rio Luachimo)(4)		
--	--	--	------------------------	--	--

Fontes:

- (1) - SOUSA, L. Rebelo de. **Moedas de Angola**. Luanda: Banco de Angola, 1967, p. 44-48.
- (2) – MARQUES, A. S. **Expedição Portuguesa ao Muata-Yanvo**. Os climas e as produções das terras de Malange à Lunda. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889, p. 228; 323-324; 415-416; 647-648.
- (3) - Cópia da correspondência de António Lopes de Carvalho a Custódio Machado, de Cula-Muchito, 3 de maio de 1884. **Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição**. AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092. Também publicada em: CARVALHO, H. Descrição..., 1890, vol. I, p. 345-346.
- (4) – CARVALHO, H. Descrição..., 1890, vol. I, p. 315; 1893, vol. III, p. 335
- (5) - Fatura da casa comercial de Custódio José de Souza Machado. Pagamento de 4 meses de ordenado e 1 mês de ração em favor de António Bezerra de Lisboa, 1º intérprete da Expedição Portuguesa à África Central. Malanje, 10 de outubro de 1884. **Pasta Documentos de despesa da Expedição**. AHU SEMU DGU 1L ANG Cx. 1091.
- (6) - CAPELLO, Hermenegildo, e Roberto IVENS. **De Benguela às Terras de lácça...**, 1881, vol. I, p. 6-7.
- (7) – Fatura de João Pinto da Cunha de fornecimentos feitos ao governo do Districto da Lunda. Malanje, 28 de janeiro de 1896. **Maço Expedição à Lunda. Contas de diversos credores**. 1732 SEMU DGU 1C Mç. 1896-1898 - Expedição à Lunda – Ang
- (8) – Fatura de M. Neves & Companhia de fornecimentos feitos ao governo do Districto da Lunda. Malanje, 14 de dezembro de 1895. **Maço Expedição à Lunda. Contas de diversos credores**. 1732 SEMU DGU 1C Mç. 1896-1898 - Expedição à Lunda – Ang
- (9) Fatura da casa comercial de Custódio José de Sousa Machado, a cargo de José de Antonio de Vasconcellos. Conta do major Henrique Augusto Dias de Carvalho. (a) José Antonio de Vasconcellos, Quango, 16 de fevereiro de 1885. **Pasta Documentos de despesa da Expedição**. AHU SEMU DGU 1L ANG Cx. 1091.

Miçangas e contas eram bem aceitas nos mercados africanos porque agregavam valor econômico e social. Mesmo que não houvesse uma padronização do poder de compra com esses artigos, como podemos verificar no campo valores da tabela, é possível tecer algumas considerações sobre a sua importância para os agentes africanos.

Os adornos corporais feitos com miçangas e contaria “simplesmente enfiadas e que facilmente se soltavam” eram usados como “colares, fiadas cruzadas sobre o peito ou sobre os ombros à tiracolo ou também à cintura”, em “braceletes ou anilhas nos braços e pernas”, e ainda “enfiados nas tranças do cabelo”. Eram considerados como um pecúlio ao qual se “recorria para satisfação de qualquer necessidade ou apetite inesperado, se lhes faltavam outros recursos”. Henrique de Carvalho escreveu que o próprio muatiânvua interino Mucanza “querendo comprar

no Calânhi um pouco de sal” para dar ao major português, “tirara do cabelo quatro contas grandes apipadas”.¹⁰⁹

Aos acampamentos dos carregadores costumavam ir as mulheres das povoações próximas para trocarem suas produções alimentícias por miçangas e fazendas. As vendedoras cokwe fotografadas pelo capitão Sertório de Aguiar, ajudante da expedição de Carvalho, foi um dos grupos que frequentaram o acampamento da expedição para vender fuba e farinha de milho que traziam em seus cestos. Belas são as variadas formas de uso das miçangas na cabeça, pescoço e ombro.¹¹⁰

¹⁰⁹ CARVALHO, H. *Ethnographia e História...*, 1890, p. 334-336. Outros adornos, como as insígnias de poder ou de autoridade, eram produzidos por técnicas mais elaboradas, dispensando a facilidade de retirar-lhes as miçangas. Um exemplo é a miluína do muatiânvua, um adereço de cabeça feito por “dois pendentes compostos por uma estrutura em fibras vegetais entrançadas (provavelmente fibras de cabama ou lutombe) que é revestida com tecido de algodão inteiramente coberto de missangas”. JORGE, Lia Santos. **A Coleção Henrique de Carvalho da Sociedade de Geografia de Lisboa à luz de um plano de estudo e conservação e restauro**. Lisboa, 2008. Dissertação (Mestrado em Museologia). Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) / Instituto Universitário de Lisboa (IUL), p. 54-55.

¹¹⁰ São duas as fotografias das mesmas mulheres no álbum, para tanto ver: **Álbum da Expedição Portuguesa ao Muatiânvua**. Disponível em: <http://henriquedecarvalho.bnportugal.pt/fotos/foto151.htm> e <http://henriquedecarvalho.bnportugal.pt/fotos/foto110.htm> Acesso em: outubro de 2015.

Lia Jorge, que trabalhou na conservação e restauração do acervo da expedição de Carvalho, que está sob a guarda da Sociedade de Geografia de Lisboa, afirma que as missangas e as contas de vidro que compõe algumas peças são provavelmente produtos de importação. Para uma identificação segura da procedência destes materiais, garante a especialista, “só poderia ser obtida através da análise composicional do vidro”, algo que fugia da alçada do seu trabalho. Porém, Jorge avança que as miçangas e contas presentes na miluína, a insígnia de poder do muatiânvua que restaurou, poderiam ter sido produzidas num dos quatro grandes centros vidreiros ativos no XIX, que estavam na Holanda, Veneza, Boémia e Morávia. A maior parte da produção de contas e miçangas vítreas destes centros era destinada aos mercados africanos.¹¹¹

Sobre esta questão, analisando um apenso ao relatório do governador-geral de Angola a respeito das alfândegas de Luanda, Benguela, Moçamedes e Ambriz dos anos de 1880 a 1884, foi possível perceber que o porto principal de entrada era Ambriz e a procedência da maior parte destas mercadorias era a Inglaterra e a Holanda.¹¹²

Na tabela de Importação Geral da alfândega de Luanda somente para o ano de 1880 há referências a entrada de “missanga, almandrilhas, coral falso” no valor de 2:792\$686 réis e “missanga ordinária” no valor de 1:322\$600 réis. Na contabilidade da alfândega de Benguela, “coral e almandrilha” aparecem com o valor de entrada de 3:305\$600 réis somente para o ano de 1880 e “contaria” para os anos de 1880 e 1882, com os valores de 160\$000 e 60\$000, respectivamente. A procedência destas mercadorias com entrada neste último porto era Portugal e “Possessões Portuguesas Ultramarinas”. Não encontrei no relatório menção a proveniência das miçangas e contas que entraram pelo porto de Luanda.¹¹³

Melhor referenciadas são as contarias entradas pelo porto de Ambriz:

¹¹¹ JORGE, Lia Santos. *A Colecção Henrique de Carvalho da Sociedade de Geografia de Lisboa à luz de um plano de estudo, conservação e restauro...*, 2008, p. 56.

¹¹² *Estatística Commercial da Provincia de Angola*. (Appenso ao relatório do Governador Geral da Província de Angola em 1887). Lisboa: Imprensa Nacional, 1889.

¹¹³ *Estatística Commercial da Provincia de Angola...*, p. 47 e 65-66.

Quadro - “Contaria de todas as qualidades, como missangas, almandrilhas e coral falso”¹¹⁴

Ano	Valores
1880	7:649\$436
1881	10:004\$838
1882	7:759\$397
1883	7:326\$858
1884	11:908\$070
Total:	44:648\$599

Destes números, a procedência das mercadorias foi:¹¹⁵

Quadro – Procedência das miçangas e contas

Ano	Alemanha	França	Holanda	Inglaterra
1880	815\$528	-	-	6:833\$908
1881	1:439\$700	960\$000	-	7:605\$138
1882	759\$175	-	-	7:000\$222
1883	261\$200	-	260\$500	6:805\$158
1884	3:340\$811	1:438\$500	132\$000	6:996\$759
Total:	6:616\$414	2:398\$500	392\$500	35:241\$185

¹¹⁴ **Estatística Commercial da Provincia de Angola...**, p. 100. Além dessas referências, há ainda para os anos de 1882, 1883 e 1884 a entrada no mesmo porto do chamado “coral verdadeiro”. Os valores foram, respectivamente: 343\$960; 4:443\$595 e 428\$860.

¹¹⁵ **Estatística Commercial da Provincia de Angola...**, p. 104. Quanto ao “coral verdadeiro”, a maior importação provinha da Inglaterra, com o total para os anos de 1882, 1883 e 1884 de 5:185\$425 réis e somente 30\$990 de Portugal.

Tendo consciência que as tabelas expressam parte da realidade do comércio internacional ao norte de Luanda, devido ao acirramento das disputas entre agentes de diferentes procedências, nem sempre de fácil controle pela administração lusa, os números registrados demonstram que pelo porto de Ambriz chegava da Inglaterra, principalmente, o grosso da importação da contaria e miçanga para as regiões da África centro-ocidental.

Desde pelo menos o final do século XVIII, que Ambriz tomou vulto na documentação europeia sobre o comércio internacional como um importante porto de entrada e saída de mercadorias. Maria Cristina Wissenbach, que estudou o porto de Ambriz, chamou a atenção para sua integração ao “sistema comercial do Baixo Congo”, isto é, a sua articulação com os “principais mercados africanos da região e aos outros portos localizados na costa atlântica e no extenso estuário do rio Kongo”. Eram os mercados africanos que, em troca de tecidos, miçangas, armas, entre outros artigos europeus, abasteciam os navios estrangeiros de produtos da terra, como borracha, goma, marfim, mas principalmente de gente para o trabalho escravizado e ‘livre’ nas Américas e ilhas atlânticas.¹¹⁶

Com a concepção da historiadora sobre o sistema comercial do Baixo Congo concordam os registros das alfândegas angolanas. O grosso da importação dos primeiros anos da década de 1880, como visto nas tabelas, demonstra que Ambriz continuava a ser um porto relevante, capaz de superar as importantes praças comerciais de Luanda e Benguela na entrada de produtos de suma importância para os negócios africanos no interior do continente.¹¹⁷

Portanto, a década de 1880 continuou a processar um movimento contínuo da presença europeia, não só portuguesa, nas regiões ao norte de Luanda. Sendo que nos últimos anos do século XIX, intensificou-se a interiorização do continente por elementos de origem não africana através da bacia do Kongo interligada aos rios

¹¹⁶ WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Dinâmicas históricas de um porto centro-africano: Ambriz e o Baixo Congo nos finais do tráfico Atlântico de escravos (1840-1870). **Revista de História**. n.º. 172, jan. jun. 2015, p. 167.

¹¹⁷ A relevância de Ambriz e outros pontos da costa atlântica deu-se por meio dos comerciantes de “muitas nacionalidades” que se estabeleceram na região com suas “casas mercantis, com certa primazia de mercadores brasileiros e portugueses vis-à-vis a intensidade do tráfico em direção à costa brasileira e também a Havana até a década de 1860”. WISSENBACH, M. C. C. Dinâmicas históricas de um porto centro-africano..., 2015, p. 182.

Kasai e Kwangu. Junto a esse movimento, temos a importante viabilização da conexão dos sistemas comerciais por parte das caravanas de carregadores africanos, especializadas nos circuitos que ligavam o interior ao litoral.¹¹⁸

É pelo fato de ter havido agências africanas na conexão destes sistemas que posso explicar os seus interesses por produtos europeus, como as contarias e miçangas mencionadas, mas também outros artigos tão ou talvez mais importantes como os tecidos de fabricação europeia. Porém, mesmo assim, ainda é preciso relativizar o tema, não o generalizando como “necessidades africanas por produtos europeus”, porque “nem sempre, nem em todos os lugares” os tecidos europeus foram os preferidos. Há que se considerar também a produção têxtil africana de tecidos de algodão e de ráfia, além dos diferentes empregos dos tecidos como vestuário e adorno ou como “reserva de valor para compras futuras”.¹¹⁹

Na listagem das mercadorias aceitas no comércio da Lunda, o sertanejo Custódio Machado assinalou as várias qualidades de tecidos em circulação, são elas:¹²⁰

Quadro – Tecidos:

Nome	Característica	Região	Medidas	Valores
Riscado americano de 2ª ⁽¹⁾	Variado número de padrões ⁽¹⁾ Peças de algodão ⁽⁷⁾	“terras do Bié, Quioco, Cassange, Peinde etc.” ⁽²⁾ Mona Samba Mbango – Shinje ⁽³⁾	18 jardas de comprimento, 24 polegadas de largura em 18 dobras. Ainda com menos jardas e menos largura, mas as mesmas dobras para dar impressão de que as medidas continuavam as mesmas: 12 jardas de	1 jarda de riscado = 1 galinha e ½ jarda de riscado = 1 quinda de fuba (2 libras) ⁽²⁾ 2 pesas de riscado 2ª = 4200 réis ⁽³⁾ Riscados diversos = tributos de passagem ⁽⁷⁾ “1 peça de riscado de 8 jardas = pagamento por

¹¹⁸ Concordando mais uma vez com Wissenbach, pois a organização e a integração destes sistemas pelas sociedades africanas estavam “longe de obedecer a um esquema simplista ou primário”, passavam “por diversas jurisdições e direitos”, que faziam respeitar “cadências e tempos africanos”. WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Dinâmicas históricas de um porto centro-africano..., 2015, p. 176.

¹¹⁹ Maciel Santos chama atenção para esse importante aspecto em: Borracha e tecidos de algodão em Angola (1886-1932). O efeito renda. *Revista Angolana de Sociologia*. 10, 2012, p. 49-74. Disponível em: <http://ras.revues.org/245#bodyftn7> Acesso em: outubro de 2015.

¹²⁰ “Estes é que são os tecidos de mais fácil venda e os mais usuais e conhecidos, o que não obsta a que se introduzam outros para melhor, mas em quantidades moderadas até que o gosto se desenvolva”. Lista das mercadorias que mais convem para os mercados do interior d’esta parte da África, por ser com ellas que se fazem as permutações de cera, borracha e marfim, com os povos gentílicos. Correspondência de Custódio José de Sousa Machado ao chefe da expedição, Henrique Augusto Dias de Carvalho. CARVALHO, H. Descrição..., 1890, vol. I, p. 339-342.

			comprimento, 18 ou 20 polegadas de largura. “Mas para estes sertões não convém que o mesmo de 2ª traga menos de 14 jardas dobradas em 18 dobras” (1)	canoa para passagem do rio Kwangu” (9) 1 jarda de riscado = 20 mandiocas(10)
Riscado americano de 3ª(1)	Variado número de padrões, “porém muito mais ralo de tecido” (1) Peças de algodão(7)	Região do rio Lui(12)	Mesmo número de jardas e polegadas do riscado de 2ª. (1) “Panos estreitos, como o riscado = o mbându (uma braça com cerca de 2,2m) em Cokwe recebe o nome de mujoka” (8)	Riscados diversos = tributos de passagem(7) 2 peças de riscado xadrez = gratificação a duas mulheres para irem buscar mantimentos para vender aos carregadores(10) 3 peças de riscado = imposto de passagem na região do rio Lui(12)
Riscado Tafachi ou Tafaxi de 1ª largo(1)	“bastante procurado”(1) Peças de algodão(7)	Malanje (5)	14 e 18 jardas, ambos com 18 dobras(1)	180 peças de tafaxis 8/27 = 1050 = 189:000(5) Riscados diversos = tributos de passagem(7)
Maclusos estreitos(1)		Malanje (4)	14 jardas em 18 dobras(1)	25 peças de maclusos de 14 jardas = 1400 = 35000 (4)
Maclusos de 1ª e largos(1)			14 e 18 jardas, ambos com 18 dobras(1) “a braça de panos largos em Cokwe recebe o nome de tchitôngua” (8)	
Chitas estampadas(1)	“neste artigo há superior, médio, inferior e ordinário com mais ou menos preparo” (1) “Tecido de algodão estampado e colorido apresentando a variedade de chita fina(6)☒	Mona Samba Mbango – Shinje(3)	24 jardas com 24 dobras. (1)	1 peça de chita = 4500(3) 12 berame de chita medida = 500 = 6000(3)
Lenços de chita estampados de 12(1)	“diferentes gostos, mas de cores muito vivas e de tamanho regular, não convindo que sejam muito pequenos” (1) “As peças de lenços variavam entre 10, 12 e 15 unidades. Para a década de 1840 não aparece diferenciação de qualidade”(6)☒	Mona Samba Mbango – Shinje(3)	Em peça(1) “Em Cokwe, 1 peça (ou lupula) tinha para eles 4 itôngua (plural de tchitôngua (ou 4 mijoka), e uma luvunga valia 2 itôngua ou 2 mijoka (plural de mujoka)” (8)	15 peças de lenços azuis = 1500 = 22500(3) Peças lenços estamparias = tributos de passagem(7)
Baeta(1)	Azul e encarnada Pano de lã felpudo não pisoado - Dicionário Priberam da Língua(1) “A baeta, sendo um tecido caro, era utilizada em pequenas quantidades,		Em peça de 60 jardas(1)	Baetas de cor = tributos de passagem(7)

	reservadas a presentes ou tributos. (década de 1840)” ⁽⁶⁾ ☒			
Algodão ou pano cru ⁽¹⁾	“Variedade enorme com muito preparo conforme é mais ou menos ralo” ⁽¹⁾	Mona Samba Mbango – Shinje ⁽³⁾	20 jardas dobrado em 40 dobras e com 20, 24 e 30 polegadas. Também em 24, 28 e 30 jardas, mas sempre com 40 dobras ⁽¹⁾	5 peças de algodão = 15000 ⁽³⁾
Zuarte ⁽²⁾	Pano azul ou preto de algodão. Fazenda de algodão azul e escura ⁽²⁾ “Em Luanda e Benguela, 5 qualidades: zuartes de Benguela, primeira e segunda sorte; zuartes ingleses, primeira e segunda sorte; zuartes de Lisboa, primeira sorte. No sertão sem distinção, aparecendo apenas a designação zuarte” ⁽⁶⁾ ☒	Mona Samba Mbango – Shinje ⁽³⁾ Malanje ⁽⁵⁾	Caminho entre Pungo Andongo e Bié ⁽¹¹⁾	2 peças de zuarte = 3200 ⁽³⁾ 100 peças de zuarte 8/27- 1040 = 104:000 ⁽⁵⁾ Zuarte = tributos de passagem ⁽⁷⁾ 6 peças de zuarte – 8\$000 – 48\$000 = dívida paga ao soba do Luengue ou Quengue pela morte de sua filha junto ao sertanejo ⁽¹¹⁾
Fazenda de lei ⁽²⁾	“Espécie de tela de riscos azues orthogonaes”. ⁽²⁾ ☒ “Segundo Silva Porto, 4 variedades, todas de fraca qualidade: chita ordinária, crumadel (preferência choromândel), nome de certa chita ou algodão que vinha da costa do mesmo nome; tapulins ou mabala, vocábulo brasileiro designando tecido de algodão; birola, fazenda de algodão que Portugal e o Brasil importavam de Inglaterra e reexportavam para África. Segundo Lopes de Lima a expressão ‘fazenda de lei’ adquiria um significado mais lato, englobando todas as ‘fazendas’ com boa aceitação no comércio do interior”. ⁽⁶⁾ ☒		Caminho entre Pungo Andongo e Bié ⁽¹¹⁾	30 peças de fazendas de lei – 5\$000 – 150\$000 = dívida paga ao soba do Luengue ou Quengue pela morte de sua filha junto ao sertanejo ⁽¹¹⁾
Panos da costa ⁽²⁾	“Fazenda de tarjas coloridas”. ⁽²⁾		Caminho entre Pungo Andongo e Bié ⁽¹¹⁾	1 peça de pano de costa – 20\$000 = dívida paga ao soba do Luengue ou Quengue pela morte de

				sua filha junto ao sertanejo ⁽¹¹⁾
Pintados	“O mesmo que chita. Variedades: pintados azuis” ⁽⁶⁾ ☒	Malanje ⁽⁵⁾	Caminho entre Pungo Andongo e Bié ⁽¹¹⁾	10 peças de pintado sarjado $18/40 = 5400 = 54:000^{(5)}$ 100 peças de pintado sarjado $6/40 = 1300 = 130:000^{(5)}$ 4 peças de pintado – $7\$000 - 28\$000 =$ dívida paga ao soba do Luengue ou Quengue pela morte de sua filha junto ao sertanejo ⁽¹¹⁾

Fontes:

- (1) Lista das mercadorias que mais convem para os mercados do interior d’esta parte da África, por ser com ellas que se fazem as permutações de cera, borracha e marfim, com os povos gentílicos. Correspondência de Custódio José de Sousa Machado ao chefe da expedição, Henrique Augusto Dias de Carvalho. CARVALHO, H. Descrição..., 1890, vol. I, p. 339-342.
- (2) - CAPELLO, Hermenegildo, e Roberto IVENS. **De Benguela às Terras de lácca...**, 1881, vol. I, p. 6-7.
- (3) Fatura da casa comercial de Custódio José de Sousa Machado, a cargo de José de Antonio de Vasconcellos. Conta do major Henrique Augusto Dias de Carvalho. (a) José Antonio de Vasconcellos, Quango, 16 de fevereiro de 1885. **Pasta Documentos de despesa da Expedição**. AHU SEMU DGU 1L ANG Cx. 1091.
- (4) Fatura da casa comercial de Custódio José de Souza Machado. Conta da Expedição á África Central chefiada pelo major Henrique Augusto Dias de Carvalho. Malanje, 24 de novembro de 1884. **Pasta Documentos de despesa da Expedição**. AHU SEMU DGU 1L ANG Cx. 1091.
- (5) Fatura de M. Neves & Companhia de fornecimentos feitos ao governo do Distrito da Lunda. Malange. 14 de dezembro de 1895. **Maço Expedição à Lunda. Contas de diversos credores**. 1732 SEMU DGU 1C Mç. 1896-1898 - Expedição à Lunda – Ang
- (6) SANTOS, Maria Emília Madeira. Perspectiva do comércio sertanejo do Bié na segunda metade do século XIX. **Nos caminhos de África...**, 1998, p. 73.
- (7) Orçamento da despesa a fazer com a expedição ao Muata Yanvo. **Pasta Liquidações**. 2095 2097 2098 SEMU DGU 2G Cx 1887 -1891 - Expedição Portuguesa à Lunda e Liquidações (1887-1891) - Expedição - Lourenço Marques (1895) - Expedição à Zambézia (1869) - Ang Moç
- (8) SANTOS, Eduardo dos. Sobre a matemática dos Quiocos de Angola. Separata de **Garcia de Orta**: revista da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar. Lisboa, vol. 8, nº 2, 1960, p. 263.
- (9) Anton Erwin Lux. “Unter den Bangelas in Westafrika” [Entre os Bangelas na África ocidental]. HEINTZE, B. **Exploradores alemães em Angola (1611-1954)...**,
- (10) – CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 239; 1893, vol. III, p.161.
- (11) - Mucano de 13 de agosto de 1841, no retorno de Pungo Andongo para o Bié. **Memorial sobre vários acontecimentos na região da Lunda entre 13 de agosto de 1841 e 26 de dezembro de 1885**. 70 fls. SGL. Res. 1- Pasta E - 2.
- (12) - TEIXEIRA, A. de Almeida. **Lunda...**, 1948, p. 96.

Como se nota na tabela, várias eram as qualidades e algumas as medidas dos tecidos que circulavam no comércio da África centro-ocidental. Essa multiplicidade era reflexo das preferências dos mercados africanos. Nas regiões que afluíam os tecidos europeus, as escolhas se davam pela característica dos artigos: padrões, cores e espessura.

Essas preferências também influenciavam os tamanhos e as unidades de medida de troca, embora houvesse muita controvérsia sobre esta questão. O próprio comerciante sertanejo Custódio Machado, a respeito das peças de riscado e dos lenços de chita, faz notar que não convinha estes serem muito pequenos ou menores ao usual. Sobre as unidades de medida, Carvalho registrou que a variação era maior entre as terras adjacentes a Malanje e aquelas até e além o rio Kwangu.

As unidades de medida mais aceitas registradas pelo major português foram:

Termo	Medida
Bando	Ou dobra que se mede “do meio do peito ao extremo da mão direita estando o braço estendido na linha do corpo, que corresponderia aproximadamente a 0,80m”
Beirame	2 bandos
Divunga ou 1 “panno”	4 bandos
Peça	2 panos ou 8 bandos

A unidade de medida bando ou dobra, conforme assinalado por Carvalho, foi indicada pelos próprios carregadores contratados para a expedição. Ela havia sido adotada na década de 1870 e sua equivalência na troca por outros produtos variava conforme as casas comerciais e os empregados que nelas atendiam.

O atendimento nas casas comerciais era uma questão muito importante para os carregadores, que procuravam negociar com o dono do estabelecimento ou com quem o representava diretamente, porque acreditavam que o primeiro na hierarquia da casa comercial, “o mais velho”, “era aquele a quem todos obedeciam”, “que era mais benigno, mais resignado, dotado de mais perspicácia e que lhes faria mais concessões e os trataria melhor”. De outra parte, os carregadores negociadores, que representavam os demais, deveriam ser aqueles que se distinguíssem entre os seus por serem capazes de “trazer maior comércio”.¹²¹ Geralmente estes eram os líderes das caravanas, os “cabos de carregadores”, como

¹²¹ CARVALHO, H. Descrição..., 1890, vol. I, p. 313-316 e 403.

mentionado na documentação lusa a respeito das caravanas que circulavam nas regiões da Lunda.¹²²

Portanto, não sendo algo exato, para as unidades de medida há que se ter em conta além da estatura do medidor que dobra o tecido a partir do tamanho do seu corpo, a relação de confiança e o potencial de barganha nos negócios para fazer com que a dobra seja igualmente vantajosa na troca por diferentes produtos. Carvalho discorre sobre a importância para os agentes comuns que compunham as caravanas fazerem seus negócios com pessoas de elevada posição nas terras por onde passavam. Um sinal disso era ouvi-los dizer, após as negociações: “fiz o negocio com o meu amigo”.¹²³

A variedade do tecido também demarcava posições sociais. As baetas, por exemplo, costumavam ser de uso das autoridades, que as usavam no seu vestuário e nas suas insígnias de mando.¹²⁴ No comércio caravaneiro elas eram utilizadas especialmente para presentear às chefias e pagar os tributos de passagem.

Em **Ethnographia e História dos povos da Lunda**, Henrique de Carvalho apresenta uma extensa lista de objetos forrados com tecidos da terra (de fibras vegetais) e do comércio internacional, como baeta, miçangas e tachas de metal, entre outros:

¹²² Entre as caravanas ovimbundu, estes chefes de carregadores eram chamados de “quissongos”, que também eram uma espécie de guarda dos carregadores. HEYWOOD, Linda M. **Production, Trade, and Power**. The Political Economy of Central Angola. 1850-1930. New York, 1984. Tese (Doutorado em Philosophy) – Graduate School of Arts and Sciences. Columbia University, p. 119-120.

¹²³ CARVALHO, H. Descrição..., 1890, vol. I, p. 316.

¹²⁴ “Houve uma época em que só quilolo e mais pessoas grandes da Lunda vestiam baeta, principalmente a encarnada. Ainda em alguns pontos, como no Xinje, só Muana Angana e no Caungula do Lôvua só os quilolos a usam. Hoje um cacuata [autoridade menor da Lunda] quando vae em diligência do Muatiânvua é presenteado por este com uma divunga de baeta, que logo veste com muito prazer”. CARVALHO, H. *Ethnographia e História...*, 1890, p. 329.

Nome	Descrição
Rubiko	Escudo de madeira coberto de entrelaçado de fibras de lutombe, tiras estreitas de cabama e depois com baeta encarnada, “avivadas com baeta azul ou algodão branco”. O escudo também podia ser coberto com peles de animais. (p. 302)
Murumbo	Lança de metal com a haste feita com “baeta encarnada ou missanga miúda de diversas cores”. (p. 305-306)
Chirindo chiá xingo	Pano, geralmente baeta, que cobre os ombros. “Só pessoas de distinção usam”. (p. 332)
Tupanga	“Braçoes de couro ou de baeta que homens e mulheres de distinção usam na parte mais grossa do braço”. “Os de baeta avivam-se a branco, azul ou encarnado, conforme a côr dos braçoes e enfeitam-se com missangas”. (p. 333)
Mutué uá Kaianda	Distintivo de chefia, era uma “espécie de capacete de forma caprichosa, que demanda[va] muita paciência para engenhar, e só os grandes potentados Quiôcos os usa[vam] ou os seus representantes durante o tempo que [eram] encarregados de qualquer missão fora do seu sitio”. Partes eram de baeta encarnada, como as “duas tiras que pendiam até meia altura do peito”. Também era decorada com “missangas, tachas e fio de metal amarelo”. (p. 344-345)
Mumpupo	“Barretinhos de lã de côres com as respectivas borlas, que os negociantes lhes teem levado e que usam no alto da cabeça um pouco descaídos para trás. Estimam-nos muito, principalmente no tempo fresco. Também dão este nome aos bonés com pala ou sem ella, de velludo, de baeta ou de panno, e aos chapéus, já de chita, já de palha e de panno, que também por lá aparecem”. (p. 349)
Bandeiras	“Geralmente feitas de lenços com enfeites de tiras de algodão ou de baeta, ou então de baeta encarnada com tiras brancas cruzadas ou dispostas em diversos sentidos”. (p. 419)

Outras qualidades de tecidos, como os riscados, eram usadas por todas as pessoas, independente do status social. Alguns deles eram chamados de divunga, o mesmo termo utilizado para designar a medida. Uma divunga podia ser de lenços pequenos ou grandes, que eram “muito apreciadas”. “A debruada com zuarte”, quanto mais larga era a que mais agradava.

Como na fotografia, os homens utilizavam a divunga na cintura presa por um cinto de couro ou de miçangas. “As mulheres a prendiam acima dos peitos e soltas na cintura, quando em trabalhos domésticos” ou então separadas em duas peças, na parte cima, um tapa peito e na debaixo amarrada com uma fiada de miçanga.¹²⁵

¹²⁵ Havia diferentes tipos de divunga: divunga dia kabuiko, divunga ou dissuna diá uvije, divunga ou dissuna diá muxipoxipo, divunga ou dissuna diá xingo diá angombe e divunga ou dissuna diá makuba. CARVALHO, H. *Ethnographia e História...*, 1890, p. 328-331. Para a legenda e a fotografia que apresenta os jovens lunda vestindo tecidos que conseguiram com os carregadores da expedição, ver: **Álbum da Expedição Portuguesa ao Muatiânvua**. Disponível em: <http://henriquedecarvalho.bnportugal.pt/fotos/foto134.htm> e http://henriquedecarvalho.bnportugal.pt/legendas/ea-95-p_0086_82_t24-C-R0150.jpg Acesso em: outubro de 2015.

Nas últimas décadas do século XIX, os africanos reclamavam muito da má qualidade dos tecidos. O zuarte, diziam, vinha “muito ralo, parecendo mais uma rede” e que “no tempo de D. Maria II lhe levavam um zuarte muito tapado e bom; e que d’elle vestiam bem as raparigas”. A mesma depreciação ocorria com as fazendas de lei, que eram um “xadrez miúdo, azul e branco”, comercializadas “pobres de fios”. Estas eram muito rejeitadas tanto pelos carregadores das caravanas, quanto pelas populações estabelecidas nos caminhos do comércio.¹²⁶ Para Carvalho, os riscados e xadrezes de terceira podiam ser piores que as fazendas de lei, porque lhes faltavam “fios, bem como o algodão cuja falta se tentava encobrir com colla e cal”. Eram, pois, com os riscados e algodões de 2ª qualidade que os membros das caravanas conseguiam obter o seu sustento.¹²⁷

Outro problema era com as chitas pintadas que devido a sua má qualidade acabavam manchando. Numa ocasião, Henrique de Carvalho mandou deixar na corrente do rio algumas que se encontravam nessa situação, para que soltasse toda a tinta, “e quando brancas fossem distribuídas aos carregadores” para que com elas comprassem alimentos.

¹²⁶ CARVALHO, H. *Ethnographia e História...*, 1890, p. 328-329.

¹²⁷ CARVALHO, H. *Descrição...*, 1892, vol. II, p. 194.

Na opinião do major português, este era um mau costume do comércio europeu, que para obter mais ganhos tentava ludibriar os africanos com tecidos vistosos, mas que passados alguns dias perdiam a cores, ou ainda com peças ralas e com menor comprimento, porém dobradas como o costume. Estas fraudes fizeram com que as pessoas se tornassem desconfiadas e não aceitassem mais receber as fazendas “à peça fechada” e nem mesmo aceitá-las nas “transações de gêneros alimentícios”.¹²⁸

Diferente das contas e miçangas, os números das alfândegas angolanas para os anos de 1880 a 1884 demonstram que os tecidos, vindos principalmente da Inglaterra, entravam por diferentes portos.

Alfândega de Luanda:¹²⁹

Algodão – Tecidos tintos em fio, estampados, pintados, chitas, riscados, lenços, veludinhos, fazenda de ponto de meia e outros não especificados	1880	1881	1882	1883	1884	Total
Portugal	1:001\$610	2:057\$350	1:220\$570	466\$720	1:641\$100	6:387\$350
Possessões portuguesas ultramarinas	99\$100	902\$000	2:308\$000	60\$000	-	3:369\$100
Holanda	55\$650	100\$000	-	118\$000	-	273\$650
Inglaterra	264:464\$247	302:769\$945	271:644\$472	299:785\$160	368:715\$371	1:507.379\$190
Total	265:620\$607	305:829\$295	275:173\$042	300:429\$880	370:356\$471	1:517.409\$290

Alfândega de Benguela:¹³⁰

¹²⁸ CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 257.

¹²⁹ Outras qualidades de tecidos foram registradas pelos escrivães das alfândegas. Para este texto, priorizei a contabilidade dos tecidos que aparecem nas faturas dos comerciantes de Malanje que analisei nesta investigação. Tabelas produzidas a partir da **Estatística Commercial da Provincia de Angola**. (Appenso ao relatório do Governador Geral da Província de Angola em 1887). Lisboa: Imprensa Nacional, 1889, p. 18.

¹³⁰ **Estatística Commercial da Provincia de Angola...**, p. 50.

Algodão – Tecido tinto em fio, estampado, chitas, riscados, pintados e outros não especificados	1880	1881	1882	1883	1884	Total
Inglaterra	180:047\$369	168:603\$868	200:772\$850	211:461\$758	180:890\$860	941:776\$705
Portugal	66:310\$045	18:730\$478	7:314\$710	9:576\$490	7:659\$380	109:591\$103
América	-	-	-	-	10\$500	10\$500
Total	246:357\$414	187:334\$346	208:087\$560	221:038\$248	188:560\$740	1:051.378\$308

Alfândega de Moçâmedes:¹³¹

Algodão – Tecidos tintos em fio, estampados, pintados, chitas, riscados, lenços velludinhos de ponto de meia e outros não especificados	1880	1881	1882	1883	1884	Total
Alemanha	-	328\$000	-	2:729\$480		3:057\$480
Portugal	6:682\$700	4:314\$090	2:806\$990	17:470\$610	2:155\$432	33:429\$822
Inglaterra	11:820\$550	17:476\$278	18:016\$114	-	16:465\$945	63:778\$887
Possessões Portuguezas	255\$555	150\$900	149\$300	-	814\$000	1:369\$755
França	-	-	13\$168	-	99\$715	112\$883
América (Estados Unidos)	-	-	48\$600	-	-	48\$600
Bélgica	-	-	36\$000	-	-	36\$000
Cabo da Boa Esperança	-	-	204\$000	-	-	204\$000
Holanda	-	-	-	-	139\$600	139\$600
Total	18:758\$805	22:269\$268	21:274\$172	20:200\$090	19:674\$692	102:177\$027

O escrivão de Ambriz foi mais detalhista que os seus colegas das outras alfândegas e apresentou números de importação para cada qualidade de tecido:¹³²

Algodão - riscados	1880	1881	1882	1883	1884	Total
Alemanha	3:204\$900	808\$750	-	-	262\$656	4:276\$306
Holanda	10:657\$100	6:930\$200	5:751\$620	6:020\$500	7:434\$080	36:793\$500
Inglaterra	89:028\$963	84:050\$897	41:086\$466	37:634\$722	43:707\$959	295:509\$007
Portugal	82\$600	-	305\$500	3\$000	1:005\$696	1:396\$796
Total	102:973\$563	91:789\$847	47:143\$586	43:658\$222	52:410\$391	337:975\$609

¹³¹ Estatística Commercial da Provincia de Angola..., p. 77.

¹³² Estatística Commercial da Provincia de Angola..., p. 101-102.

Algodão – Pannos da Costa	1880	1881	1882	1883	1884	Total
Holanda	982\$700	682\$100	286\$924	730\$100	957\$000	3:638\$824
Inglaterre	3:753\$980	6:306\$560	2:483\$950	4:279\$331	3:430\$158	20:253\$979
Portugal	18\$000	-	-	-	-	18\$000
Total	4:754\$680	6:988\$660	2:770\$874	5:009\$431	4:387\$158	23:910\$803

Algodão – Lenços achitados	1880	1881	1882	1883	1884	Total
Alemanha	2:892\$300	1:936\$580	-	-	434\$600	5:263\$480
França	-	875\$200	-	-	-	875\$200
Holanda	2:880\$100	3:200\$300	2:281\$000	2:620\$800	3:208\$000	14:190\$200
Inglaterre	22:399\$943	26:730\$464	13:164\$317	18:281\$511	11:571\$380	92:147\$615
Portugal	60\$000	-	179\$600	-	982\$516	1:222\$116
Total	28:232\$343	32:742\$544	15:624\$917	20:902\$311	16:196\$496	113:698\$611

Algodão – Pintados	1880	1881	1882	1883	1884	Total
França	197\$890	-	-	-	-	197\$890
Holanda	366\$900	289\$000	-	384\$100	-	1:040\$000
Inglaterre	8:146\$140	5:840\$931	8:127\$323	6:694\$355	9:151\$320	37:960\$069
Total	8:710\$930	6:129\$931	8:127\$323	7:078\$455	9:151\$320	39:197\$959

Algodão – Zuarte	1880	1881	1882	1883	1884	Total
Holanda	452\$400	720\$800	478\$284	420\$200	632\$800	2:704\$484
Inglaterre	2:314\$325	3:801\$484	2:864\$560	5:526\$026	5:890\$727	20:397\$122
Portugal	38\$400	-	-	19\$550	-	57\$950
Total	2:805\$125	4:522\$284	3:342\$844	5:965\$776	6:523\$527	23:159\$556

Algodão – Chitas	1880	1881	1882	1883	1884	Total
Alemanha	1:282\$300	150\$000	-	-	-	1:432\$300
Holanda	3:714\$550	2:450\$150	1:191\$200	820\$050	1:918\$000	10:093\$950
Inglaterre	11:731\$354	7:373\$374	3:749\$347	9:429\$527	10:260\$130	42:543\$732
Portugal	193\$035	-	-	148\$000	707\$912	1:048\$947
Total	16:921\$239	9:973\$524	4:940\$547	10:397\$577	12:886\$042	55:118\$929

De acordo com os quadros, os números demonstram que Luanda foi o porto principal de entrada dos tecidos entre os anos de 1880 e 1884 com o valor médio de 1:417.409\$290 réis. Em seguida, o porto de Benguela, com 1:051.378\$300, depois Ambriz, 593:061\$467 e, por último, Moçâmedes com 102:177\$027.

Os registros da alfândega de Ambriz são interessantes por ser uma amostra que dá a conhecer os números de entrada de cada qualidade de tecido. Neste caso, temos: riscados – 337:975\$609; lenços achitados – 113:698\$611; chitas – 55:118\$929; pintados – 39:197\$959; panos da costa – 23:910\$803 e zuarte – 23:159\$556.

Quadro geral da importação de tecidos para Angola entre 1880 -1884

Procedência	Luanda	Benguela	Moçâmedes	Ambriz	Total
Inglaterra	1:507.379\$190	941:776\$705	63:778\$887	508:811\$524	3:021.746\$306
Portugal	6:387\$350	109:591\$103	33:429\$822	3:743\$809	153:152\$084
Holanda	273\$650	-	139\$600	68:460\$958	68:874\$208
Alemanha	-	-	3:057\$480	10:972\$086	14:029\$566
Possessões portuguesas	3:369\$100	-	1:369\$755	-	4:738\$855
França	-	-	112\$883	1:073\$090	1:185\$973
Cabo da Boa Esperança	-	-	204\$000	-	204\$000
América (EUA)	-	10\$500	48\$600	-	59\$100
Bélgica	-	-	36\$000	-	36\$000
Total	1:517.409\$290	1:051.378\$308	102:177\$027	593:061\$467	3:264.026\$092

As baetas foram registradas à parte pelos escrivães das alfândegas. O primeiro porto no número de entrada desta qualidade de tecido era Benguela, com o valor de 39:996\$090 réis, depois, na ordem, Ambriz, com 24:642\$171, Luanda, 18:662\$800 e Moçâmedes, 6:620\$970.

A procedência manteve o padrão dos outros artigos para os cinco anos contabilizados (1880-1884): da Inglaterra chegaram baetas no valor total de 81:001\$679 e, em seguida, de Portugal, no valor de 8:209\$400; da Holanda, 305\$952; da França, 180\$000; da Alemanha, 150\$000 e das Possessões Ultramarinas Portuguesas, 75\$000. Mais uma vez, a contabilidade do porto de Ambriz é mais detalhada e confirma a presença de vários importadores de “muitas nacionalidades”.¹³³ Para este porto, e não para os outros, vieram baetas além da Inglaterra e de Portugal, também da Holanda, Alemanha e França.¹³⁴

Apesar da dificuldade em tabular e comparar os números das alfândegas angolanas, devido não haver uma padronização quanto as designações dos artigos – o que, por outro lado, foi especialmente elucidativo no caso dos registros mais detalhados de Ambriz – foi possível de maneira geral perceber que as importações, nos anos antecedentes à conferência de Berlim e aos acordos entre os europeus para o que chamaram de “livre comércio” no rio Kongo,¹³⁵ já demonstravam que na região

¹³³ WISSENBACH, M. C. C. Dinâmicas históricas de um porto centro-africano..., 2015, p. 182.

¹³⁴ *Estatística Commercial da Provincia de Angola...*, p. 21, 53, 80 e 104.

¹³⁵ Sobre os acordos da Conferência de Berlim, ver: WESSELING, H. L. *Dividir para dominar: a partilha da África (1880-1914)*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; Renavan, 2008. p.129-134.

norte afluíam, em maior quantidade, mercadorias procedentes de diferentes partes do hemisfério norte, do que nas praças comerciais de Luanda e Benguela, que importavam mais artigos da Inglaterra e de Portugal.¹³⁶

No entanto, os registros das alfândegas são importantes, porém são parte da realidade.

Além da dificuldade do controle da entrada das importações por parte da administração lusa, especialmente na região norte com maior presença de comerciantes de várias origens, outra questão relevante é que o consumo devia ser maior e mais diversificado, porque não se pode perder de vista a própria produção africana de têxteis. O problema historiográfico é a escassez de informação a respeito da quantidade da circulação destes tecidos *pari passu* aos produzidos na Europa.

Além disso, outra dificuldade é mensurar os artigos importados em réis, moeda corrente da época. Esta não é uma variável importante para entender o valor dos artigos no comércio caravaneiro, mas um parâmetro para compreender a origem e a afluência dos produtos nos portos atlânticos.¹³⁷

Assim sendo, dos números alfandegários, acredito que principalmente se retira a possibilidade de entrever os circuitos do comércio caravaneiro da África centro-ocidental, que levavam os artigos europeus dos portos atlânticos às regiões da Lunda.

Jill Dias propôs compreendermos a afluência das mercadorias europeias junto a um “processo de expansão geográfica significativa das redes e da produção africana de gêneros para vender, nomeadamente, produtos agrícolas, gado, objetos

¹³⁶ A respeito do comércio de tecidos para as regiões africanas e dos interesses da burguesia industrial algodoeira em Portugal, composta de produtores de tecidos crus e os industriais do setor da estamparia, finalizadores dos tecidos ingleses, ver: ALEXANDRE, Valentim. O liberalismo português e as colônias de África (1820-1839). **Velho Brasil Novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)**. Porto: Afrontamento, 2000, p.121-140.

¹³⁷ Há ainda um outro dado complicador sobre a valoração dos produtos em réis. Beatrix Heintze chama atenção para a diferença do sistema monetário implantado pela administração portuguesa em Angola. Este era paralelo ao sistema português. “Os réis fracos constituíam a unidade monetária angolana correspondente aos réis forte portugueses (...) “enquanto em 1845 100\$000 réis fracos ainda correspondiam a 80\$000 réis fortes, em 1872 a mesma quantia já só valia 63\$000 réis fortes”. HEINTZE, Beatrix. **Pioneiros Africanos...**, 2004, nota 16, p. 63 e p.285.

de ferro, sal e artigos de tecelagem”.¹³⁸ Esta expansão não era uma novidade, como assinalam as primeiras descrições europeias, mas um reforço às tecnologias e trocas locais e regionais já existentes.¹³⁹ (Ver o encarte final a **Representação dos portos atlânticos e pontos do comércio luso-africano até a Lunda**)

Os circuitos ao norte e no *hinterland* de Luanda foram estudados pela historiadora, por meio das emergências identitárias articuladas à presença portuguesa e ao comércio internacional. Nas últimas décadas do século XIX, os rios Kongo ligado ao Kwangu, Kwilu e Kasai sustentavam um vasto sistema de redes comerciais, que ligava a costa atlântica às sociedades estabelecidas na África central.

Jill Dias reconheceu alguns grupos identitários, compostos de comerciantes e carregadores, responsáveis pela manutenção destes circuitos: Ambaquistas, Zombo e Vili, os dois últimos “falantes de Kikongo e classificados sob o rótulo genérico de Bakongo”.¹⁴⁰

Voltando ao mapa apresentado anteriormente, os Vili e os Zombo eram os grupos mais numerosos que percorriam o circuito que ligava a costa atlântica, ao norte de Luanda, inclusive o porto de Ambriz e a embocadura do rio Kongo, às sociedades do rio Kwangu, em especial, aos Yaka, os quais, por sua vez, ligavam-se ao Pende, atravessando rotas na Lunda.¹⁴¹

Nas partes mais próximas de Luanda e em direção ao rio Kwangu operavam os ambaquistas, que têm sua origem histórica, já bastante reconhecida, no século XVII junto ao presídio português de Mbaka, próximo ao rio Lukala: “suas raízes biológicas remontavam a uniões longínquas no tempo entre mulheres africanas e os conquistadores e comerciantes portugueses activos na região” e, principalmente, a descendência de “antigos escravos ou refugiados de guerra que nesse período se

¹³⁸ DIAS, Jill. Relações portuguesas com as sociedades africanas em Angola no século XIX. In: ALEXANDRE, Valentim. **O império africano** (séculos XIX e XX). Lisboa: Edições Colibri, 2013, p. 72.

¹³⁹ DIAS, Jill. Novas identidades africanas em Angola no contexto do comércio atlântico. In: BASTOS, Cristina; ALMEIDA, Miguel Vale de; FELDMAN-BIANCO, Bela (orgs.) **Trânsitos Coloniais. Diálogos críticos luso-brasileiros**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 316.

¹⁴⁰ DIAS, Jill. Novas identidades africanas em Angola..., 2007, p. 318.

¹⁴¹ O mapa que apresento e as informações sobre os circuitos operados pelos Vili e Zombo, entre os séculos XVII e XIX, têm como fonte o instigante artigo de Jill Dias, que apresenta no final um mapa com marcações sobre as rotas percorridas por esses grupos. Para tanto, ver: DIAS, Jill. Novas identidades africanas em Angola..., 2007, p. 343.

juntaram sob a proteção portuguesa”. A língua praticada pela “comunidade predominantemente negra dos ambaquistas” era o kimbundu sob duas formas: “uma centrada em Luanda e outra falada na zona oriental da colônia, nomeadamente, Mbaka”. Estes agentes históricos aprenderam a ler e escrever em português com os missionários capuchinhos, carmelitas e jesuítas e se destacaram nas relações diplomáticas e comerciais entre africanos e europeus desde o século XVII.¹⁴²

Mais uma vez retomando o mapa apresentado anteriormente, e sempre de acordo com a historiadora Jill Dias, Mbaka localizava-se numa “encruzilhada das redes escravagistas”, que ligava Ambriz e Luanda às sociedades estabelecidas às margens oeste do rio Kwangu, em especial a Kasanje dos mbangala, que, por seu turno, percorriam as rotas da Lunda.¹⁴³ Em finais do século XIX, uma das reclamações dos comerciantes da praça de Malanje era o crescente afluxo das caravanas mbangala com seus negócios para lá do rio Lukala, em direção ao litoral. Algo que era danoso aos seus interesses, porque estas caravanas deixavam de comercializar em Malanje para ir diretamente às regiões do Dondo e outras mais próximas a Luanda e Ambriz.¹⁴⁴

Sobre as redes operadas pelos ambaquistas no interior, Beatrix Heintze produziu algumas figuras cartográficas. A respeito dos caminhos percorridos pela família Bezerra, Lourenço Bezerra Correia Pinto, o Lufuma, o primeiro dos Bezerras; Manuel Correia da Rocha, primo de Lufuma; António Bezerra de Lisboa, irmão mais novo de Lufuma, primeiro intérprete da expedição de Henrique de Carvalho; e Joanes Bezerra Correia Pinto, o Caxavala, intérprete dos exploradores alemães. Todos eles com negócios na Lunda, organizaram, desde os anos de 1850, caravanas para as firmas comerciais estabelecidas em Mona Quimbundo e Malanje. As rotas perseguidas por suas caravanas demonstram os seus interesses pelo comércio de

¹⁴² DIAS, Jill. *Novas identidades africanas em Angola...*, 2007, p. 326-327 e 335.

¹⁴³ DIAS, Jill. *Novas identidades africanas em Angola...*, 2007, p. 328.

¹⁴⁴ Henrique de Carvalho atribuí aos comerciantes de Malanje o convencimento das autoridades de Luanda em fazer guerra ao mbangala, nos últimos anos do século XIX. CARVALHO, Henrique A. D. **O Jagado de Cassange na Província de Angola**. Lisboa: Typographia de Christovão Augusto Rodrigues, 1898, p. 409.

marfim, especialmente de Kabau e Lubuku, que Henrique de Carvalho tanto quis conhecer, mas sem sucesso.¹⁴⁵

Outras rotas ambaquistas estudadas por Heintze foram as percorridas por Germano de José Maria, de origem moçambicana, havia sido escravizado de um oficial da marinha portuguesa, do qual se libertou em Lisboa para depois seguir para Angola e lá se integrar ao “mundo de negócios luso-africano dos ambaquistas”. Também trabalhou para casas comerciais, entre elas, a de Saturnino de Sousa Machado de Malanje, nos anos de 1870. Germano também foi intérprete de expedicionários alemães, entre eles, Otto H. Schütt, que sobre o ambaquista escreveu: “um negro que só aceitava emprego na condição de ser tratado pelos brancos como um igual”.¹⁴⁶

A representação esquemática produzida pela historiadora apresenta as rotas de Germano sempre saindo de Malanje em direção à Lunda: ao Kaungula estabelecido próximo ao rio Lóvuá, à Mussumba do Kalany, pela rota ao sul de Kasanje, que passava por Mona Quimbundo e outra rota ainda ao norte de Kasanje, pelo território dos Shinje, N’zovo, Pende e depois a região do Kabau.¹⁴⁷

Os circuitos ao sul de Luanda, entre Benguela e Bié, foram estudados por Linda Heywood. A historiadora interessou-se pelas caravanas dos ovimbundu que, desde a década de 1880, especializaram-se no transporte de borracha entre a costa e as regiões do interior. No mapa apresentado no seu trabalho, as rotas comerciais percorridas por estes carregadores mostram uma ligação entre a região de Benguela e a do Bié, importante local de estabelecimento de negociantes europeus, como o sertanejo português Antônio Francisco Ferreira da Silva Porto e o húngaro Ladislaus Magyar. A rota mais ao sul passava pelo presídio português de Caconda, seguia para o Sambu, onde cruzava com outra rota vinda de Benguela e depois continuava para

¹⁴⁵ Lufuma foi quem organizou uma colônia ambaquista próxima a mussumba de Chimane, onde governava o muatiânvua Muteba. Para o mapa das rotas e a biografia da família Bezerra, ver: HEINTZE, Beatrix. **Pioneiros africanos...**, 2004, p. 81-115.

¹⁴⁶ Citado por Heintze em: **Pioneiros africanos...**, 2004, p. 118.

¹⁴⁷ Para o mapa das rotas e a biografia de Germano de José Maria, ver: HEINTZE, Beatrix. **Pioneiros africanos...**, 2004, p. 117- 129. A historiadora reputa a Germano grande parte das informações publicadas pelos exploradores alemães: “O que é certo é que grande parte dos conhecimentos dos exploradores alemães sobre a situação geográfica, histórica e etnográfica do interior do território, se deve a Germano: informações, avaliações e experiências que com o decorrer dos anos ele havia adquirido e que transmitiu numa versão própria, concebida e elaborada por ele”. Ver: p. 128-129 da mesma publicação.

o Bié, em terras Viye. Deste último ponto, o trilha comercial seguia por entre as sociedades Songo e tomava a direção norte para a região de Pungo Andongo e Malanje ou a direção leste, entre as populações Cokwe, na Lunda.¹⁴⁸

Outros eixos para a Lunda ainda foram investigados por Isabel de Castro Henriques, além daqueles caminhos que integravam as regiões da África centro-ocidental às partes mais ao oriente africano, como as rotas entre a mussumba e o Kazembe ou o Bié e a região Lovale.

Cito aqui especialmente duas rotas: o “caminho grande” dos Cokwe ou a “Jia Dia Panda”, como descrito por Henriques, e a via Kasanje-Mussumba. A primeira circundava o território mbangala pelo sul e seguia através do Songo e das terras Cokwe, acompanhando os trilhos junto aos rios Kwangu, Kuito, Tchikapa, Luachimo, Chiombe e Kasai. Segundo a historiadora, este era o “eixo mais utilizado, principalmente na primeira metade do século XIX, pelas caravanas comerciais africanas e mestiças, inclusive as provenientes do Bié, que desejavam furtar-se ao controlo do Jaga [título da autoridade máxima dos mbangala]”.¹⁴⁹

Em comparação aos caminhos percorridos pelas caravanas mbangala que saíam de Kasanje para a Mussumba, a Jia Dia Panda era “um desvio muito considerável”. Provavelmente foi essa rota direta percorrida pela caravana mbangala descrita por Capelo e Ivens na epígrafe deste capítulo. Alimentado pela feira de Kasanje por produtos do comércio internacional, o eixo Kasanje-Mussumba era especializado no comércio de escravizados e marfim e, muito provável, era uma das rotas mais antigas existentes. Este caminho só foi conhecido pelos portugueses após as guerras que empreenderam contra Kasanje nos anos de 1850. Seu percurso era caracterizado pela travessia dos rios Kwangu, Kwilu, Tchikapa e Luajima, “uma linha quase reta de Kasanje a Cambungo – no Chihombo, afluente do Kasai”, como escreveu Henriques.¹⁵⁰

Creio que estes caminhos estudados pelas historiadoras são parte de outras redes nas quais atuavam diversos grupos de carregadores e parcelas populacionais

¹⁴⁸ HEYWOOD, Linda M. **Production, Trade, and Power...**, 1984, p. 188a.

¹⁴⁹ HENRIQUES, Isabel C. **Percursos de Modernidade em Angola...**, 1997, p. 392.

¹⁵⁰ Para os eixos e as vias investigados por Henriques, ver o seu: **Percursos de Modernidade em Angola...**, 1997, p. 384-401.

pouco ou menos mencionados na documentação europeia. Além dos números de entrada de produtos europeus contabilizados nas alfândegas portuguesas, as constantes referências dos viajantes sobre as produções africanas – mesmo que elas estejam contidas nos interstícios dos seus discursos – colaboram com esta minha desconfiança.

Seguindo os caminhos movediços das fontes, arrisco-me a olhar de maneira mais pormenorizada para os circuitos entre os rios Kwangu e Kasai com rotas que ligavam o comércio regional ao internacional, onde os carregadores e seus agregados desenvolviam suas tarefas diárias.

A Lunda central apresenta para o final do século XIX e início do XX, contexto de avanço europeu com intenções colonizadoras. E, nesse contexto, algumas rotas de caravanas que também foram percorridas pelas expedições europeias, isso porque os guias e intérpretes eram os agentes que costumavam seguir estes caminhos, mas principalmente porque o carregador dizia: “eu só vou por este caminho” e não havia “forças humanas que o afastavam d’elle!”.¹⁵¹

Passado o rio Kwangu, os carregadores recusavam-se a seguir o caminho entre o Shinje e o N’zovo para atingir o Pende, por exemplo.¹⁵² Preferiam continuar pelas terras da shinje Mona Samba Mahango, depois em direção ao vale do Kamau, em seguida pela povoação de Ngunza Mukinji, próxima ao rio Kwengu, depois o Kasassa, no rio Kwilu, e daí para o norte para pegar o caminho do Kundungulo e chegar as terras de Muata Kumbana, região pendente onde comerciava-se sal, marfim, borracha e escravizados.

O caminho de Mona Samba Mahango às terras do lunda N’zovo, um importante kilolo do muatiânvua, foi atravessado por Sisenando Marques, companheiro de Carvalho e subchefe da expedição, que foi até aquela região para tentar angariar carregadores. Seu relatório revela com o escárnio que lhe era

¹⁵¹ Carta de Roberto Ivens para Luciano Cordeiro, lamentando não receber do governo apoio de que necessitava. Bié, 1 de abril de 1876. 2 fls. SGL, 779. Res. 2 – A – 23 – 87.

¹⁵² “A direcção que temos trazido de Cafuxi até aqui tem sido quasi sempre noroeste. D’aqui queriamos seguir para o norte; porém os carregadores, adivinhando as nossas intenções, recusaram levar tal direcção, por os indígenas lhes terem dito que o caminho era mau. Assim, temos agora que fazer a travessia pelo paiz do Xinje, privando-nos de ir ao Anzovo, atravessar as terras de Muata Cumbana”. Correspondência de Saturnino Machado a Custódio Machado. Cuango, 29 de janeiro de 1884. Cópia publicada em CARVALHO, H. Descrição, 1890, vol. I, p. 201-204.

característico o que os carregadores chamavam de “caminho mau” ou “um verdadeiro abysmo para o transporte de cargas”.¹⁵³

Curso de mata fechada, “ramos baixos e entrelaçados”, e “piso escorregadio e cheio de raízes”. A passagem de rios não era das melhores, sem pontes, apenas com algumas madeiras estacadas, que “convidavam a tomar um banho e a receber os cortezes cumprimentos do atencioso jacaré”. Outro grande obstáculo era um “paredão talhado a pique, que representava as vertentes de uma serra colossal, sobre a qual vivia uma verdejante, pesada e unida floresta”.¹⁵⁴ Somente quando chegou à povoação de N’zovo que soube existir um outro caminho, “em boas condições de trânsito, tanto para cargas como para gados”.¹⁵⁵ Este era o caminho usual das caravanas para ir ao Pende, mas antes ao N’zovo para obter borracha.¹⁵⁶

Havia algum tempo que os comerciantes de Malanje tentavam “abrir esse caminho” do Shinje ao N’zovo após a travessia do rio Kwangu, porque entendiam ser ele mais direto para se chegar à região Pende. No entanto, como já foi dito, os carregadores contratados, que o conheciam, sempre o evitavam. Estes preferiam seguir os trilhos percorridos por grande parte das caravanas mbangala e songo, com povoações que disponibilizavam áreas de acampamento e faziam feiras para o abastecimento dos carregadores e seus agregados.

Apresento no encarte no final do volume um esboço da cartografia destes caminhos.¹⁵⁷

¹⁵³ CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 47.

¹⁵⁴ Os carregadores e soldados que seguiam Marques consideraram melhor passar os rios a vau, com a água pôr cima dos ombros, e escalar o paredão da serra, algo que não foi possível ao boi-cavalo que acompanhava o intérprete Bezerra que seguia com a comitiva. MARQUES, Agostinho Sisenando. **Expedição Portuguesa ao Muata-Yanvo...**, 1889, p. 191-194.

¹⁵⁵ MARQUES, Agostinho Sisenando. **Expedição Portuguesa ao Muata-Yanvo...**, 1889, p. 202.

¹⁵⁶ Região produtora de borracha, as terras do kilolo N’zovo foram divididas pelos acordos de delimitação da fronteira entre Angola e o Estado Independente do Congo. N’zovo chegou a reclamar para o governador da Lunda, Veríssimo Sarmento, em 1905, por “ter ficado lesado quando da delimitação da fronteira, vendo-se obrigado a internar-se na parte portuguesa, por ser maltratado pelas autoridades belgas, e a qual não era mais rica de borracha”. TEIXEIRA, A. de Almeida. **Lunda...**, 1948, p. 126-127.

¹⁵⁷ As fontes consultadas para a produção do referido esboço foram: Angola e Congo: povos e lugares referidos no texto. DIAS, Jill. Novas identidades africanas em Angola no contexto do comércio atlântico. In: BASTOS, Cristina; ALMEIDA, Miguel Vale de; FELDMAN-BIANCO, Bela (orgs.) **Trânsitos Coloniais**. Diálogos críticos luso-brasileiros. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p.343; BASTIN, Marie Louise. **Arte decorativa Cokwe**. Coimbra: Museu Antropológico da Universidade de Coimbra, 2010, vol I, entre as p. 30 e 31; Esboço da carta de Angola de 1912, abrangendo o antigo distrito da Lunda. TEIXEIRA, Alberto de Almeida. **Lunda: sua ocupação e organização**. Lisboa: Divisão de Publicações e

Este percurso era marcado por três grandes linhas d'água: os rios Kwangu, Kwengu e Kwilu, com todos os seus afluentes.

De acordo com as descrições de Carvalho, da década de 1880, e de Simão Cândido Sarmento, do decênio seguinte, a primeira parte deste itinerário ia das terras shinje até o rio Kwengu, passando pelas seguintes regiões com “acampamentos para pernoitar”, nomeadas segundo os nomes dos rios ou dos títulos políticos das autoridades máximas de cada uma delas: “Mona Samba Mahango, Mona Mucanzo, Mona Mucamba, Quienza, Quibombo, Dinga, Mona Pamba, Mussequéji, margem esquerda do rio Uhamba, Ucúmbi, Vale do Camau, Quimica”.¹⁵⁸

As terras governadas pelas soberanas Shinje de designação Mona era, sobretudo, uma região de abastecimento das caravanas que contornavam Kasanje pelo norte, onde se podia trocar os tecidos e as miçangas do comércio internacional por produtos das lavras locais, especialmente pela mandioca.

Mais à leste das terras das soberanas shinje, havia a região chamada Kamau, que era um vale¹⁵⁹ por onde passavam caravanas vindas de Angola, isto é, das regiões da margem esquerda do rio Kwangu: de Malanje, de Mbaka, do Bondo, de Kasanje e de outras populações próximas às salinas do rio Luí, em direção à Lunda, ao Pende e ao Lubuku, no Lulua.¹⁶⁰

Biblioteca; Agência Geral das Colónias, 1948; Expedição à Lunda. Carta da região Cuango ao Cuílo. **1890 - Ocupação da Lunda** - AHU SEMU DGFTO 1H Mç. 904; Itinerários e postos militares do distrito da Lunda. **Relatório das operações militares nas regiões do Xinge (sic) e Lunda, de janeiro a junho de 1906**. AHU SEMU DGU 1B Pt. 577; Mapa Itinerário e do teatro de operações de guerra realizadas nas regiões de Xinge e Lunda em 1906 pela coluna sob o comando do governador Verissimo de Gouvêa Sarmento, major de artilheria. **Relatório das operações militares nas regiões do Xinge (sic) e Lunda, de janeiro a junho de 1906**. AHU SEMU DGU 1B Pt. 577; Mapa. DIAS, Jill. Relações portuguesas com as sociedades africanas em Angola no século XIX. In: ALEXANDRE, Valentim. **O império africano** (séculos XIX e XX). Lisboa: Edições Colibri, 2013, p.93.

¹⁵⁸ CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 31 e Expedição à Lunda. Carta da região Cuango ao Cuílo. **1890 - Ocupação da Lunda** - AHU SEMU DGFTO 1H Mç. 904.

¹⁵⁹ “Ao sopé de uma montanha que olha a oeste e próximo do bom riacho Camau, disfructa-se um largo horisonte de sul a norte, porque as encostas das diversas montanhas na sua frente afastadas superiormente descaem em rampas suaves, e desaffrontam-no de modo que todos os ventos o varrem”. CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 248.

¹⁶⁰ “Pelo que respeita ao valle de Camau, estamos intimamente convencidos – depois de doiz meses de o habitarmos e pelas informações que obtivemos de diversas comitivas indígenas de commercio de differentes proveniências, que com frequência o atravessam, ora para leste ora para oeste – que não é tão insalubre como se nos affigurou nos primeiros dias, attentas as excessivas humidades e elevadíssimas temperaturas, pois que, entre dezenas de pessoas que permaneceram constantemente ali, não houve uma

O vale do Kamau era um espaço político organizado em favor da circulação comercial e controlado por Kaianvo, chefia que obedecia à autoridade máxima dos shinje, o Kapenda-Ká-Mulemba. Nos caminhos desde à povoação de Mona Samba Mahango até a do Kaianvo podiam se encontrar vários ambaquistas estabelecidos sob a permissão destas autoridades. Estes faziam as vezes de intermediários das firmas comerciais estabelecidas em Malanje, no Dondo e em Luanda.¹⁶¹

Portanto, era um ponto estratégico. Sua proximidade com o riacho e a planura do terreno eram convenientes aos carregadores, pelo fácil acesso à água e aos peixes e a possibilidade de construir mais facilmente os “fundos” para os abrigar. Estes fundos eram deixados quando partiam, para que outras caravanas pudessem reutilizá-los. Além disso, na área no entorno do vale havia abundância de animais para caça.¹⁶²

Para Henrique de Carvalho, que permaneceu neste local por 50 dias, de 20 de abril a 9 de junho de 1885, com setenta componentes da expedição,¹⁶³ o Kamau foi um campo de investigação privilegiado. Em seu acampamento recebeu vários caravaneiros, os quais entrevistou sobre a história dos povos da Lunda, “retificando notícias e harmonizando informações” dadas por diferentes personagens.

doença grave a mencionar. Afastado de centros povoados não era um ermo ou local isolado como a principio se julgou, visto ser ponto obrigado á passagem das caravanas do commercio que de Angola se destinam ao Peinde, Lubuco, Caungula, Quiocos do norte, Mataba e Mussumba do Muatiânvua”. CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 247.

¹⁶¹ José de Vasconcellos foi um destes comerciantes, empregado de Custódio Machado de Malanje e responsável pela casa comercial erguida entre os Shinje. Henrique de Carvalho muitas vezes utilizou os serviços de Vasconcellos como intérprete e ajudante no pagamento dos carregadores contratados. Tratarei mais sobre Vasconcellos em outro lugar. Sobre a autoridade de Kaianvo, ver: CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 249.

¹⁶² Estas terras foram tão bem-conceituadas pelo major português, que sobre elas traçou um projeto colonizador, no qual propôs a construção na “área dominada pelo reducto e em que acampam as comitivas do comércio” de “cubatas alinhadas e separadas uma das outras em intervalos e em redor o solo limpo de capim” a fim de evitar fogos. Estas cubatas abastecidas com lenhas serviriam para os negociantes pernoitarem em troca de algum pagamento. Além disso, a administração portuguesa poderia construir uma casa que disponibilizaria um “sortido fornecimento de fazendas e outros artigos de commercio”, porque todos que passavam para “o interior e os que de lá regressavam, uns a troco de sal e outros a troco de borracha, azeite, cestos e mais artefactos, procuravam sempre obter carnes, peixe, farinhas, mandiocas e outros alimentos”. Além do mais, este seria um ponto de “reviro” administrado pelos portugueses: “porque as caravanas ou vinham por conta própria, reunindo-se um certo numero de indivíduos, ou por conta dos chefes das povoações, sobas ou ambanzas, a quem pertenciam, e em qualquer dos casos era interesse geral trocarem neste ponto o negocio que trouxessem por outro para assim voltarem com novo fornecimento”. CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 250-251.

¹⁶³ CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 187, 190 e 224.

Também neste local, com os chefes das caravanas, que sempre iam cumprimenta-lo, pôde anotar sobre “os itinerários que traziam, pontos a que se dirigiam, commercio que iam fazer e notícias dos povos por onde transitavam”.¹⁶⁴ Além disso, Carvalho chegou a contabilizar o movimento das cargas de comércio: “de 70 a 80 por dia”, média que acreditava que aumentaria até o mês de setembro, “época mais própria para a saída de caravanas e regresso daquelas que tinham se dirigido aos mercados distantes”.¹⁶⁵

O Kamau era, sobretudo, um ponto do itinerário do comércio da borracha. Pelo acampamento do major português passaram várias caravanas, como a do “africano Félix Gomes Monteiro de Lemos, que há annos havia se estabelecido próximo do Capenda-cá-Mulemba, na margem do Tulo, affluente do Cuango, e que ia com a sua caravana á exploração da borracha nas margens do Luangue”.¹⁶⁶ Também naquela localidade estabeleceu relações com a “pequena comitiva mbangala” dirigida por João que ia a mando “do velho Jaga N’dala Kissua ao Pende negociar sal por borracha”.¹⁶⁷ Este chefe deixou “por confiança” o carregador Xingo no acampamento de Carvalho, para que pudesse recuperar-se de doença e quando estivesse melhor, e a caravana demorasse no Pende, podia ser empregado por Carvalho no serviço das cargas da expedição e “ir ganhando alguma cousa”.¹⁶⁸

Sobre a prática dos carregadores, Carvalho anotou que eles caminhavam em fila indiana “com passos curtos mas apressados, procurando ganhar a distância ao último companheiro que já enfileirado caminhava no trilho dos que o precediam”.¹⁶⁹

Outros pontos deste itinerário eram o Mulosso, “a três horas de marcha de Camau ou [15 km], onde os povos vizinhos iam feirar os produtos de suas lavras” com os carregadores e para acomodá-los mantinham conservados “abrigos

¹⁶⁴ CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 285.

¹⁶⁵ CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 250.

¹⁶⁶ CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 287.

¹⁶⁷ O chefe desta caravana era mbangala e conheceu Henrique de Carvalho na povoação de Mona Mahango. Nesta ocasião pediu para ser apadrinhado pelo major português. Por isso, foi “batizado” com o nome de João. CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 288.

¹⁶⁸ Xingo além de trabalhar para Carvalho carregando cargas da expedição, foi portador de correspondência do Kamau até Malanje. Por seu trabalho recebeu do chefe “oito jardas de algodão e um chapelinho de sol”. CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 312.

¹⁶⁹ CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 465.

permanentes para evitar que as caravanas fossem acampar em outro ponto”.¹⁷⁰ Nesta região estava instalada a população cokwe de Kangúia, de caçadores e lavradores, migrados da região entre os rios Kwilu e Tchikapa [11km do ponto anterior]. Próximo à ela, seus habitantes conservavam um acampamento de “cubatas altas e bem-feitas” construído por uma grande caravana do Kongo que havia estado ali no ano anterior a passagem da expedição de Carvalho.¹⁷¹

Em seguida, a 8,5km de Kanguía, a povoação shinje de Xa Mujinga também disponibilizava local para acampamento. Aqui cruzavam-se rotas para o leste e para as terras do Kaianvo. Um ambaquista, que vivia nesta povoação, disse a Carvalho que por ela chegavam a passar “por ano de dez a doze mil pessoas!”.¹⁷²

Onze km depois, próxima a rio Kwengu, encontrava-se a povoação de N’gunza Mukínji, kilolo do muatiânvua, que também mantinha uma infraestrutura para as caravanas: espaço para acampamento e feira. Além de uma importante lavra de mandioca, a região de N’gunza Mukingji era circundada por outras povoações menores: a “de Lundas, ao sul, de quiocos, a oeste, e Xinje, a nordeste, esta a povoação de Quimica”.¹⁷³

Foi nesta região de Ngunza Mukínji que Carvalho ergueu se instalou por mais tempo e fez erguer um acampamento ao qual deu o nome de Francisco Maria da Cunha. Devido ao intenso trânsito de caravanas, ali contatou vários grupos. Apresento abaixo alguns deles.

Caravana	Composição	Itinerário	Fatura
“Manuel Pereira da Silva, do soba Mbango de Malanje” (CARVALHO, Descrição, 1892, vol. II, p. 312-313)	Vinha do “Cassele com uma companhia de doze rapazes”	“Tinham ido ao Xa Muíni no Muata Cumbana (Pende) e regressaram por Cacassa Mafunda, Ambumba, Cassanje, Mussulo no rio Cuílo, Luendo (rio), Capemba (rio), Mutuândua, Majia, Cudungulo (rio), Cuengo (rio) e Camaxilo (rio). Saindo do Cuengo naquela madrugada gastaram seis horas na marcha, o que regulava pouco mais ou menos com o itinerário do ajudante	Traziam “7 a 8 arrobas de borracha, 4 cabaças de azeite de palma e 8 raparigas que obtiveram em troco do sal do Lui”

¹⁷⁰ CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 204.

¹⁷¹ CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 274-275.

¹⁷² CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 276 e 307-308.

¹⁷³ CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 278.

		no qual a distancia estava calculada em 34 kilometros”.	
“Comitiva de Bangala” (CARVALHO, Descrição, 1892, vol. II, p. 313)	“Faziam parte lundas de Muata Cumbana”	“Vinhão estes últimos da vizinhança de Ambanza Ilunda na margem do Cuengo, personagem que costumava levantar dificuldades a quem pretende ahi passar o rio, e seguiram por Cangumba, Camabambe, Lucola, Camissanga, Caianvo, Uhamba, Camau indo para o Caungula pelo caminho do Cundungulo continuavam depois pela margem esquerda do Lovua para o norte esperando nesta margem fazer o seu negocio entre os povos que já conheciam”.	
“Comitiva de bângala”. (CARVALHO, Descrição, 1892, vol. II, p. 316)	“O chefe, homem ainda novo, apresentou-se-nos como o filho de Cambolo Cangonga, afilhado do major Salles Ferreira, que residia entre a montanha da feira de Cassanje e o rio Lui”	“Passara o Cuango no Muzanza, tendo ido ao Caianvo pelo Cangumbo e Cambolo Cangunza; estivera no Cabouco á margem do Uhamba e viera ao valle de Camau, seguindo depois o nosso itinerário. Destinava-se a fazer o seu negocio no Cabeia e no Xacataula na margem do Luchico”.	
“Comitiva de Andala Quissúa” (CARVALHO, Descrição, 1892, vol. II, p. 320)		“Chegara de Anguina Ambanza na margem direita do Chicapa. Caungula no Lôvua, Cafundanga na margem do Luangue Grande ao norte do Camassa, Quimuanga na margem do Cuilo ao norte do Cassassa, Cabuínhe no Lubale, Cundungulo, e Cuengo d' onde chegavam. Iam continuar a jornada pelo Caianvo, Anguina Muzuna, Quitamboquiá-Quipungo no Cuango, vizinho do Anguvo, seguindo direitos a Angana Dembe no Luí, Mulolo Quinangua e Cafúxi”	“Levavam cargas de borracha”
“Comitiva de um velho Ambaquista por nome António Francisco”, (CARVALHO, Descrição, 1892, vol. II, p. 343)	“A comitiva compunha-se de primos, sobrinhos e de escravos d'elle” “António Francisco em 1849 fôra alferes de uma companhia movel no Calúia, divisão de Malanje, e residia no sitio do Lombe, onde se dedicava á lavoura”.	“Vinha do Cassele” (Pende) “Cassele é um lugar situado pouco mais ou menos a 90 kilometros a N.-E. do ponto em que estávamos, e que toma o nome de um riacho affluente do Cuílo; está nas dependências do Muata Cumbana, sendo governado por uma auctoridade da sua nomeação, que é actualmente o Cahima”.	“trazia azeite, borracha, esteiras e mabellas”

A segunda etapa do itinerário entre os rios Kwangu-Kwengu-Kwilu era a que ia da povoação de Ngunza Mukínji ao Kasassa. Era um trajeto de aproximadamente 69,5 km onde havia poucas povoações e as caravanas dependiam mais da caça para suprimentos. Acampava-se à beira dos afluentes do rio Kwengu ou de florestas.¹⁷⁴

¹⁷⁴ CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 426-429.

O primeiro grande ponto de parada de caravanas era o local conhecido por Kamaxilo, mesmo nome de um riacho afluente do Kwengu. Também local frequentado por caçadores.¹⁷⁵ Era nesta região que havia os monumentos de caça, chamados muxaela, que tratei anteriormente.

Após Kamaxilo, aproximadamente 9km acompanhando a linha do Kwengu pela margem direita, encontrava-se uma bifurcação, um trilho que levava ao Kasassa e outro que levava ao Lubuko, conhecido como “caminho do Cundungulo”.¹⁷⁶

Vinte anos após a passagem de Carvalho, em 1905, Kamaxilo “vivia a febre da borracha”, só que neste último tempo estes caminhos eram dos Cowke.¹⁷⁷ Na metade do século XX, Kamaxilo aparecerá no inventário produzido pela especialista belga Marie-Louise Bastin como sendo um local de origem de algumas peças do museu do Dundo.¹⁷⁸

A relevância dos caminhos e dos locais de acampamento e abastecimento das caravanas não passou despercebida aos olhos da administração portuguesa. De 1895 em diante, logo após a criação do distrito da Lunda, começaram a ser erguidos postos militares nas regiões, ou bem próximo, dos caminhos do comércio caravaneiro.

No local chamado Pambos, próximo à povoação do Kaungula e de Xa Madiamba, na “proximidade do cruzamento de caminhos para o Peinde, para a Lunda e para Malange e Cassange”,¹⁷⁹ Cândido Sarmento, tenente e comissário português no processo de delimitação da fronteira, construiu um posto ao qual deu o nome de Henrique de Carvalho. O local foi escolhido pelo comissário por sua

¹⁷⁵ Próximo havia uma povoação chefiada por um caçador, o “mezinheiro lunda Quimuanga”, que obedecia a Ngunza Mukínji. Foi ele quem ajudou Augusto Jayme, o caçador da expedição, a conseguir insígnias para melhorar na arte da caça. CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 322.

¹⁷⁶ Nesta bifurcação, Carvalho encontrou o acampamento de uma caravana mbangala que viajava para a região do Pende. Junto com ela iam alguns ambaquistas. CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 407.

¹⁷⁷ Nesta época, “as terras tinham grande riqueza de borracha e já se avaliava em mais de 50 o número de comerciantes brancos que operavam entre o Cuango e o Cuango”. PÉLISSIER, René. **História das campanhas de Angola...**, 2013, vol. I, p. 367-368.

¹⁷⁸ Como a máscara Pwo, Shinje, proveniente da região de Kamaxilo, chegado de Mwacita. BASTIN, Marie Louise. **Arte decorativa Cokwe**. Coimbra: Museu Antropológico da Universidade de Coimbra, 2010, vol II, estampa 251, também a máscara Mukixi wa Pwo, estampa 257. Voltarei a me referir a Kamaxilo como centro de onde foram recolhidas peças para o museu do Dundo no quarto capítulo.

¹⁷⁹ TEIXEIRA, A. de Almeida. **Lunda...**, 1948, p. 95.

abundância em borracha, que alegou ter “descoberto”, mesmo “achando-se então já ali o povo do Caúngula e Xa Madiamba”.¹⁸⁰

A coleta e a fabricação de bolas de borracha “de grandes dimensões” por parte dos soldados e carregadores do posto atraíram caravanas que já passavam pela região e “ali foi mercado dos Bangalas, mas ainda mais dos ambaquistas, n’um período de tempo relativamente pequeno, em que [Sarmiento calculou] ter sido exportado para o litoral não menos de duzentas arrobas”.¹⁸¹

Na década seguinte, passado o rio Kwangu e entrando na “verdadeira Lunda”, como escrevia o governador do Distrito, Veríssimo Sarmiento, o posto mais avançado foi montado em Kamaxilo, a 140 km do Kwangu.¹⁸²

O projeto de ocupação levado a cabo por Paiva Couceiro, governador de Angola de 1907 a 1909, previa além de construção de ferrovias de Malanje para o interior, a instalação de uma carreteira pelo posto do Luremo, na fronteira delimitada entre Angola e o Estado Independente do Congo (EIC), até o rio Kasai. A intenção era “ladear, quanto possível, a fronteira norte” para poder conter os avanços das tropas belgas e “tomar como áreas ou ponto de referência centros de produção e comércio da borracha, o mais rico artigo de exportação de Angola nessa época”. Em 1907, a 120 km de Kamaxilo, no rio Kwilu foi criado o posto intermediário em Xá-Quilongue e, no ano seguinte, a mais ou menos 570 km de

¹⁸⁰ Kaungula era um importante título lunda. Os mapas produzidos no final do século XIX e início do XX marcam a existência de três “Caungulas”: o Kaungula do Lóvua, o Kaungula da Mataba e o Kaungula estabelecido próximo ao rio Kwengu, junto à povoação de Xa Madiamba, o muatiânvue eleito que Carvalho conheceu.

¹⁸¹ Cópia do Relatório do tenente graduado Simão Cândido Sarmiento, chefe da expedição à Lunda, 20 de novembro de 1892. **1890 - Ocupação da Lunda** - AHU SEMU DGFTO 1H Mç. 904.

¹⁸² Esta penetração não foi realizada sem resistência. Nesta região de Kamaxilo, por exemplo, a população recebeu à tiros a tropa lusa: “Ao comandante do posto de Camaxilo, alferes Amado, foram dadas varias instruções sobre a escolha do melhor ponto para estabelecimento do posto, e effectuar reconhecimentos em torno do mesmo. N’um reconhecimento que effectuou, suprehendeu uma grande porção de gentio (homens, mulheres e creanças) n’um acampamento improvisado, junto a umas lavras. O alferes Amado disse-lhes logo, que não tivessem medo, porque não lhes fazia mal mas todos fugiram passando um riacho e fazendo da encosta fronteira bastante tiros, apesr de repetidas vezes o alferes Amado lhes declarar que não fazia fogo, mas, não cessando elles de o fazer mandou dar uma descarga, depois da qual fugiram para maior distancia: não foi em sua perseguição, por no posto terem ficado poucos soldados, e avizinhar-se a noite regressando por isso ao posto. A meio caminho, ouviu vozes de gentio, anunciando-lhe que no dia seguinte atacariam o posto. De facto, no dia seguinte de madrugada, grande numero de gentio fez o ataque, que foi enérgico, mas prontamente repellido e perseguido o gentio, até grande distancia”. SARMENTO, Veríssimo de Gouvêa. **Relatório das operações militares nas regiões do Xinge (sic) e Lunda, de janeiro a junho de 1906**. AHU SEMU DGU 1B Pt. 577.

Malanje, outro posto junto ao rio Luangue, entre os rios Luchico e Kasai, na fronteira leste com o Congo Belga.¹⁸³

Desde Malanje, acompanhando as populações estabelecidas às margens esquerda e direita do rio Kwangu até o rio Kwengu, foram erguidos os seguintes postos:

“Mappa dos postos militares existentes n’este districto”¹⁸⁴

Designação dos postos	Classificação	Regiões em que estão situados
Mufuma	Posto de polícia	Jinga
Duque de Bragança	Posto de ocupação	Jinga
Vunda – Rio (?)	Posto de comunicação	Jinga
Brito Godins	Posto de polícia	Jinga
N’Guire	Posto de comunicação	Jinga
Bange Angola (Forte D. Maria Pia)	Posto de ocupação	Jinga
N’Dalla Ango	Posto de comunicação	Jinga
N’Dalla Muriba	Posto de comunicação	Jinga
Quibuco Ambolo	Posto de comunicação	Jinga
N’Gunza Quibombo	Posto de comunicação	Jinga
Paiva Couceiro	Posto de polícia	Jinga
Catalla Caginga (Forte D. Luiz Felipe)	Posto de polícia	Jinga
Chiquita Marimba	Posto de comunicação	Holo
(Forte Rainha D. Amélia)	Posto de ocupação	Holo
Muene Yndalla	Posto de comunicação	Holo
Tembo Aluma (Forte D. Carlos 1º)	Posto de ocupação	Yaca
Matanga	Posto de polícia	Yaca
Zenque	Posto de polícia	Yaca
Cuinhanga	Posto de polícia	Yaca
Sanza	Posto de ocupação	Songo
Guibamba	Posto de polícia	Songo
Xissa	Posto de ocupação	Bondos
Catalla	Posto de comunicação	Bondos
N’Dalla Quinguangua	Posto de comunicação	Bondos
Cambo	Posto de comunicação	Bondos
Quella	Posto de ocupação	Bondos
Cafuxi	Posto de comunicação	Bondos
Guinzumo	Posto de comunicação	Bondos
N’Guangua	Posto de comunicação	Yongo

¹⁸³ TEIXEIRA, Alberto de Almeida. **Paiva Couceiro**. Aspectos africanos de sua vida. Lisboa: Pro Domo, 1948, p. 130-131.

¹⁸⁴ Mappa dos postos militares existentes n’este districto, sua classificação, guarnição, armamento e munições com designação das regiões onde se acham estabelecidos e unidades que os guarnecem. SARMENTO, Veríssimo de Gouvêa. **Relatório das operações militares nas regiões do Xinge (sic) e Lunda, de janeiro a junho de 1906**. AHU SEMU DGU 1B Pt. 577.

Lui (Forte Ramada Curto)	Posto de ocupação	Yongo
Cabadangalla	Posto de comunicação	Yongo
Cuango (Forte Infante D. Manoel)	Posto de ocupação	Haris
Luremo (Forte Infante D. Affonso)	Posto de ocupação	Xinge
Mussuco (Guilherme Capelo)	Posto de comunicação	Mussuco
Utinguilla (Ferreira de Souza)	Posto de polícia	Mussuco
Cacuri	Posto de comunicação	Xinge
N'zovo (Dias Costa)	Posto de polícia	Lunda
Guiquine	Posto de comunicação	Xinge
Huamba	Posto de ocupação	Xinge
Mona Menau	Posto de comunicação	Lunda
Cahungula	Posto de ocupação	Lunda
Camaxilo	Posto de ocupação	Lunda

Estes postos, conforme podemos ver no mapa encartado no final da tese, foram construídos perseguindo as rotas do comércio para os territórios Yaka, ao oeste, na linha do rio Kwangu, e Pende, ao leste, na linha do rio Kwilu.

Da região do Kamaxilo ao Kasassa, próximo ao rio Kwilu havia uma série de riachos e pouca povoação, as caravanas dependiam nesse caminho da perícia de seus caçadores para obter sustento. Como já dito anteriormente, os carregadores acostumados com as lides do comércio conheciam ou procuravam notícias sobre os caminhos que percorriam. Henrique de Carvalho, que afirmou ter sido “afortunado por não ter faltado alimento na viagem”, no trajeto entre os rios Kwengu e Kwilu, fez sempre erguer os acampamentos nas regiões abundantes em caça indicadas pelos carregadores.¹⁸⁵ Essa dependência do expedicionário em relação aos seus contratados matiza o seu frequente discurso paternalista a respeito das despesas com a alimentação realizadas com eles.

Do Kasassa podia-se pegar a estrada do Kundungulo para Kasele, que era uma feira controlada pelos Pende, onde o principal negócio era o sal proveniente das regiões do rio Luí. “Conservam-se ali muitas cubatas dispostas em linhas, a limitar um grande largo, para receberem as diversas comitivas de commercio que ali

¹⁸⁵ “Só [os loandas] Marcolino e António é que sabiam que paráramos do acampamento do Cuengo apenas com uma lata de carne conservada, e que não tínhamos nem bolacha nem bombós em deposito. Realmente tínhamos sido afortunados em nos não faltar alimento na viagem”. CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 446-447 e 468.

concorrem também á procura de marfim, borracha e gente”.¹⁸⁶ Desta feira, as caravanas seguiam para a região do Muata Kumbana e do Lubuko em busca do comércio de marfim que ainda existia em fins do século XIX.

Portanto, os principais mercados de borracha e de marfim nas duas últimas décadas no XIX estavam no Lubuku e no Pende. Segundo Cândido Sarmento, era

“do Casselle que a troco de escravos e de sal mineral na maior parte, se tem nos últimos tempos, por intermédio dos Bangalas, abastecido de borracha fina, o nosso commercio, mas marfim muito pouco por haver ali menos que no Lubuco e Alto Cassai. Tambem antes da Conferencia de Berlim de 1885, no Muquengue no Lubuco vinha muita borracha d’aquela e marfim para a nossa província, mas depois com as feitorias belgas, as caravanas commerciaes foram diminuindo, a pouco e pouco, até que de há quatro annos para cá tudo fica no Estado Independente, porque o gentio induzido pelos agentes daquele Estado não deixa passar os Bangalas nem os nossos negociadores conhecidos por ambaquistas, para além de Casselle, a proposito de que vão estragar as terras do Lubuco, como os Quiocos tem feito na Lunda”.

Desta feita, regiões como a de Kamaxilo, tomaram importância para o abastecimento das caravanas que viajavam do Shinje para os estados do Muatiânvua, pelo caminho do Kundungulo, controlado pelo quilolo Kasassa. Era por esse caminho que os mbangala iam para conseguir escravos para as suas lavras em Kasanje e para a permuta de borracha no Kasele, “para depois os povos do Peinde levarem [os escravizados] para o Lubuco, onde os indígenas d’aqui compram para venderem aos belgas, que por sua parte trocam por marfim a outros povos mais centraes. – É isto o que os próprios bangalas me informam e eu creio porque nos Pambos eu vi passar muitos para Casselle com sal e escravos, regressando depois com borracha fina para permutarem a fazendas na nossa província”.¹⁸⁷

O tempo de marcha de uma caravana, com todas as suas paradas nas regiões mencionadas, desde Malanje até o caminho para o Pende e o Lubuku era de

¹⁸⁶ CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 344.

¹⁸⁷ Cópia manuscrita do relatório de Simão Cândido Sarmento enviado ao Governador-geral de Angola, datada de Estação Costa e Silva, no Cuango, 20 de novembro de 1892. **1890 - Ocupação da Lunda** - AHU SEMU DGFTO 1H Mç. 904.

aproximadamente 3 meses e do primeiro ponto até a mussumba do muatiânvua no Kalany, perto de 4 meses.¹⁸⁸

Esboçar a cartografia dos trilhos comerciais por meio da documentação portuguesa permitiu-me perceber a organização africana do trato caravaneiro. Todo um sistema que sustentava pontos de acampamento e feiras de abastecimento. Este mesmo sistema que foi alvo da cobiça portuguesa, que por meio do uso da violência, dele se apropriou para montar o seu “esqueleto geral de ocupação”.¹⁸⁹

Neste capítulo pretendi demonstrar as tarefas diárias dos carregadores do comércio caravaneiro da Lunda central como um modo de trabalhar-e-laborar, por meio da análise das funções que desempenhavam, das ferramentas que utilizavam, das cargas que carregavam nos itinerários que mais percorriam.

A seguir continuarei a tratar do labor-e-trabalho dos carregadores frente aos interesses de chefias africanas e dos negociantes eurafricanos. Para tal, apresentarei e discutirei o sistema de crédito que vigorava nas negociações e como os agentes comuns (carregadores e seus agregados) entendiam e respondiam a ele.

Para isso, será levado em conta as diferenças entre o labor-e-trabalho dos carregadores nas caravanas africanas autônomas, empreendidas e organizadas sob a autoridade das chefias locais, e aquelas sob às ordens ou contrato de comerciantes das casas eurafricanas. Se essas diferenças não impactam diretamente o modo de saber fazer diário dos carregadores, elas se impõem sobre os relacionamentos cotidianos, como tentarei demonstrar nos próximos capítulos.

¹⁸⁸ CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 371-372.

¹⁸⁹ TEIXEIRA, Alberto de Almeida. **Paiva Couceiro...**, p. 125.

CAPÍTULO 2 - CARREGANDO MUKANDA: O PAPEL ESCRITO NO COMÉRCIO CARAVANEIRO DA LUNDA

Uma das atribuições que me conferi na pesquisa sobre os trabalhadores da expedição de Henrique de Carvalho à Lunda foi uma análise sobre os relatos de viagem como fonte da história social africana. Apoiada numa bibliografia pertinente e instigante, cheguei à conclusão de que esses relatos continham *interstícios* nos discursos proferidos com intenções colonizadoras.

Inspirada na proposta de “leitura do intervalo” de João Alexandre Barbosa e na ideia de “escovar a história a contrapelo” de Walter Benjamin,¹⁹⁰ estes interstícios me revelaram agências históricas capazes de propor uma reflexão que ultrapassasse a ideia de dualismos: como civilização e barbárie, africano e europeu, desenvolvimento capitalista e atraso econômico, ou ainda, oralidade e escrita.

Esses relatos mostraram a existência de vozes endógenas africanas, especialmente no de Henrique de Carvalho, que ora apresenta indícios de textos escritos por agentes africanos, ora estes escritos são reproduzidos na sua íntegra na obra. Um exemplo é a “cartinha” do carregador Xavier.¹⁹¹

¹⁹⁰ Cf.: BARBOSA, João Alexandre. **A leitura do intervalo**. São Paulo: Iluminuras, 1990 e BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: **Obras Escolhidas**. I: Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1985: 222-234.

¹⁹¹ Para análise anterior da cartinha do carregador Xavier, ver: RIBEIRO, Elaine. **Barganhando sobrevivências**: os trabalhadores da expedição de Henrique de Carvalho à Lunda 1884-1888. São Paulo: Alameda, 2013, p. 246-247. Sobre os interstícios, ver o segundo capítulo intitulado “Interstícios imperiais na obra de Henrique de Carvalho”, p.95-137.

A quem Deus padecer
 Depois de mais
 Prosto mais com o sobeitar a
 4^{ta}. uma força que depois de
 - ~~de~~ ligado
 Com o mesmo a esta provincia em
 acompanhamento de 12^{ta}. no
 seu regresso a esta provincia,
 eu como não do fido desta terra
 e por não me aquiescer esta terra
 quero regressar-me com a patria
 por tanto desejo por mais desta
 m^{te}. de tacha fido q^{ue} por de
 me passar para a terra de
 meu bom e conspicio de
 tanto alguma dilação que por
 me para chegar a esta pro-
 vincia, qual é o meu mon-

Correspondência de Xavier
 Domingos Paschoal a Henrique A.
 D. de Carvalho, assinada de Loanda,
 em 28 de março de 1888. Pasta
 Correspondência recebida por
 Henrique de Carvalho
 durante a Expedição. AHU SEMU
 DGU 1L ANG Cx.1092. (Ver a
 transcrição nº 53 da carta no final
 da tese).

meu bom e conspicio de
 tanto alguma dilação que por
 me para chegar a esta pro-
 vincia, qual é o meu mon-
 28/3/88
 Deu-se a
 Henrique Paschoal

Na investigação atual, realizada nos arquivos de Lisboa, não foi sem emoção que me deparei com esses escritos originais.

Parafraseando Maria Emília Madeira Santos, aquelas fontes escritas que não deveriam existir, por se tratarem originárias de sociedades orais, 'que se acreditavam poderem ser somente conhecidas por meio de testemunhos escritos de segunda ou terceira mão' (em um senso não só comum, mas também acadêmico), materializaram-se: a escrita em língua portuguesa africanizada e registrada em papéis amarelados com o tempo e que mantinham sinais de dobras intencionalmente cuidadosas.¹⁹²

Além disso, pude constatar que alguns escritos sofreram modificações no momento da edição da obra do expedicionário português. Acréscimos e subtrações de informação nada ingênuos. À carta do carregador Xavier, por exemplo, são acrescentadas informações a respeito de lugares e eventos (a região do Kamau onde no acampamento da expedição houve um incêndio) e as paradoxais frases: "eu sou preto mas com o coração de branco" e "NB. Não se esqueça de me dar uma bandeira do nosso Rei para a cubata".¹⁹³

É possível entender estes acréscimos na obra publicada de Carvalho no quadro da corrida imperialista: a frequente necessidade de os agentes coloniais justificarem a "soberania lusa" sobre os territórios e povos da África centro-ocidental pelo argumento da antiguidade da presença portuguesa nestas regiões. Portanto, uma carta escrita em língua portuguesa por um africano ou a mando de um africano podia fundamentar este argumento.

Porém é preciso ir além deste significado. É necessário refletir como escritos africanos - como a carta do carregador Xavier - podem constituir patrimônio histórico e cultural de populações que atualmente fazem parte do estado nacional angolano e, por conseguinte, como este patrimônio pode contribuir para superar

¹⁹² SANTOS, Maria Emília M. Prefácio. In: TAVARES, Ana Paula; SANTOS, Catarina Madeira. **Africae Monumenta**. A apropriação da escrita pelos africanos. Arquivo Caculo Cahenda. Lisboa: IICT, 2002, p.10-11.

¹⁹³ Ver a minha transcrição nº 53 da carta de Xavier Domingos Paschoal no final desta tese. Cf.: Correspondência de Xavier Domingos Paschoal a Henrique A. D. de Carvalho, assinada de Loanda, em 28 de março de 1888. **Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição**. AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

ideias depreciadoras de suas experiências: como estáticas, sem tempo e sem história.¹⁹⁴

É muito importante observar ainda que o conjunto das mukanda (papel escrito) não constitui legado histórico por ser fonte escrita, mas por ser fruto das experiências concretas de agentes históricos que encontraram também no código escrito uma forma de manifestarem interesses e compromissos.¹⁹⁵

Para a compreensão deste legado não se pode deixar à parte a importância da oralidade. Essas manifestações escritas passam por outras dimensões da vida presididas por técnicas mnemônicas de seleção, preservação e circulação de conhecimento. Como propõe Joseph Miller, citando Jan Vansina, “mnemônicas” porque o foco pertinente está em como as pessoas preservam conhecimento, “inventando” modos de se lembrarem dele, em lugar do contraste transmissão oral *versus* registros escritos.¹⁹⁶

Assim, entendo que seja possível superar ideias dualistas, a partir dos registros historiográficos que são as mukanda. Nelas, a oralidade e a escrita não se contrapõem e, muito menos, o material e o simbólico. Estes aspectos se complementam em proveito da preservação do conhecimento e da manifestação dos interesses de agentes históricos que das mukanda fizeram uso.

Isabel de Castro Henriques quando escreve sobre “invenções culturais em itinerários comerciais” apresenta o comércio da África centro-ocidental como “via privilegiada” para a circulação de ideias e novidades. Para a historiadora, as relações

¹⁹⁴ É certo que esse meu contato com cartas africanas não é algo excepcional, muitos outros testemunhos escritos africanos produzidos em diferentes regiões vêm sendo estudados pelos historiadores. Entre estes estudos, temos como referência, além do trabalho supracitado de Ana Paula Tavares e Catarina Madeira Santos, sobre o arquivo dos ndembu de Angola, a pesquisa de Maria Cristina Wissenbach sobre as cartas escritas pelo escravo Claro Antônio dos Santos a pedido da também escrava africana Teodora Dias da Cunha, ambos residentes em São Paulo, na década de 1860. WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Cartas, procurações, escapulários e patuás. **Revista Brasileira de História da Educação**. v. 2, n. 2, jul./dez. 2002, p.109 e WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Teodora Dias da Cunha: construindo um lugar para si no mundo da escrita e da escravidão. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto e GOMES, Flávio (orgs.) **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012, p.228-243.

¹⁹⁵ Segundo os dicionaristas do Kimbundu, o plural de mukanda é mikanda. Portanto, de acordo com esta regra gramatical, é errado tratar o conjunto dos escritos africanos de mukanda, sendo correto referir-se a ele de mikanda. Porém, tendo a consciência do erro, solicito a compreensão do(a) leitor(a) para continuar a utilizar a grafia mukanda. A intenção é marcar mukanda como um vocábulo que evidencia um conceito de escrita africana.

¹⁹⁶ Sobre a discussão ver: MILLER, Joseph C. History and Africa/Africa and History. **The American Historical Review**. vol. 104, nº. 1, 1999, p.10.

sócio-comerciais - marcadas pelo sistema do parentesco - incorporaram e permitiram a dinamização, invenção e renovação das novidades exteriores.¹⁹⁷

Nesta perspectiva, penso que podemos encarar a mukanda (o papel escrito) como uma novidade apropriada pelos agentes africanos centro-ocidentais. Como entende Paulo de Moraes Farias, “como um modo de dizer coisas que antes já eram ditas, mas de maneira diferente, uma receptividade ativa e um interesse ativo em receber e retrabalhar as novidades”.¹⁹⁸

Esse interesse ou apropriação significa que na experiência cotidiana e a partir de valores próprios as agências africanas apropriaram-se do elemento externo (ideias e objetos) com a intenção de monopolizá-lo. Isso quer dizer que esse processo não foi realizado sem conflitos. Ele se deu em meio às disputas sociais e também pelo poder político, “em que a abertura das portas e a introdução de idiomas novos eram calculadas por muitos como uma oportunidade de acréscimo de poder e de monopólio de autoridade”.¹⁹⁹

Outro aspecto que considero fortemente é que a mukanda não foi uma “novidade” ou “contribuição exterior” manejada somente por estratos mais altos das sociedades africanas.

Integrados à estrutura comercial vigente e às regras sociais, que sofreram o impacto de novos elementos vindos com o comércio atlântico, “as pessoas comuns em suas tarefas diárias”, como os carregadores de diferentes origens, que tinham o entendimento do funcionamento do comércio regional, aderiram e participaram do criativamente do processo de apropriação dessas novidades.

Analisar essa adesão e participação auxilia a compreender necessidades e vontades dos carregadores. A ideia do simbólico da escrita, a mensagem que ela carrega, mas também a sua materialidade, foram assumidas pelos menos favorecidos via as regras sociais do parentesco em prol de interesses específicos.

¹⁹⁷ HENRIQUES, Isabel Castro. Itinerários comerciais e invenções culturais. **O pássaro do mel**. Estudos de História Africana. Lisboa: Edições Colibri, 2003, p.144-145.

¹⁹⁸ FARIAS, Paulo Fernando de Moraes. **Sahel: a outra costa da África**. Curso apresentado no departamento de História da USP, setembro de 2004. Transcrição Daniela Baoudoin.

¹⁹⁹ Devo aqui completar que, concordando com Paulo de Farias, essa não é uma visão romântica, que nega o impacto violento das influências externas, mas que elas por si mesmas não teriam o mesmo efeito se não houvesse o interesse prévio na apropriação de elementos novos. FARIAS, Paulo Fernando de Moraes. **Sahel: a outra costa da África...**, setembro de 2004.

No último capítulo, a importância dessa materialidade será melhor apresentada e discutida. Neste capítulo tenho por objetivo analisar as mukanda que encontrei nos arquivos e nos relatos de viagem. A intenção é compreender a integração da mukanda à organização do comércio caravaneiro para então, posteriormente, examinar a participação ativa dos carregadores e seus agregados neste processo.

“O texto oral tem vezes que só pode ser falado por alguns de nós.
E há palavras que só alguns de nós podem ouvir.
No texto escrito posso liquidar este código aglutinador.
Outra arma secreta para combater o outro e impedir que ele me descodifique para depois me destruir.
Como escrever a história, o poema, o provérbio sobre a folha branca?”

Manuel Rui. Eu e o outro – O invasor ou Em poucas três linhas uma maneira de pensar o texto. In: MEDINA, Cremilda. **Sonha Mamana África**. São Paulo: Epopéia, 1987, p. 308-310.

O primeiro passo para iniciar a análise proposta é refletir sobre o processo de aquisição e manutenção de um acervo patrimonial africano em instituições portuguesas.

Como etnógrafo, Michel de Leiris tratou da contradição da produção de conhecimento em tempos coloniais. Para ele, a etnografia surgiu e se desenvolveu com o fato colonial ou com o apoio direto dos representantes locais do governo metropolitano, mesmo porque muitos desses agentes coloniais produziram trabalhos sobre as populações que administraram. Em tais condições, afirma Leiris, o etnógrafo não podia ignorar que estava “integrado no jogo colonial, porque tratava-se de um problema, nem mais nem menos, vital para as sociedades assim subjugadas de que ele se ocupava” e das quais “retirava as suas fontes”.²⁰⁰

²⁰⁰ LEIRIS, Michel. O etnógrafo perante o colonialismo. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (org.) **Malhas que os impérios tecem**. Textos anticoloniais, contextos pós-coloniais. Lisboa, Edições 70, 2011, p. 200.

Desta forma, todo o material (objetos, textos escritos e tradições orais) recolhido por viajantes, administradores coloniais e etnólogos deve ser examinado de maneira consciente de sua integração na produção colonial de conhecimento.

Conforme já observado, a escrita portuguesa presente nas mukanda serviu para Henrique de Carvalho discursar sobre a influência lusa, e não de outros povos europeus, sobre as regiões da Lunda e defender a “boa colonização portuguesa” como um elemento de progresso e civilização.²⁰¹ Para Carvalho, o acervo constituído pela expedição (papéis e objetos) era o seu tesouro, que chamava de “meu pequeno museu, que eram as minhas verdadeiras riquezas”.²⁰²

Portanto, os documentos que consultei nos arquivos portugueses fazem parte de um processo de “recolha” e de constituição de um acervo colonial. Não me iludo quanto a isso.

Entretanto, este processo de recolha demonstra também que o expedicionário português e outros autores analisados nesta pesquisa tiveram que se inserir nas redes locais, africanas e euroafricanas. Redes nada simétricas, porque envolviam disputas comerciais e intenções de conquista territorial e de riquezas da terra.

Assim, levando em consideração as assimetrias, e especialmente por causa delas, é que entendo que as mukanda produzidas por carregadores são significativas para compreender a participação ativa destes agentes históricos na luta contra os desmandos e as intenções colonizadoras.

Relativamente espalhada pelas regiões além Kwangu, em fins do século XIX, muito por conta das ações de ambaquistas, a escrita era usada nas relações

²⁰¹ Não só a escrita, mas também outros aspectos: “Alguns indícios que se notam nos povos do centro de Africa, como habitos novos em substituição dos que lhes eram proprios, são devidos a uma influencia, mais ou menos directa dos Portuguezes, e neste caso podem citar-se a plantação de mandioca, de tabaco, de feijão e de algumas hortaliças; a substituição das flechas e armadilhas de caça, pelas armas de fogo; a fiação do algodão e o fabrico da tanga em substituição das pelles de animaes; o fabrico dos cachimbos, etc. E pode dizer-se que pelo occidente foram os Ambaquistas e Bângalas que os foram implantar nas terras onde se demoravam para o negocio, e que se generalisaram pelas vantagens que se lhes foram reconhecendo”. CARVALHO, Henrique A. D. **Expedição Portuguesa ao Muatiânvua 1884-1888: Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua**. Lisboa: Imprensa Nacional & Typographia do Jornal As Colônias Portuguesas, vol. II: do Cuango ao Chicapa, 1892, p. 379.

²⁰² CARVALHO, H. Descrição..., 1894, vol. IV, p. 390.

comerciais entre negociantes, chefes políticos, viajantes e carregadores, inclusive, nas relações trabalhistas, como na carta de Xavier supracitada.

Novamente concordando com Isabel de Castro Henriques, o comércio de longa distância, impactado progressivamente pelo trato atlântico desde o século XVI, foi uma via importante para a expansão das novidades, neste caso, dos papéis escritos.

A partir dessa expansão, a palavra escrita no papel foi incorporada nas regras sociais locais e utilizada tanto por titulares políticos africanos, que tinham escribas ao seu serviço, os chamados ambaquistas, e também, em menor grau, é claro, por pessoas comuns. Carvalho algumas vezes cita o interesse dos carregadores em procurarem os ambaquistas que pudessem escrever-lhes cartas para suas famílias.²⁰³

Interessante que a historiadora Beatrix Heintze conclui que as histórias "étnicas", apresentadas como parentesco perpétuo nas tradições orais sobre as migrações e fundações de sociedades, estão ligadas às práticas costumeiras do comércio de longa distância: quando um visitante ao ser recebido pelo chefe local, antes de dizer o motivo de sua visita, contava uma longa narrativa histórica, chamada de *maézu* pelos *mbundu*, *mbangala* e *shinje* e de *lussango* pelos *lunda*.²⁰⁴ Além de comunicar notícias, era comum no *lussango* ser narrada uma versão da origem do sociedade a que o narrador pertencia. Assim, as histórias de origem foram espalhadas por vastas áreas, mesmo sendo enfeitadas ou alteradas por aqueles que as contavam.²⁰⁵

²⁰³ Um caso desses ocorreu com o ambaquista Garcia Fragoso dos Santos, quando a expedição o recebeu no acampamento do Vale do Kamau. Este vinha com uma carta do ajudante português da expedição Augusto Cesar que havia partido para Malanje em busca de carregadores. Antes de retornar, "Loandas e Malanges apanharam o Garcia para lhes escrever cartas e cá vieram buscar papel e tinta e deram-lhe almoço". Pelo "serviço cada um o remunerou a seu modo". CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 420-421 e Expedição Portuguesa ao Muatianvua. **Diário do ano de 1885**. Livro II. Anotações do dia 06/08/1885. 1152 SEMU DGU 1L Liv 1885 - Expedição Portuguesa ao Muatianvua - Diário Livro II Moç (sic).

²⁰⁴ "Lussangos (maésus em Ambundo e terras de Angola que para equivalente na lingua portugueza temos recado, noticia etc.)". CARVALHO, H. Descrição..., 1893, vol. III, p. 892.

²⁰⁵ HEINTZE, Beatrix. **Pioneiros Africanos**. Caravanas de carregadores na África Centro-Occidental (entre 1850 e 1890). Lisboa: Editorial Caminho, 2004, p. 410-411.

Neste sentido, o lussango era uma forma de integrar os agentes de diferentes origens nas relações sociais que se travavam nas recepções aos forasteiros, inclusive nas relações comerciais, como uma forma de tecer alianças sociais.

Conhecedor dessa prática, Henrique de Carvalho, com a ajuda do ambaquista Arsênio, apropriou-se dela e tentou adaptá-la ao texto escrito.²⁰⁶ O processo de apropriação, portanto, envolveu diferentes agentes, cada qual com a intenção de colocar no palco das relações seus interesses e compromissos.

Neste caso, é possível que Henrique de Carvalho, impossibilitado de atingir a região de Kaniok (Canhíuca), porque não tinha mais em 1887 apoio do governo português em permanecer na região e muito menos de avançar nos territórios,²⁰⁷ estava tentando com a ajuda do ambaquista Arsênio e na forma reconhecida do lussango uma aliança por escrito com o chefe desta região, kilolo do muatiânvua, onde ainda na década de 1880 podia-se obter algum marfim.²⁰⁸

Outra razão para a inacessibilidade do expedicionário poderia ser a prerrogativa do senhor da Lunda sobre o marfim de Kaniok. Heintze afirma que alguns exploradores alemães, na década de 1870, tentaram atingir esta região, mas sem sucesso, devido aos bloqueios do muatiânvua.²⁰⁹

Na década de 1840, interessado no negócio de marfim, Rodrigues Graça registrou a abundância desta mercadoria na região e a tributação paga ao muatiânvua pelo seu chefe: no "Orçamento dos renditos que o Matianvo percebe annualmente de seus potentados", o chefe de "Canhoca, o poderoso" tributava

²⁰⁶ Sobre a redação de um lussango, Carvalho escreveu: ““Na manhã do dia 2 de fevereiro [1887], passava das 11 horas, estava escrevendo um lussango em dialecto de Canhiuca dictado por Arsenio”. CARVALHO, H. Descrição..., 1894, vol. IV, p. 328.

²⁰⁷ Sobre a recusa do governador-geral Guilherme Augusto Brito Capello em enviar suprimentos ao expedicionário, exigindo-lhe a finalização da viagem, alegando, para tanto, os gastos já realizados pelo major português, ver: Correspondência do governador-geral G. A. de Brito Capello ao Ministério da Marinha e Ultramar remetendo cópia de um ofício do subchefe da expedição ao Muata Yanvo relativos aos socorros prestados ao major Carvalho. 09 de maio de 1887. PADAB – AHA/IHGB, DVD 20, Pasta 83, Códice 45 -A-10-3, DSC 00107 e Correspondência do governador-geral G. A. de Brito Capello ao ministério da marinha e ultramar informando os gastos da expedição ao Muata Yanvo. 10 de outubro de 1887. PADAB – AHA/IHGB, DVD 20, Pasta 85, Códice 46.

²⁰⁸ “Lembrámos (ao Ministro da Marinha e Ultramar em correspondência) a conveniencia de ficarmos na Mussumba por algum tempo junto do Muatianvua, para conseguirmos abrir ao commercio o caminho para Canhiuca, onde o Muatiânvua se fornece de marfim, e estabelecer ali em boas condições residencia para uma auctoridade portuguesa”. CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 420.

²⁰⁹ HEINTZE, B. **Pioneiros africanos...**, 2004, p. 306 e 330.

marfim, escravizados e fazendas no valor de 16:000\$000.²¹⁰ Também o sertanejo Silva Porto. Chamando a mesma região de Canhoca, o seu registro no diário, recuperado pela historiadora Maria Emília Madeira Santos, aponta que nos anos 1880 ainda era ao lado do Moio, Luba Lomami e Garanganja “os bons mercados que restavam, mas aí o enfraquecido comércio sertanejo estava prestes a ceder à concorrência estrangeira”.²¹¹

O lussango ditado por Arsênio e escrito por Carvalho podia ser também uma tentativa de aliança que impedisse o acesso dos agentes alemães e belgas ao negócio do marfim.²¹² Mesmo que este acesso fosse realizado por intermédio dos comerciantes do Lubuku: “com respeito a Canhiuca se alguma cousa há ali de marfim os do Lubuco lá irão em pouco tempo e já muito senhores de si”.²¹³

No acervo documental da Expedição de Carvalho, que está sob a guarda do Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, há um documento escrito em língua local (lunda? kaniok?) em que está grafada a expressão “lussango ua Maniputo”. Não sei se se trata do lussango de Carvalho e Arsênio. De acordo com Ana Paula Tavares, esse lussango é uma carta assinada por Capua Camo, que “foi entregue a Henrique de Carvalho para ser trazida para Portugal”.²¹⁴ Porém, não encontrei na obra de

²¹⁰ GRAÇA, Joaquim Rodrigues. Descrição da viagem feita de Loanda com destino ás cabeceiras do rio Sena, ou aonde for mais conveniente pelo interior do continente, de que as tribus são senhores, principiada em 24 de abril de 1843. In: **Annaes do Conselho Ultramarino**. Parte não-oficial. 1ª. série, 1854-58. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867, p. 145-146.

²¹¹ SANTOS, Maria Emilia Madeira. **Nos caminhos de África**. Serventia e posse. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1998, p. 172.

²¹² “Pelo norte, tentaram os allemães explorar o paiz, mas encontraram povos Chilangues, que não lhes foi possivel domar e se não registaram resultados funestos, devem-no ao negociante portuguez Antonio Lopes de Carvalho, socio de Saturnino Machado, que os acompanhava nessa tentativa. De Canhiuca, basta que eu diga a V. Exa. que é o paiz onde o Muatiânvua manda buscar marfim para dar em pagamento aos negociantes que vão á Mussumba e lhe entregam a sua factura; é o paiz que sempre foi cubiçado pelos Allemães e hoje pelo Estado Independente; e V. Exa., reparando em qualquer carta de África estrangeira depois da conferencia de Berlim, verá este paiz já separado dos Estados do Muatiânvua, quando o Canhiuca é quilôlo tributario d'elle. Esta separação não offerece duvida quanto a mim, que ouvi todos os exploradores allemães que depois de 1877 foram pela nossa provincia de Angola para o centro de Africa, que tem o fim reservado de com o tempo o envolverem nos dominios do Estado Livre. Tanto este paiz como o Samba, a leste da Mussumba, parte do qual já foi cortado pelos limites d'aquelle Estado, marcados na conferencia, são aquelles d'onde provinha o marfim para a Lunda até 1880. Perdel-os de todo o Muatianvua, póde dizer-se que é perder o nosso commercio de Angola o importante interesse de marfim.” “Localidades de urgência a occuparem-se”. Correspondência de Henrique A. D. de Carvalho ao Ministério dos Negocios de Marinha e Ultramar, Lisboa, 27 de maio de 1890. In: CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 893.

²¹³ Expedição Portuguesa ao Muatianvua. **Diário do anno de 1887**. Nº 1. Anotação do dia 10/02/1887. 1154 SEMU DGU 1L Liv 1885 (sic) - Expedição Portuguesa ao Muatiânvua - Diário Livro I Moç (sic). A referencia no catálogo do AHU está incorreta, o livro é do ano de 1887.

²¹⁴ TAVARES, Ana Paula. Glossário. **História e Memória**: estudo sobre as sociedades Lunda e Cokwe de Angola. Lisboa, 2009. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Carvalho nenhuma menção a este lussango recebido e nem a nomenclatura Capua Camo atribuída a alguma chefia africana.²¹⁵ Como desconheço a língua em que a carta está escrita não tenho por ora como resolver esta questão. Porém, seja este documento escrito por Carvalho e Arsênio, seja ele um lussango escrito por uma chefia local para muene puto, a sua materialidade indica, além da tentativa de organizar gramaticalmente a língua local em alfabeto latino, a transposição de uma prática da oralidade para a escrita.²¹⁶

Espero com isso dizer que a técnica mnemônica do lussango, de conservação e divulgação, pela via da oralidade, das histórias de origens e, conseqüentemente da difusão das hierarquias impostas pelas regras do parentesco, foi nessa ocasião adaptada ao formato e organização da escrita por agentes de diferentes proveniências – o ambaquista Arsênio, o português Henrique de Carvalho ou a autoridade Capua Camo – em prol de interesses específicos: um alcançar a região para a colonização de seu país, outro a possibilidade de conseguir alguma posse e importância social com a abertura do comércio ambaquista para essa região e outro ainda um contato ou aliança com a coroa portuguesa.

Christian Geffray propõe encararmos a organização social do parentesco, geralmente baseada na “ordem do nome dos mortos”, como um “puro fragmento da sociedade oficial”. Para o autor, é necessário ver além do discurso da autoridade, porque aqueles que participam destas regras compõem um “conjunto de pessoas vivas, que se reúnem para além da partilha da memória do ancestral comum”.²¹⁷

Logo, é preciso estarmos atentos às atividades diárias dos agentes sociais para desenredar o discurso da autoridade ancestral e podermos ver por baixo da

da Universidade Nova de Lisboa, p. 240. Parece-me que o lussango que tive em mãos trata-se de um rascunho. Nos diários de Henrique de Carvalho há inúmeras menções a respeito de seus exercícios orais e escritos na língua Lunda, sempre com o auxílio dos ambaquistas que o acompanhavam e, por vezes, com membros de caravanas e pessoas das povoações por onde passou. No diário, em 01 de fevereiro de 1887, um dia antes da data referida à escrita do lussango, Carvalho escreveu: “fiz emendas no meu dialecto Lunda e também continuei com exercícios. Tenho feito muitas emendas e tem graça porque é o próprio Bezerra que faz as emendas – hoje deante de Rocha e companheiros e lundas, já repara mais no que diz e continuo a ver que elle está aprendendo agora o portuguez”. Expedição Portuguesa ao Muatianvua. **Diário do anno de 1887**. Nº 1. Anotação do dia 10/02/1887. 1154 SEMU DGU 1L Liv 1885 (sic) - Expedição Portuguesa ao Muatiânvua - Diário Livro I Moç (sic).

²¹⁵ Com isso não quero afirmar que a informação não exista, mas que eu não fui capaz de encontrá-la.

²¹⁶ **Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição**. AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

²¹⁷ GEFFRAY, Christian. **Nem pai nem mãe**. Crítica do parentesco: o caso macua. Lisboa: Editorial Ndjira, 2000, p.39.

sua capa institucional que as novidades chegadas com as mercadorias – como a escrita – foram adaptadas e incorporadas nas regras sociais vigentes, como uma forma de inserir os próprios interesses no “jogo das relações de forças” inscrito no conjunto de regras ou sistema que organiza a sociedade.²¹⁸

Essas regras sociais são geralmente formalizadas por um conjunto de palavras que integra o discurso institucional do parentesco: “objetos linguísticos usados a partir de motivações objetivas sujeitas à ação de diversos fatores históricos”.²¹⁹

Nesta perspectiva, a partir dos significados das palavras na vida social, procuro entender a mukanda como uma forma de comunicação e de provas de fé ou crédito aplicada na organização comercial da Lunda, da qual os carregadores e seus agregados eram parte importante para manter o sistema em funcionamento.

Na Lunda, a palavra mukanda tinha vários significados. Era utilizada para identificar o rito de iniciação dos meninos. Também designava a “casa distante da povoação, onde os rapazes se conservavam em liberdade com os companheiros, não tendo relações alguma com o exterior”. A partir da experiência do rito de iniciação, o termo era usado como um marcador temporal, “a mucanda de tal epocha”. Também significava a autorização das chefias africanas aos negociantes estrangeiros para fundarem casas comerciais em seus territórios. Como também denominavam os fundos ou acampamentos construídos para as caravanas do comércio. Por fim, a palavra mukanda podia denominar os contratos de crédito e de

²¹⁸ Sobre sua inspiradora metodologia de análise das relações de parentesco entre os macuas do norte de Moçambique, Geffray afirma: “Decidi então descrever primeiro as relações sociais tecidas em torno das atividades de trabalho, de distribuição e de consumo, a fim de deixar desenharem-se progressivamente as formas de reagrupamentos sociais que lhes estão associadas e que resultam do exercício social destas atividades (grupos de pertença, grupos domésticos, casas, áreas matrimoniais). Os polos de autoridade social, e as figuras que assumem estatutariamente esta autoridade, foram-se pouco a pouco revelando e destacando da mesma maneira, proporcionalmente aos progressos da análise da dinâmica social de onde eles parecem tirar a sua substância. Escolhi assim afastar a ‘lei’ (instituições de linhagem, filiação e poder), a fim de ver se ela se deixava enredar nalgum outro lugar que não o seu próprio discurso: na rede histórica das dependências sociais e materiais tecidas entre as pessoas. Este caminho levou por fim a pôr em evidência a existência de grupos sociais, definidos pelas práticas sociais de produção, integralmente congruentes com as classes de pessoas distinguidas na terminologia de parentesco”. GEFFRAY, Christian. **Nem pai nem mãe...**, 2000, p. 34.

²¹⁹ GEFFRAY, Christian. **Nem pai nem mãe...**, 2000, p. 29.

trabalho. É exatamente este último significado que pretendo discutir neste capítulo.²²⁰

Não consegui ainda alcançar com clareza se mukanda era uma palavra polissêmica ou apenas homônima. Isto é, se havia uma relação de fundo entre os vários sentidos que consegui apurar nas fontes. A intuição que tenho a respeito é que mukanda tem a ver com o sentido mais profundo dos vínculos sociais. No rito de iniciação, os meninos, apartados na mukanda (edificação), eram vinculados às novas funções na sociedade lunda, por isso também marcar temporalmente a mukanda com algum evento ocorrido na ocasião.

Os vínculos sociais parecem claros nos acordos feitos entre as chefias africanas e os estrangeiros para instalarem casas de negócio em suas regiões. Como também parecem indicar a sociabilidade nos acampamentos das caravanas. Porém, o que mais me importa neste estudo sobre os carregadores do comércio caravaneiro da Lunda é ver a sua relação com a mukanda (papel escrito), no sentido de criação de vínculos nos contratos de serviços e nas relações de crédito.

Deste modo, é interessante entender antes a mukanda como um elemento social a partir dos usos da palavra.

O estudo de palavras que nomeiam instituições sociais africanas já foi realizado por Catarina Madeira Santos e Roquinaldo Ferreira, entre outros especialistas. Quanto aos mukandu, por exemplo, estes autores destacaram a sua utilização por diferentes parcelas da sociedade afro-portuguesa em Angola e sua apropriação pela administração lusa.²²¹

Em kimbundu, mukandu era ‘crime, delito, culpa e pleito’.²²² Também designava “toda e qualquer forma de litígio decidido verbalmente”. Examinados e

²²⁰ Mais sobre os significados de mukanda que consegui apurar nas fontes, ver: O sentido social da mukanda. RIBEIRO, Elaine. **Barganhando sobrevivências...**, 2013, p. 257-265. Os vários sentidos de mukanda também podem ser consultados em: TAVARES, Ana Paula. Glossário. **História e Memória...**, 2009, p. 311-312. Agradeço à Ana Paula Tavares enviar-me suas notas de pesquisa a respeito da mukanda.

²²¹ SANTOS, Catarina Madeira. Entre deux droits: les Lumières en Angola (1750-v. 1800). **Annales. Histoire, Sciences Sociales**. n.4, 2005, p. 817-848 (60e année). Disponível em: www.cairn.info/revue-Annales-2005-4-page-817.htm. Acesso em: outubro de 2015 e FERREIRA, Roquinaldo. **Cross-cultural Exchange in the Atlantic World**. Angola and Brazil during the Era of the Slave Trade. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

²²² Cf.: MATTA, J. D. Cordeiro da. **Ensaio de Dicionário Kimbundu-Português**. Lisboa: Casa Editora Antonio Maria Pereira, 1893. Assis Jr. define mukandu como: “condenação; indício acusador; culpa; falta. Kukuata – delictuar; condenar; tornar culpas a. kuta – ser encontrado em falta; ser susceptível de

julgados em audiências públicas presididas pelas chefias africanas, os mukanu foram apropriados pela administração portuguesa como um Juízo de Liberdades, pelo qual os “capitães-mores julgavam em primeira instância acerca da condição de liberto e de escravizado. O mucano, figura africana, passou assim à escrita para ganhar legitimidade ao nível africano e ‘colonial’”.²²³

De acordo com Catarina M. Santos, houve “processos de recepção, apropriação e transação” nas relações entre africanos e portugueses: a construção de um “território do meio entre dois sistemas discursivos”. Por um lado, a incorporação de um vocabulário feudo-vassálico por parte das elites políticas africanas – “soba vassalo”, “seu vassalo” – como “instrumento de autolegitimação válida” e com ele a apropriação da escrita nas relações com as autoridades portuguesas. Por outro lado, a intromissão dos capitães-mores nas causas africanas restringiu o significado dos mukanu às causas do juízo de liberdades e à uma economia de multas com frequentes casos de escravização.²²⁴

Já Roquinaldo Ferreira preferiu discutir outra dimensão dos mukanu, como uma instituição apropriada pelos mais frágeis socialmente e que se tornou central para aqueles africanos nascidos livres tentarem escapar da escravização.²²⁵

Assim, conclui Ferreira, que a fragilidade da fronteira entre escravidão e liberdade em Angola se relacionava com a ambiguidade do tribunal de mukanu, que tanto podia ser uma ferramenta de escravização quanto de redenção à escravidão. O uso desses tribunais por africanos em risco de escravização era uma oportunidade

condenação”. Cf.: ASSIS JR., A. **Dicionário Kimbundu-Português**. Linguístico, Botânico, Histórico e Corográfico seguido de um índice alfabético dos nomes próprios. Luanda: Argente, Santos e Cia Ltda., s.d.

²²³ TAVARES, Ana Paula; SANTOS, Catarina Madeira. **Africae Monumenta**. A apropriação da escrita pelos africanos. Arquivo Caculo Cachenda. Lisboa: ICT, 2002, p. 428.

²²⁴ SANTOS, Catarina M. Entre deux droits: les Lumières en Angola..., 2005, p. 823 e 825-829.

²²⁵ FERREIRA, Roquinaldo. **Cross-cultural Exchange in the Atlantic World...**, 2012, p. 115. O historiador analisa, entre outros, o caso de Francisca e seu filho Jorge Inácio, que apelaram ao tribunal de mukanu em Luanda, em duas ocasiões diferentes: a primeira quando Jorge Inácio ainda era criança e a segunda, quando adulto, para manter sua liberdade frente às tentativas de escravização por parte de Francisco Pereira Bravo e sua família, que era uma das mais antigas e poderosas da cidade de Luanda, no século XVIII. Para os casos analisados por Roquinaldo Ferreira, ver na mesma obra as páginas 88-125. Além dos capitães-mores estabelecidos no interior, até 1761, podia-se apelar em juízo de liberdade ou de mukanu, em Luanda, ao governador-geral, ou ao ouvidor-geral, ou ainda ao juiz de fora. Após essa data, com a reforma judicial implementada pelos portugueses, foi criada a Junta da Justiça composta do governador, ouvidor, juiz de fora, coronel, tenente-coronel e sargento-mor do Regimento da Guarnição de Luanda. O resultado das sentenças devia ser proferido pela maioria dos votos, sendo o do governador o voto decisório em caso de empate. SANTOS, Catarina Madeira. Entre deux droits: les Lumières en Angola..., 2005, p. 819.

para desafiar a instituição escravista, garantir a liberdade e buscar punição para aqueles que tentavam escravizá-los.²²⁶

Podemos completar ainda, que os mukanu, ao produzirem uma documentação escrita, permitiram aos historiadores iluminarem fragmentos de histórias que revelam a integração do sistema judicial português às regras sociais africanas.

O tribunal de mukanu origina-se das regras e práticas das sociedades mbunda. Está ligado ao que Catarina M. Santos chama de “direito africano”, definido como integrado ao social, ligado ao sagrado e com a função de restabelecer os equilíbrios sociais diante dos acontecimentos e dos elementos perturbadores.²²⁷

No “direito africano”, mukanu também designava as compensações que os julgados culpados deviam pagar.²²⁸ Roquinaldo Ferreira também levantou alguns casos de petição aos tribunais de mukanu contra pagamentos que os condenados consideravam abusivos.²²⁹

Um levantamento de liquidações relacionado ao comércio caravaneiro, que sobreviveu até os nossos dias, é o Livro ou Memorial dos Mucanos de Antônio Francisco Ferreira da Silva Porto, conservado na Sociedade de Geografia de Lisboa, junto ao espólio do referido sertanejo português. Foi com base nesse acervo, que Maria Emília Madeira Santos produziu um estudo sobre a organização do comércio nas regiões entre Benguela, Bié e Lunda.

A historiadora destaca os seguintes aspectos das relações comerciais que Silva Porto contava como prejudiciais aos negócios do sertão: roubos, ataques,

²²⁶ FERREIRA, Roquinaldo. *Cross-cultural Exchange in the Atlantic World...*, 2012, p. 88-125.

²²⁷ SANTOS, Catarina Madeira. *Entre deux droits: les Lumières en Angola...*, 2005, p. 821.

²²⁸ Sobre o significado de mucano, Serpa Pinto escreve: “A palavra terrível do Bié, o vocábulo mucano, não exprime simplesmente o crime, mas designa a ideia que envolve ao mesmo tempo o crime e o pagamento da multa”. Apud SANTOS, Maria Emília Madeira. Introdução (Trajectória do comércio do Bié). In: SANTOS, M. E. M. (ed.) *Viagens e apontamentos de um português em África*. Diário de Antônio Francisco Ferreira da Silva Porto, volume 1. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1986, p. 90. Também em: TAVARES, Ana Paula; SANTOS, Catarina Madeira. *Africae Monumenta...*, 2002, p. 428.

²²⁹ Roquinaldo Ferreira faz referências às petições que conseguiu localizar no Arquivo Histórico de Angola, entre outras: a de Esperança, também conhecida como Mulupa, residente em Dombe Grande, perto de Benguela, contra Muhululu, por forçá-la a pagar vários mucanos, e a de Mahori, também de Dombe Grande, que solicitou ao regente do distrito não pagar um mukanu de feitiçaria, pois já tinha sido julgado no assunto pelos africanos. Para outros casos, ver: *Cross-cultural Exchange in the Atlantic World...*, 2012, p. 100.

incêndios, epidemias, acidentes na travessia dos rios, grandes distâncias a percorrer a pé com cargas pesadas, irregularidade de fornecimentos de produtos, a dependência do crédito junto aos comerciantes (armadores) estabelecidos no litoral e a própria organização da caravana: a contratação de carregadores e a autorização dos chefes africanos, ‘senhores dos caminhos’, a quem se pagava tributos de passagem.

Porém, a maior reclamação do sertanejo portuense era quanto a organização do comércio imposta pelos titulares políticos africanos, que exigiam a troca de presentes ou dádivas e utilizavam os *mukanu* para arbitrar situações de litígio provocadas pela estadia dos comerciantes e de suas caravanas em suas terras.²³⁰

A organização comercial se dava da seguinte maneira: o sertanejo procurava negociar com a principal chefia africana a sua fatura ou o conjunto das mercadorias transportadas por sua caravana. Com isso assegurava o pagamento integral e, aos olhos de europeus como Silva Porto, evitava muitas “conversações que precediam o fecho do negócio”, no caso da Lunda, os chamados *lussangos*.

Da parte da autoridade africana, o recebimento de toda a fatura, apesar de o colocar no papel de grande devedor, era vantajoso porque dava-lhe o direito de “gerenciar toda a estadia do negociante e sua caravana” na região, enquanto se procedia os ajustes dos negócios. Com isso podia controlar todos ou a maioria dos produtos que a caravana trazia por meio das trocas de presentes e do pagamento pelo abastecimento do pessoal de carregadores.²³¹

Esta relação sócio comercial, que se traduzia na dependência do comerciante, era a que mais preocupava Silva Porto, que alegava que “o inconveniente se dava pela impossibilidade de permutar os gêneros que conduzia para os entregar a título de presente” às chefias africanas. Portanto, para ele o “negócio de dádivas tornava bastante prejudicial o comércio sertanejo”.²³²

Esses presentes ou dádivas decorriam de visitas frequentes que os governantes africanos ou representantes seus faziam aos chefes das caravanas nos

²³⁰ SANTOS, Maria Emília Madeira. *Nos caminhos de África...*, 1998, p. 234.

²³¹ SANTOS, Maria Emília Madeira. *Nos caminhos de África...*, 1998, p.233-234.

²³² SANTOS, Maria Emília Madeira. *Nos caminhos de África...*, 1998, p. 234.

kilombo²³³ instalados próximos às suas povoações, e também, ao contrário, quando os negociantes eram recebidos pelas chefias em suas libatas (banza, moradia). O presente trocado nessas ocasiões dependia da "categoria social do visitante" e também da chefia local.²³⁴

Como fonte historiográfica, o “Memorial de Mucanos” de Silva Porto vai além de um levantamento de liquidações de dívidas contraídas pelo sertanejo.

O memorial é um caderno manuscrito estruturado da seguinte forma: cada mucano ou mocano (as grafias utilizadas por Silva Porto) inicia com data, depois registra a região do ocorrido, em seguida o motivo do pagamento e o favorecido e, na maioria das vezes, apresenta listados os produtos pagos e seus valores em réis.²³⁵ Devido ser uma contabilização de pouco mais de quatro décadas, os valores mencionados pelo sertanejo podem nos dar a conhecer as mercadorias e sua valoração ao longo do tempo.

Pelo “Memorial de mucanos” é possível conhecer também alguns aspectos do cotidiano das viagens. Os vínculos sociais e as responsabilidades que resultavam deles. Doenças e mortes dos carregadores, que acarretavam na arbitragem de pagamentos aos parentes das vítimas pelo chefe das caravanas. Casos de tombika, a fuga de escravizados e dependentes de um senhor para outro que julgavam ser-lhes menos danoso.²³⁶

²³³ Assim como mukanda, a palavra Kilombo ou quilombo também tinha vários sentidos, aqui ela significa acampamento de caravanas. Kilombo também designava o rito de iniciação dos meninos ovimbundu, assim como o local onde estes permaneciam.

²³⁴ SANTOS, Maria Emília Madeira. Introdução (Trajectória do comércio do Bié)..., 1986, p. 90.

²³⁵ PORTO, Silva. **Memorial sobre os vários acontecimentos na região da Lunda entre 13 de agosto de 1841 e 26 de dezembro de 1885**. SGL. Res. 1 – Pasta E – 2. Diferente do título que aparece no livro da SGL, a designação Memorial de Mucanos é do próprio Silva Porto. “Agora há-de dizer o leitor (...) ser inacreditável uma pessoa nas minhas circunstâncias não fazer progressos na casa da fortuna; e eu responder-lhe-ei com o Memorial de Mucanos, acrescentando: graças dou à providência, permitindo que a receita me dê para a despesa, e isso devo ao meu lidar. (...) Os meios de evitar isso seria avassalar o interior até ao Bié ou então quando o país o permitisse, o transporte dos géneros por meio de carros como se usa no Cabo para o interior do sertão. A falta de ambas as coisas, o único recurso do sertanejo é largar semelhante vida”. Apud SANTOS, Maria Emília Madeira. Introdução (Trajectória do comércio do Bié)..., 1986, p.159.

²³⁶ Anteriormente, tratei sobre a tombika em: RIBEIRO, Elaine. **Barganhando sobrevivências...**, 2013, p. 211-213. Silva Porto acrescenta informações sobre os tombikamentos ao informar que pagou um mukanu devido algumas mulheres terem lhe procurado para tombika, algo que, segundo as regras do Bié, era primazia dos senhores da terra e interdito aos brancos. PORTO, Silva. **Memorial sobre os vários acontecimentos...**, fls. 4 e 5.

Outro tema que aparece é a responsabilização dos membros das caravanas em casos de prejuízos provocados por algum deles nas povoações do caminho. Este é um aspecto que denota uma noção de dívida coletiva e não individual por parte destas populações. A cobrança da dívida era feita ao responsável da caravana, caso ela não fosse paga, poderia recair sobre o próximo grupo que passasse e que tivesse alguma relação com o devedor.²³⁷

Portanto, a estadia junto às povoações dos caminhos do comércio além de demandar presentes podia gerar *mukanu*. Silva Porto encarava esses gastos como o mais pesado da “carga fiscal do comércio”, pelos custos que geravam e a já mencionada dependência em relação à chefia local.

A regra de responsabilizar por *mukanu* não pago o próximo que passasse e que tivesse relação com o devedor não era somente para os comerciantes europeus e seus representantes na região do Bié.

Na virada do século XIX para o XX, no contexto das campanhas militares europeias para a ocupação colonial dos territórios africanos, algumas razões alegadas pela administração portuguesa para promover conflitos armados contra as populações estabelecidas na região do rio Kwangu eram os “fechamentos de caminhos às comitivas de comércio”, contavam entre elas também as caravanas africanas.

Na obra do tenente-coronel Alberto de Almeida Teixeira, que foi o terceiro governador do distrito da Lunda, podemos ler alguns relatos de casos a respeito deste tema. Cito aqui o da caravana *mbangala* que carregava borracha e foi “assaltada na região do Chiça por gente de um soba bondista”.²³⁸

²³⁷ Em 23 de novembro de 1846, Silva Porto anotou no seu memorial o seguinte pagamento devido a um delito cometido por um homem que havia sido seu hospede: “Apresentou-se em minha casa o preto de nome Hamumjombe, do sítio de Canjungo, dizendo que: nas Ganguellas aonde tinha hido que lhe haviam feito presa em huma arma, e oito panos de fazendas azul, por delito feito na mesma terra por Manoel Ferreira Torres, e como este tinha sido meo hospede, eu hera obrigado a pagar pelo mesmo. Para evitar terríveis consequências, pois que o negro quando perde ou empresta cinco, não sendo embolçado com promptidão, vai imediatamente roubar cem, segundo os seus usos e costumes. Para evitar pois este inconveniente; que por todos os princípios sempre se lhes seguem tristes resultados, paguei pois o que o negro exigia e segundo abaixo noto. 84 panos em fazenda surtida – 400 – 33\$600”. PORTO, Silva. **Memorial sobre os vários acontecimentos...**, fls. 9.

²³⁸ ALMEIDA, Alberto de Teixeira. **Lunda: sua ocupação e organização**. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca; Agência Geral das Colónias, 1948, p. 96-97.

A expressão “fechamento de caminhos” é uma constante na documentação portuguesa do século XIX, especialmente nos relatos dos viajantes. No discurso com intenções colonizadoras, a expressão sempre vinha acompanhada de “sequestro”, “assalto”, “salteadores”, “desfaçatez”, entre outras.²³⁹ Contudo, a expressão também é elucidativa da organização do comércio regional, que contava com zonas de abastecimento nos caminhos das caravanas.

Nestas zonas haviam regras específicas quanto a passagem e estadia dos grupos de carregadores. A necessidade de pagamento de tributos pode ser evidenciada na constante descrição dos viajantes sobre os presentes que eram obrigados a trocar com às autoridades africanas destas regiões.

O contexto de avanço militar agravava situações de conflitos por delitos ou dídivas não trocadas ou não satisfeitas a contento das autoridades locais. No caso da caravana supracitada, a reclamação ao governador do distrito da Lunda pelos próprios mbangala fez com que uma força militar fosse destacada para readquirir as “moambas de borracha roubadas e prender o soba responsável”, já que o governador julgava “boa política atende-los”, embora reclamasse que os mbangala faziam o mesmo em suas terras.²⁴⁰

Antes da efetivação da ocupação colonial e a imposição à força de novas regras para a organização política do comércio de longa distância na África centro-ocidental – processo gradual que avançou as primeiras décadas do século XX, devido à resistência das sociedades africanas – qualquer viajante era obrigado a lidar com

²³⁹ Beatrix Heintze, no seu estudo sobre os viajantes alemães, demonstra que era comum eles estarem envolvidos com casos de pagamentos de delitos que aos seus carregadores eram imputados pelas chefias das povoações por onde passavam. Muitas eram as dificuldades encontradas para seguirem a diante com a viagem. Estes casos, “a impotência, a irritação e o nervosismo dos exploradores, pressionados por reclamações extraordinárias constantes” exerceram influência sobre “a visão de África” dos exploradores alemães, os quais também não fugiam do vocabulário depreciativo. HEINTZE, Beatrix. **Exploradores alemães em Angola (1611-1954)**. Apropriações etnográficas entre comércio de escravos, colonialismo e ciência, 2010, p. 64-67. eBook disponível em: <http://www.frobenius-institut.de/images/downloads/exploradores.pdf> Acesso em: outubro de 2015.

²⁴⁰ Uma versão para os ataques às caravanas na região do Chiça foi levantada pelo governador da Lunda, Veríssimo Sarmento, que, segundo ele, justificava ações militares que comandou: “havia um plano concertado a fim de se oporem a ocupação militar do Chiça e possivelmente apoderarem-se de Nzagi e Catala, cortando as comunicações com Malange”. Pelos documentos da época, e especialmente pela obra de Henrique de Carvalho, podemos conhecer que Chiça era uma região na margem esquerda do rio Kwangu muito frequentada por caravanas do comércio que iam e vinham da Lunda. O próprio Almeida, que foi governador depois de Veríssimo Sarmento, afirmou a importância do posto militar de Chiça (ou Xissa), por ser um “ponto forçado de passagem das caravanas de negócio”. ALMEIDA, A. T. **Lunda...**, 1948, p. 96-99. Segundo o “Mappa dos postos militares existentes n’este districto”, apresentado em um quadro no primeiro capítulo desta tese, Xissa era um posto de ocupação estabelecido na região dos Bondo.

as diferentes formas de taxação instituídas pelas sociedades locais, tanto no que se referem aos pagamentos de delitos, quanto aos de tributos de passagem e de estadia.

Foi nesta organização política do comércio de longa distância que a escrita foi incorporada por diversos agentes - muito provável, desde os tempos do tráfico atlântico de escravizados.

Era comum grandes negociantes como Silva Porto terem ao seu serviço pombeiros para encabeçar suas caravanas no interior. Quase sempre estes pombeiros tinham conhecimentos de escrita e contabilidade, já que o negócio do sertão funcionava também com documentos escritos.

“A feira de Kasanje funcionava com documentos escritos”, argumenta Maria Emília M. Santos, “prova-o o diário de viagem do pombeiro Pedro João Batista do início do século XIX”. Na região do Bié, as primeiras letras eram ensinadas pelos sertanejos, desde o final do XVIII, o que é evidenciado pelo diário dos pombeiros que em 1852 foram até Moçambique a mando de Silva Porto. Estes foram responsáveis também pelos registros das despesas das caravanas do sertanejo e possibilitaram a contabilização dos *mukanu* em um Memorial.

Ainda de acordo com Maria Emilia M. Santos, a correspondência de Silva Porto com os chefes africanos, sertanejos e pombeiros era assídua e o sertanejo tinha uma boa opinião sobre seus correspondentes: “Letras. Dom inato nos filhos de África seja qual for a sua origem, sendo raro aquele que se encontrar com péssima letra, pois que, geralmente falando, têm grande propensão para a escrituração”.²⁴¹

De fato, no volume organizado e publicado pela historiadora do diário de Silva Porto há um apêndice documental com correspondência que o sertanejo trocou com alguns de seus pombeiros, entre eles, o macota Domingos Chacahanga, que lhe escreveu em 1888 para comunicar sobre os *mukanu* a serem pagos ao “soba Janba (Ganba) emina”.²⁴²

²⁴¹ SANTOS, Maria Emília M. Prefácio. In: TAVARES, Ana Paula; SANTOS, Catarina Madeira. **Africae Monumenta**. A apropriação da escrita pelos africanos. Arquivo Caculo Cacahenda. Lisboa: IICT, 2002, p. 19.

²⁴² A nota das fazendas que acompanha a carta traz a informação que seriam entregues ao chefe africano “12 pessa de algodão; 2 dita dezuarte; 3 dita delenço 110; 8 dita depintado; 4 dita depintado amareiro [amarelo]; 5 dita depintado incarnado; 4 dita derescado incarnado; 1 dita derescado fino; 1 dita derescado americano; 1 casaco; 1 rede thipoia; 1 barir de polvora de 205 [libras]; 2 baris de 3 [libras]; 1 barir de 10 [libras]; 1 carga dada pelo seu Jero [genro] Snr. Jose Lolero (Loureiro); 1 cubertor.” Na carta o pombeiro

Portanto, os pagamentos de mukanu também eram ajustados com o uso da escrita, nas cartas que os negociantes trocavam entre si e com as autoridades africanas. Da escrita para oralidade, Silva Porto compara a ideia dos presentes ao provérbio “quimbunda” e “ganguella”: “de graça nos olhos e no coração vendido”, que correspondia, dizia ele, ao “rifão português dar uma bilha de leite com a mira noutra de azeite”.²⁴³

A impressão é menos dramática com relação aos mussapos (como eram chamados os presentes entre as sociedades da Lunda) descritos no relato de Henrique de Carvalho. Pode ser que isto se deva à natureza do seu empreendimento, que não objetivava o lucro comercial tal como Silva Porto. Porém, é necessário refletir mais um pouco sobre a questão.

O mussapo era entendido por Carvalho como um “sinal de amizade” e de reconhecimento à autoridade instituída. Em **Ethnographia e História Tradicional dos Povos da Lunda**, o expedicionário reproduz um diálogo entre o muatiânvua Xanama e o ambaquista Lourenço Bezerra, chefe da colônia ambaquista instalada próxima à capital Lunda.

Escreve Carvalho que uma vez chegou ao conhecimento do muatiânvua que ao sul de sua mussumba passava uma grande caravana de comércio dirigida por um branco, que seguia para leste. Para saber se Lourenço Bezerra tinha conhecimento da caravana mandou-lhe chamar. O ambaquista respondeu-lhe negativamente, dizendo que “não se admirava que algum negociante de Benguela andasse nessa região pelo sul, fazendo o seu negócio, visto ele Muatiânvua ser tão exigente com as comitivas que vinham para a mussumba”.

Contrariado, o muatiânvua respondeu-lhe:

“seja como fôr, vou lá mandar uma guerra, e se o branco não quizer vir por bem, vou dar ordem para lhe roubarem tudo (...) que aquelle passa perto das minhas terras e nem sequer me mandou mussapo, a mim que sou dono de todas ellas.”²⁴⁴

pedia ao sertanejo mais fazendas para ‘invitar este mucano’. SANTOS, M. E. M. (ed.) **Viagens e apontamentos de um portuense em África...**, 1986, p.427.

²⁴³ SANTOS, M. E. M. (ed.) **Viagens e apontamentos de um portuense em África...**, 1986, p. 242.

²⁴⁴ Xanama foi muatiânvua entre os anos de 1874 e 1883. CARVALHO, Henrique A. D. **Expedição Portuguesa ao Muatiânvua**. *Ethnographia e História Tradicional dos Povos da Lunda*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890, p.622-623. Carvalho informa ainda sobre um presente específico dado aos muatiânvua: os chamados “fiquide”, “sacos de pequenas dimensões feito de panno de mabela fina, que serve para

Provavelmente o evento ficou conhecido por Carvalho pelas histórias que Antônio Bezerra, intérprete da expedição e irmão de Lourenço, costumava-lhe contar.²⁴⁵ Essas informações eram importantes para o chefe da expedição saber como deveria proceder com relação aos costumes das autoridades da Lunda.

O procedimento segundo as regras africanas quanto aos rituais de apresentação (o lussango) e a troca de presentes (o mussapo) foi tema das instruções dadas a Henrique de Carvalho pelo Ministério da Marinha e Ultramar, que previam situações como essa relatada pelo major português. Portanto, as regras políticas de circulação e comércio africanas eram conhecidas em Lisboa.

Na instrução de número XI a ordem era clara: “conformar-se com os usos e estylos do paiz”, e oferecer presentes e dádivas, embora devesse deixar claro às autoridades africanas que não eram pagamento de tributos, “mas uma espontânea demonstração de amizade e boa disposição de manter estreitas relações”.

O conhecimento que embasou a instrução foi retirado dos livros dos exploradores portugueses em que eram relatadas “as exigências que alguns régulos ousavam fazer-lhes, que mais poderiam denominar-se verdadeiras extorsões”. Desta forma, para se livrarem dos “ataques dos indígenas” a melhor forma era fazer-se reconhecido, por meio do discernimento dos melhores presentes a serem oferecidos aos chefes, conforme suas posições na hierarquia dos poderes políticos locais.²⁴⁶

guardar missanga. Eram estes que, cheios de macetes de missanga grossa e fina, e de diversas qualidades e côres, constituíam o mussapo (presente de bocca), que os negociantes mandavam ao Muatianvua ao entrarem na mussumba”. CARVALHO, H. *Ethnographia e História...*, 1890, p. 289.

²⁴⁵ A informação sobre Antônio Bezerra de Lisboa ser irmão de Lourenço Bezerra consta na carta que o mais velho enviou a Henrique de Carvalho pedindo-lhe desculpas pela demora, por motivo de doença, da apresentação de Antônio para seu serviço. Ver a transcrição nº 3 apresentada no final da tese. Correspondência de Lourenço Bezerra a Henrique de Carvalho. Carianga, 11 de novembro de 1884. **Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição.** AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

²⁴⁶ As “Instruções por que se deve regular o major do exercito Henrique Augusto Dias de Carvalho na Missão ao potentado Muata Ianvo” determinadas pelo ministro da Marinha e Ultramar, Manuel Pinheiro Chagas, contém 19 “preceitos” publicados em: CARVALHO, Henrique A. D. *Descrição...*, 1890, vol. I, p. 35-42. O documento original manuscrito entregue ao expedicionário encontra-se em: **Pasta Preparação da Expedição.** AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1091. Sobre a influência dos membros da Sociedade de Geografia de Lisboa na formulação das instruções passadas pelo Ministério da Marinha e Ultramar aos expedicionários portugueses, inclusive a Henrique de Carvalho, ver: RIBEIRO, Elaine. **Barganhando sobrevivências...**, 2013, p. 95-137.

O próprio Henrique de Carvalho reconheceu que a aludida influência portuguesa entre os chefes políticos da África centro-ocidental devia-se aos presentes que com eles eram trocados. Na longa correspondência que enviou ao Ministério da Marinha e Ultramar em dezembro de 1884 afirmou que o bom nome de Muene Puto mantinha-se “á custa de presentes e dádivas que se faziam, não só aos seus potentados, mas a uns e outros dos seus familiares mais considerados”. Confirma assim a informação passada na instrução de que se as formas de relacionamento pelos mussapos não fossem respeitadas “a marcha regular das expedições e de viandantes isolados (geralmente Ambaquistas), que procuram internar-se além do Cuango,” sofreria dificuldades que poderiam levar ao “fechamento dos caminhos” e a interrupção dos “bons créditos” ao comércio português.²⁴⁷

Porém, esse respeito aos mussapos não se dava de maneira absoluta, havia mecanismos para amortizar os seus custos. Era possível, por exemplo, frente às exigências de um chefe político, consideradas exageradas, apelar à outra autoridade. Henrique de Carvalho relata que intercedeu pelo mbanza de uma caravana mbangala, que conduzia gado ao Lubuku, frente a exigência do muatiânvua eleito Xa Madiamba, que lhe pedia como mussapo duas cabeças de gado para os deixar avançar em sua viagem.²⁴⁸

O chefe da expedição alega que fez o muatiânvua ver que a “porção de sal, outra de tabaco, duas canecas e dous pannos sendo um de chita que o mbanza, “amigo de muene puto” tinha lhe dado como mussapo e mais a cabra que trazia para que ele pudesse comer com sua Muári (mulher principal)” já era suficiente para deixá-lo seguir viagem.²⁴⁹

²⁴⁷ Correspondência de Henrique de Carvalho ao Ministério da Marinha e do Ultramar, Estação Paiva de Andrada, margem do Luí, 15 de dezembro de 1884. In: CARVALHO, H. Descrição..., 1890, vol. I, p. 484-496. A política de presentes às chefias políticas africanas por parte dos portugueses foi criticada no contexto de avanço militar no início do século XX. Porém, ela foi uma prática política constante em diversos pontos da presença portuguesa ao longo do tempo. Sobre as práticas portuguesas na região do atual território de Moçambique, no século XVI, ver: RODRIGUES, Eugénia. Embaixadas portuguesas à corte dos mutapa. In: CARNEIRO, Roberto e MATOS, Artur T. (coord.) **D. João III e o Império**. Actas do Congresso Internacional Comemorativo do seu nascimento. Lisboa: CEPCEP e CHAM, 2004, p. 753-779.

²⁴⁸ “Mbanza ou ambanza era o nome dado às principais localidades nos domínios dos mbangala e às chefias mbangala e songo. Correspondia ao Xa na Lunda”. Cf.: HEINTZE, Beatrix. **Pioneiros africanos...**, 2004, p. 441.

²⁴⁹ CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 558.

A exigência do muatiânvua provavelmente tinha seu significado no valor do gado para presente ou dádiva e pagamento de impostos e crimes. Na conversa que teve com Mucongo, que vivia nas terras de Sé Quitari, próximas à margem esquerda do Kwangu, Henrique de Carvalho disse-lhe sobre a sua surpresa porque não via a população, apesar da "abundancia de gado e mesmo de creações, matar os animaes para se alimentar". Seu interlocutor respondeu que "uma ou outra rez vende-se a algum negociador que por aqui passa para nos vestirmos e ás nossas mulheres, mas o nosso fim creando o gado é para termos sempre com que pagar os nossos crimes, impostos, presentes e exigencias do jaga".²⁵⁰

Outro mussapo valorizado e que deixava Henrique de Carvalho pouco à vontade nas suas descrições eram os "moleques e raparigas" geralmente presenteados entre as autoridades políticas locais. Na carta que o chefe da colônia ambaquista do Luambata, Manoel Correia da Rocha, enviou a Henrique de Carvalho consta que Mutanda Mucanza, irmão do muatiânvua eleito Xa Madiamba, que havia assumido interinamente o cargo até a sua chegada no Kalany, enviou-lhe um mussapo, em "signal de respeito", com uma "ponta de marfim e dois moleques".²⁵¹

No contexto imperialista finissecular uma das grandes discussões referia-se à escravidão. Na Europa era corrente as denúncias de escravização de africanos pelos portugueses. A questão era tão incômoda que Henrique de Carvalho escreveu alguns textos sobre o tema, entre eles, uma carta ao Rei Leopoldo da Bélgica tratando da noção de escravo entre as populações lunda e acusando o "traficante Tippu Tib" (Tippu Tip) de colocar as terras do Estado Independente na rota do tráfico de escravizados afro-árabe em direção ao Índico.²⁵²

²⁵⁰ CARVALHO, Henrique A. D. Descrição..., 1890, vol. I, p.431.

²⁵¹ Apresento a transcrição (nº 60) da carta no final da tese. Não consegui entender a palavra que corresponde a moleque nesta carta. Por não ter dúvidas quanto a entrega de jovens como mussapos, sigo aqui, portanto, a transcrição de Carvalho publicada na sua obra. Correspondência de Manoel Correia da Rocha a Henrique de Carvalho. **Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição.** AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092. Carta publicada em CARVALHO, Henrique A. D. Descrição..., 1893, vol. III, p. 559.

²⁵² "Hamed bin Muhammed el Murjebi, mais conhecido como Tippu Tip. O apelido, segundo se dizia, vinha do som que fazia o principal instrumento do traficante de escravos, o mosquete. Tippu Tip era um homem esperto e cheio de expedientes, que fez uma grande fortuna com marfim, bem como com o tráfico de escravos, negócio que teve a oportunidade de expandir dramaticamente, graças à descoberta feita por Stanley da rota até o alto Congo. Leopoldo sabia que, pelo poder e tino administrativo que tinha, Tippu Tip era o dirigente de fato do Leste do Congo. Em 1887, o rei belga pediu-lhe que servisse como governador da província leste da colônia, cuja capital ficava junto às Stanley Falls, e Tippu Tip aceitou;

De outra parte, os escravizados que chegavam às mãos do famoso traficante provinham do comércio de caravanas desenvolvido por grupos mbangala, songo, shinje, cokwe, lunda, entre outros. Todos fazendo barreiras uns aos outros, isto é, disputando o comércio, “uma questão de ciúmes de negócio”, alega Henrique de Carvalho, “que se suavisa pagando-se as exigências de passagens de rios, e dando bons presentes aos potentados das terras, e também incorporando-se uns nas comitivas dos outros”.²⁵³

Diferente da condenação ao tráfico de escravizados pelos agentes do EIC, o major português defendia o entendimento do significado da escravidão para as populações na Lunda, entre as quais havia um processo de integração social das mulheres e dos rapazes: “as mulheres, na sua maioria, entram logo na comitiva como companheiras dos indivíduos que as compraram e rara é aquela que, logrando chegar à povoação do seu homem, não fica sendo a dona da casa; os rapazes espertos e novos, quando em viagem, são os auxiliares nos transportes das cargas do seu patrão”.²⁵⁴

Henrique de Carvalho “desculpa-se” assim dos meninos e meninas (“moleques e raparigas”) que eram entregues como mussapos, para tanto também utilizava o argumento ou a justificativa de que estes presentes eram uma dádiva e não podiam ser confundidos com negócios.

É bom lembrar que este é o mesmo sentido que consta na Instrução dada ao major pelo Ministério da Marinha e Ultramar: “presentes e dadivas, não como tributo, mas como espontânea demonstração de amizade e boa disposição de manter estreitas relações”. Como na passagem do rio Kwangu, em 31 de outubro de 1884, quando Henrique de Carvalho quis “pagar o garrote ao soba, este porém não

vários parentes seus ocuparam diversos cargos”. HOCHSCHILD, Adam. **O fantasma do rei Leopoldo**. Uma história de cobiça, terror e heroísmo na África colonial. São Paulo: Cia das Letras, 1999, p.141.

²⁵³ CARVALHO, Henrique A. D. Carta ao rei dos Belgas. In: CARVALHO, João Augusto de Noronha Dias (org.) **Henrique de Carvalho e a escravatura**. Lisboa: Serviços gráficos da Liga dos Combatentes, 1987, p.71, para informação sobre Tippu Tib, ver: p. 75-76. Como apresentado no capítulo anterior, os pontos principais das rotas percorridas por essas caravanas eram a região do Lui, ainda na margem esquerda do rio Kwangu, onde obtinham sal, as regiões da Lunda, além rio Kwilu, onde iam buscar gente, o Pende e o Lubuku, onde trocavam o sal e os escravizados por borracha e marfim. No retorno em direção à costa, as caravanas mbangala, principalmente, iam até os mercados de Malanje e Dondo para negociarem a borracha e o marfim por mercadorias europeias.

²⁵⁴ CARVALHO, Henrique A. D. Carta ao rei dos Belgas..., p.71.

quis aceitar o pagamento, dizendo que era um presente, e que Muene Puto desse o que fosse da sua vontade”.²⁵⁵

Negócio ou não, um estudo sobre a dádiva, a partir das proposições teóricas de Marcel Mauss, permite uma consideração quanto ao caráter intencional de lucro na troca de presentes ou da “troca e dos contratos que se fazem na forma de presentes, em teoria voluntários, na realidade obrigatoriamente dados e retribuídos”.²⁵⁶

Um aspecto destacável da dádiva é a obrigação de retribuir em valor superior ao recebido. Isto gerava a necessidade de colocar-se no lugar do outro para entender o valor do presente que se oferecia. Conforme argumenta Marcos Lanna, se a dádiva se aproxima da ideologia da generosidade, há que se lembrar que Mauss salientou que este não era um ato desinteressado, uma vez que não “existia dádiva sem a expectativa de retribuição”. “A dádiva era um ato simultaneamente espontâneo e obrigatório”.²⁵⁷

Por isso que para Silva Porto, como negociante, diferente de Henrique de Carvalho, as dádivas oferecidas eram encaradas como um ônus ao seu negócio e que impediam o seu lucro.

O sertanejo chegou a escrever sobre sua frustração: “Temos passado por três negociações [ruins e] idênticas [...]; junte-se-lhe dádivas e mucanos, aqueles que se fazem espontaneamente a fim de se salvar maiores valores, e estes que se dão e são

²⁵⁵ CARVALHO, Henrique A. D. Descrição..., 1890, vol. I, p. 410. Apesar de no seu discurso sempre atacar a prática das chefias africanas de presentear com jovens e mulheres, Carvalho também possuía os seus “moleques e molecas” recebidos como mussapos. A condição escravizada de rapazes e mulheres adquiridos pelas caravanas e expedições será ainda analisada com mais profundidade. Esta questão permite o aprofundamento do entendimento do “recrutamento” de carregadores para as caravanas africanas. Tratarei mais a respeito no próximo capítulo.

²⁵⁶ MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. Lisboa: Edições 70, 2011, p.55. Para além do pensamento teleológico de Mauss, quanto a uma classificação social e histórica das sociedades (em arcaicas ou modernas), a minha intenção nesta discussão é, com o auxílio do conceito de dádiva desenvolvido pelo autor, entender o papel dos presentes trocados entre as chefias das caravanas e as das povoações, sobretudo, no que se refere as suas vantagens para os carregadores e seus agregados. Entendo o conceito aqui como uma ferramenta útil de trabalho, conforme propõe E.P. Thompson, “que necessita ser testada, refinada, redefinida no curso da investigação histórica”, não para construir um modelo, “mas para identificar novos problemas ou visualizar velhos problemas em novas formas”. THOMPSON, E.P. *Folclore, Antropologia e História Social*. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio (org.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 227-267, especialmente a p. 229.

²⁵⁷ LANNA, Marcos. Nota sobre Marcel Mauss e o Ensaio sobre a Dádiva. **Revista de Sociologia Política**. n. 14, jun. 2000, p.176.

precisamente satisfeitos aos indígenas e com este mesmo objetivo”. Assim, o sertanejo se ressentia de que o lucro que deveria ficar em suas mãos ia para as dos africanos. “Em presença de tais precedentes ele [o leitor] poderá formar ideia cabal das vantagens ou desvantagens que resulta para o sertanejo de um tal estado de coisas”.²⁵⁸

Como já dito, os atos de dar, receber e retribuir podiam gerar conflitos, mukunu ou milongas, caso não fossem satisfeitos a contento, tal era o seu grau de obrigatoriedade. Tanto que havia uma palavra na Lunda para nomear esta obrigação: mussapo. Portanto, é viável colocar que este compromisso também significava um desejo intencional na aquisição de bens materiais. Porém, mais do que discutir se havia [ou não] uma noção capitalista de lucro, a questão aqui é destacar a criação de vínculos sociais.

Num sentido semelhante à explicação de Marcos Lanna a respeito da proposição teórica de Mauss:

o que, no presente recebido e trocado, cria uma obrigação, é o fato de que a coisa recebida não é inerte”. Nesse sistema, “o doador tem uma ascendência sobre o beneficiário” (Mauss, 1974, p. 54). A transmissão cria um vínculo jurídico, moral, político, econômico, religioso e espiritual, um “vínculo de almas. Presentear alguma coisa a alguém é presentear alguma coisa de si” (idem, p. 56). Tanto a quantidade e a qualidade do que é trocado tem importância no estabelecimento da superioridade política e moral como também a iniciativa do oferecimento de uma primeira dádiva que irá estabelecer a relação. Há algo de perigoso no ato de dar, há sempre o perigo de não sermos aceitos. A ascendência do doador se relaciona assim também à iniciativa da troca.²⁵⁹

Neste sentido, com base nas fontes analisadas, os mussapos representavam o primeiro estabelecimento de vínculo social ou contrato (pragmático e simbólico) entre diferentes partes. Portanto, este contrato criava uma espécie de obrigação que deveria ser correspondida com coisas materiais, mas também com reconhecimento social e político. Por conta da necessidade deste reconhecimento, as coisas materiais não podiam ser aleatórias. O reconhecimento exigia que as partes conhecessem, em maior ou menor grau, os desejos do outro. Esse desejo podia passar pela

²⁵⁸ Apud SANTOS, Maria Emília Madeira. **Nos caminhos de África...**, 1998, p. 127.

²⁵⁹ LANNA, Marcos. Nota sobre Marcel Mauss ..., 2000, p. 180.

necessidade de produtos para subsistência (tecidos e miçangas para trocar por alimentos, por exemplo) ou pela vontade de acumular coisas materiais que podiam se transformar em objetos de distinção social (tecidos e miçangas para a confecção de insígnias, um outro exemplo).

Henrique de Carvalho declarou que conseguiu auferir lucro com os presentes recebidos dos chefes africanos, porém não só ele, como chefe da expedição, obteve vantagens, seus trabalhadores também.

Sobre uma das ocasiões em que alcançou lucro, relatou que o soba da povoação próxima ao Kwangu o presenteou com uma vacca, “presente a que se correspondeu em valor um pouco superior”. Depois outro chefe político, “Angola Ambole, um dos grandes do jagado de Andala Quissua”, trouxe-lhe uma “grande porca de presente, ao que [correspondeu como era] do estylo, num valor superior”.²⁶⁰

Esses presentes em gado, que abundavam nas regiões próximas ao rio Kwangu, e o seu custo que lhe era razoável, motivou-o a decidir-se pelo pagamento de alimentação em carne aos carregadores:

Não podendo deixar de acceitar presentes e por conseguinte de lhes corresponder, havia um grande saldo a favor da Expedição, pagando em carne as rações a toda a gente da comitiva, porque o valor com que se retribuía com artigos do commercio o gado recebido era inferior ao que teríamos de pagar em rações.²⁶¹

Contabilizando o valor dos presentes, o major registrou que “as maiores cabeças que lhes tinham sido oferecidas davam para três dias de ração, sendo sessenta pessoas, isso equivaliam a 180 rações”. Se os pagamentos aos carregadores em vez de carne fossem em fazenda, “seriam noventa jardas ou pouco mais de onze peças”, sendo que o valor do presente retribuído à autoridade africana variava “entre cinco a nove peças”.²⁶²

²⁶⁰ CARVALHO, Henrique A. D. Descrição..., 1890, vol. I, p. 386.

²⁶¹ CARVALHO, Henrique A. D. Descrição..., 1890, vol. I, p. 386.

²⁶² CARVALHO, Henrique A. D. Descrição..., 1890, vol. I, p. 386. Em réis, a contabilização do major era a seguinte: “Tenho acceitado garrotes de presente a que tenho correspondido com valores de 3\$500 réis, e estes t eem chegado para um dia de rações ao pessoal (sessenta pessoas mantenho eu aqui) o qual com parte da carne distribuida, obtem farinha, bombós, etc., com que acompanham a carne que lhes fica. O rancho do pessoal, pago em fazendas ou por outra forma importaria, diariamente, de 4\$800 a 5\$400 réis. Uma vacca pela qual dei o valor de oito peças (6\$400 réis) serviu para tres dias; e assim houve uma

Esse ganho levou Henrique de Carvalho à algumas reflexões: que era mais econômico “dar rancho em gêneros (carne, sempre que a haja), do que pagar as rações em fazendas, missangas e pólvora”. Primeiro porque as frações desses produtos eram para ele insignificantes (70 réis) e elas nunca podiam ser pagas adiantadas, porque, segundo seu pensamento paternalista, os carregadores logo consumiriam as fazendas e esse consumo podia não bastar para obter alimentos. Como um chefe que se considerava “cuidadoso de sua gente”, a intenção era evitar “motivos de dissidências e desordens entre carregadores e pretextos de fome para não avançarem”.

Porém, mais importante é que o próprio Carvalho reconhece que era difícil aos carregadores “fazerem aquisição de carne de vacca e mesmo de porco ou cabra” com os magros pagamentos em tecidos e miçangas que recebiam e também devido o gado ser entendido com meio de satisfazer dádivas, tributos e pagamentos de crimes.

A vantagem aos carregadores de receberem parte do que lhes cabiam em carne era poder compor sua alimentação com outros alimentos, como farinha, jinguba (amendoim), entre outros. Portanto, não era só Henrique de Carvalho que lucrava. Sabendo disso os carregadores acertaram o seu trabalho na expedição com a condição de serem lhes “dado de comer todos os dias e só artigos de commercio em pontos onde não havia carne á venda”.

Assim, ao contrário do sertanejo Silva Porto, Carvalho reconheceu a potencialidade de lucrar com o ato de dar, receber e retribuir presentes e ainda afirmou que, do contrário, se continuasse a proceder os pagamentos em artigos, como fazia na região de Malanje, “o que teem adoptado os negociantes sertanejos e expedições Allemãs”, não sabia “a que ponto montariam as despesas da Expedição, só pelo que respeita áquella verba”. Era, portanto, ocasião de defender a sua prática ao Ministério da Marinha e Ultramar: “que para uma expedição ao centro da Africa

economia para a Expedição de 8\$000 a 11\$000 réis”. Correspondência de Henrique de Carvalho ao Ministério da Marinha e do Ultramar, Estação Paiva de Andrada, margem do Luí, 15 de dezembro de 1884. In: CARVALHO, Henrique A. D. Descrição..., 1890, vol. I, p. 485.

é uma questão assás importante e de que se não tem pensado a serio, a do rancho para o pessoal de carregadores”.²⁶³

Os mussapos trocados entre Carvalho e as autoridades locais foram vantajosos aos carregadores da expedição, que alcançaram uma dieta melhor, mas não só. As ocasiões de entrega de presentes às chefias africanas com quem Henrique de Carvalho não contatava diretamente, mas enviava emissários para tal, foram uma oportunidade de afirmação social para alguns dos trabalhadores da expedição.

A identificação como “gente de muene puto” contou para Manuel Bezerra, o loanda Francisco Domingos e um soldado de Ambaca, “todos bons para marchas rápidas”, enviados pelo chefe da expedição ao kilolo Bungulo.²⁶⁴

Após serem recebidos por Bungulo e este ter oferecido à expedição o serviço de 20 carregadores, no retorno, ao passarem pelas terras de Cabembe, foram impedidos de prosseguirem, porque os filhos do Bungulo não traziam mussapo para Xa Madiamba, o muatiânvua eleito que na época estava acampado junto com Carvalho. Cabembe os atemorizou dizendo que se tentassem passar sem cumprimentar o muatiânvua, inclusive sem lhe entregar um mussapo da parte de Bungulo, “decerto ficariam todos presos como escravos do seu serviço”. Vindo da parte de Muene Puto, Manuel Bezerra foi capaz de convencer Cabembe de deixa-lo passar ao menos com dois destes rapazes em sua companhia, para apresenta-los ao “angana major” como “prova de ter a diligencia cumprido a missão de que fora encarregada, de que Bungulo os mandára e para dizerem porque não vinham já todos na companhia d'elle”.

Manoel Bezerra também, em nome do “compadre e amigo o Angana major”, foi quem na presença de Xa Madiamba “o proprio a dar-lhe o maésu como o faria qualquer gentio, não esquecendo mesmo de dizer-lhe que fora encarregado de saber do Bungulo se os quilolos da Mussumba o queriam a elle para Muatiânvua...”. Isto é, como gente de Muene Puto, Manuel Bezerra pôde tratar com as chefias locais sobre a questão da sucessão da autoridade máxima da Lunda.²⁶⁵

²⁶³ Todas as referências a respeito da alimentação dos carregadores são da Correspondência de Henrique de Carvalho ao Ministério da Marinha e do Ultramar, Estação Paiva de Andrada, margem do Luí, 15 de dezembro de 1884. In: CARVALHO, Henrique A. D. Descrição..., 1890, vol. I, p. 486.

²⁶⁴ RIBEIRO, Elaine. **Barganhando sobrevivências...**, p.228 e nota 67, p. 241.

²⁶⁵ CARVALHO, Henrique A. D. Descrição..., 1892, vol. II, p. 433-435.

Desta forma, para os trabalhadores da expedição houve vantagens nessas ocasiões de estabelecimento de contato com chefes políticos, nas quais se trocavam presentes, declamavam-se lussangos ou maésus e também se entregavam mukanda.

Como apresentado anteriormente, na carta de Manoel Correia da Rocha, os mussapos podiam ser oferecidos via escrita, nas missivas que acompanhavam os presentes. É provável que também junto ao lussango supracitado, redigido por Carvalho com a ajuda de Arsênio, caso enviado, fosse um mussapo em nome de Muene Puto.

A relação do presente ao papel escrito foi apresentada pela chefe shinje, Mona Mahango, que disse ao expedicionário que gostaria de fazer a mukanda (tratado político), porém não tinha no momento “um bom presente para mandar a Muene Puto, como [fazia] o Jaga de Cassanje, e as [suas] terras [eram] pobres para dar tributos a Muene Puto”.²⁶⁶

Em suma, com base na historiografia e nas fontes, as *pistas* evidenciam que todo esse sistema de negócios, troca de presentes e pagamento de delitos e infrações passou a envolver a escrita como um sinal de fé ou de crédito. Mais do que isso, as milongas ou mukanu e mussapos podiam ser pagos com o papel escrito: acompanhando os presentes ou no lugar deles, com promessa de entrega no futuro.²⁶⁷

É possível conferir isso na vez em que Henrique de Carvalho encontrou Mona Quinhangua:

um “homem serio e sympathico que apareceu a cumprimentar-nos com as suas mulheres e creanças, e pediu-nos licença para mandar dar aos carregadores um bom porco e fuba, o que acceitámos com a condição de elle comer do almoço que trazíamos, porque não podíamos retribuir na ocasião a sua lembrança e não nos era possível pernoitar ali”.

Após o almoço e de dar um passeio na povoação, o expedicionário despediu-se entregando ao seu anfitrião um bilhete que ele deveria apresentar a um cabo de

²⁶⁶ CARVALHO, Henrique A. D. Descrição..., 1892, vol. II, p. 109.

²⁶⁷ “Pistas” no sentido proposto por Carlo Ginzburg em: Controlando a evidência: o juiz e o historiador. In: NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogerio Forastieri. *Nova História em Perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2011, volume 1, p. 348.

carregadores que vinha logo após com suprimentos da expedição. No bilhete era ordenado que o cabo deveria presentear Mona Quinhangua com um garrafão pequeno de aguardente como forma de agradecimento à sua boa recepção.²⁶⁸

Portanto, era possível viajar sem muita carga, quando se tinha apoio na retaguarda e sabia-se usar os bilhetes como uma forma de crédito ou prova de fé e aliança.

Assim também procedeu o subchefe da expedição Sisenando Marques, quando se encontrava “sem recursos algum para pagar serviços” e deixou com Anguvo, que vivia próximo ao Kwangu, um bilhete para que Henrique de Carvalho o “gratificasse por tê-lo recebido muito bem e ter lhe facultado a passagem do rio nas suas canoas”. Uma arma também foi lhe entregue, que havia sido deixada em penhor pelo escoteiro Vunje, que ia sob as ordens do chefe da expedição buscar “cargas de fazendas e aguardente”.

Carvalho sobre o caso escreveu que tanto o bilhete como a arma em poder do Anguvo, se não tivessem por ele sido “resgatados” com devidos pagamentos, “seriam terríveis documentos para flagellar os futuros negociantes” que pela região passassem. “Estes que teriam constantemente de pagar os juros elevadíssimos d'aquelles penhores” e isso poderia perdurar por vários anos.²⁶⁹

Desta forma podemos relativizar as frequentes reclamações dos viajantes e sertanejos quanto a existência de “extorsões sem sentidos” praticadas pelos africanos. Porém, é através desses frequentes relatos em tom de “injustiça” que podemos conhecer a organização do crédito nessas regiões da África centro-ocidental.²⁷⁰

Por isso acredito que seja útil a análise da “profundidade histórica dos vocábulos” presentes na documentação produzida por agentes europeus e

²⁶⁸ CARVALHO, Henrique A. D. Descrição..., 1890, vol. I, p. 390-391. Assim como também procedeu nas regiões próximas de Malanje, antes de atravessar o rio Kwangu. Carvalho entregou tecidos e um bilhete em troca da acolhida que recebeu: “Apparecendo o soba a cumprimentar-nos, demos-lhe um pouco de cognac do nosso cantil, uma peça de chita, outra de riscado e um bilhete para que o nosso interprete quando passasse, lhe entregasse duas garrafas de aguardente, com o que elle ficou muito satisfeito”. CARVALHO, H. Descrição..., 1890, vol. I, p. 460.

²⁶⁹ CARVALHO, Henrique A. D. Descrição..., 1894, vol. IV, p.584-585.

²⁷⁰ Os casos aqui analisados sobre o uso de mukanda, bilhetes e cartas já foram por mim relacionados anteriormente em: RIBEIRO, Elaine. **Barganhando sobrevivências...**, 2013, p. 257-265.

africanos. Como propõe Jan Vansina, nos discursos produzidos sempre há evidências linguísticas que auxiliam na reconstrução histórica.²⁷¹

Os carregadores como parte da organização sócio comercial não eram alheios a ela. Muitos deles destacavam-se por entender o seu funcionamento e na consciência de sua pertença às sociedades em trânsito que eram as caravanas e as expedições. É possível encontrar essa compreensão e consciência nas cartas ou mukanda que escreveram ou naquelas que carregavam mesmo sem saber o que elas diziam, porque havia uma dimensão simbólica na materialidade da escrita.

Portanto, como era possível “pagar” hospitalidade ou “dar, receber e retribuir dádivas” com papelinhos ou bilhetes, todos os envolvidos neste processo deviam conhecer o valor constante nos escritos. Neste sentido, as dádivas pela via escrita podiam envolver mais de dois interlocutores: a pessoa que entregava o papel, quem o recebia e aquele que deveria fazer o pagamento ou a retribuição do presente.

Nos eventos abordados, em troca da hospitalidade e alimentação, Carvalho entregou junto com alguns produtos um bilhete ou papelinho; as autoridades africanas os receberam e, por sua vez, entregaram a quem era indicado fazer a retribuição - nestes casos, um cabo de carregadores e um intérprete da expedição.

Assim sendo, o escrito não substituíra o oral, pelo contrário, ele o evidenciava. No caso de interlocutores que não soubessem ler, eles necessitavam confiar no que lhes era dito para creditarem valor ao papel escrito e entregar o produto que havia sido combinado. Também neste sentido que é possível entender a integração dos carregadores e seus agregados ao sistema de crédito que passou a envolver a escrita.

Além da possibilidade de os carregadores saberem de fato ler e escrever, foram capazes de entender vários significados do papel escrito.

Com as mukanda podia-se também recomendar alguém ou por elas ser recomendado. Carvalho escreveu duas cartas de recomendação para uma autoridade shinje que desejava fazer negócio com segurança em Malanje e Kasanje:

²⁷¹ VANSINA, Jan Vansina. Linguistic evidence and historical reconstruction. **Journal of African History**. n. 40, 1999, p. 469-473.

A noite fomos pagar a visita a Mucanzo, que nos pediu lhe deixássemos cartas de recommendação para boas casas de negocio em Malange e em Cassange, pois desejava que quando os seus rapazes voltassem do Peinde, fossem depois com impungas seus negociar a borracha que trouxessem em estabelecimentos onde soubessem quem elle era, e as boas relações que mantivera comnosco.²⁷²

Assim como Carvalho aceitou o pedido constante na carta do carregador Xavier, apresentada no início do capítulo: entregou-lhe um "atestado de seu bom comportamento, enquanto esteve ao serviço da Expedição" e também "cartas para os chefes dos concelhos e amigos lhes dispensarem protecção".²⁷³

Da mesma forma procedeu o explorador alemão Wissmann, que escreveu a Carvalho recomendando o Kakwat Tâmbu, para que o protegesse "no negócio que pretendia fazer em Malange, e em troca ficava a disposição para acompanhar a expedição até a mussumba, podendo os seus rapazes transportar alguma carga".²⁷⁴ Um soldado da expedição também deixou por escrito uma recomendação ao major português, para que ele adquirisse um boi, "coisa muito boa".²⁷⁵

A autorização que as chefias africanas davam aos estrangeiros para se instalarem em suas terras também podia ser feita com o uso da mukanda e pagamento de dádivas. O tratado realizado com a shinje Mona Sambo Mahango, que inicialmente recusava-se a fazer mukanda (tratado) porque não podia retribuir com um bom presente a Muene Puto, também envolvia a construção de uma casa próxima a sua povoação. Henrique de Carvalho chamou esta casa de "estação civilizadora Costa e Silva" e após a sua partida, para continuar a viagem até a mussumba do Kalany, deixou nela o africano José de Vasconcellos para tomar conta e receber os negociantes que passavam pela região. Este, por sua vez, passou a incumbência ao ambaquista Braga.²⁷⁶

²⁷² CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 148.

²⁷³ CARVALHO, H. Descrição..., 1894, vol. IV, p. 724.

²⁷⁴ CARVALHO, H. Descrição..., 1890, vol. I, p. 316-317.

²⁷⁵ "Em Carima [região entre Pungo Andongo e Malanje], povoação que passámos, apresentou-se-nos um homem com um bilhete e um boi-cavallo. O bilhete era de um dos nossos soldados que nos mandava mostrar aquelle boi para o comprarmos, como coisa muito boa, por sete libras! Isto deu ocasião a uma conversa, de que resultou comprarmo-lo por 16\$000 réis". CARVALHO, H. Descrição..., 1890, vol. I, p. 184.

²⁷⁶ "Em abril [de 1885] José de Vasconcellos entregara a Estação Costa e Silva ao Braga, e fora com elle Garcia para a estação Paiva de Andrada, onde a companheira de Vasconcellos esteve em tratamento morrendo alguns dias depois ...". CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 415. Ver no final da

José Vasconcellos também foi o negociante responsável pela filial da casa comercial de Custódio Machado estabelecida na margem direita do Kwangu, em terras Shinje. Para tanto, Mona Sambo Mahango exigiu o seguinte pagamento: “2 armas; 1^{1/2} peça de chita; 4 ditas de riscado 2^a; 3 barris de pólvora; 8 jardas de algodão; 1 farda; 2 chapelinhos; 8 jardas riscado 1^a; 1 caneca e 2 macetes cassungo”.²⁷⁷

Nos anos de 1890, contexto de disputa pelas fronteiras entre agentes portugueses e belgas, a assinatura de tratados e construção de edificações podiam ser entendidas pelas autoridades africanas como autorização para estabelecimento de casas para o comércio regional. Assim compreendeu o também shinje Kapenda-ka-Mulemba que concedeu um documento escrito como licença ao tenente belga Dhanis para construir na sua região “umas casas para comércio”, em troca “tomou por promessa pagamento de presentes”.²⁷⁸

Também em outras regiões os tratados realizados no final do XIX, com intenções de ocupação por parte dos europeus, parece que foram entendidos pelas autoridades africanas como vínculos sociais a partir da concretização de contatos comerciais.

O médico João de Mattos e Silva descreveu um processo semelhante na região de Cabinda, ao norte de Luanda.

Os contratos realizados entre europeus e africanos podiam ser escritos e ratificados em cerimônias chamadas de “fundação” ou mekâno, que era “o julgamento, com grande aparato, d’uma questão importante”. “Ainda com os brancos, quando o negócio [era] mais importante como compra de terreno,

tese a transcrição nº 34 da correspondência de Vasconcellos a Henrique de Carvalho aceitando a incumbência de “interinamente funcionar n’estas terras como delegado do governo geral da província de Angola”. Correspondência de José Antonio de Vasconcellos a Henrique de Carvalho. Quango, sitio de M. Quinonga, 20 de fevereiro de 1885. **Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição.** AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

²⁷⁷ Nota do que a minha casa pagou ao soba da terra, o Mona Mahango ou Mona Samba, no Quango (nação Chinge) para permitir licença de ser ali estabelecida. **Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição.** AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092. A transcrição nº 42 da Nota encontra-se no final deste trabalho. Há que se observar que pela nota Custódio Machado faz parecer que desconhecia que a autoridade shinje era uma mulher.

²⁷⁸ A exigência de dádivas do Kapenda ka Mulemba fez com que o posto militar construído pela expedição de Simão Candido Sarmiento em 1890 fosse abandonado em 1893 pelo chefe do concelho de Malanje que alegava que esta autoridade africana “não se satisfazia com os presentes” e “não havia forças para reagir a essas exigências”. ALMEIDA, Alberto de Teixeira. **Lunda...**, 1948, p. 39 e 51.

concessão d'estabelecer casas commerciaes, etc., a parte negra contractante [era] já um principe e o negocio [tomava] caracter de solemnidade, que muitas vezes [ia] até a fundação".²⁷⁹

Mesmo o famoso tratado de Simulambuco, que instituiu a ocupação portuguesa na região de Cabinda sob a denominação de "protectorado", foi ratificado em uma cerimônia de fundação. Suas bases foram discutidas com a intermediação do negociante Manuel António da Silva, "muito da confiança dos cabindas".

Entre suas cláusulas, havia exigências quanto a venda ou aluguel de terras para o "estabelecimento de feitorias de negócio ou outras indústrias particulares, mediante pagamento dos costumes" (art. 4º), "liberdade aos negociantes de todas as nações para se estabelecerem nestes territórios" desde que respeitassem o domínio português (art. 5º) e a obrigatoriedade das chefias africanas protegerem o "comércio quer dos portugueses, quer dos estrangeiros e indígenas, não permitindo interrupção nas comunicações com o interior e a fazer uso das suas autoridades para desembaraçar os caminhos"(Art. 7º).²⁸⁰

A minha intenção não é restringir o significado dos tratados do final do século XIX ao aspecto comercial. Com certeza não era somente desta forma que os agentes das nações europeias os encaravam. Não há dúvidas que os tratados foram instrumentos de dominação colonial. O destaque que faço a dimensão comercial destes documentos está mais no entendimento que tenho das relações das sociedades africanas com os elementos estrangeiros que chegavam às suas terras. Compreendo que os contatos comerciais para os agentes africanos desta região centro-ocidental eram vias para a concretização de vínculos sociais e políticos.

²⁷⁹ João de Mattos e Silva foi delegado de saúde durante o primeiro governo nomeado para o distrito do Congo, criado em 1885 pela administração lusa. SILVA, João de Mattos e. **Contribuição para o estudo da região de Cabinda**. Memória apresentada por João de Mattos e Silva a S.S.G.L. Lisboa: Typographia Universal, 1904, p. 200.

²⁸⁰ No contexto de disputas dos territórios africanos entre as nações imperialistas, o conhecimento africano da escrita serviu também neste caso para defender e justificar o tratado realizado com os portugueses. Assim escreveu o médico: "Deve notar-se que esse tratado era feito com os representantes de todos os indígenas com os chefes e grandes, trez dos quaes sabendo ler e escrever, e não como os tratados que a Associação Internacional predecessora do Estado Independente diz ter celebrado e que teem apenas as cruzes d'alguns chefes e dos interpretes e as assignaturas d'agentes europeus". SILVA, João de Mattos e. **Contribuição para o estudo da região de Cabinda...**, 1904, nota 2, p. 10. Para o texto integral do tratado, "assinado em grande fundação", ver na obra de Mattos as páginas p. 146-150.

Neste sentido recupero um texto de Alberto da Costa e Silva a respeito da documentação do Arquivo Histórico de Angola inventariada pelo projeto coordenado pelos professores Alexandre Vieira Ribeiro, Mariza Soares Carvalho e Regina Wanderley junto ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Sobre os documentos produzidos pelos portugueses o africanista argumenta que “são textos que um interessado na história dos povos africanos lerá com cuidado se quiser captar o avesso da narrativa e o que os seus autores, parecendo que mostram, queriam muitas vezes ocultar”, como no caso dos acordos realizados desde o século XVI conhecidos como tratados de vassalagem. Segundo o africanista,

a vassalagem implicava a submissão daquela acedência, no trato ou em parte da soberania. Para o soba poderia significar tão somente um gesto de homenagem e reconhecimento da preeminência ritual, política ou militar do outro, de quem se fazia aliado e esperava, doravante, proteção. O ‘vassalo’ devia respeito ao ‘suserano’, mas não necessariamente obediência: continuava o rei absoluto sobre seus súditos. Não era, aliás, incomum, em diferentes regiões da África, que as obrigações do ‘vassalo’ se reduzissem a um tributo anual ou por ocasião do acesso de um novo rei ao poder, tributo que tinha como contrapartida um conjunto de bens de igual ou maior valor que o ‘suserano’ tinha a obrigação de enviar ao ‘vassalo’. Como, nos acordos de vassalagem entre portugueses e africanos, cada parte tinha entendimento distinto do ajuste a que haviam chegado, não era de estranhar-se que ambas se sentissem, posteriormente, e às vezes, já no dia seguinte, iludidas ou traídas.²⁸¹

Assim, entendo que garantir cláusulas comerciais nos tratados era importante não só para os europeus no seu afã por “matérias-primas”.

A dimensão comercial aparece praticamente em todos os tratados realizados por Henrique de Carvalho com as autoridades da Lunda. Em muitos deles a palavra “mucanda” foi escrita por ambaquistas, responsáveis pela redação dos documentos - é bem claro que com base em modelos entregues ou ditados a eles por Carvalho.

Os tratados da expedição à Lunda seguem o modelo do de Simulambuco. Os artigos são bastante parecidos aos referidos anteriormente: as chefias africanas deviam manter os caminhos do comércio desimpedidos, aceitarem e protegerem

²⁸¹ COSTA E SILVA, Alberto da. Apresentação. In: RIBEIRO, Alexandre Vieira; SOARES, Mariza de Carvalho e WANDERLEY, Regina. **Inventário Sumário Projeto Arquivo Digital Angola-Brasil - PADAB**. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB.

negociantes em suas terras em troca do pagamento que era de uso, entre outras cláusulas.

Uma inovação de Carvalho ficou por conta da redação em língua lunda do tratado que fez com o Kaungula do Lóvua, datado de 31 de outubro de 1885.

Reproduzo abaixo o artigo 6º do tratado do Kaungula do Lóvua. A palavra mukanda (ou mukada com sinal ortográfico til (~) na letra “d”) aparece na redação que está na língua lunda, provavelmente para assinalar a necessidade de registro dos terrenos vendidos ou alienados.²⁸²

Art. 6. - A todos os chefes e habitantes será garantido o dominio que hoje disfrutam nas terras em que estão estabelecidos ou que por sua conta são cultivados, podendo vendê-los ou aliená-los de qualquer forma para estabelecimentos de negocio, agrícolas e outros, sendo pago o que é de uso, devendo então marcar-se os terrenos cedidos e registarem-se na delegacia do Governo Portuguez para se evitarem complicações no futuro.

kasabano — múéne puto umidtia kudi ailolo ni úaxika munomo úaitana éne agada aôso kúete cigada ciakadiga úamuleja, ukúete uhudo edi, aci ukusota kuladixa kúai mukúan úaleje múéne puto úi sanika i **mukanda** úa kupúixa maúseia, muloga aôso, diamaciko ukusota kudiba mukúau useia úalejana mukuaú úa kupúixa tadi.

João Mattos e Silva apresenta outro uso da palavra mukanda na região de Cabinda: “mukanda de ganho”, “que elles pronunciam gáio, é o escripto de que consta o ajuste, pelo branco, do serviço a mezes em numero indeterminado” a prestar pelos trabalhadores africanos. Neste papel era escrito o nome do trabalhador ou trabalhadora, o serviço prestado e a sua remuneração. Havia consciência por parte dos africanos sobre o trato que estava registrado no papel: “alguns pretos sabem ler, e os que não sabem tomarão conhecimento do contheudo

²⁸² O tratado pode ser encontrado redigido em português e em lunda em: Expedição Portuguesa ao Muatianvua. **Diário do anno de 1885**. Livro II. Anotações do dia 31/10/1885. 1152 SEMU DGU 1L Liv 1885 - Expedição Portuguesa ao Muatiânvua - Diário Livro II Moç (sic) e CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 682. Na obra, a palavra “tratado” está traduzida como “Kijavana”; já no Diário, “Uaívanjana”

do escripto por intermedio d'esses ou d'algum branco a quem pedirão para lhe dizer o que está na mukanda".²⁸³

No início do século XX, a expressão "tomar mukanda" já era usual na região de Cabinda e significava o contrato, mesmo quando não havia papel escrito, o que ocorria, segundo Mattos e Silva, quando um africano contratava outro: havia "prova testemunhal apenas".²⁸⁴

Na mukanda de ganho o contratador marcava os pagamentos feitos ao contratado e quando este recebia tudo que estava combinado rasgava-se o papel. A este ato davam o nome de "limpar mukanda".²⁸⁵

Outro sentido de mukanda nesta região é parecido com aquele que apurei entre as populações da Lunda: bilhetes e papelinhos como promessa de pagamento futuro, isto é, como crédito. Vale é a palavra portuguesa usada por João de Mattos e Silva para designar este uso, que era conhecida na região de Cabinda como "mukanda pagamento".

Esta mukanda pagamento era usada para remunerar serviços esporádicos ou avulsos. Após o serviço realizado, o contratante pagava com gêneros e/ou dava um vale para o(a) trabalhador(a). Este ia receber o seu pagamento na casa comercial indicada na mukanda pagamento.

Quando o serviço é demais d'um dia até uma semana, dá-se cada dia a ração (gêneros para fazer a comida) e no fim o vale. Quando o trabalho é aturado, sem designação de tempo, é que se passa a mukanda de ganho, pagando-se cada dia a ração.²⁸⁶

Para estes pagamentos as casas comerciais destinavam um de seus cômodos, ao qual davam o nome de "feitiço". Era no feitiço que se pagavam "as coisas miúdas".

²⁸³ "A significação geral de mukânda é escripto, carta qualquer papel com letras, mesmo um livro; mas a maior parte das vezes dão-lhe o sentido restricto de contracto escripto...". SILVA, João de Mattos e. **Contribuição para o estudo da região de Cabinda...**, 1904, p. 202.

²⁸⁴ SILVA, João de Mattos e. **Contribuição para o estudo da região de Cabinda...**, 1904, p. 203.

²⁸⁵ João de Mattos e Silva escreve ainda sobre o pagamento de "rações": "Este escripto designa o que propriamente se chama pagamento; mas cada preto ganha além d'isso outras verbas com o nome de ração (que elles dizem lanço ou lançon), uma das quaes é constante e é o que recebe diariamente, em generos para alimentar, mas a que não resiste bebendo algum gole; recebe ainda o que chama lanço de sumâna (ração de semana) aos domingos. Tanto o pagamento como as rações variam com a qualidade do serviço prestado". SILVA, João de Mattos e. **Contribuição para o estudo da região de Cabinda...**, 1904, p. 204.

²⁸⁶ SILVA, João de Mattos e. **Contribuição para o estudo da região de Cabinda...**, 1904, p. 202-203.

Nele ficavam os “gêneros europeus”, “pequenas porções de tecidos de cada qualidade”. Para atender os trabalhadores, “quase sempre [tinha] á testa um empregado especial ou o próprio dono, um sujeito bastante pratico do negocio, que [sabia] fazer valer os produtos europeus, e ladino para contentar os pretos com pequenos presentes que os [faziam] ir-se contentes com vontade de se afreguesarem”. Esta informação ajusta-se aquela fornecida por Carvalho pela preferência dos membros das caravanas que circulavam na Lunda em negociar diretamente com o dono ou com um empregado importante da casa.²⁸⁷

O autor acrescenta ainda que o valor moral da mukanda era enorme tanto em Cabinda, quanto nas suas adjacências e nos caminhos para o interior.

O viajante não precisava levar muitos gêneros, “bastavam-lhe papel e lápis para satisfazer, pagando, tudo o que puder obter gêneros de commercio, comer, pousada, carregadores, etc.”. Era só creditar uma mukanda e dizer ao recebedor a casa comercial e o valor que nela poderia resgatar, sem menção a um tempo limite para resgate.

O preto guardará cuidadosamente o papel, ficando-lhe de memória o valor que o branco disse ter ahi escripto e a casa que o receberá; conservará, enquanto lhe convier, o bilhete, ou mesmo transaccionará com elle, e uns dias depois, mezes, até anos depois, em tal casa um preto qualquer apresentará a ordem e saberá o que deve receber.²⁸⁸

Próxima ao litoral Atlântico e nas adjacências do antigo reino do Kongo, Cabinda ou o reino do Ngoyo manteve um contato de longa duração com os europeus e, principalmente, com os portugueses, desde pelo menos o final do século XV.

²⁸⁷ Sobre o feitiço como local de atendimento aos portadores das mukanda pagamento ver: SILVA, João de Mattos e. **Contribuição para o estudo da região de Cabinda...**, 1904, p. 60. Apresentei no primeiro capítulo desta tese a informação de Carvalho sobre a preferência africana a respeito do atendimento nas casas comerciais e ela pode ser encontrada em: CARVALHO, H. Descrição..., 1890, vol. I, p. 313-316 e 403.

²⁸⁸ Silva também assinala os abusos dos europeus sobre este sistema: “... estendendo-se a toda a província d’Angola, onde é vulgar há muito o costume da mukanda, [...] o preto recebe de boa fé o bilhete e a indicação do local do pagamento, e só na ocasião d’este conhece o logro, quando o conhece; umas vezes o nome ou assinatura não foi escripto, outras é desconhecido o signatário, outras, pelo contrario, é por demais conhecido como caloteiro, etc. Algumas vezes o bilhete só contem obscenidades, outra até insultos, e assim nem se sabe o que o branco emissor terá dito que escreveu”. Nestes casos, cabia ao proprietário da casa comercial satisfazer ou não a mukanda. Casas comerciais que se negavam a fazer os pagamentos caíam em descrédito com a população, que poderia não mais aceitar os bilhetes para nela resgatarem seus pagamentos. SILVA, João de Mattos e. **Contribuição para o estudo da região de Cabinda...**, 1904, p. 204-205.

Portanto, a presença da escrita nas relações sócio-comerciais no século XIX já era uma realidade que permitiu ao médico português traçar com clareza os seus principais usos.

No caso da Lunda, é possível entender que o costume da mukanda já estava no contexto finissecular em uso. Isto devido à movimentação migratória das populações e ao comércio de longa distância.

Segundo Ana Paula Tavares, a escrita na Lunda pode ter entrado via correspondência do governador-geral português, que recebeu em Luanda, no ano de 1807, duas embaixadas. No retorno, junto com ela foram cartas [e, provavelmente mussapos] para o muatiânvua. “Este governador inicia com a Lunda o que já era prática para outras regiões do interior de Angola”, o relacionamento diplomático com o “uso da escrita como instrumento de legitimidade e formalização das relações”.

Tavares informa ainda que a correspondência do governador-geral revela um conhecimento prévio sobre a organização política da Lunda. Isto era resultado das informações que circulavam “na costa pelos representantes de antigas posições que, durante anos, se constituíram intermediários entre Luanda e o interior”. Esta circulação, por sua vez, acompanhava o “movimento de estruturas políticas em permanente transformação, mas cuja memória se construiu e perpetuou sobre uma base muito antiga de aliança e adopção”.²⁸⁹

Desta forma é possível entender que desde os tempos do tráfico atlântico de escravizados que a prática da escrita também circulou junto com estes intermediários. E não somente a escrita diplomática.

Os negociantes no litoral trabalhavam com créditos chamados de letras seguras e livranças. É possível conjecturar que os bilhetes e vales que rodavam na África centro-ocidental no século XIX podem ter vindo da prática de passar estes créditos escritos.

Segundo uma fonte do século XVIII, o pagamento com letras seguras consistia em os capitães dos navios negreiros pagarem os “direitos dos Escravos [à Fazenda real] quando os despachavam em Angola e Benguella com dinheiro de cobre e marfim, e todo aquelle q. não tinha dinheiro os pagavam com letras q. Assinavam a

²⁸⁹ TAVARES, Ana Paula. **História e Memória...**, 2009, p. 44-46.

pagar nos portos do Brasil seguras”. Este pagamento era feito com o saldo da venda dos escravizados.

Por sua vez, os “feitores ou depositários da Fazenda Real [em Luanda] compravam o q. precisavam para a fazenda Real, faziam os pagamentos do q. Compravam com huns bilhetes, q. Era mesmo q. Hum credito, aq. Davão o nome de Livransa”. As livranças eram dadas aos administradores do Contrato, que as aceitavam e em troca pagavam com Letras os direitos da Fazenda Real:

com estas taes livranças hião os administradores do contrato ajustar a conta com o Feitor da Fazenda Real do que devião daquele quartel vencido, ficando assim logo a fazenda Real paga, e as livransas, e o contrato pago em Angola dos direitos, q. lhe pertencião praticando assim tudo com boa fé.

Os feitores da Fazenda Real também podiam passar essas livranças a terceiros que depois iam aos administradores do contrato descontá-las. Os administradores do contrato com elas pagavam os direitos devido à Fazenda Real em dinheiro ou em letras a serem resgatas do outro lado do Atlântico.²⁹⁰

A pesquisa do historiador Maximiliano Menz demonstra que estes papéis cruzavam o oceano Atlântico como promissórias, que na maioria das vezes eram descontadas no Brasil pelos negreiros após a venda dos escravizados por moedas de ouro, com estas eles compravam açúcar e seguiam para Lisboa, de onde haviam partido inicialmente com produtos como tecidos e armas de fogo para Luanda.

Segundo reportagem da Revista Pesquisa Fapesp, publicada em maio de 2015, Mens encontrou no arquivo da Torre do Tombo, em Lisboa, dois acervos documentais: “quatro livros de contratos de exportação de escravizados comprados em Luanda de 1763 a 1770” e “cerca de 230 livros – quatro por ano, cada um com

²⁹⁰ Ainda de acordo com a fonte, esta foi uma prática até o ano de 1760, quando começou a existir “excessivas formmas de livransas q. Os administradores do contrato pagavão, e não pagavão, querendo q. girasse na terra como q. Fosse divinamente provincial”. Cf.: **Instrução em que se mostra a formalidade do comércio do reino de Angola e Benguela**, e o quanto tenha florescido desde o seu princípio até o ano de 1760 em que principiou a sua ruina originada pela ambição de Raymundo Jalama sendo administrador do contrato que findou a 4 de janeiro de 1766 e acabado de arruinar por seus sucessores Jorge Lopes Bandeira (?) Florentino João de Carvalho associados com dito Jalama athe 30 de dezembro de 1769 em q. Sua Magestade foi servido mandar administrar aquelle contrato por conta da sua Real Fazenda e extinguir as livransas q.e giravão na terra tendo esta sido a base fundamental da total ruina daquele commercio, e capa de rebûço para os administradores dos contratos fazerem em nome de terceiros as suas clandestinas negociaçoens de q. Tiravão avultados lucros. I – 32, 34, 032 nº001. Coleção Ásia e África. Setor de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

600 páginas – dos registros de mercadorias que passaram pela alfandega de Lisboa ao serem embarcadas para Luanda de 1748 a 1807”.

Em 28 destes livros, o historiador apurou cerca de “2 mil lançamentos com nomes de pessoas e mercadorias e concluiu que, embora os negócios estivessem concentrados nas mãos de grandes negociantes, centenas de pessoas participavam” deste sistema de crédito, inclusive os “padres, que poderiam enviar vinhos a serem trocados por escravos em Luanda”.²⁹¹

Um estudo precursor sobre os sistemas de crédito do comércio atlântico foi realizado por Anna Amélia Vieira Nascimento. Nele a historiadora apurou nos arquivos da Bahia documentos chamados de “letras de risco” e “carregações”. As letras de risco eram “um instrumento privilegiado de crédito” e funcionavam da mesma forma que os das letras de Angola, porém eram assim chamadas de risco, no lado americano do Atlântico, porque os envolvidos entendiam que “tanto a mercadoria como a letra sofriam riscos ou perigos do mar: “fogo, corsários, inimigos e falsos amigos”. Estes perigos deveriam “correr tanto por conta do financiador, como do negociante”.²⁹²

Já as carregações eram documentos que descreviam a mercadoria que estava sendo enviada por um determinado navio e que poderia ser trocada no porto de descarga, caso os produtos não fossem vendidos a dinheiro ou transformados em letra de risco. “A diferença entre as letras de risco e as carregações é que as primeiras exigiam juros pré-estabelecidos e as últimas não determinavam taxas de juros”. As primeiras eram endossadas por grandes financistas e as carregações eram destinadas para a troca de mercadorias. Ambas “funcionavam através de um

²⁹¹ As informações sobre a pesquisa de Menz foram publicadas em: FIORAVANTI, Carlos. Os banqueiros do tráfico. Documentos antigos evidenciam papel dos grandes negociantes de Lisboa nas operações com escravos em Angola. **Pesquisa Fapesp**. nº 231, maio 2015, p. 82-85. Em um artigo, Menz chegou a afirmar que as livranças eram créditos que funcionavam como “papel-moeda utilizada pela população da capital e pelos mercadores de escravos que trocavam letras seguras sobre o Brasil por este papel moeda”. MENZ, Maximiliano M. As geometrias do tráfico: o comércio metropolitano e o tráfico de escravos em Angola (1796-1807). **Revista de História**. v. 166, 2012, p. 206.

²⁹² NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. “**Letras de risco**” e “**carregações**” no comércio colonial da Bahia (1660-1730). Salvador: Publicação do Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, 1977, p. 11. Agradeço a professora doutora Mariza de Carvalho Soares pela indicação desta obra.

entendimento prévio entre os comerciantes locais e aqueles dos portos onde iriam transacionar”.²⁹³

Interessante é que Anna Amélia Nascimento levantou o envolvimento de religiosos com este sistema de crédito, especialmente os padres da Companhia de Jesus que mantinham procuradores com os quais se podiam adquirir as letras de risco.

Para a realização do comércio através das letras de risco era necessário que houvesse um entendimento prévio entre o financiador na Bahia e aquele que no porto de descarga do navio transformaria o dinheiro da venda da mercadoria em letra de risco a ser devolvida à Bahia. Assim os mercadores e financistas deste porto mantinham procuradores em outros portos onde faziam negócios. Sucessivos nomes são mencionados como procuradores, mas, em última instância, no caso da ausência daqueles, os portadores deveriam dirigir-se aos procuradores dos Padres da Companhia de Jesus.²⁹⁴

O meu interesse nesta informação sobre o envolvimento de religiosos com o sistema de crédito do tráfico atlântico de escravizados remete-se à prática ambaquista de escrituração.

Conforme já divulgado pela historiografia especializada na história angolana, foram nas missões jesuítas, carmelitas e capuchinhas estabelecidas nos séculos XVII e XVIII na região de Mbaka, que os ambaquistas aprenderam a ler e a escrever em português. Com o tempo, o rótulo identitário ambaquista passou a designar, além dos nascidos na região de Mbaka, todos aqueles que conheciam a escrita portuguesa e portavam papéis e tinteiros.²⁹⁵

A minha hipótese, portanto, é que estes créditos escritos - livranças e letras - foram aprendidos pelos ambaquistas com os missionários e com os comerciantes do

²⁹³ NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. “**Letras de risco**” e “**carregações**” no comércio colonial da Bahia (1660-1730)...., 1977, p. 11-12 e 30. Além de carregações marítimas, o trabalho da historiadora trata de carregações terrestres para o comércio entre a Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Há longas transcrições destes documentos, bem como uma tabela com as carregações da Bahia, informando data, origem, embarcação, destino, mercadorias negociadas e mercadorias trocadas.

²⁹⁴ NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. “**Letras de risco**” e “**carregações**” no comércio colonial da Bahia (1660-1730)...., 1977, p. 11 e 30-31.

²⁹⁵ DIAS, Jill. Novas identidades africanas em Angola no contexto do comércio atlântico. In: BASTOS, Cristina; ALMEIDA, Miguel Vale de; FELDMAN-BIANCO, Bela (orgs.) **Trânsitos Coloniais**. Diálogos críticos luso-brasileiros. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 335.

tráfico atlântico. Pela ação ambaquista, já que se tornaram ao longo dos séculos secretários e escribas das chefias africanas e se envolveram diretamente nas lides do comércio de longo percurso, os créditos escritos se espalharam pela África centro-ocidental.

Por sua vez, os carregadores do comércio caravaneiro, que tinham contato com a prática comercial dos créditos escritos - porque também *carregavam mukanda* - foram aos poucos incorporando-os ao seu dia-a-dia, mesmo que não soubessem ler e escrever.

Deste modo, a importância do papel escrito também estava na sua materialidade e, logo, no seu porte. Assim, entendo como a mukanda (papel escrito) pôde tomar o significado de insígnia social.

Isso ocorreu com o caçador Augusto Jayme, que ao ser chamado de cabo de carregadores, nervoso respondeu: “que era irmão de Chico Bernardo, soba Ambango de Malanje, capitão de Sua Magestade e caçador do senhor major, que representava o soba e não era cabo”. E que para oficializar a sua capitania só lhe faltava a “mucanda (decreto) mas o sr. Major sendo feliz nesta viagem [havia] de arranjá-la. [Era] o ganho que [vinha] buscar no serviço da Expedição de Sua Magestade”.²⁹⁶

Este foi um dos sentidos tomados pelo contrato escrito realizado entre os trabalhadores Loandas e Henrique de Carvalho. Como apresentei na pesquisa de mestrado, o contrato registrado pela administração portuguesa em Angola reconhecia a condição de livres destes trabalhadores, bem como uma posição de liderança frente aos outros grupos de trabalhadores contratados ao longo dos quatro anos da expedição.²⁹⁷

No contrato está escrito que os loandas se ofereceram voluntariamente para acompanhar a Expedição em “todo o seu trânsito até ao regresso a Loanda”, sendo suas obrigações “vigiar as cargas e auxiliar o pessoal superior na manutenção da ordem entre os carregadores e auxiliarem o mesmo pessoal na defesa dos valores

²⁹⁶ CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 318-319.

²⁹⁷ Sobre o valor da remuneração dos Loandas comparado a produtos e serviços da época e o uso do contrato pelo major Carvalho para defender Portugal das acusações de escravização ver: RIBEIRO, Elaine. **Barganhando sobrevivências...**, 2013, p. 220-227 e 255-256.

que lhe são confiados e ainda nos transportes em caso de necessidade". Em troca estes teriam as seguintes exigências cumpridas:

1º Receberem adeantadamente a quantia de 36 mil e 500 réis fortes.

2º Vencerem do Dondo em diante, ração correspondente a cem réis fortes por dia, sendo o pagamento feito em moeda corrente na província em quanto n'ella se transite e em fazendas, contaria ou em quaisquer espécies, fora d'ella, e seguindo o curso.

3º De no regresso a Loanda, receberem n'esta cidade na moeda corrente tantos tostões fortes quantos os números de dias de viagem da Expedição sendo estes a contar do Dondo para o interior do continente até ao dia da chegada a Loanda.²⁹⁸

Desta forma, papéis escritos também poderiam assinalar direitos e deveres de trabalhadores como os Loandas.

Na era pós-abolicionista, sabemos que contratos como estes eram utilizados pelos contratantes para livrarem-se das leis abolicionistas e continuarem a manter os trabalhadores sob seu controle ou, no jargão da época, sob sua tutela.

A ambiguidade da vida dos libertos, entre a liberdade oficializada e a vivência ainda semelhante a escravizada, já foi tema discutido pela historiografia. Como referência historiográfica aponto aqui a obra de Frederick Cooper, Thomas C. Holt e Rebecca Scott, **Além da escravidão**: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação.

De maneira geral, desta obra apreende-se que para os historiadores contemporâneos não há nenhum mérito em somente constatar a força de trabalho

²⁹⁸ Uma informação adicional do termo de trabalho manuscrito, com relação a que foi publicada no relato da viagem, é que os pagamentos em moeda portuguesa deveriam ser feitos em réis fortes, que valiam mais que os réis fracos. Conforme Beatrix Heintze: "em 1872, 100\$000 réis fracos equivaliam a 63\$000 réis fortes". HEINTZE, B. **Pioneiros africanos...**, 2004, nota 16, p. 63 e p. 285. Ver a transcrição nº 1 do contrato no final da tese. Cf.: Termo de contrato de trabalho de Paulo Antonio de Malanje, Paulino Affonso de Luanda, Antonio Manuel de Malange, Francisco Manuel da Lunda, Marcolino João do Congo, Adolpho Joaquim Ignácio do Congo, Domingos Joaquim Augusto de Cassange, Francisco Manuel Antonio de Novo Redondo, Manuel Antonio de Cabuíta (do Muatianvo), Domingos Silveira (Catraio) de Luanda, Manuel Antonio da Ginga e Matheus Antonio do Libollo. Assinado pelo chefe da Expedição, Henrique Augusto Dias de Carvalho, e pelo sub-chefe, Agostinho Sisenando Marques. Loanda, 09 de junho de 1884. **Pasta Preparação da Expedição**. AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1091. Os nomes e origens dos Loandas estão diferentes daqueles apresentados na obra publicada: Paulo, de Malanje; 2. Matheus, do Libollo; 3. Manuel, da Ginga; 4. Paulino, da Quissama; 5. Roberto, de Benguela; 6. Cabuíta, de Quimbundo; 7. Marcolino, do Congo; 8. Narciso, da Lunda; 9. Domingos, de Loanda; 10. Francisco Domingos, de Cassanje; 11. Antonio, de Golungo; 12. Adolpho, do Congo. CARVALHO, H. *Descrição...*, 1890, vol. I, p. 66.

dos africanos, já que os escravistas e colonialistas se encarregaram disso, e, por isso, sempre tentaram com afincos manter sob controle esta força. O passo adiante dos historiadores é pesquisar e analisar como estes trabalhadores puderam, na medida de suas forças, contrapor as estas inúmeras estratégias de controle.²⁹⁹

Um possível caminho de análise é estudar e entender as noções e práticas que fundamentaram a organização dos trabalhadores.

Há que questionarmos se existem outros sentidos dos contratos. Se os trabalhadores também podiam usufruir de alguma forma do papel escrito. Em outras palavras, apesar do discurso de liberdade dos escravistas e colonialistas, na dureza da vida, contratos como estes foram de alguma forma utilizados de maneira vantajosa pelos carregadores?

Como a escrita, "a arma secreta do colonizador", pôde ser utilizada pelos carregadores e seus agregados e permite ainda hoje que "se escreva a história sobre a folha branca".³⁰⁰ É o que pretendo analisar no próximo capítulo.

²⁹⁹ COOPER, Frederick, HOLT, Thomas C. e SCOTT, Rebecca J. **Além da escravidão**: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação. (trad. Maria Beatriz de Medina) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Fiz esta observação anteriormente em: RIBEIRO, Elaine. **Barganhando sobrevivências...**, 2013, p. 89.

³⁰⁰ RUI, Manuel. Eu e o outro – O invasor ou Em poucas três linhas uma maneira de pensar o texto. In: MEDINA, Cremilda. **Sonha Mamana África**. São Paulo: Epopéia, 1987, p. 308-310.

CAPÍTULO 3 - VÍNCULOS SOCIAIS DE RESPONSABILIDADE NA VIDA EM CARAVANA

"Invento outro texto. Interfiro, desescrevo para que conquiste a partir do instrumento escrita um texto escrito meu, da minha identidade.

Os personagens do meu texto têm de se movimentar como no outro texto inicial.

Têm de cantar. Dançar. Em suma temos de ser nós.

'Nós mesmos'. Assim reforço a identidade com a literatura".

Manuel Rui. Eu e o outro – O invasor ou Em poucas três linhas uma maneira de pensar o texto. In: MEDINA, Cremilda. **Sonha Mamana África**. São Paulo: Epopéia, 1987, p. 308-310.

Em março de 1885, a Expedição Portuguesa ao Muatiânvua sofreu uma baixa considerável no número de seus integrantes. Os carregadores contratados nas povoações Shinje se retiraram deixando Henrique de Carvalho com um grupo de setenta pessoas - "o pessoal permanente da expedição" - com as cargas no Vale do Kamau.

Foi nesta região que a expedição ficou acampada por aproximadamente dois meses aguardando o término da época de chuvas e o retorno de algumas pequenas comitivas que Carvalho enviou às regiões próximas do Kamau e também a Malanje com o intuito de tentarem repor o número de carregadores.³⁰¹

As reclamações por parte do expedicionário foram inúmeras. Carvalho chegou até a confessar sua vontade de castigar os "desertores":

É possível que outrem em nosso lugar pensasse em mandar fazer fogo sobre os Xinjes que primeiro desertaram, porque como estávamos sobre uma elevação e com armas de bom alcance tínhamos toda a vantagem sobre eles que nem de pólvora dispunham. Mas o que se ganhava com esse expediente? Fazer algumas mortes? Mas isto não servia a nossa causa. E depois as consequências? Não perdemos por avisados, foi o que pensámos, vendo-nos rodeados de numerosas cargas, expostos às inclementes

³⁰¹ Sobre esta região do Kamau, como importante ponto do comércio caravaneiro, ver o primeiro capítulo da tese.

chuvas no fundo de uma larga depressão, em que as montanhas mais afastadas na nossa frente arrumadas umas apoz outras parecia que lá ao longe tocavam na abobada celeste.³⁰²

Apesar das queixas contra os carregadores, é possível a partir da própria narrativa de Carvalho conhecer os motivos da retirada dos shinje: demandas por melhores pagamentos e condições de trabalho.

Ao longo do caminho entre a povoação de Mona Samba Mahango e o Vale do Kamau muitos foram os acontecimentos que levaram os shinje a desconfiarem que o empreendimento em que estavam envolvidos não lhes era propício.

Antes da partida, os carregadores receberam pagamentos, que foram acordados com as chefias shinje.

Pagamento de carregadores shinje.³⁰³

³⁰² CARVALHO, Henrique A. D. **Expedição Portuguesa ao Muatiânvua 1884-1888**: Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua. Lisboa: Imprensa Nacional & Typographia do Jornal As Colônias Portuguesas, vol. II: do Cuango ao Chicapa, 1892, p. 184.

³⁰³ A fotografia foi tirada por Sertório de Aguiar, capitão e ajudante de Carvalho, em 21 de janeiro de 1885, no pátio defronte a casa construída pela expedição na região shinje de Mona Sambo Mahango. Esta casa foi designada por Carvalho de Estação Costa e Silva. A legenda da fotografia fornece a seguinte informação: "o Chefe da Expedição lá está pagando em diversos artigos de negócio as rações aos

Com a ajuda de José de Vasconcellos foram pagas aos carregadores o equivalente a "três peças de fazenda de lei, considerando-se a arma lazarina como equivalente a duas e o barril de pólvora a uma e meia". Quanto à remuneração relativa à alimentação, o acordo foi "um bando de fazenda de lei por cada dia de viagem, sendo o bando a jarda em que vem dobradas estas peças, e não medido, como elles [os shinje] ali faziam, o que corresponderia a jarda e meia".³⁰⁴

A descrição da viagem até o acampamento no Kamau demonstra que os carregadores não ficaram satisfeitos com a remuneração recebida. Algumas vezes seus cabos, Quienza e Quicorazónhi, foram até Carvalho solicitar pagamento para a aquisição de alimentos.

O cabo Quienza reclamou que na povoação de Quibinda, para onde estavam se dirigindo, "não aceitavam fazenda para compra de sustento, e que por isso seus rapazes tinham necessidade de ir a casa". Reclamou também que não lhe fora dado sustento e "os seus rapazes queriam uma cabeça de gado". Carvalho desculpou-se dizendo não saber que o grupo de Quienza viria com a expedição, pois havia se integrado a ela de última hora, mas que chegando na região do rio Kwilu ele haveria de gratificar os cabos de carregadores, desde que não desinquietassem os "seus rapazes para voltarem atrás".³⁰⁵

Quicorazónhi também pediu a Henrique de Carvalho "alguma cousa aos seus rapazes para comprarem de comer". O chefe da expedição respondeu-lhe que faltavam ainda três dias para o pagamento das "rações" e que para obterem alimentos que usassem a fazenda que "andava em redor da cintura e da cabeça dos rapazes", porque aquela "fazenda deu-se para compra de comer e não para vestirem; a de vestir foi o pagamento [feito] segundo o seu ajuste". Quicorazónhi contestou

carregadores contractados com Mona Mahango e seus filhos e José de Vasconcellos de Malange, estabelecido na localidade auxilia o Chefe nos pagamentos. [Vasconcellos é a pessoa que está em pé, no centro da imagem]. À direita um grupo de carregadores analysam uma [arma] lazzarina que se dá n'um pagamento". Para a fotografia e a legenda do pagamento de carregadores shinje, ver: **Álbum da Expedição Portuguesa ao Muatiânvua**. Disponível em: <http://henriquedecarvalho.bnportugal.pt/fotos/foto234.htm> e http://henriquedecarvalho.bnportugal.pt/legendas/ea-95-p_0154_150_t24-C-R015.jpg Acesso em: outubro de 2015. A fotografia foi publicada também em: PEREIRA, Maria Manuela Cantinho. In Memoriam. In: SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA. **Memória de um explorador**. A coleção Henrique de Carvalho da Sociedade de Geografia de Lisboa. Lisboa: SGL, 2012, p. 53.

³⁰⁴ CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 36-37.

³⁰⁵ CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 152-153.

dizendo que "esse pagamento foi entregue aos [seus] anganas e os rapazes com pouco ficaram".³⁰⁶

No dia seguinte, Quicorazónhi mais uma vez solicitou pagamento para adquirir alimentos e pediu ainda para demorarem-se um pouco mais no acampamento, já que tinha entre sua gente alguns doentes.

Como mencionado por Carvalho, neste trecho da viagem, a expedição encontrava-se na estação de chuvas e de calor intenso. Portanto, era uma época insalubre, porque poderiam surgir várias doenças. Geralmente, os carregadores costumavam não aceitar trabalho de transporte nestas condições.

Muitos ficaram doentes, até mesmo entre os loandas houve baixa: foi preciso carregar Paulino na rede de Carvalho porque "se apresentou impossibilitado de andar".³⁰⁷

No acampamento montado entre os rios Tumba e Samba faltaram mantimentos ao pessoal da expedição, por isso, escreveu Carvalho, que foi

forçado a contemplar os mais debilitados com uma cabra que [havia destinado ao seu] rancho, e no dia seguinte [para continuar a viagem teve] de sobrecarregar soldados e contractados [loandas] com as subdivisões de cargas de dois homens que pelo seu estado de fraqueza não as podiam transportar.³⁰⁸

O irmão do cabo Quienza também ficou doente, mas recusou ser transportado na rede, por entender que era "quijila" e afirmou que marcharia "mole, mole, (devagar) depois de passar a seza". Carvalho escreveu que insistiu para que fosse na rede, mas nada conseguiu, já que entre os seus, disse-lhe o doente, "só se [conduziam] assim os mortos para a sepultura".³⁰⁹

Outro carregador do grupo de Quicorazónhi também ficou doente e acabou morrendo. Em seguida, seus companheiros fizeram chegar aos ouvidos do chefe da

³⁰⁶ CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 160-161.

³⁰⁷ CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 163.

³⁰⁸ Outra dificuldade era a marcha por conta da temperatura, que "logo de manhã era elevadíssima", e também por ser "fadigante o acesso às altas montanhas, e abafava-se entre o arvoredo que as revestia". CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 164.

³⁰⁹ CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 166. Agradeço a Manuela Cantinho por me chamar a atenção para esta quezília ou "quijila" entre as populações da Lunda.

expedição o seguinte rumor: que iriam pedir "o pagamento de sua vida" e em caso de recusa, por parte de Carvalho, prometiam que se "retiravam todos". Logo em seguida, Quicorazónhi procurou Carvalho para "contar-lhe sobre a morte do seu parente" e para pedir-lhe "providências para o enterro do corpo", já que o chefe da expedição, como representante de Mona Mahango, era considerado responsável por todos.

Queria isto dizer que lhe devíamos emprestar uma enchada para abrir a cova e dar-lhe a mortalha, que consistia de duas jardas de fazenda para envolver o defuncto e de um lenço para lhe atar á cabeça. Também lhes demos doze cargas de pólvora para carregarem as armas, que em seguida ao enterro costumam disparar. (...) [Quicorazónhi também] pediu-nos uma gallinha para a festa do enterro.³¹⁰

Alguns dias após a primeira morte, outro carregador do grupo do cabo Muholo morreu "devido a fraqueza". O boato que passou a circular na sequência dos acontecimentos foi que o morto era "um rapaz forte", que as "cargas tinham feitiço" e o pessoal tinha "receio que houvesse mais alguma [morte] e por isso não iam para deante".³¹¹

Somado à falta de alimentos e as doenças, que levaram alguns à morte, outro evento durante o trajeto até o Kamau induziu os carregadores a repensarem seu trabalho junto à expedição de Carvalho.

Na travessia do rio Uhamba a expedição perdeu oito bois afogados: "Grande feitiço! clamava em altos berros Quicorazónhi para os poucos Xinjes que estavam com elle". "Quem nos quererá tanto mal? suspirava o intérprete". "Que grande praga nos rogaram!", foi o que Carvalho escreveu ter pensado no momento.³¹²

³¹⁰ CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 170-171.

³¹¹ Carvalho teve que proceder da mesma forma e custear o enterro do corpo, com "excepção da gallinha para a festa do enterro".

CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 182.

³¹² Os bois mortos foram aproveitados na alimentação do pessoal da Expedição. Carvalho relata que houve muitos atritos entre os diferentes grupos de carregadores na divisão da carne e até entre os cabos e seus comandados, que os acusavam de ficar com a maior parte e com os melhores pedaços. CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 174 e segs.

Os carregadores atribuíram todos estes acontecimentos aos feitiços e à falta de cerimônias adequadas no enterro dos companheiros mortos.

Ao chegarem no Vale do Kamau acabaram por retirar-se:

Passado o meio dia appareciam os Xinjes aos grupos nos diversos acampamentos a desamarrarem as cargas para levarem os seus paus arrumando-as de novo; e interrogando nós um velho de Mutumbo sobre aquelle movimento, disse-nos - Que os de Mucanzo tinham dado a voz de retirada, e que se algum ficasse seria victima dos seus feitiços. Elle e os seus esperavam porém que os chefes voltassem do enterro e fallassem muito bem connosco. ³¹³

Para o chefe da expedição, a questão da partida dos Shinje resumia-se a "mais fazenda ou retirar". E como ele "não dava mais fazenda, partiram". Porém, o próprio Carvalho reconhecia que as cargas da expedição eram "pesos que se não accommodavam ao seu uso [dos Shinje] de os trazer". ³¹⁴ Após alguns dias, correu a notícia que no caminho de volta à sua terra também o cabo Quienza havia morrido e sido enterrado próximo ao rio Uhamba.³¹⁵

Iluminar estes fragmentos da narrativa de Carvalho auxilia conhecermos vários aspectos do cotidiano de uma caravana. Compreender este cotidiano sob o prisma das relações engendradas nas viagens é o objetivo do presente capítulo.

³¹³ CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 183.

³¹⁴ CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 167.

³¹⁵ CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 223. O subchefe da expedição, o farmacêutico Sisenando Marques, também escreveu sobre a partida dos carregadores shinje: "Estavamos em o dia 31. Continuavam os temporaes com todos os symptomas de um inverno rigoroso. Os carregadores *chinges*, que tinhamos admittido em *Moana-Samba*, desalentados e cheios de terror supersticioso, com a morte, em viagem, de tres ou quatro de seus companheiros, recusavam-se a seguir a marcha. (...) Os carregadores já nos tinham abandonado e n'esta dolorosa conjunctura só nos restava resignarmo-nos e fortalecermos com a indispensavel prudencia para passarmos n'este exilio a quadra pluviosa, até que um dia nos chegassem novos carregadores, viaturas d'estas desoladas paragens". MARQUES, Agostinho Sisenando. **Expedição Portuguesa ao Muata-Yanvo**. Os climas e as produções das terras de Malange à Lunda. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889, p. 261-262.

Os frequentes relatos dos viajantes sobre dificuldades pelos quais as expedições passavam ajudam compreender algumas recusas dos carregadores das caravanas do comércio de longo percurso na Lunda.

Quando o assunto era viajar na estação das chuvas, recorrentes eram as opiniões depreciativas dos viajantes a respeito da recusa dos carregadores de se engajarem nos empreendimentos viageiros. Esta renúncia foi quase sempre entendida pelos europeus como fruto da indolência africana e de seu pouco interesse no trabalho. Porém, como vimos nos fragmentos de Carvalho, viajar em tempo de chuvas significava a insalubridade do trabalho.

As demandas impostas pelos carregadores, como no caso dos shinje, também atingem diretamente o discurso frequente nas fontes coloniais a respeito das crenças africanas de serem supersticiosas e irracionais.³¹⁶

Sob o discurso religioso, as demandas também tinham caráter prático: a manutenção da vida e a boa realização das tarefas diárias. Lembrando que os Shinje quando se retiraram não o fizeram de maneira atabalhoada. Ainda que houvesse o rumor de que as cargas estavam enfeitiçadas, os carregadores, porque sabiam fazer, retiraram-nas de suas muhamba e as dispuseram de modo que ficassem organizadas.

Os fragmentos também revelam a responsabilidade de Carvalho, como chefe da expedição, pelo bem-estar dos carregadores. Isto se dava porque o major português representava na viagem Mona Sambo Mahango, de quem eram dependentes políticos. Porém, ainda que não existisse uma chefia africana com quem Carvalho tivesse contratado o serviço dos carregadores, ele também seria responsabilizado pela vida deles.

³¹⁶ Beatrix Heintze, aliás, argumenta que os europeus quase sempre se valiam deste discurso para atribuírem a si mesmos poderes sobrenaturais: "Pogge e Wissmann [exploradores alemães] desempenharam com gosto o papel prestigiante de antepassados reencarnados no Lubuco, Pogge permitiu que [o ambaquista] Caxavala convencesse Muquengue [autoridade máxima no Lubuco] de que a voz que saía da caixa de música pertencia ao seu deus, Fidi Mukulo, e Buchner não contradisse o seu intérprete e todos aqueles que espalharam que o grande terramoto fora provocado pelos seus poderes mágicos". Para a argumentação de Heintze ver o seu **Pioneiros Africanos...**, 2004, p. 397-398.

No espólio documental da expedição há recibos de pagamentos de despesas realizadas com alguns loandas, contratados na cidade de Luanda e sem a intermediação de autoridades africanas.³¹⁷

Um destes recibos tem Domingos de Kasanje como favorecido. Infelizmente, não por um bom motivo. Carvalho pagou pela encomendação de sua alma.³¹⁸ Domingos morreu três meses depois que a expedição chegou a Malanje, após retornar da Lunda. O fato é que um ano antes o expedicionário escreveu que Domingos estava magro e com uma "tosse cavernosa", só conseguindo andar "amparado a dois companheiros". Porém, neste caso, o chefe da expedição não custeou inteiramente as despesas, pois o enterro foi pago pelos colegas de trabalho do loanda.³¹⁹

O caso de Domingos além de dizer respeito a insalubridade do trabalho nas caravanas e expedições, também tem referência ao direito que ele alcançou com o contrato que realizou com Henrique de Carvalho, o qual, como já dito anteriormente, foi escrito e registrado em repartição pública.

No contexto pós-abolicionista, os trabalhadores sob contrato dependiam da boa fé de seus contratadores para que os acordos fossem honrados. Porém, a experiência dos carregadores do comércio de longa distância na Lunda, como no caso dos grupos de trabalhadores Shinje, demonstra que há algo de fundo nesta questão e que está para além da formalização do contrato escrito pela administração portuguesa e do afinco dos europeus para controlar essa força de trabalho.

³¹⁷ Como o recibo emitido pela casa comercial de José Ferreira de Malanje e apresenta valores de fazendas adquiridas pelos loandas Adolpho, Paulino e Antonio. Provavelmente, estas aquisições eram parte dos pagamentos devidos a estes trabalhadores acordados no contrato de trabalho realizado com a Expedição Portuguesa ao Muatiânvua. Ver no final a transcrição nº 52 da Nota de despesas dos Loandas. Malanje, 19 de fevereiro de 1888. **Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição.** AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

³¹⁸ Ver no final a transcrição nº 56 do Recibo de Duarte Sousa dos Remédios em favor de Custódio Machado. Malanje, 21 de fevereiro de 1888. **Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição.** AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

³¹⁹ CARVALHO, H. Descrição..., 1894, vol. IV, p. 377 e 668. Também em: **Álbum da Expedição Portuguesa ao Muatiânvua.** A legenda manuscrita por Carvalho da fotografia de Domingos de Kasanje informa a morte do loanda. Disponível em: <http://henriquedecarvalho.bnportugal.pt/fotos/foto022.htm> acesso: outubro de 2015. Mais sobre Domingos em: RIBEIRO, Elaine. **Barganhando sobrevivências: os trabalhadores da expedição de Henrique de Carvalho à Lunda 1884-1888.** São Paulo: Alameda, 2013, p. 228.

A questão está na responsabilidade de um chefe de caravana ou de expedição para com os seus carregadores. Pistas desta situação social e também trabalhista, que nos ajudam a compreender de maneira aprofundada o relato de Carvalho, estão uma vez mais nos escritos do sertanejo Silva Porto.

Como dito anteriormente, o Memorial de Mucanos de Silva Porto oferece possibilidades de estudar o cotidiano das caravanas e as demandas dos trabalhadores, afora a contabilidade dos negócios do sertanejo, já muito bem tratada por Maria Emília Madeira Santos.

Uma dimensão bastante importante são as penas de quezílias causadas por mortes de membros das caravanas. Estes conflitos produziam multas ou mukanu que deviam ser pagos pelo proprietário das caravanas, neste caso, por Silva Porto.

A regra social da caravana era: se um carregador falecia durante a viagem cabia ao chefe da caravana pagar a falta do morto ao seu parente mais próximo e ainda à autoridade a qual o falecido era dependente na sua região de origem.

Para se enterrar o morto em uma terra estranha à sua também era obrigatório pagar a chefia local e custear as cerimônias propícias para tal.

As quezílias não tinham tempo de prescrição. Podia-se levar anos para serem julgadas e "com o mesmo rigor como se tivessem ocorrido imediatamente".³²⁰

Como vimos, casos de morte durante as viagens não eram difíceis de ocorrer devido as agruras pelas quais as caravanas passavam: fome, epidemias e intempéries.

Maria Emília Madeira Santos recuperou várias passagens dos diários de Silva Porto que relatam a dureza da vida em caravana: carestia de alimentos, como na caravana de 1862 que foi ao Mashukulumbwe (Miqueselumbue), próximo ao rio Cafué, para aquisição de marfim, também fome, como em 1886, na caravana que foi ao Kalundwe (Calundo), "com bastante gente mostrando a ossada do corpo".

Também as condições climáticas castigavam os caravaneiros. Na mesma caravana de 1886, a chuva "açoitava-os sem piedade". Já três décadas antes o sol foi o problema: na caravana à região do Baixo Cuando, em 1858, os carregadores

³²⁰ SANTOS, Maria Emilia Madeira. **Nos caminhos de África...**, 1998, p. 15-16.

descalços eram castigados pelo chão abrasador, tanto que foi necessário "improvisar alpercatas para que o solo lhes não queimasse os pés". Os "carregadores desmaiavam, fulminados pelo sol, [e] os ovimbundu, que não estavam habituados a suportar tal clima, protestavam contra o sertanejo que para ali os arrastara".

Na década de 1880, as epidemias atacavam as caravanas. Epidemias de varíola de 1882-1883 e 1886-1887: "encontraram nas caravanas comerciais os melhores veículos para penetrar no interior". Em 1882, na viagem à região dos Kuba (Moio) houve duas epidemias que atacaram a gente da caravana do sertanejo: "uma de sarampo e outra de varíola". Já em 1887, a caravana de Silva Porto comprou escravos, também na região Kuba, que estavam contagiados com varíola.³²¹

Desta forma, o Memorial de Mucanos revela fragmentos desta situação limite que atacava as caravanas. Fragmentos que demonstrados pela contabilidade do sertanejo auxilia o entendimento da organização social do comércio de longa distância. No entanto, há que ultrapassarmos as anedotas e o seu discurso queixoso de despesas sem sentido que muitas vezes acompanham os números de fazendas pagas registrados.

Com o intuito de analisar a organização cotidiana das caravanas num tempo mais alargado, apresento três mukunu registrados pelo sertanejo na década de 1840, isto é, três décadas antes do relato de Carvalho, que é dos anos de 1880.

O primeiro deles se deu em 13 de agosto de 1841. Um mukunu foi pago pela morte de uma mulher, filha do soba Luengue (ou Quengue), que acompanhava a caravana de Antonio Damazio da Costa, vulgo Quitumba Lumbanga. Como a mulher havia morrido na companhia de um "branco", o crime foi cobrado de Silva Porto quando uma caravana sua, no retorno de Mpungo Ndongo (Pungo Andongo) para o Bié, atravessou a região do soba após o sucedido:

Jamais havia concordado em pagar por sua vida, e que sendo a comitiva de Branco, pagasse o chefe da mesma a vida da falecida e fosse haver semelhante prejuízo de Antonio Damazio da Costa. Como o povo da guerra fosse numeroso, forçoso havia anuir ao poder da força, paguei o que segue:

6 peças de zuarte – 8\$000 – 48\$000

4 peças de pintado – 7\$000 – 28\$000

³²¹ As referências são de SANTOS, Maria Emilia Madeira. **Nos caminhos de África...**, 1998, p. 20-21.

8 peças de lenços de 15 – 4000 – 32\$000
1 peça de pano de costa – 20\$000
30 peças de fazendas de lei – 5\$000 – 150\$000
2 dúzias de facas rabo de peixe – 2\$000 – 4\$000
200 Pedras de fogo (?) – 2\$000 – 400\$000
1 maço de coral – 15\$000
2 armas – 10\$000 – 20\$000
2 barris de pólvora de 25 lbs. – 20\$000 – 40\$000
4 ancoretas de aguardente – 20\$000 – 80\$000³²²

Outro mukanu foi satisfeito em 21 de janeiro de 1842, no regresso de uma caravana que foi ao interior adquirir marfim. Passando pela terra do "soba ganguella Quissembo" aconteceu "de morrer um negro que tinha recebido fazendas, o qual foi enterrado no quilombo", isto é, no acampamento da caravana erguido no espaço apropriado para tal e sob a jurisdição da autoridade local.

A morte e o enterro do carregador em terra estrangeira foram julgados por Quissembo como "um grande crime". O veredito foi desenterrar o morto do quilombo e enterrá-lo "no mato", ou seja, em território não considerado pertencente à povoação local. Ao proprietário da caravana, no caso, Silva Porto, foi exigido o pagamento em marfim e tecidos no valor calculado pelo sertanejo em 500\$000 réis.³²³

Um último caso registrado nas páginas do Memorial de Mucanos foi o de um escravizado que, em 1845, morreu em decorrência de maus tratos sofridos. O escravizado havia fugido e para exemplo aos demais o sertanejo mandou-lhe dar uma "ligeira surra", conforme a escrita defensiva de Silva Porto:

Decorrido o espaço de dez dias morre o negro; e apresentam-se em minha casa os sequazes do Sova; e de ordem do mesmo, para exigirem o pagamento do crime que eu havia perpetrado na pessoa do meo escravo. Fiz ver que não reputava de crime o castigo que havia dado, pois que havia sido huma ligeira sova de xicote de cuja tinha resultado qualquer hum ferimento, e que o escravo tinha merecido [...] Seguirão os embaixadores, e regressarão com ordem de eu pagar o crime de morte que eu havia perpetrado, no contrario a que o sova veria pessoal para o receber. Estabelecida por este

³²² PORTO, Silva. *Memorial sobre os vários acontecimentos...*, fl. 1.

³²³ PORTO, Silva. *Memorial sobre os vários acontecimentos...*, fl. 2.

princípio a questão, pelo espaço de cinco dias, no sexto segui pessoal para a libata grande, e vendo que me não restava senão o recurso de pagar, paguei justamente o que o Sova quis que eu pagasse, em consequência de haver perpetrado huma morte na sua terra, o que não hera mais uma atroz injustiça, exigindo de huma perversidade inaudita, pois que na libata grande vim no conhecimento de que a calúnia manejada por tal forma perante o Sova, e pelos parentes do morto, que tinham chegado aos ouvidos do mesmo, que eu havia assassinado o meo escravo e que lhe tinha cortado as partes, enterrando-o depois no meo quintal. Tal foi a perversidade de que se serviram, para me fazerem perder o que abaixo noto.

1153 panos em fazenda surtida – 400 – 621\$200 (sic)

1 ancoretta de agoardente 20\$000

1 barril de pólvora – 15\$000

1 arma – 10\$000

1 boi – 10\$000

Total: 676\$000³²⁴

Pelas informações dos mukanu é possível apreender algumas informações: mukanu provocado por "comitiva de branco" devia ser pago por "branco"; morte de um membro de caravana em terra estrangeira era considerada grande delito, desta forma também era crime enterrar um estrangeiro sem a permissão das chefias locais e sem a realização de cerimônias expiatórias; no contexto bieno da sociedade Viye, e, ousou conjecturar, na maior parte das sociedades da África centro-ocidental, o senhor não tinha direito de vida e morte sobre seu escravizado.

Apontamentos de casos como estes estão espalhados nos relatos de viagem.

As reclamações dos europeus a respeito de presentes, multas, crimes e impostos que lhes eram cobrados pelas populações africanas estabelecidas nos caminhos do comércio são frequentes e por isso é necessário relativizá-las. Onde nos relatos lemos extorsão, sovinice, esperteza, entre outras palavras atribuídas ao

³²⁴ A conta apresentada por Silva Porto tem o seguinte erro de cálculo: $1153 \times 400 = 621\$200$ o correto é $461\$200$. Portanto, a soma do mukanu é de $516\$200$. Após apresentar os cálculos o sertanejo deixa ainda a seguinte nota que revela a sua consciência em relação ao crime: "Devo mostrar que não me acusa a consciência de eu haver perpetrado semelhante assassinato, e quando assim houvesse acontecido, jamais faltaria a verdade do caso, e segundo elle houvesse ocorrido, mas assim não aconteceu, porque a tanto não chega o meo espírito para a depravação. Todo o que commette hum crime, contrahe uma divida com a justiça humana, e outra com a justiça Divina. Conselheiro Bastos". "Para tanto, ver: PORTO, Silva. **Memorial sobre os vários acontecimentos...**, fls. 6 e 7.

comportamento dos africanos e que dão ideia de prejuízos aos viajantes, podemos tentar compreender o sistema organizador do comércio de longa distância.³²⁵

Portanto, interpreto os *mukanu*, multas, impostos e outras exigências, gerados por *quezílias* ou conflitos, como soluções sociais encontradas ao longo do tempo pelas populações africanas centro-ocidentais para regularem os contatos sócio-comerciais de agentes de diferentes proveniências. O sentido das regras relacionadas às punições e às cobranças chamarei de *vínculo social de responsabilidade*.

De outra forma, a responsabilidade estava imbuída nos vínculos sociais engendrados nos contatos entre diferentes agentes. Ela se manifestava nas diferentes dimensões do contato: nas ações econômicas, nas cerimônias políticas, nos cultos aos ancestrais e às divindades, na relação subordinador e subordinado (ou subalterno), entre outras situações sociais. A responsabilidade na vinculação social demandava deveres, assegurava direitos e se expressava em palavras como *mukanda*, *mukanu*, entre outras reguladoras do processo social.

Podemos ver os vínculos sociais de responsabilidade no processo de contratação dos carregadores por agentes das casas comerciais europeias. O angariamento de carregadores também era realizado através de acordos que demandavam deveres e direitos dos trabalhadores e dos contratadores. A quebra dos acordos significava o esgotamento do vínculo e para este ser restabelecido eram necessárias a renovação dos termos acordados em cerimônias específicas e numa nova entrega de presentes ou dádivas.

É possível conjecturar que o mesmo ocorria na conformação das caravanas africanas compostas por grupos de diferentes proveniências - isto é, sem a interferência de europeus ou agente africano a eles ligados - ainda relativamente comum nos caminhos do comércio na Lunda nas últimas décadas do XIX. A análise dos procedimentos na contratação de carregadores pelas casas comerciais dos sertanejos portugueses, como os irmãos Machado de Malanje, ajuda a esclarecer o

³²⁵ Fiz esta importante observação em outro lugar. RIBEIRO, Elaine. **Barganhando sobrevivências...**, 2013, p. 264-265.

processo constitutivo dos vínculos de responsabilidade tanto nos empreendimentos caravaneiros dos sertanejos quanto nos dos grupos africanos.

Em 1885, o comerciante Custódio Machado assinou e emitiu uma declaração de serviço prestado à expedição de Carvalho. Tratava-se de uma Relação de noventa carregadores angariados pela casa comercial do sertanejo de Malanje.

Esta relação foi preenchida em um formulário próprio criado para registrar a contratação de carregadores. A preocupação em desenvolver um impresso específico para tal indica que esta era uma ação comum na casa comercial de Custódio Machado. O documento tem cinco páginas e apresenta os seguintes campos: "números", "nomes dos carregadores", "sobas", "sítios", "marcas", "número dos volumes", "quantidade", "volumes e suas qualidades" e "libras".³²⁶

Os campos assinalados informam que foram contratados carregadores vindos predominantemente de duas localidades: a de Luximbe, chefiada por Quissua (NDala Kissua), e a de Sanza, do soba Nhangá. A primeira região é considerada nos mapas étnicos coloniais como Bondo e a segunda, como Songo.

No formulário podemos conhecer os nomes de cada um dos carregadores - alguns são nomes portugueses como António, Matheus, Domingos, Chico e Thiago e outros estão em línguas locais, como Muhanda, Ngombe, Mbumba e Muhongo. Alguns deles estão repetidos, porém não parecem se referirem às mesmas pessoas.

No campo "volume e suas qualidades" é possível conhecer as mercadorias que a cada um deles cabia transportar para a expedição de Carvalho: pacote com 32 peças de riscado de segunda; pacote com 70 peças de fazenda de lei; pacote com 60 peças de xadrezes de 12 jardas; pacote com 220 macetes de cassungo, 4500 bagos de pedras listradas, 5 pacotes de coral apipado; 1 caixa com duas resmas de papel fino, 2 caixas de penas, 12 lápis, 2 livros carteiras, 1 par de sapatos de liga, 3 vidros de tinta, 1 botija dita, 2 globos para candeeiros, 17 kilos de tabaco, 40 maços de

³²⁶ MACHADO, Custódio. Relação dos noventa carregadores que n'esta data despacho com equal número de cargas c/ o risco da Expedição Portuguesa á Africa Central a entrega do Illmo. Exmo. Seu commandante da mesma para Mussumba. Malange, 18 de agosto de 1885. **Pasta Documento de despesa da expedição.** AHU SEMU DGU 1L ANG Cx. 1091. Manuela Cantinho publicou a imagem da primeira página deste documento em: PEREIRA, Maria Manuela Cantinho. In *Memoriam*. In: SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA. **Memória de um explorador.** A coleção Henrique de Carvalho da Sociedade de Geografia de Lisboa. Lisboa: SGL, 2012, p. 52.

cigarros da Cruz, 2 caixas mortilhas, 240 pilhas de tabaco da terra; 30 barris de pólvora; 18 armas etc.

Entre os dois grupos Bondo e Songo também foram contratados carregadores com a indicação de Manuel Ignacio.³²⁷ Originários da região de Malanje, seus nomes eram Augusto, Muzumbo, Antonio Manuel, João Capangalla (ou Capagala), Chico, Antonio e Canguia. E, ainda, do soba Mbango de Malanje, foram contratados Chico, Antonio, Canguia (ou Caguhia), Quissua (ou Guizuuua) e Gamboa.

Na última página da Relação aparecem os nomes dos carregadores que deveriam receber cargas somente no acampamento de Carvalho, que na época encontrava-se próximo ao rio Kwilu, para as levarem de lá até a Mussumba. Tanto estes, como os outros carregadores Songo do Sanza, eram liderados por Quiteca: "cabo dos carregadores do soba Nhangá do Sanza, que [ia] devoluto pago e raçoado como carregador (?) para guiar os filhos e responder por eles sempre que for necessario, representando assim o soba que os forneceu e affiançou".³²⁸

Esta Relação emitida por Custódio Machado é rica de informações a respeito do processo de contratação de carregadores entre sertanejos e chefias africanas.

Ela evidencia quais produtos eram necessários para que uma expedição ou caravana pudesse viajar na Lunda de forma a manter seu sustento. Demonstra que a composição de uma expedição ou de uma caravana era heterogênea, isto é, organizada com grupos de diferentes proveniências. A relação fornece ainda pistas para entender os vínculos de responsabilidade na contratação de trabalhadores: a existência de líderes, denominados cabos, que agiam em nome da autoridade política ou do soba que acordou e *afiançou* o contrato de trabalho dos seus subordinados.

A partir do relato e do diário de viagem de Henrique de Carvalho e, sobretudo, de algumas cartas do acervo documental da expedição podemos conhecer mais sobre a ocasião que produziu este documento.

³²⁷ Manuel Ignacio era cabo de carregador e um dos mais próximos a Carvalho, que sobre ele tinha a seguinte opinião: "fallava bem portuguez e era um sertanejo pratico". Cf.: CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 194.

³²⁸ MACHADO, Custódio. Relação dos noventa carregadores... **Pasta Documento de despesa da expedição.** AHU SEMU DGU 1L ANG Cx. 1091. [Grifo meu]

Em abril de 1885, após a retirada dos carregadores Shinje, no acampamento erguido na região do Kabau, o chefe da expedição tentou contratar alguns grupos de trabalhadores que habitavam próximo a região em que estava, como os muxaela, por exemplo.³²⁹ Sem sucesso algum, para prosseguir sua viagem resolveu então enviar de volta a Malanje Augusto Cesar, empregado português da expedição, junto com os cabos Manuel Ignácio e Gamboa e "mais três homens da escolha deles, ficando para os substituir no transporte de cargas, cinco quibessas [ajudantes de carregadores]".³³⁰

Antes da partida do grupo na madrugada do dia 18 de abril, todos que ficaram trataram de "fazer suas correspondências" para serem entregues por eles aos parentes e conhecidos de Malanje, "matou-se um dos tres bois [restantes] que se dividiu em rações" e distribuiu-se uma parte ao grupo para se alimentarem até a região do Kwangu. De lá em diante o grupo teria que se servir das "cartas de recomendação" que Carvalho lhes passou "para ter socorros no Lui e em Cafúxi".

Além de recrutar carregadores, o grupo devia entregar ao negociante Custódio Machado uma "requisição de diversos artigos", que o chefe da expedição julgava ser "de mais necessidade". Também foi endereçada uma carta ao chefe do concelho de Malanje para que este auxiliasse o sertanejo a obter os carregadores necessários para a expedição.³³¹

Em 19 de agosto, Carvalho anotou no seu diário:

4^a feira - Levantei-me cedo [...] Às 8 e meia principiaram a apparecer carregadores da nossa Expedição [...] Dia de galla no acampamento - abandeiraram a ponte, deram seus tiros, harmonico etc. Cousas d'elles que acceitei bem. Chegou tudo em boa ordem. Trouxeram cartas dos seus sobas, fazendo protestos de quererem agradar a S. Magestade. Prestou Augusto suas contas da despesa da viagem até aqui. Por causa de 3 doentes teve de admittir

³²⁹ Anteriormente tratei da recusa dos muxaela em seguir com a expedição até a Mussumba, pois queriam um maior pagamento do que o oferecido por Carvalho e não intencionavam seguir até a capital Lunda, mas até a região do Kamaxilo. RIBEIRO, Elaine. **Barganhando sobrevivências**..., 2013, p. 31-33.

³³⁰ Lembrando que o grupo europeu da expedição era composto pelo chefe, o major Henrique de Carvalho, pelo subchefe, o farmacêutico Agostinho Sisenando Marques, pelo ajudante, o capitão Manuel Sertório de Aguiar e, ainda, pelo empregado Augusto Cesar (ou Cezar). As nomenclaturas chefe, subchefe, ajudante e empregado português são de Henrique de Carvalho.

³³¹ CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 235-236.

3 carregadores no (Códia?). Deu-me seu itinerario para lá e para cá.³³²

A correspondência referida por Carvalho e mais duas outras recebidas por ele na ocasião esclarecem um pouco mais o processo de contratação destes carregadores pelo grupo que saiu quatro meses antes do acampamento no vale do Kamau.³³³

No total são cinco cartas, todas dirigidas a Henrique de Carvalho: do soba Nhangá ou Hanga; do soba Quissua Quiangongalla; do sobeta Quiteca ou Quitenga, o cabo dos trabalhadores songo; dos carregadores Caguhia, Gamboa, Guizuua e João Capagala e a do empregado Augusto Cezar, referida no capítulo anterior.³³⁴

O soba Hanga escreveu a Carvalho dizendo que assim que recebeu o pedido para fornecer homens de sua povoação para o transporte de cargas da expedição apresentou de imediato quarenta e cinco carregadores. Em troca do fornecimento, como presente, o negociante Custódio Machado entregou-lhe os seguintes artigos: duas peças de algodão, duas de riscados e uma chita. Para o soba a dádiva recebida havia sido insuficiente, "sem casaco e nem camisa ou chapéu de sol e isso conforme os números dos filhos fornecidos". Afirmou ainda que mesmo descontente forneceu "seus filhos, por ser soba vassalo da obediência de sua majestade".

³³² Nesta ocasião o acampamento da expedição estava montado nas margens do rio Kwengu. Ele foi transferido paulatinamente do Vale do Kamau pelos carregadores que permaneceram junto a Carvalho. Estes fizeram ao longo de quatro meses idas e vindas de um ponto a outro. Expedição Portuguesa ao Muatianvua. **Diário do ano de 1885**. Livro II. Anotações do dia 19/08/1885. 1152 SEMU DGU 1L Liv 1885 - Expedição Portuguesa ao Muatiãnvua - Diário Livro II Moç (sic). Com base no relato publicado tratei anteriormente sobre a chegada desta caravana no acampamento da expedição em: RIBEIRO, Elaine. **Barganhando sobrevivências...**, 2013, p. 260-261.

³³³ É importante observar que a Relação supracitada foi assinada por Custódio Machado em 18 de agosto de 1885, isto é, um dia antes do retorno do grupo liderado por Augusto Cezar ao acampamento junto ao rio Kwengu. Como o empregado não poderia estar de posse deste documento na ocasião para prestar conta a Carvalho, é provável que a Relação foi emitida com base na contabilidade do sertanejo em um momento posterior a data assinalada. Esta era uma prática dos comerciantes, que para obterem o pagamento por seus serviços e fornecimentos, emitiam posteriormente faturas ao governo geral em Luanda. A **Pasta Documento de despesa da expedição**. AHU SEMU DGU 1L ANG Cx. 1091, organizada pelos arquivistas do AHU, contém inúmeras faturas emitidas em datas diferentes por Custódio Machado e também por outras casas comerciais da região de Malanje e do Dondo.

³³⁴ Disponibilizo no final da tese a transcrição de todas as cartas referenciadas neste parágrafo, com os seguintes números 23, 25, 26, 27 e 28.

[illegible]

**Correspondência da
autoridade Songo,
Hanga, a Henrique de
Carvalho.³³⁵**

Quissua Guiagongalla, na sua carta, também afirmou ser "súdito soba da obediência De V. Exa." e por isso enviou sete carregadores e seu "filho Matheus como

³³⁵ Correspondência do soba Hanga a Henrique de Carvalho. Sanza, 22 de junho de 1885. **Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição.** AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

cabo de carregadores em lugar de guia das cargas da expedição", porém queixou-se do negociante Custódio Machado que deixou-lhe de entregar a dádiva devida.³³⁶

Se a evidência de rompimento de regras sociais pode iluminar o conhecimento histórico,³³⁷ neste caso, a reclamação das duas autoridades africanas a respeito do presente que receberam em troca de terem enviado seus "filhos" para o trabalho de transporte de cargas na expedição também é um indício que esclarece os procedimentos entre as autoridades e os comerciantes nas ocasiões de angariamento de carregadores, que na ocasião não foi devidamente cumprida na opinião das duas autoridades africanas.

Porque "havia algo de perigoso no ato de dar", já que se corria o risco de não ser aceito,³³⁸ era preciso conhecer as preferências para poder contentar as partes contratantes.

Por parte das autoridades africanas, havia preferência por determinados presentes em situações como esta: vestimentas, casacos, camisas, chapéus de sol, armas, pólvora, aguardente e determinados tipos de contas.³³⁹ Ao aceitarem as dádivas, as chefias tornavam-se *fiadoras* dos seus "filhos", isto é, se comprometiam garantir que o trabalho de transporte ocorresse sem interrupção e sem nenhum tipo de incidente, como roubos e perdas pela falta de cuidado com as cargas.³⁴⁰

³³⁶ Correspondência do soba Quissua Guiagongalla a Henrique de Carvalho. Ngonga Muquingi, 11 de agosto de 1885. **Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição.** AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

³³⁷ Ou se o "atípico pode servir para sondar as normas", como propõe E.P. Thompson em: *Folclore, antropologia e história social*. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio (org.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 238.

³³⁸ LANNA, Marcos. Nota sobre Marcel Mauss e o Ensaio sobre a Dádiva. **Revista de Sociologia Política**. n. 14, jun. 2000, p. 180.

³³⁹ A filial da Casa Comercial de Custódio Machado no Shinje, que estava sob a responsabilidade de José de Antonio de Vasconcellos, emitiu uma fatura no início do ano de 1885 a respeito de fornecimentos feitos à expedição de Carvalho. Nela constam pagamentos de carregadores e presentes às chefias locais. Entre peças de chitas, riscados e outros tecidos, na listagem dos presentes foi assinalado pólvoras, armas, fardas, chapelinhos, macetes de cassungo e canecas. Na ocasião, com este fornecimento Carvalho presenteou diretamente as autoridades locais. Cf.: Fatura da casa comercial de Custódio José de Sousa Machado, a cargo de José de Antonio de Vasconcellos. Conta do major Henrique Augusto Dias de Carvalho. (a) José Antonio de Vasconcellos, Quango, 16 de fevereiro de 1885. **Pasta Documentos de despesa da Expedição.** AHU SEMU DGU 1L ANG Cx. 1091.

³⁴⁰ As cartas que Lourenço G. dos Santos enviou a Carvalho em julho e setembro de 1884 dando conta de sua busca por carregadores para a expedição evidenciam que as autoridades das regiões Songo e Bondo preferiam aguardente e pólvora em vez de fazendas: "tudo para presentear os sobas que devem afiançar os carregadores". Outras dificuldades na contratação de carregadores era a "especialização de caminhos", alguns carregadores só transportavam cargas entre determinadas regiões e se recusavam ir para mais

Desta forma, era importante tanto para os contratadores, quanto para as chefias políticas ter entre os grupos de carregadores um líder, os chamados cabos na documentação portuguesa sobre a região da Lunda, que cuidasse e garantisse o bom andamento da viagem. Como vimos nas cartas dos dois sobas supracitadas, ambos enviaram como cabos homens próximos a eles para "guiarem os carregadores e as cargas".

O não cumprimento do contrato pelos carregadores poderia acarretar punição à autoridade que os afiançou. Na época de Carvalho, isso podia significar o encarceramento do fiador na cadeia de Malanje e, dependendo se o caso fosse considerado grave pelas autoridades lusas, encaminhado a Luanda para ser julgado na presença do governador-geral.

Algo que não ocorreu com Mona Sambo Mahango, por conta da retirada ("fuga" no linguajar de Carvalho) dos seus carregadores, porque na época - década de 1880 - a região da chefia shinje ainda não estava sob o controle dos portugueses.

Porém, com outros chamados "sobas" o resultado foi diferente.

Tão importante era o papel dos cabos para os próprios carregadores, que contavam com esta figura social para poder conseguir mais ganhos e reivindicar o que consideravam seus direitos. Neste sentido, a carta enviada pelo cabo Quiteca e a outra por Caguhia, Gamboa, Guizuua e João Capagala são registros escritos que evidenciam esta relação como também as demandas dos carregadores.

Quiteca ou sobeta Quitenga, cabo de carregadores, como o mesmo assinou na carta datada de Ngonga Muquingi, 11 de agosto de 1885, em nome dos carregadores, que haviam calculado o pagamento levando em consideração a distância entre Malanje e a Mussumba do Muatiânvua no Kalany, solicitou a Carvalho que revesse seus pagamentos, porque o que havia sido acordado entre o seu soba Nhangá e o comerciante Custódio Machado não estava ao seu contento, já que o "pagamento de nove pessoas sentou as mesmas pessoas [estavam] enganado".

longe, como no caso da expedição que ia até a mussumba no Kalany. Cf.: Correspondência de Lourenço Gonsalves dos Santos a Henrique de Carvalho. A primeira datada de Sanza, 26 de julho de 1884 e a segunda de NGio, 4 de setembro de 1884. **Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição.** AHU SEMU DGU IL ANG Cx.1092. Publicadas em: CARVALHO, H. Descrição..., 1890, vol. I, p. 348-349.

muito serviço de ter guiado os carregadores no gentio como o mesmo Sr. Augusto informará".³⁴²

Já a carta assinada por Caguhia, Gamboa, Guizuua e João Capagala, "carregadores e serventes de Henrique de Carvalho", era uma queixa. Incorporados anteriormente à expedição, os quatro trabalhadores foram enviados com Augusto Cesar de volta a Malanje. Gamboa era cabo de carregadores e na ocasião em que foi chamado por Carvalho para integrar a comitiva de Augusto Cesar pôde escolher três companheiros para o acompanhar.³⁴³

Na carta diziam que lhes era conveniente se queixarem do "Sr. Costódio" e do "Sr. Augusto", este último que no caminho, como patrão, "não os fez mal nenhum", porém na chegada em Malanje, quando foram lhe pedir o sustento, este só lhes entregou "quatro peças da jarda", o que para eles era pouco. Com o protesto dos quatro trabalhadores, Augusto Cesar foi queixar-se com o sertanejo Custódio Machado, que, por sua vez, "chegou areba [deles] com cacetadas e socos fortes sem motivo algum". Além da queixa, Caguhia, Gamboa, Guizuua e João Capagala avisaram Carvalho que se "algum dia quanto precisar mais com carregador ninguém mais terá de aceitar a dar com a V.Exa. visto ser o Sr. Augusto nos achar como todos para com os concordar a levar as cargas de V.Exa."

O fato é que no processo de contratação de carregadores para a expedição, quando esta se encontrava em território Shinje, em 1885, nenhum dos trabalhadores, assim como as autoridades políticas africanas, ficaram satisfeitos com os procedimentos de Augusto Cesar e especialmente do sertanejo Custódio Machado. O caso contrapõe o discurso de Carvalho que atribui méritos ao sertanejo como bom negociante e conhecedor das práticas do comércio de longa distância. Não é difícil reconhecer que os sertanejos abusavam dos seus trabalhadores, vide o caso da morte do escravizado de Silva Porto, mas conceder mérito a alguém como bom conhecedor do comércio praticado na região, nos termos de Carvalho, era conseguir evitar situações como estas.

³⁴² Podemos conhecer os nomes dos carregadores que enviaram a solicitação por escrito a Carvalho, por intermedio de Quiteca, na Relação de Custódio Machado. MACHADO, Custódio. Relação dos noventa carregadores... **Pasta Documento de despesa da expedição.** AHU SEMU DGU 1L ANG Cx. 1091.

³⁴³ CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 236.

Carta de Caguhia, Gamboa, Guizuua e João Capagala. ³⁴⁴

³⁴⁴ Ver no final a transcrição nº 27 da Correspondência de Caguhia, Gamboa, Guizuua e João Capagala a Henrique de Carvalho. [1885]. **Pasta Documentos de despesa da Expedição.** AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1091.

As duas cartas foram entendidas por quem as produziu como um meio de reivindicar seus direitos e cobrar os deveres dos seus patrões. Portanto, no período finissecular os trabalhadores do comércio de longa distância podiam - por escrito - reivindicar melhor remuneração e reclamar de maus-tratos.

Outro significado que as cartas trazem é o dos vínculos sociais e a responsabilidade dos patrões. Neste sentido, acredito que seja interessante analisar as palavras "pai", "mãe" e "filhos", que aparecem na correspondência e são comumente mencionadas na literatura antropológica quando se trata da linguagem do parentesco utilizada para referenciar as obrigações e reciprocidades entre os agentes.

Na sua carta, Quiteca afirmou que "os sudictos carregadores" de Carvalho lhe deram queixas porque ele era como "pai e mai dellez". Igualmente a autoridade Songo, o soba Nhangá, referiu-se aos carregadores como os seus filhos e a Quiteca como o seu irmão.³⁴⁵ Também na carta do soba NDalla Quissua Ndombo, dirigida ao capitão Sertório de Aguiar, em julho de 1884, foi mencionada a palavra "filhos" para se referir aos carregadores que a expedição poderia contratar para o transporte de cargas.³⁴⁶

O ambaquista Lourenço Bezerra ou Lufuma, na carta que enviou a Carvalho quando enviou o seu irmão António Bezerra de Lisboa para o trabalho da expedição como seu primeiro intérprete, também fez uso da palavra pai, mas para se referir ao major português, que deveria tratar Bezerra "bem pelo seu bom porte" e o perdoasse por qualquer coisa que fizesse e desagradasse o chefe da expedição, já que este seria o pai dele durante a viagem.

³⁴⁵ Correspondência do soba Hanga a Henrique de Carvalho. Sanza, 22 de junho de 1885. **Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição.** AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

³⁴⁶ Ndala Kisua Ndombo era o chefe maior dos bondos. Por exemplo, Ndala Kisua Guiangongalla, da carta supracitada, que também afirmou enviar seu "filho" Mateus para cabo de carregadores, era seu subordinado político. Na carta a Sertório de Aguiar, Ndombo autoriza a construção nas suas terras de um fundo para os viajantes, chamado por Carvalho de Estação Ferreira do Amaral, e agradece o presente recebido "uma pessa de chita, um barril de pólvora, e (3) três botijas com agoa-ardente". Ver no final da tese a transcrição nº 6 da Correspondência do Sobba NDalla Quissua Ndombo ao Tenente Ajudante Aguiar, datada da Banza, 28 de julho de 1884. **Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição.** AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092. Carta publicada em: CARVALHO, H. Descrição..., 1890, vol. I, p. 349 e HEINTZE, Beatrix. A lusofonia no interior da África Central na era pré-colonial. Um contributo para a sua história e compreensão na actualidade. **Cadernos de Estudos Africanos.** v. 67, 2005, p. 197-198.

Carianga 11 de Novembro de 1884
 Sr. Henriques Augusto H. de Carvalho
 Em viagem

Segue o den. entregue m.º Henriques Augusto H. de Carvalho p. a distincta f.º com
 de contrato de N.º 100, e' elle n.º disparar saber a tena
 da Lunda, e' p. a N.º 100, q' the atrate bem pelo
 seu bom porte. — Avenido a N.º 100 perdua-lo p.º
 quando um q' f.º q' N.º 100 derai f.º de f.º, e perdua-lo f.º
 Umora q' houve, em consequencia de grave
 enfermidade q' o den. impregado teve, ogle
 ja' the avosei a' mais tempo, q' duas vezes. —

Remino a N.º 100 a boa viagem, e' bom rep.º
 de viagem e' boa com f.º de saude. Bem
 D.º H. de Carvalho
 Sr. Att. Am.º ob.º Lourenço Bezerra
 Lourenço Bezerra Com Pinto

M.º Henriques Augusto
 Henriques Augusto H. de Carvalho
 Chap. da N.º 100 p.º de f.º de f.º
 Central de f.º de f.º

Correspondência de
 Lufuma (Lourenço
 Bezerra) a Henrique de
 Carvalho³⁴⁷

³⁴⁷ Lourenço Bezerra, mais conhecido por Lufuma, foi o ambaquista que viveu nos anos de 1860 na mussumba de Chimane do muatiânvua Muteba e ali estabeleceu uma colônia ambaquista. Ver no final a transcrição nº 3 da Correspondência de Lourenço Bezerra a Henrique de Carvalho. Carianga, 11 de novembro de 1884. **Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição.** AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092. Também publicado em: PEREIRA, Maria Manuela Cantinho. In: *Memoriam*. In: SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA. **Memória de um explorador**. A coleção Henrique de Carvalho da Sociedade de Geografia de Lisboa. Lisboa: SGL, 2012, p. 50.

A palavra pai era interpretada por Carvalho a partir do seu pensamento paternalista.

Tentando relativizar o seu discurso, no trabalho de mestrado, sobre os Loandas como grupo principal de trabalhadores da Expedição Portuguesa ao Muatiânvua, examinei o significado da figura do major português como chefe da expedição.

Por meio dos diferentes fragmentos da obra publicada que tratavam de Carvalho como angana ou muata majolo (senhor major) e os loandas como filhos de muene puto, na época considerei que esta relação se devia a "um sentimento de unidade grupal em torno de um objetivo que passou a ser comum aos envolvidos: chegar a mussumba do Muatiânvua, visto que sendo todos voluntários [numa reafirmação do que estava escrito no contrato de trabalho dos loandas], iriam com o angana majolo, porque lá ele queria ir".³⁴⁸

Portanto, os loandas a partir do vínculo social concretizado - *também* com contrato escrito - afirmaram o seu compromisso com Carvalho. Escrevo "também" porque a dimensão oral não se perdia nesta situação.

Porém, impõe-se agora analisar relações semelhantes, mas sob o prisma dos "subalternos", isto é, sob as expectativas dos carregadores quanto ao benefício que poderiam obter a partir dos vínculos sociais engendrados por aqueles que lhes eram política e socialmente superiores.

Porque se entre as autoridades lusas e africanas os acordos realizados podiam significar alianças, - mesmo que cada parte tivesse "entendimento distinto do ajuste a que haviam chegado", como analisa Alberto da Costa e Silva³⁴⁹ para os carregadores significavam responsabilidade da parte de quem os empregavam de cuidar da manutenção de suas vidas, desde remunerando-os devidamente até não

³⁴⁸ RIBEIRO, Elaine. **Barganhando sobrevivências...**, 2013, p. 240. Sobre a fala dos loandas, ver: CARVALHO, H. Descrição..., 1894, vol. IV, p. 11.

³⁴⁹ COSTA E SILVA, Alberto da. Apresentação. In: RIBEIRO, Alexandre Vieira; SOARES, Mariza de Carvalho e WANDERLEY, Regina. **Inventário Sumário Projeto Arquivo Digital Angola-Brasil - PADAB**. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB.

os deixando à mercê de feitiços, como ocorreu com os carregadores shinje que entenderam que a expedição e suas cargas estavam enfeitiçadas.

De outra parte, assim como as chefias africanas deviam afiançar o trabalho de seus "filhos", isto é, garantir que seus subordinados políticos cumprissem o acordo realizado com os contratadores, estes mesmos contratadores deviam lhes pagar pela eventual perda da vida de seus filhos, que lhe eram garantia de seu estatuto político.

E estes últimos - os trabalhadores -, por conhecerem a regra social, que chamo aqui de vínculo social de responsabilidade, reivindicavam os seus direitos, assim como fariam com suas chefias, pois prosperidade, fortuna ou ventura devia ser um predicado do "pai" para que pudesse cuidar bem dos seus "filhos".³⁵⁰

Desta forma, é possível entender o caso dos carregadores shinje, que mesmo com as frequentes ameaças de Carvalho de enviar alguém para reclamar à sua mãe, Mona Sambo Mahango, os seus "maus procedimentos", os mesmos, já no seu limite de aceitação das ocorrências ao longo da viagem, acabaram por se retirar dos trabalhos da expedição.

Caso semelhante ocorreu com os carregadores do Songo, liderados por Quiteca.

Quiteca, o cabo dos carregadores Songo. ³⁵¹

³⁵⁰ Num sentido parecido ao proposto por: CRAEMER, Willy; VANSINA, Jan e FOX, Renée. Religious Movements in Central Africa: a theoretical study. **Comparative Studies in Society and History**. v. 18, n.4, p. 458-475, 1976.

³⁵¹ Podemos conhecer a impressão de Carvalho sobre Quiteca a partir de sua legenda manuscrita para a fotografia feita pelo capitão Sertório de Aguiar: "É Songo irmão d'um soba que acompanhou nossa comitiva de carregadores. Maus typos. Este o indica, muito hypocrita covarde e ladrão. Deste e dos seus companheiros, a Expedição muito tem a contar". Para o texto da legenda e a fotografia de Quiteca, ver:

Várias foram as reclamações do chefe e do subchefe da expedição a respeito dos carregadores Songo. Eles foram acusados de incitarem greves nos caminhos³⁵² e de roubarem as cargas da expedição.³⁵³

Por fim, foram punidos por Carvalho, que estabeleceu as seguintes condições para que não fossem "amarrados" e "seu soba" enviado a Luanda preso: 1. "toda a fazenda e qualquer artigo" que algum deles tivesse seria considerado a partir de então "como pertença da Expedição". Compreendia isto "tudo: armas, sal, missangas, pólvora, borracha ou escravos que tinham ou viessem a ter". 2. deveriam acompanhar a expedição até a Mussumba e voltar com ela até Luanda (isto é, ir além

Álbum da Expedição Portuguesa ao Muatiânvua. Disponível em: <http://henriquedecarvalho.bnportugal.pt/fotos/foto127.htm> e http://henriquedecarvalho.bnportugal.pt/legendas/ea-95-p_0080_76_t24-C-R0150.jpg Acesso em: outubro de 2015.

³⁵² "Ao nosso serviço estavam uns noventa carregadores ma-songos, chegados em agosto (...) Não sabiam receber ordens, nem conheciam a obediência; portanto, só se marchava quanto estes figurões queriam, ou então só depois de terem esgotado ao chefe da expedição os últimos restos de paciência, se resolviam, como por graça especial, a metter-se a caminho (...) Despontou a aurora de quinta-feira, 1º dia de outubro [de 1885]; madrugada amena, de céu desanuviado, fresca, bella; e aprompto-me para marchar. Mas, oh desilusão! Lá vejo ao longe, junto a uma cubata, o Quiteca, chefe dos carregadores masongos (...) fitando o céu, observando os astros! (...) já elle estava ao pé de mim, dando pane que tinha tres homens doentes e os outros cansados da marcha da vespera; portanto, que não podíamos partir. Não me zanguei; respondi: - não tem dúvida; o commandante está a chegar aqui, vosmecês ficam acompanhados de um soldado para os vigiar e eu sigo com a outra gente. Loanda, Malanges e soldados, gritei, a caminho, vamo-nos embora. - Não podemos, senhor, adoeceu o velho [loanda] Matheus, e não ha de ficar abandonado no mato, respondeu uma voz do grupo. - Pouco me importa. Matheus não fica só; acompanham-no os masongos e as praças 49 e 90, disse eu. Rosna-se e manifesta-se descontentamento. Ouve-se a voz de João Capangalla, tolo, mas atrevido: - A gente, senhor, não póde deixar o nosso pae Matheus, é o nosso velho! - Gente de Malange, tentei eu ainda, vossês que são os melhores, em que sempre deposei confiança, acompanhem-me! Não pegou a cantiga. Falla Negrão (...): - Senhor, um dos meus filhos está com uma ferida de peste na perna; e também a gente de Loanda não ha de ficar aqui sósinha, porque não conhece o povo d'este sitio, e os masongos não são boa gente. Tenha paciência, espere para amanhã. - Vossês aqui todos reunidos, e uma metralhadora alem, n'aquella montanha, era como eu me vingava... Foram estas as minhas últimas palavras, e recolhi-me á minha tenda, metti os dedos por entre os cabellos, puxei-os com força, e não sei como os não arraquei todos'. MARQUES, Agostinho Sisenando. Os climas e as produções das terras de Malange à Lunda..., 1889, p. 378 e 389-390.

³⁵³ "... havia prevenido Quiteca que havia roubos nas fazendas e polvora o que elle negava - e também nas caixas, linhas, taxas e outras couzas -; e por isso queria a entrega das cargas amanhã uma por uma o que elle annuira - porem vendo isto mandei armar soldados e Luandas e revista ás cubatas dos massongos - poucas eram talvez - umas 20, o que me faz crêr a maior parte dos roubos já escondidos - Ordem de se apprehender tudo ate o que se conhecesse ser carga particular, sal e armas. Fez-se boa colheita com admiração dos circunstantes, chegando os nossos a darem pauladas e espadeiradas porque elles em principio queriam offerecer resistência - Não quiz hoje amarrar nenhum, nem tão pouco alguma borracha que já encontrei; attendendo a que vem no caminho as cargas do Caianvo e com gente d'elles e povos meus para guardas. No entanto, preveni Quiteca que elle ficava de refens (sic) até apparecerem todos os seus com os roubos; pois elle bem sabia que era o responsável por tudo - até papel pautado, cargas da (?) etc. Pannos já feitos e debruados etc. etc. Ameaceios que pagariam em Malanje e aqui mesmo não tinha duvida de os entregar ao Muatianvua". Expedição Portuguesa ao Muatianvua. **Diário do anno de 1885.** Livro II. Anotações do dia 13/10/1885. 1152 SEMU DGU 1L Liv 1885 - Expedição Portuguesa ao Muatiânvua - Diário Livro II Moç (sic)

de suas terras no sentido do litoral Atlântico) "sem mais vencimento e rações o equivalente a 4 jardas para 8 dias". 3. quando a expedição estivesse acampada, os songo deveriam "trabalhar na construção de casas, busca de materiais e limpeza da Estação sem que por isso tivessem outros vencimentos". 4. quando recebessem cargas para transportarem teriam testemunhas que inspecionariam as muhambas para verificar se havia faltas. Em caso de as haver, seriam "logo amarrados". 5. se faltassem "a qualquer destas condições", Carvalho escreveria a Malanje para que "os sobas a quem pertencesse o criminoso ser mandado para Luanda e lá sofrer o castigo que o Governador de Angola entender". Por fim, todas estas condições deveriam, após serem entendidas e aceitas pelos carregadores songo, escritas "n'um papel na presença de todos".³⁵⁴

Depois de terem construído a casa, que Carvalho chamou de Estação Luciano Cordeiro, erguida nas terras do Kaungula do Lóvua, e aberto estradas ao redor dela, os carregadores Songo com seus agregados fugiram da expedição.³⁵⁵ Provavelmente, a decisão de deixar a expedição ocorreu após jimbularem (conversarem) e avaliarem sua situação, e ela foi tomada mesmo que provocasse a punição ao soba que afiançou o seu trabalho.³⁵⁶

Esta decisão dos Songo não é muito difícil de compreender. Os maus tratos de Marques eram recorrentes e provocava rejeições nos carregadores, tanto que certa vez ameaçaram fazer greve para não ir com ele.

Constando-nos de tarde que os novos carregadores de Malanje e parte dos antigos se dispunham no dia seguinte a fazer greve para não partirem sob o commando do sub-chefe, allegando que só queriam andar com o chefe, mandámos chamar Augusto Jayme, os cabos António, Quiteca, Negrão, e o Manuel Ignacio que viera com os novos carregadores, e conseguimos convencê-los a fazer com

³⁵⁴ Não consegui encontrar este Auto, como Carvalho chamou o papel escrito, no espólio da Expedição que está sob a guarda do AHU. Expedição Portuguesa ao Muatianvua. **Diário do anno de 1885**. Livro II. Anotações do dia 02/11/1885. 1152 SEMU DGU 1L Liv 1885 - Expedição Portuguesa ao Muatiãnvua - Diário Livro II Moç (sic)

³⁵⁵ Ver a planta topográfica da Estação Luciano Cordeiro e das estradas abertas em CARVALHO, H. Descrição..., vol. II, 1892, entre as p. 672-673. A informação sobre a fuga dos carregadores songo encontra-se no mesmo volume da Descrição, nas p. 714-715.

³⁵⁶ Segundo informação do chefe do concelho de Malanje em carta dirigida a Carvalho, em 29 de dezembro de 1885, o "soba Nhang-a-Tumba", fiador dos carregadores songo, foi preso na cadeia em virtude dos seus "filhos" terem "fugido, abandonando as cargas e roubando uma parte das mesmas". Ver no final a transcrição nº 47 da Correspondência de Antonio José Machado, chefe do concelho de Malanje, a Henrique de Carvalho. Malanje, 29 de dezembro de 1885. **Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição**. AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

que os seus rapazes avançassem sob o commando do sub-chefe até ao Caianvo, onde os de Quiteca ficariam passando todas as cargas para a margem de Cuílo, vindo os antigos carregadores buscar-nos e as cargas que por ventura ainda restassem.³⁵⁷

Provavelmente um dado importante na avaliação dos carregadores, que os ajudou a tomar a decisão de deixarem o trabalho da Expedição, foi a consciência de sua situação de trabalhadores forçados imposta pelas condições de Henrique de Carvalho.

Vivendo em uma região à oeste do rio Kwangu, isto é, próxima a colônia angolana, aos Songo não era indiferente a condição dos libertos que, ainda no contexto finissecular, experienciavam um cotidiano escravizado: forçados a trabalhar nas chamadas "obras públicas", aberturas de estradas e obras de construção de ferrovias, e nos empreendimentos de particulares que havia aumentado desde a segunda metade do XIX, tais como as fazendas produtoras de café da região do Cazengo. Além do mais, era conhecida a situação dos carregadores sob contrato que circulavam nas regiões entre o litoral luandense, Mbaka e demais regiões ao longo do rio Kwanza. Estes sofriam maus tratos dos chefes de concelho, sendo por muitas vezes alibambados como os escravizados nos tempos do tráfico atlântico.³⁵⁸

Enfim, aos olhos dos trabalhadores Songo, as condições impostas por Carvalho não fugiam de algumas más situações que sabiam existir. Além disso, estas mesmas condições evidenciam a ambiguidade do discurso abolicionista de Carvalho, que chegou a combater as acusações de outros europeus de que os portugueses

³⁵⁷ A Expedição tomou como prática se dividir em seções lideradas por Henrique de Carvalho, Sisenando Marques e Sertório de Aguiar, respectivamente, chefe, subchefe e ajudante. CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 507-508. Em 30 de novembro de 1885, também os Loandas ameaçaram fazer greve por não quererem acompanhar Aguiar. Expedição Portuguesa ao Muatianvua. **Diário do ano de 1885**. Livro II. Anotações do dia 30/11/1885. 1152 SEMU DGU 1L Liv 1885 - Expedição Portuguesa ao Muatiânvua - Diário Livro II Moç (sic) e CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 751-752.

³⁵⁸ Tratei de maneira pormenorizada do processo de escravização e do recrutamento forçado como métodos violentos que caminharam *pari passu* ao longo do século XIX em: RIBEIRO, Elaine. Controle da mão de obra africana e administração colonial: faces convergentes da política portuguesa oitocentista. **Barganhando sobrevivências...**, 2013, p. 49-93.

promoviam escravização de africanos mesmo depois de promulgarem leis abolicionistas.³⁵⁹

O fato era que a própria expedição mantinha gente nesta situação. Chamados de "muleques e mulecas", muitos deles foram presenteados por chefias africanas a Carvalho e a outros membros da expedição, inclusive aos carregadores.

Não me consta, após a análise da documentação referente a expedição, que além do sustento diário,³⁶⁰ a chefia lhes remunerasse por seu trabalho. Estes foram os casos de Henriqueta³⁶¹ e de Manuel, o "rapazito" ofertado pelo quilolo de

³⁵⁹ Conforme já mencionei no capítulo anterior, o expedicionário chegou a escrever cartas ao rei Belga sobre esta questão. Estas cartas foram publicadas no século XX pelo filho do major português em: CARVALHO, João Augusto de Noronha Dias (org.) **Henrique de Carvalho e a escravatura**. Lisboa: Serviços gráficos da Liga dos Combatentes, 1987.

³⁶⁰ Isto quando não ocorria o contrário: nas vezes que os trabalhadores da expedição, porque sabiam fazer, ajudavam no sustento dos exploradores. Como nos casos dos caçadores, que tratei no primeiro capítulo da tese, e no de Henriqueta, como se poderá ler na próxima nota de rodapé.

³⁶¹ Não constatei em nenhum dos escritos produzidos pelos integrantes da expedição aos quais tive acesso que Henriqueta recebesse remuneração por seu trabalho, que apesar da linguagem abjeta de Marques, teve suas tarefas diárias descritas por ele. Porém, mesmo sem obter remuneração, Henriqueta conseguiu alcançar algum pecúlio: "missangas que pediu a Carvalho para guardar". CARVALHO, H. Descrição..., vol. III, 1893, p. 703. Sobre Henriqueta, escreveu Marques: "Os carregadores não tinham nada. Sertorio de Aguiar, creio que tinha alguns bombós, e eu tinha um bocado de mandioca, devido á dedicação de uma servente. A minha creada Henriqueta, uma selvagem conhecedora do sertão, contando que não longe viriam ainda dias para mim de mais rigorosa abstinencia, foi nas horas vagas aproveitando o tempo para, á custa de muitas privações, organizar uma despesa provida de um só genero, mas que me seria de grande recurso quando fosse affrontado com essa epocha ainda mais calamitosa. Henriqueta tinha um olfato finissimo. Onde lhe cheirava campo de mandiocas lá estava caída, com a enxada para a exploração e um cacete para o que pudesse e viesse. Se não estava ninguem na propriedade, entrava-lhe como em paiz conquistado, fazia honestamente um roubosito soffrível e retirava-se socegada sem que ninguem a incomodasse. Se porém estava o dono e era lorpa, ella, uma grande labia, convencia-o a que Mueneputo tinha direito a compartilhar com elle nos productos da sua propriedade; mas se, o homem das mandiocas era refilão e não se deixava adormecer com palavriados, eram ellas no caso sujeito, disputadas a muito socco e cacetada, mas não me voltava ao acampamento sem trazer, pelo menos, duas ou tres raizes, que rasurava, espremia e seccava, ou finalmente que reduzia a farinha. Com este convincente systema de se apropriar do alheio, que lhe custou muita lambada dos indigenas seus patrícios, a que Henriqueta correspondia com todo o denodo, pagando-lh'es em valentes murros e bordoadas de cego com um pequeno tira-teimas de rija madeira, consegui tornar-me possuidor de duas latas de farinha, cujo peso devia regular por 10 kilogrammas. Era um recurso importante que bem administrado me daria, na quantidade de 200 grammas, alimentação para cincoenta dias ou vinte e cinco arranchado com o major Carvalho. Esta mulher prestou-me serviços importantes. Quantas vezes aconteceu, e quão vulgar foi na retirada, quando ao meio dia, ao descansar de uma fatigante marcha de 5 ou 6 leguas, ainda mal tinhamos armado nossas tendas, todos extenuados de fadiga, já ella com o suor ainda não enxuto, atirava comsigo ao primeiro riacho que se lhe deparava, e aqui com agua até ao pescoço, por largo tempo em lucta com a corrente, pescava alguns pequenitos peixes com que me fazia uma escassa refeição. Como nem sempre a provisão de peixe era certa, alongava, na alternativa, as suas excursões até onde pudesse encontrar uma espiga de milho, uma raiz de mandioca ou um punhado de ginguba com que voltava ao acampamento, para depois de assados ou cozidos me offerecer". MARQUES, Agostinho Sisenando. Os climas e as producções das terras de Malange à Lunda..., 1889, p. 687-689.

muatiânvua N'zovo,³⁶² que trabalharam para expedição quase o tempo completo de sua duração.

Henriqueta³⁶³

Manuel³⁶⁴

³⁶² "O rapazinho ficou a cargo do ajudante que encarregou Fernando, bom mestre de cozinha, de ensinar-lhe a arte culinária, e baptisámo-lo com o nome de Manuel. (...) e ainda se vestiu o pequeno Manuel, contemplando-se também o seu mestre Fernando". CARVALHO, H. Descrição..., vol. II, 1892, p. 104.

³⁶³ Na legenda manuscrita de Carvalho para a fotografia de Henriqueta encontramos a seguinte informação: "A mulher que está no primeiro lugar deste quadro foi mandada de presente ao Chefe da Expedição ainda em Malange pelo Cacuáta Muzooli. Acompanhou a Expedição e está hoje proprietária em Malange onde foi baptizada com o nome de Henriqueta". **Álbum da Expedição Portuguesa ao Muatiânvua**. Disponível em: <http://henriquedecarvalho.bnportugal.pt/fotos/foto112.htm> e http://henriquedecarvalho.bnportugal.pt/legendas/ea-95-p_0072_68_t24-C-R0150.jpg Acesso em: outubro de 2015.

³⁶⁴ Manuel foi fotografado duas vezes por Sertório de Aguiar. A legenda da fotografia apresentada informa o seguinte: "É um rapaz das margens de Unhamba que veio para a Expedição de mando d'um quilolo do muatianvua Nzovo. Lá foi empregado no serviço da cosinha e nesta qualidade ficou a soldada empregado

Rebeldes? submissos? Poderíamos enquadrar shinje e songo na primeira categoria e Henriqueta e Manuel na segunda? Uns por não aceitarem sua situação e terem se retirado e outros, permanecido? Não seria mais proveitoso neste sentido questionarmos, sob o prisma dos trabalhadores, a responsabilidade de Carvalho, já que a contraiu no momento que concretizou um vínculo social com eles?³⁶⁵

Se os tratados políticos realizados com as chefias africanas por agentes das nações imperialistas europeias serviram para "comprovar direitos de ocupação" em fins do século XIX, os papéis escritos analisados neste capítulo também assumiram uma dimensão própria e serviram para evidenciar que a mesma escrita, no mesmo contexto finissecular, sofreu um processo de interferência, "uma desescrita", como propôs Manuel Rui, na epígrafe deste capítulo.

Apropriada de maneira consciente e criativa, os papelinhos, as cartinhas, enfim, as mukanda, servem-nos, atualmente, como fontes historiográficas das ações de grupos de homens, mulheres e crianças que levaram suas vidas em caravanas. Estas mesmas fontes que não perderam a dimensão da oralidade. Nas palavras de Ana Paula Tavares,

O paradigma escrito versus oral, pilar fundador da historiografia ocidental, exige uma reflexão renovadora quando se torna evidente que as fontes orais permaneceram no tecido da escrita, ao mesmo

n'uma casa em Loanda. Hoje já não é a creança que representa a photographia". A legenda da segunda fotografia, que não apresento aqui, tem o seguinte texto: "Este rapaz teria os seus 12 annos foi mandado de presente pelo quilolo de muatianvua Nzovo a Muene Puto, como signal de sua amizade e de reprovar o mau procedimento que tiveram os rapazes do seu povo com os soldados de Muene Puto. Andou no serviço de cosinha com a Expedição e regressando a Loanda teve a sua liberdade e lá está servindo n'uma casa onde é muito estimado". **Álbum da Expedição Portuguesa ao Muatiânvua**. Disponível em: <http://henriquedecarvalho.bnportugal.pt/fotos/foto006.htm>; http://henriquedecarvalho.bnportugal.pt/legendas/ea-95-p_0010_6_t24-C-R0150.jpg; <http://henriquedecarvalho.bnportugal.pt/fotos/foto267.htm>; http://henriquedecarvalho.bnportugal.pt/legendas/ea-95-p_0182_178_t24-C-R015.jpg Acesso em: outubro de 2015.

³⁶⁵ Com Cristina Wissenbach aprendi que "a reordenação das relações numa perspectiva de mutuabilidade de deveres e direitos entre [trabalhadores e patrões] e a reafirmação de valores no relacionamento entre iguais são objetivos colocados às lutas individuais ou coletivas (...) a interpretação histórica dos comportamentos [dos trabalhadores] deixa transparecer feições mais complexas e uma renovada positividade. (...) Afinal, sobreviver tem significados e dimensões multivariadas". WISSENBAACH, M. C. C. **Sonhos africanos, vivências ladinas**. Escravos e forros em São Paulo (1850-1880). 2ª edição. São Paulo: Editora Hucitec, 2009, p. 32.

tempo que os protocolos da técnica da escrita, uma vez conhecidos, passaram a enformar o território da oralidade.³⁶⁶

Mais que isso, diminuíram a minha pretensão em dizer que preciso, por meio dos interstícios dos escritos coloniais, "dar a voz" aos agentes históricos que escolhi estudar.

No próximo capítulo, analisarei os diferentes usos dos objetos do comércio internacional pelas populações da Lunda, especialmente pelos grupos de carregadores que circulavam por esta região da África centro-ocidental.

Entre estes objetos, observarei o significado da materialidade do papel escrito. Assim, acredito que poderei aprofundar o entendimento sobre a forma como os carregadores se apropriaram criativamente destes diferentes materiais, o que, por sua vez, permite o conhecimento daquilo que Jill Dias chamou de "sentido subjetivo da diferença".

³⁶⁶ TAVARES, Ana Paula. **História e Memória**: estudo sobre as sociedades Lunda e Cokwe de Angola. Lisboa, 2009. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, p. 31.

CAPÍTULO 4 – EVIDENCIANDO SOCIABILIDADES POR MEIO DOS “OBJETOS EM VIAGEM”³⁶⁷

“Objetos em viagem” é o título do artigo de Joaquim Pais de Brito, diretor do Museu Nacional de Etnologia de Portugal, publicado no catálogo **Na presença dos espíritos: arte africana no Museu Nacional de Etnologia**. A publicação refere-se à exposição de mesmo nome organizada pelo Museum for African Art, de Nova York, em colaboração com a instituição portuguesa, no ano de 2000.³⁶⁸

No artigo nos é apresentado um histórico da constituição do acervo, com destaque para a origem das peças (relacionada às experiências colonizadoras dos portugueses em diferentes regiões africanas e asiáticas) e para o “percurso de aprendizagem e aproximação crítica” a esses objetos: desde os primeiros trabalhos de antropólogos portugueses, como os da equipe de Jorge Dias, aos catálogos de sucessivas exposições, nos quais foram publicados estudos de especialistas como a belga Marie-Louise Bastin.

Por conseguinte, no argumento do diretor, as “viagens desses objetos”, a partir da sua aquisição (recolhas, compras, doações e transferências entre instituições) e dos empréstimos para exposições, produziram um conhecimento sobre eles próprios e sobre suas sociedades de proveniência.

A tese do movimento destas peças, que viajaram e produziram conhecimento, despertou o meu interesse em investigar a possibilidade de os objetos fornecerem *evidências* a respeito do trânsito de pessoas e da circulação social de bens na Lunda.

³⁶⁷ Importante é assinalar que os objetos que trago para análise, sejam eles encarados como objetos de arte, por serem belos ou esteticamente aceitáveis aos olhos de quem lhes conferem valor artístico, sejam aceitos como artefatos etnológicos por serem entendidos como expressões de uma sociedade, serão por mim compreendidos como fontes materiais da história dos Songo, Shinje, Lunda e Cokwe e que necessitam ser investigados à luz de métodos historiográficos. A consciência da importância dessa observação vem da leitura do artigo de Alfred Gell, *A rede de Vogel: armadilhas como obras de arte e obras de arte como armadilhas*. **Arte e Ensaios**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Rio de Janeiro: Escola de Belas Artes da UFRJ, ano 8, n. 8, p. 174-191, 2001.

³⁶⁸ BRITO, Joaquim Pais de. *Objectos em Viagem*. In: HERREMAN, Frank (ed.) **Na presença dos espíritos**. Arte africana do Museu Nacional de Etnologia, Lisboa. New York: Museum for African Art, Snoeck-Ducaju, 2000, p. 13-15.

Há algum tempo que os historiadores vêm refletindo sobre as evidências como *pistas* na produção historiográfica. Na impossibilidade do acesso direto à realidade passada, as evidências como produto das ações humanas, intencionais ou não, podem fornecer uma compreensão histórica desse passado.³⁶⁹

A primeira observação a se fazer é que muitas destas peças chegaram até nós pela ação de grupos de homens, mulheres e crianças que as carregaram nos seus ombros acondicionadas nas suas muhambas.³⁷⁰ Elas foram produzidas com os materiais locais e também com os artigos europeus, como as miçangas, os tecidos, as tachas de latão, os crucifixos, entre outros, trocados pelas "matérias-primas" produzidas pelas sociedades africanas e transportadas pelos carregadores.

Desta forma, pretendo neste capítulo discutir a importância destes artigos do comércio internacional para as sociedades da Lunda. Defendo a ideia de que entender a demanda por determinados produtos auxilia na compreensão daquilo que Jill Dias chamou de "sentido subjetivo da diferença":

Parece evidente que, no século XIX, esses povos integravam uma multiplicidade de identidades culturais e políticas produzida historicamente a partir de especializações ecológicas e de contactos milenários entre as populações espalhadas nas savanas da África Central. Aproveitando-se da facilidade de movimento, quer na savana, quer nas margens da floresta mais a leste, essas populações desenvolveram correntes migratórias em resposta às oportunidades fornecidas pelo comércio, pela proteção política ou pelas alianças matrimoniais. Por um lado, a partilha e o intercâmbio de ideias e comportamentos resultantes desses movimentos populacionais teriam contribuído para reforçar as semelhanças ligando comunidades amplamente separadas e dispersas no meio de espaços vazios. Mas, por outro lado, a interação histórica entre grupos fortemente diferenciados e desiguais em termos dos recursos económicos ou das suas estruturas demográficas ou políticas teria provocado a afirmação de uma multiplicidade de identidades culturais distintas cujo sentido subjectivo de diferença - às vezes quase imperceptível ao observador estrangeiro - exprimiam-se através da sua cultura material, língua, adornos, corporais, ou mitos de fundação...³⁷¹

³⁶⁹ Cf.: GINZBURG, Carlo. Controlando a evidência: o juiz e o historiador. In: NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogerio Forastieri. **Nova História em Perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2011, volume 1, p. 348.

³⁷⁰ Assim como a documentação produzida por expedicionários, missionários, administradores, militares e comerciantes e que hoje está sob a guarda de arquivos e bibliotecas.

³⁷¹ DIAS, Jill. Caçadores, artesãos, comerciantes, guerreiros: os Cokwe em perspectiva histórica. In: SILVA, A. e GONÇALVES, A. (orgs.) **A antropologia dos Tshokwe e povos aparentados**. Porto:

Início tomando para análise algumas peças publicadas no supracitado catálogo **Na presença dos espíritos**. A primeira evidência é de que foram produzidas por mãos hábeis capazes de dar formas específicas a partir de um conhecimento especializado, um saber fazer sobre a manipulação de determinados materiais, como a madeira, o marfim, as fibras vegetais, entre outros.

Vejamos a estatueta que representa um homem montado em um boi. A peça contém em si mesma uma ideia de movimento.

Estatueta. Songo, Malange, Angola.³⁷²

Estudioso da arte dos povos da África central, sobre a estatueta de figura equestre, Manuel Jórdan confirma a interpretação habitual “do comerciante montado no boi-cavalo”. Como uma representação do século XIX, a escultura “reflete o estatuto do seu proprietário, indiciando a sua participação no comércio entre a costa e o interior”. Classificando a proveniência étnica da peça como Songo, Jórdan

Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003, p. 21. [grifo meu]

³⁷² Em madeira, altura 23 cm. Cf.: HERREMAN, Frank (ed.) **Na presença dos espíritos ...**, 2000, CAT. 63, p. 91.

afirma ainda não ter certeza sobre o envolvimento direto dessa etnia nos “empreendimentos comerciais longínquos” ou se esse envolvimento pode ter ocorrido por meio da cobrança de impostos aos comerciantes que passavam por seus territórios.

Importante para Jórdan é que essas esculturas, representando negociantes geralmente ladeados por figuras de pássaros (*kajiya*) e de corpo humano enquadrado (*nzambi*), produzem uma imagem de poder ligada às autoridades africanas e por isso podem ser encontradas em tesouros de estado e em santuários de ancestrais.³⁷³

Não obstante a incerteza de Jórdan, acredito que podemos com base em uma bibliografia especializada e em documentos produzidos por agentes portugueses conjecturar sobre a escultura do comerciante no boi-cavalo (inclusos os elementos que a adornam) como representativa da experiência histórica dos Songo ligada ao comércio de longa distância.

Deste modo, além da imagem do comerciante,³⁷⁴ as figuras *nzambis*, *nzambia* Calunga (deus do mar) ou *santus* que são apresentadas neste tipo de escultura em madeira, cultuada sobretudo nas regiões ocidentais da Lunda, nos territórios dos Shinje, Mbangala, Songo e Cokwe, podem significar uma apropriação de simbologias religiosas ligadas aos contatos comerciais de longa duração nas regiões centro-ocidentais africanas.³⁷⁵

³⁷³ Cf.: JÓRDAN, Manuel. Os Tshokwe e povos aparentados. In: HERREMAN, Frank (ed.) **Na presença dos espíritos...**, 2000, p. 90. Há uma conhecida escultura de ‘comerciante montado num boi cavalo’ que costuma figurar nos trabalhos historiográficos e que pertence ao acervo do Museu Antropológico da Universidade de Coimbra. Ela já foi publicada como capa da edição portuguesa da obra de Beatrix Heintze, **Pioneiros Africanos**. Caravanas de carregadores na África Centro-Occidental (entre 1850 e 1890). Lisboa: Editorial Caminho, 2004. Na folha de rosto do livro, a legenda da imagem traz as seguintes informações: “Escultura ritual, em madeira, representando um negociante a fumar cachimbo, montado num boi-cavalo, com as patas apoiadas em duas aves, ladeado por duas molduras onde estão inseridas figuras humanas, *nzambi*, encimadas por outras figuras, mais pequenas, em representação de espíritos protectores. Songo. Alt. 27 cm. Fotografia de Carlos Caniçares Barata.” A imagem foi publicada ainda no trabalho de Isabel de Castro Henriques, **Percursos de Modernidade em Angola**: Dinâmicas Comerciais e Transformações Sociais no Século XIX. Lisboa, IICT, 1997, entre as páginas 622 e 623. A definição da peça continua sendo a corrente “comerciante montado num boi-cavalo”, porém sua classificação étnica nessa publicação difere: ela nos é apresentada como “quioca” ou Cokwe.

³⁷⁴ Comerciantes mais conhecidos como pombeiro, funante ou feirante, aviado, sertanejo, caixeiro, quimbare e/ou ambaquista.

³⁷⁵ Cf.: BASTIN, Marie Louise. **Arte decorativa Cokwe**. Coimbra: Museu Antropológico da Universidade de Coimbra, 2010, vol. I, p. 132. No catálogo do Museu de Angola há uma escultura de comerciante montado em boi-cavalo que foi classificada por José Redinha como “imagem de culto denominada

Prateleira de “Santus” do Museu Antropológico da Universidade de Coimbra.

Representativas de um poder sobre-humano, nos tempos de Henrique de Carvalho na Lunda, essas figuras de santus eram cultuadas de distintas formas por diferentes grupos.

Entre os Mbangala, disse-lhe um informante que conviveu com o major português, que não faziam como os Lunda “que trazem o Zâmbi (crucifixo) suspenso ao pescoço”, mas o colocavam em uma pequena casa construída de propósito “sobre baeta encarnada ou então na parede da cubata, mas em resguardo, com o Zâmbi tapado”. Já entre os Lunda, os filhos do antigo muatiânvua Muteba referiam a estima que seu pai tinha ao nzambi presenteado a ele por Rodrigues Graça e a sua solicitação frequente “aos negociantes para distribuir pelos seus cacuatás quando os mandava a qualquer diligência longe, para que fossem bem sucedidos e não lhes acontecesse mal algum pelo caminho”.³⁷⁶ Os Cokwe também tinham a mesma

‘santo’. Songos, Malange”. Para tanto ver a fotografia da escultura em: Museu de Angola. **Colecção Etnográfica**. Luanda: Imprensa Nacional de Angola, 1955, estampa 104. Henrique de Carvalho descreveu essas figuras como muquijes ou muquixis, em: CARVALHO, Henrique A. D. **Expedição Portuguesa ao Muatiânvua 1884-1888**: Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua. Lisboa: Imprensa Nacional & Typographia do Jornal As Colónias Portuguesas, 1890, vol. I, p. 238.

³⁷⁶ Rodrigues Graça foi um comerciante que realizou com sua caravana, em 1843, uma viagem até a mussumba do muatiânvua trilhando os caminhos nos territórios dos Songo. Cf.: GRAÇA, J. Rodrigues.

maneira de cultuar os nzambis: “sobre tiras de baetas encarnadas suspensos no peito como os Lunda”. Interessante é que entre os Shinje, afirma Carvalho, os nzâmbis podiam ser cultuados nas “imagens ou registos de papel” e que à moda dos Mbangala, os colocavam em uma “cubatasinha especial”, e “aos negociantes pediam um pouco de sal para elle (nzambi) e a nós (Henrique de Carvalho, também pediam) sal, assucar e jimbolo (bolacha ou pão) e de tudo queriam muito pouco que fosse para levarem ao seu Zâmbi.”³⁷⁷

No caso dos Kajiya (pássaros), eles representavam um hamba (espírito ancestral) da fertilidade e costumavam ser usados em amuletos propiciatórios da caça. Geralmente encimados às figuras nzambi, como demonstra a imagem abaixo, e representados junto às figuras do comerciante no boi-cavalo, produziam uma materialidade capaz de proporcionar maior força ou eficácia ao seu dono.³⁷⁸

Desenho a bico de pena reproduzido do original por José Redinha.³⁷⁹

Descrição da viagem feita de Loanda com destino ás cabeceiras do rio Sena, ou aonde for mais conveniente pelo interior do continente, de que as tribus são senhores, principiada em 24 de abril de 1843. In: **Annaes do Conselho Ultramarino**. Parte não-oficial. 1ª série, 1854-58, Lisboa: Imprensa Nacional, 1867, publicado ainda no boletim da SGL: GRAÇA, Joaquim Rodrigues. “Expedição ao Muatiânvua – diário.” **Boletim da Sociedade Geografia de Lisboa**, 9ª série, 8-9, 1890, p. 399-402.

³⁷⁷ CARVALHO, Henrique A. D. **Expedição Portuguesa ao Muatiânvua**. Ethnographia e História Tradicional dos Povos da Lunda. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890, p. 517-519.

³⁷⁸ BASTIN, Marie Louise. **Arte decorativa Cokwe ...**, 2010, vol. I, p. 199.

³⁷⁹ Cf.: REDINHA, José. **Álbum Etnográfico**. Portugal Angola. Luanda: Centro de Informação e Turismo de Angola (CITA), 1966, estampa 32.

Convencido sobre o sentido da escultura, que repercute circunstâncias históricas de contato, Jórdan finaliza sua interpretação da peça songo com a imagem de um comerciante que cavalga sobre um círculo de antepassados representados nos motivos continuados em formato de “X” e que estão na base do objeto que lembra um banco ou assento de poder (vide imagem do comerciante montado no boi-cavalo apresentada anteriormente).

É sem surpresa, no plano das evidências, que estas formas em “X”, segundo informantes de Jórdan, representam a moeda que era corrente nas regiões da atual Zâmbia e República Democrática do Congo.³⁸⁰

A evidência da experiência histórica do comércio de longa distância na materialidade dos objetos nem sempre é explícita como na imagem de um comerciante montado em seu boi-cavalo.

As marcas cruciformes estilizadas que aparecem incrustadas nas faces das máscaras puó ou pwo (feminino) e cihongo (masculino) são um bom exemplo disso. Elas demonstram que as diferentes estilizações dos traços, percebidas no estudo atento de especialistas informados por escultores locais, dão a entender a receptividade e apropriação africanas às crenças e práticas estrangeiras.

Máscara Pwo, Shinje, proveniente da região de Kamaxilo, chegado de Mwacita e, ao lado, motivos Cingelyengelye.³⁸¹

³⁸⁰ Cf.: JÓRDAN, Manuel. Os Tshokwe e povos aparentados. In: HERREMAN, Frank (ed.) **Na presença dos espíritos...**, 2000, p. 90.

³⁸¹ BASTIN, Marie Louise. **Arte decorativa Cokwe ...**, 2010, para os motivos Cingelyengelye, ver: vol. I, p. 150, para a máscara Pwo, vol. II, estampa 251.

De acordo com Marie-Louise Bastin, a primeira denominação para esta marca foi kalitoza, uma alteração possível do termo português caridosa, posteriormente surgiu o termo cingelyengelye.³⁸²

A informação recolhida pela especialista belga entre seus informantes é a propagação da marca antes do século XX a partir de Kamaxilo, em terras Shinje. Seu significado é parecido ao das figuras humanas enquadradas produzidas pelos escultores Songo relacionadas ao Nzambi. Há a possibilidade ainda dessas marcas derivarem da cruz da ordem de Cristo que costumava ser inscrita nos padrões que os navegadores portugueses colocavam ao longo do litoral africano.³⁸³

Esse encontro entre simbologias cristãs e africanas, no dizer de Manuela Cantinho, resulta do contexto histórico de aproximação entre as sociedades pela via comercial e que possibilitou a chegada de materiais como miçangas, tecidos, crucifixos, espingardas, tachas de latão, entre outros produtos.³⁸⁴ São esses os materiais que figuram nos objetos expostos em museus na atualidade e que entendo como evidências dessas relações seculares.

Acredito, entretanto, que é imprescindível relativizar, isto é, não tomar como absoluto, esse encontro ou adoção de costumes europeus e cristãos por parte dos agentes africanos, especialmente por aqueles das camadas sociais mais baixa. Além de ser válida também para a experiência histórica dos agentes europeus no continente africano, a adoção de elementos externos à cultura de origem provavelmente forneceu aos carregadores e seus agregados possibilidades de inserção social nos quadros do comércio inter-regional. Também por isso entendo a necessidade dos grupos caravaneiros produzirem hambas propiciatórios do bom

³⁸² BASTIN, Marie Louise. **Arte decorativa Cokwe ...**, 2010, vol. I, nota 296, p. 190.

³⁸³ Gravuras rupestres da região entre o rio Kongo, o Kwilu e a fronteira de Angola, encontradas por Mortelmans em 1957, e outras da região do Alto Zambeze, apresentadas por José Redinha em 1948, apresentam desenhos cruciformes parecidos ao cingelyengelye, que Bastin acredita serem “uma interpretação das cruzes portuguesas no estilo tradicional africano”. BASTIN, Marie Louise. **Arte decorativa Cokwe ...**, 2010, vol. I, p. 149, 151 e 155. O processo de apropriação do cingelyengelye me parece realmente contínuo. Há uma apropriação da marca pela própria especialista belga que a adotou em sua assinatura. Para tanto, ver: ARAÚJO, Henrique Gomes. Marie-Louise, ‘uma tshokwe que se ignora?’. **Educação, Sociedade & Culturas**. n.º. 12, 1999, p. 208.

³⁸⁴ PEREIRA, Maria Manuela Cantinho. **Arte angolana e lusofonia. Blogue de História Lusófona**. Disponível em: <http://www.iict.pt/dociict/HL07010301.pdf> Acesso em: outubro de 2015.

comércio, como as estatuetas do comerciante no boi-cavalo produzidas pelos artesãos Songo.³⁸⁵

Como não são todos os objetos que se mostram, aos olhos dos leigos, diretamente relacionados com o comércio de longa distância, é preciso analisá-los a partir de estudos de especialistas que contaram com informantes africanos, como os trabalhos de Marie-Louise Bastin. Mesmo que a investigação da especialista belga tenha sido realizada décadas depois da cronologia que priorizo nesta pesquisa, muitas informações que colheu das peças que analisou relacionam-se com a experiência das caravanas do comércio de longa distância.³⁸⁶

Entre as peças estão àquelas contidas nos cestos dos adivinhos Cokwe, o ngombo ya cisuka, que conta no seu interior com cerca de sessenta pequenos objetos chamados genericamente de tupeles: “pequenas figuras de madeira, objetos e fragmentos metálicos, matérias animais (chifres, cascos, unhas, penas, ossos), frutos etc.”, cada qual com o seu nome e valor simbólico que os associam às cenas cotidianas e às questões sociais e religiosas.³⁸⁷

Alguns deles já foram referenciados pela historiadora Isabel de Castro Henriques. A miniatura de canoa chamada kwanza, por exemplo. Quando na sessão de adivinhação, após o cesto ser sacudido pelo “tahi”, a kwanza se apresentava na borda do cesto, era “preciso ver nisso o sinal de um malefício introduzido pelo próprio branco ou por alguém que atravessou o rio em sua companhia”.³⁸⁸

³⁸⁵ A consciência da necessidade desta relativização vem da minha leitura do trabalho da historiadora Conceição Neto, que propõe pensarmos estas absorções culturais para além dos vícios do pensamento lusotropicalista ou, mais atual, da lusofonia. Cf.: NETO, Maria da Conceição. Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX. **Lusotopie**. 1997, p. 331-332. Disponível em: <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/resu9719.html> Acesso em: outubro de 2015.

³⁸⁶ O informante principal de Bastin foi Elias Mwacefo, filho de Sanjime, antigo chefe Cokwe, que esteve sempre ao seu lado no trabalho de campo que realizou na Lunda durante 5 meses no ano de 1956. Em uma entrevista Bastin afirmou que no fim de sua estadia Mwacefo lhe disse: “foi um pouco como se eu fosse um professor e a Marie-Louise a aluna”. Cf.: ARAÚJO, Henrique Gomes. Marie-Louise, ‘uma tshokwe que se ignora?’, 1999, p. 219. Os outros informantes da pesquisadora belga foram: “o adivinho cokwe Namuyanga, o adivinho lunda Sakariela, o adivinho minungu Mwafima, o chefe Iwena Sakavula, o Iwena Alberto Chico, o jovem cokwe António João Cassanji (...) o cesteiro Mwakanyika, o fundidor Zulu, o artesão de objetos de culto Saciputa, o artesão de máscaras Sacisako, o artesão de bainhas Kanyika, o tocador de xilofone Citembwe, o tocador de quissanje Mwacilili, o escultor Kadiangu (que lhe) transmitiu os nomes vernáculos das diferentes espécies de madeira.” Para tanto, ver o primeiro volume de **Arte decorativa Cokwe...**, 2010, p. 22 e segs.

³⁸⁷ BASTIN, Marie Louise. **Arte decorativa Cokwe ...**, 2010, vol. I, p. 37.

³⁸⁸ HENRIQUES, Isabel Castro. **Percursos de Modernidade em Angola...**, 1997, p. 131, 463-465 e 759; como também o fruto da árvore muhasu ligado à ideia de partilha, p. 121; a figura kapindji que representa

Um objeto em especial e pouco evidente (para os não iniciados) na sua relação com o trato de longo percurso é o mikana ou mukana, “um pequeno pedaço de madeira talhado em forma de pente que representa uma série de pessoas caminhando umas atrás das outras num carreiro”. Quando o mikana aparece no bordo do cesto quer com isso dizer “que o mal é causado por estrangeiros; ou então, que a doença foi apanhada durante uma viagem; ou, ainda, que o indivíduo ausente pereceu em viagem.”³⁸⁹

“Mikana, objeto simbólico em forma de pente de seis dentes (ou cinco como mostra o desenho), que se encontra no ngombo ya cisuka que o adivinho Mwafima consagra com argila branca, pemba, antes de o utilizar.”³⁹⁰

Por vezes a mikana aparece estilizada em uma representação esquemática por uma linha horizontal simples ou por várias paralelas, como no instrumento musical chamado de Kisanje do tipo lungandu ou cisanji ca lungandu:

o escravo, p. 172, 453-454 e as peles de animais como matéria-prima preferida ao marfim, para ‘fornecer as roupas do cesto do adivinho’, p. 344.

³⁸⁹ Mikana, plural de mukana, ver: BASTIN, Marie Louise. **Arte decorativa Cokwe ...**, 2010, vol. I, p. 183 e 185.

³⁹⁰ BASTIN, Marie Louise. **Arte decorativa Cokwe ...**, vol. I, p. 188. O desenho da mikana foi publicada em MARTINS, João Vicente. **Crenças, adivinhação e medicina tradicionais dos TutCokwe do Nordeste de Angola**. Lisboa: IICT, 1993, estampa V. Na página 170 o significado de mikana fornecido pelo autor é: “bagagens e três a seis pessoas, em fila indiana, em viagem. É representado no Ngombo por uma espécie de dente, feito em madeira de mukiritche, com 5cm x 2cm x 1cm. Indica que o consulente corre perigo onde está; por isso deve mudar a sua residência”.

O instrumento com um teclado de ferro apresenta o rosto da máscara feminina Pwo flanqueada pelo motivo linear mikala e uma tacha de latão na parte superior da face. A linha horizontal, na parte superior da tábua, “foi nomeada mukana ou caravana, fila em marcha”.³⁹¹

Isabel C. Henriques nos lembra que a produção desse instrumento musical tinha a intervenção de especialistas com conhecimento sobre madeiras e minerais e alimentava um circuito comercial importante entre os Lunda, grandes consumidores, e os Cokwe, também consumidores, mas os principais produtores e fornecedores de objetos de ou com peças de ferro.³⁹²

Quando Henrique de Carvalho esteve com o muatiânvua eleito Xa Madiamba, em 1886, observou que todos os chefes de estado gostavam de tocar *chissanje*, além do senhor da Lunda ter aos seus serviços um músico, que tocava para ele quando fazia suas refeições. Posicionado “fora do recinto em que o muatiânvua ficava,

³⁹¹ BASTIN, Marie Louise. **Arte decorativa Cokwe ...**, 2010, vol. II, estampas 209.1 (a, b) e 210 (c). Outro cisanji ca lungandu da estampa 211.1 (a, b) contém as marcas cruciforme cingelyengelye e a foliforme paxi ou cauris, que José Redinha interpreta da seguinte forma: “corpos geométricos foliformes, quadripétalos, representam estilizações de conchas-dinheiro (cauris) que correram pelo interior de Angola (e mais além) como moeda a partir da Ilha de Luanda onde eram recolhidas”. Para tanto, ver: Planificação do friso decorativo duma cabaça em: REDINHA, José. **Álbum Etnográfico...**, 1966, estampa 41.

³⁹² HENRIQUES, Isabel. C. **Percursos da Modernidade ...**, 1997, p. 324. Sobre os ferreiros, ver: SILVA, Juliana Ribeiro. **Homens de ferro: os ferreiros na África central no século XIX**. São Paulo: Alameda, 2011.

separado dele por uma divisória o tocador fazia-se ouvir para bom proveito de seu amo”.³⁹³

Henrique de Carvalho descreveu a aparência desses instrumentos como “ornadas à faca com figuras humanas, de quadrupedes e aves e também com desenhos em pequenos quadros”.³⁹⁴

E assim como as chefias africanas, também as caravanas contavam com músicos. Na expedição de Carvalho, o tocador de kisanje era Adolpho, um dos loandas, que por vezes tocava perto do alojamento do major português para despertá-lo, “bem disposto para a jornada”, no dizer do expedicionário.³⁹⁵

³⁹³ Para a legenda e a imagem do tocador de txisanje do muatiânvua, ver: **Álbum da Expedição Portuguesa ao Muatiânvua**. Disponível em: <http://henriquedecarvalho.bnportugal.pt/fotos/foto037.htm> e http://henriquedecarvalho.bnportugal.pt/legendas/ea-95-p_0024_20_t24-C-R0150.jpg Acesso em: outubro de 2015.

³⁹⁴ Para a descrição do kisanje ver: CARVALHO, Henrique A. D. *Ethnographia e História...*, 1890, p. 367.

³⁹⁵ Para o despertar de Henrique de Carvalho com o toque do Kisanje de Adolpho, ver: Cf.: CARVALHO, H. *Descrição ...*, 1894, vol. IV, p.72-73. Mais sobre os loandas ver o capítulo 4 de RIBEIRO, Elaine. **Barganhando sobrevivências: Os trabalhadores da expedição de Henrique de Carvalho à Lunda 1884-1888**. São Paulo: Alameda, 2013.

Deste modo, acredito que seja possível conjecturar que a figuração mukana em instrumentos musicais que acompanhavam seus tocadores nas viagens pode ter a ver com a inscrição de um símbolo que poderia afastar (ou lembrar) os malefícios de que um viajante poderia estar sujeito.³⁹⁶

Visto que na documentação do XIX os Cokwe são caracterizados por frequentes migrações de seus povoados e pelas caravanas de comércio que empreendiam, a questão da mobilidade de pessoas devia ser alvo de atenção social e, por isso, organizada ou controlada por instituições como a do adivinho e seu ngombo ya cisuka. Portanto, o papel do adivinho era cuidar do equilíbrio social que poderia ser afetado tanto com o trânsito de pessoas estrangeiras pelas povoações Cokwe, quanto da viagem dos próprios Cokwe para as regiões adventícias.³⁹⁷

Acompanhando a diversificação do comércio internacional de fins do século XIX, os objetos produzidos pelas sociedades africanas centro-ocidentais evidenciam ainda a readaptação de materiais em seu fabrico, até mesmo em objetos de poder, que poderiam ser menos flexíveis às mudanças.

Os colares cimba ou tchimba, por exemplo. Eram insígnias usadas por titulares políticos e também por reconhecidos adivinhadores e que tiveram seus pingentes (o disco branco simbolizando kakweji ou lua) produzidos com faianças industrializadas em lugar das conchas *conus papilionaceus* ou *conus imperialis*

³⁹⁶ Em um sentido semelhante ao da associação Lemba e ao uso dos minkisi (amuletos) pelos mercadores vilis da região do antigo reino do Kongo. Com base nos trabalhos de John Thornton, John Jansen, Hein Vanhee e Jelmer Vos, Cristina Wissenbach escreveu: "Essa associação era marcada por rituais de iniciação e ritos terapêuticos de purificação, que estariam associados à intensa participação de seus filiados no comércio de escravos; segundo John Thornton, rituais que purificavam os mercadores de seres humanos e os protegiam da feitiçaria que poderia advir da busca pelo lucro individual e de tantas almas aprisionadas. Além disso, sua elite ostentava produtos vindos do Atlântico como insígnias e bens de prestígio, por acreditar que se tratava de objetos com qualidades mágicas e, durante suas viagens, mantinha amuletos [minkisi] feitos numa "versão portátil" que acompanhavam tanto os mercadores quanto seus intermediários". Cf.: WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Dinâmicas históricas de um porto centro-africano: Ambriz e o Baixo Congo nos finais do tráfico Atlântico de escravos (1840-1870). **Revista de História**. nº. 172, jan. jun. 2015, p. 174-175. Disponível em: <http://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/172/05-MariaCristinaCortezWissenbach.pdf> Acesso em: outubro de 2015.

³⁹⁷ Sobre a importância social da adivinhação, ver o inspirador trabalho da antropóloga Sónia Silva, **Vidas em jogo**. Cestas de adivinhação e refugiados angolanos na Zâmbia. Lisboa: ICS, 2004.

encontradas no oceano Índico e possivelmente comercializadas há muito na região centro-ocidental do continente pelos portugueses.³⁹⁸

Na imagem ao lado, o Cokwe Muana Angana Quiéssa, com sua cimba pendurada ao pescoço, era considerado “um bom cirurgião (adivinhador) por todos”. Tinha sido chamado pelo “seu velho amigo Ianvo” (muatiânvua Xa Madiamba) “não só para o consultar em negocios particulares, mas também para lhe fazer remedios para elle e os seus não serem atacados durante a sua viagem para a Mussumba”. A ele, o explorador Henrique de Carvalho “devia um bom número de esclarecimentos geográficos, históricos e linguísticos”.³⁹⁹

Devido à importância destes colares como demarcadores das posições sociais e políticas, é possível vê-los adornando os pescoços de diferentes autoridades Lunda e Cokwe, já no século XX – como na fotografia do chefe Cokwe Sá Cavula, abaixo.⁴⁰⁰

³⁹⁸ José Redinha afirma que a tchimba, o conjunto colar e concha, era “o emblema de peito mais consagrado entre os Lunda-quiocos”. O colar era “rígido, artisticamente entrançado em fibras vegetais duras”. As conchas conus também eram apreciadas por várias populações africanas. Citando o explorador Livingstone, Redinha informa que com “duas dessas conchas era possível comprar um escravo e cinco pagavam largamente uma defesa de elefante dum valor de dez libras esterlinas”. O alto valor dessas conchas introduziu no comércio “imitações feitas em barro cozido, imitando facilmente o esmalte das conchas”. REDINHA, José. **Insígnias e simbologias do mando dos chefes nativos de Angola**. Luanda: Centro de Informação e Turismo de Angola, 1964, p. 11.

³⁹⁹ Para a legenda e a imagem do adivinho Quiéssa, ver: **Álbum da Expedição Portuguesa ao Muatiânvua**. Disponível em: <http://henriquedecarvalho.bnportugal.pt/fotos/foto033.htm> e http://henriquedecarvalho.bnportugal.pt/legendas/ea-95-p_0022_18_t24-C-R0150.jpg Acesso em: outubro de 2015.

⁴⁰⁰ Não consegui saber se se trata do informante Sakavula de Bastin, que foi identificado por ela como Lwena. Fotografia publicada em: MARTINS, João Vicente. **Os TutCokwe do nordeste de Angola**. Lisboa: IICT, 2001, p.52. Ainda na fotografia do Mwata Mwatshisenge publicada pelo antigo curador do museu Mário Fontinha em: **Desenhos na areia dos quiocos do nordeste de Angola**. Lisboa: IICT, 1983, p. 293.

Além das conchas ou das faianças no pingente, os colares eram guarnecidos com tachas e produzidos em couro ou em fibras vegetais com técnicas de cestaria e esteiraria. Os entrelaçados cruzados e torcidos de cores clara natural e preto, segundo Redinha, eram especialidade dos artesãos Shinje e Cokwe. Caracterizada por formas geométricas, boa parte das peças era inspirada na carapaça das tartarugas.⁴⁰¹

Colar Cimba⁴⁰²

⁴⁰¹ O trabalho de Redinha traz uma interessante análise desses entrelaçados com formas das carapaças de tartarugas, para tanto, ver: **Álbum Etnográfico...**, 1966, estampas 1 e 2. Importante lembrar a relevância da simbologia da tartaruga entre os Lunda, que traçava a sua capital, a mussumba, na forma desse animal. Sobre o pensamento analógico presente na geografia do poder Lunda, ver **Barganhando sobrevivências...**, 2013, p. 185-195.

⁴⁰² Colar cimba com “o disco branco feito em faiança de fabrico alemão, talvez” em: BASTIN, Marie Louise. **Arte decorativa Cokwe ...**, 2010, vol. II, estampa 123 (a, b).

As fibras vegetais como um recurso natural disponível são das matérias-primas as mais utilizadas entre as populações centro-africanas e, dentre elas, a ráfia, mabela ou madidi, como chamavam os Lunda,⁴⁰³ uma das mais valorizadas para produzir utensílios do cotidiano e objetos de culto e de decoração.

Isabel de Castro Henriques disserta sobre como os viajantes europeus apreenderam e descreveram as qualidades técnicas dos tecidos produzidos pelas populações da África centro-ocidental.

As informações produzidas pelos viajantes permitiram aos europeus conhecerem as várias utilizações destes tecidos, que "serviam tanto em terra como na água: velas ou tendas, [esta última como] nas habitações em tecido, usadas em certas regiões controladas pelos Imbangalas, onde era proibido construir casas, recorrendo a qualquer tipo de argila".⁴⁰⁴ Portanto, a construção das casas com fibras vegetais, e também dos fundos ou abrigos para as caravanas, era uma preferência, já que "entre paredes de terra, só os mortos".

Tentando traçar a origem da arte de pintura de parede na Lunda, José Redinha escreve que ela parecia-lhe ser "relativamente recente", pois havia encontrado

grande número de indígenas que não gostam das casas com paredes de argila, nem consideram o seu uso conveniente 'Entre paredes de terra, só os mortos', dizem. Alguns sobas não consentem mesmo que se construam paredes de argila, e actualmente, a sanzala de Sambuemba, no rio Lóvua, em Capaia, Lunda, é construída apenas de madeira e colmo, por motivos de superstição.⁴⁰⁵

Nuno Porto sugere entendermos a situação exposta como uma "metáfora do processo colonial" que estava em curso na época de Redinha. Como "aprisionamento ou mesmo genocídio", a metáfora "não poderia ser mais explícita: são as habitações de inspiração europeia - próprias para mortos na 'superstição' indígena - que se

⁴⁰³ Cf.: HEINTZE, Beatrix. **Pioneiros africanos ...**, 2004, p. 318.

⁴⁰⁴ HENRIQUES, Isabel. C. **Percursos da Modernidade ...**, 1997, p.327.

⁴⁰⁵ REDINHA, José. **Subsídios para a História, Arqueologia e Etnografia dos Povos da Lunda**. Paredes Pintadas da Lunda. Lisboa: Publicações Culturais da Companhia de Diamantes de Angola, 1953, p. 13.

prestam a esta arte". Portanto, poder-se-ia entender esta arte como uma "pintura de resistência, de quem, sendo "enterrado vivo" entre paredes de argila, expressa uma vitalidade anticolonial". ⁴⁰⁶

A partir deste caso, proponho pensarmos mais uma questão: a apropriação africana de práticas e objetos europeus (também americanos e asiáticos) não se deu de maneira aleatória, isto é, de maneira a não levar em consideração todo um conjunto de valores e crenças previamente existentes. Além do mais, o processo de tornar próprio práticas e objetos não foi isento de imposições de técnicas e matérias-primas preferidas. Como exemplo, apresento a cadeira dobrável, guarnecida de uma esteira, produzida por um artesão Shinje:

A adaptação da cadeira possivelmente decorre da experiência de contato com expedicionários europeus que traziam consigo suas cadeiras dobráveis mais fáceis de serem transportadas. Uma relação pode ser feita com a cadeira utilizada pelo capitão Sertório de Aguiar, ajudante da expedição portuguesa à Lunda e também o seu fotógrafo oficial, que utilizava uma cadeira dobrável nos seus estúdios improvisados ao longo dos caminhos, como na fotografia supracitada do tocador de kisanje. ⁴⁰⁷

⁴⁰⁶ PORTO, Nuno. Arte e etnografia cokwe: antes e depois de Marie-Louise Bastin. **Etnográfica**. vol. 19 (1), 2015, p. 139-168. Disponível em: <http://etnografica.revues.org/3941> Acesso em: outubro de 2015.

⁴⁰⁷ Rever a fotografia apresentada anteriormente do tocador de Kisanje. No volume *Ethnographia e História Tradicional dos Povos da Lunda*, 1890, p. 433, de Henrique de Carvalho, o músico está sentado sobre um banco diferente da cadeira dobrável apresentada na fotografia. Esta modificação provavelmente se deu

A cadeira Shinje, produzida na região de Kamaxilo, a mesma que no em fins do XIX era passagem obrigatória de caravanas, foi apropriada na forma, porém não deixou de receber os adornos comuns aos objetos de marcenaria e de esteiraria.

Na imagem, podemos ver na parte superior duas esculturas simbolizando as máscaras masculina chihongo e feminina Pwo e todos os desenhos do entrelaçamento da cikanga (esteira) com seus nomes próprios: mikala e tukone, para os desenhos das linhas e mixinji, para as costuras transversais que fixam a esteira na madeira, sendo esta última designação atribuída também à barra de pressão dos Kisanjes.⁴⁰⁸

Muitas peças de cestaria e esteiraria eram usadas para presentear os viajantes e comerciantes como também serviam para pagar tributo às autoridades africanas.⁴⁰⁹ Desde há muito que se tem notícia que nas regiões mbundo e bakongo, mais próximas ao litoral atlântico, a “moeda corrente se cunhava no tear” e que as mesmas palhas também serviam para o fabrico de “assentos de cadeiras, velas de canôas, cortinas de tipoias e vestiduras”.⁴¹⁰

pela preocupação de Carvalho adequar a imagem à temática da obra: o banco, mais do que a cadeira, para o major português, indicaria um objeto local, isto é, um objeto etnográfico. Mais sobre as preocupações de Henrique de Carvalho de no volume *Ethnographia e História* modificar algumas características de pessoas e objetos com relação às fotografias que compõe o *Álbum da Expedição* para parecerem mais confiáveis à luz dos preceitos científicos da época, ver: RIBEIRO, Elaine. **Barganhando sobrevivências** ..., 2013, p. 125-127.

⁴⁰⁸ Cadeira dobrável de proveniência Shinje da região de Kamaxilo (chefado Xakasambi). Cf.: BASTIN, Marie-Louise. **Arte decorativa Cokwe...**, 2010, vol. II, estampa 201. Bastin afirma que a “imaginação Cokwe propõe vários nomes para designar simples linhas verticais, horizontais ou oblíquas”, além de mikala, linha oblíqua, mitwalo, urdidura de uma esteira, mbatu, trama, mbandwola, entrançado diagonal, kahka, rastos e a mikana, fila em marcha. Ainda segundo a especialista, a escolha desses nomes pode ser aleatória ou vir das experiências cotidianas. Cf.: Bastin, **Arte decorativa Cokwe...**, 2010, vol. I, p. 98-100. A denominação em língua Cokwe para características das peças produzidas por artesãos shinje, songo, lunda, entre outros, também pode vir dos contatos comerciais entre estas populações: artesãos, produtos e conhecimento circulavam junto com os caravaneiros.

⁴⁰⁹ Ainda no século XX esse costume perdurou. José Redinha afirma ter recebido de presente um lindo cesto do tipo cisoka ca nganda, da “rainha dos Xinji, Kafunfu, que o ofereceu pessoalmente cheio de amendoins, num gesto de cortesia”. O cesto tem entrelaçados formas humanas de pé, lado a lado, e desenhos chamados mapembe, que são corpos geométricos formados por triângulos, que lembram o dorso da víbora do Gabão. Cf.: BASTIN, Marie-Louise. **Arte decorativa Cokwe...**, 2010, vol. I, p. 124-125 e vol. II, estampa 3.

⁴¹⁰ Cf.: CORREA, Elias Alexandre da Silva. **História de Angola**. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1937(1790), p. 156-157. O brasílico, na expressão de Luiz Felipe de Alencastro, menciona ainda sobre a tentativa de supressão da moeda de palha e a introdução de moedas metálicas durante o governo-geral de Henrique Jacques Magalhães (1694-1697). Essa medida ocasionou uma sublevação entre os soldados da tropa local que rejeitaram receber seus soldos na moeda lusa. Mais sobre o caso e a impossibilidade dos europeus converter o valor das moedas metálicas no valor da moeda de palha, ver: MARGARIDO, Alfredo. Formas da hegemonia africana nas relações com os europeus. In: SANTOS, Maria Emilia

Os carregadores faziam uso de objetos de cestaria e esteiraria como ferramentas de trabalho. A muhamba, por exemplo, já destacada anteriormente. As mulheres usavam kindas (cestos) para transportar alimentos e outros utensílios para uso.

No catálogo **A vez dos cestos**, a antropóloga Sónia Silva apresenta inúmeros exemplos de instrumentos produzidos com fibras vegetais de uso cotidiano das populações da África centro-ocidental. São cestos de variados tipos, tamanhos e entrelaçamentos, peneiras, coadores, filtros, armadilhas de caça e pesca, adornos, pentes, barretes, bolsas, amuletos, instrumentos musicais, entre outros.⁴¹¹

Todos os objetos que foram destacados até o momento, a estatueta do comerciante montado no boi-cavalo, as máscaras com as inscrições cingelyengelye, a mikana no cesto do adivinho e como adorno no Kisanje, a insígnia de poder cimba, as fibras vegetais na produção da cadeira e da muhamba, são fruto da circulação material e simbólica desencadeada pelos contatos entre as sociedades, que em boa parte foram suscitados pela via comercial por meio das tarefas diárias dos carregadores e seus agregados.

Como um dos elementos desencadeadores das relações sociais, o comércio de longa distância realizado pelo trabalho-e-laboro de carregadores e seus agregados não deve ser encarado somente como resultado da presença europeia no litoral atlântico.

Ainda que eu tenha destacado mais a apropriação africana de elementos europeus, porque está é uma das tarefas a que me propus nesta pesquisa, procurar entender o interesse e o uso dos objetos europeus adquiridos pelas sociedades da Lunda, há a possibilidade de averiguar, além disso, as trocas mútuas entre elas.

Como o caso de alguns bancos classificados de Songo e Cokwe, que evidenciam a circularidade de características e ideias comuns compartilhadas em objetos:

Madeira (org.) **Primeira reunião internacional de história da África** – relação Europa-África no terceiro quartel do século XIX – Actas. Lisboa: CEHCA, ICT, 1989, p. 389-395.

⁴¹¹ SILVA, Sónia. **A vez dos cestos**. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia, 2003.

Desenho de banco Cokwe e fotografia de banco Songo⁴¹²

Já faz algum tempo que os historiadores defendem o estudo das particularidades africanas e a sua influência na história global, tanto quanto o contrário. Uma aproximação flexível no estudo das fronteiras (centro x periferia), no dizer de Steven Feierman, pode fornecer argumentos para superar limitações quanto às definições espaciais e, diria, identitárias (africano x europeu), como no caso das apropriações africanas de práticas e simbologias europeias.⁴¹³

Assim, entendo que as interações históricas foram múltiplas e as práticas e crenças reciprocamente influenciáveis entre os agentes, independentemente de suas origens. No caso particular que trata este texto, provavelmente a dificuldade que os historiadores da arte e os etnólogos enfrentam na classificação das peças, quanto à sua proveniência, decorra da “descoincidência” africana e europeia quanto à atribuição de nomenclaturas.

⁴¹² O desenho a bico de pena foi reproduzido do banco original por José Redinha, que afirma ter sido esculpido por Muaza, escultor Cokwe da região de Lumboma, próxima ao rio de mesmo nome, leste do Luembe (Kanzar). O toucado da figura feminina apresentada na escultura era o ‘usual na mulher do escultor’. Cf.: REDINHA, José. *Álbum Etnográfico...*, 1966, estampa 21. A fotografia do banco Songo, provavelmente recolhido na região de Sanza, pode ser vista com a seguinte legenda: CAT. 68. Banco real. Songo, Província de Malange, Angola. Madeira. Atl. 34.5 cm. AJ289, em: HERREMAN, Frank (ed.) *Na presença dos espíritos...*, 2000, p. 93.

⁴¹³ Cf.: FEIERMAN, Steven. African histories and the dissolution of world history [Histórias africanas e a dissolução da história mundial]. In: BATES, R. H.; MUDIMBE, V. Y.; O'BARR, J. (editors). *Africa and the disciplines: the contributions of research in Africa to the Social Sciences and Humanities*. Chicago: University of Chicago Press, 1993, p. 167-212.

Exemplo dessa dificuldade quanto à classificação das peças, é que as mesmas podem aparecer qualificadas nos diferentes catálogos ora como Songo, ora como Cokwe, ou ora como Shinje, ora como Cokwe.

Para o último caso, o exemplo é a esteira exposta no Museu de Antropologia da Universidade de Coimbra, que aparece como Shinje na sua catalogação, mas como Cokwe em outra publicação.⁴¹⁴

Esteira Shinje exposta junto às cadeiras de sobas Cokwe no Museu Antropológico da Universidade de Coimbra.

⁴¹⁴ A catalogação do Museu traz a seguinte informação: nº de inventário: ANT.80.34.302; objeto: esteira; título: Cikanga, categorias: etnografia, cestaria e esteiraria, instrumentos e utensílios, incorporações: compra em 09/09/1980, materiais: fibra vegetal; medidas: 193 cm de comprimento e 81 cm de largura; recolha etnográfica: Angola / Shinji / Miguel Neves; descrição: rectangular, tecida com fibras vegetais em técnica mista de entrelaçar, entrecruzar (diagonal aparente) e marchetada. No centro uma estilização de crocodilo, com vários desenhos geométricos tingidos a preto, "manda a mbaci", "maswi a yisakala" e "liso Iya cikanga". No bordo uma barra preenchida com motivos losangulares, tingidos da mesma cor. Rematada a toda a volta. Disponível em:

<http://museudaciencia.inwebonline.net/ficha.aspx?id=1070&src=antropologia> Acesso em: outubro de 2015. O museu conta com outras esteiras classificadas com o mesmo título Cikanga, porém com atribuição étnica Cokwe. Ver em: <http://museudaciencia.inwebonline.net/ficha.aspx?id=4621&src=antropologia> Acesso em: outubro de 2015 Semelhante a esteira Shinje é aquela publicada como Cokwe em FONTINHA, Mário. **Desenhos na areia dos Quiocos ...**, 1983, p. 47.

De fato, outras esteiras do tipo cikanga ou txicanga, que apresentam diferentes estilizações nos entrelaçados, aparecem em outros catálogos.⁴¹⁵

É importante destacar que a minha preocupação em tratar dessa questão da catalogação dos objetos relaciona-se com a circulação dos mesmos antes mesmos deles terem sido encarados como materiais museológicos.

A descoincidência de nomenclaturas decorre da própria natureza da feitura delas, que não tem essa mesma preocupação “étnica” ou não pretende, pelo menos não no contexto de circulação comercial, ser exclusividade de uso de um grupo étnico, antes, pelo contrário, essas peças eram produzidas para serem utilizadas por agentes que circulavam por diferentes territórios.

A literatura de viagem está repleta de referências sobre os usos de objetos do cotidiano pelas populações africanas. Mais que isso, não só os objetos circulavam, como os seus produtores – os artesãos – também circulavam pelas regiões junto com as caravanas de comércio. Muitos deles encontravam-se entre os grupos de carregadores. Por isso a dificuldade em identificar etnicamente peças como a esteira que apresentei anteriormente, que compartilham características cokwe, shinje e songo.

Provavelmente, a contribuição da história social nesse caso é demonstrar a importância de se atentar para o processo histórico dos intercâmbios sociais e econômicos e questionar o alto grau de generalização que as categorias identitárias comportam.

Neste sentido, mais que (quer dizer, não só) atribuir uma identidade étnica pela língua falada, pelos ritos praticados, ou pelas características dos traços e da fabricação das peças, é preciso estar atento à circulação e ao compartilhamento de ideias e influências por indivíduos provenientes das diferentes camadas sociais. Usando uma metáfora da mecânica: entendo que é na engrenagem social que podemos perceber esse compartilhamento, pelo movimento das menores peças. Juntas umas às outras, elas são capazes de fazer movimentar o conjunto todo.

⁴¹⁵ Ver, por exemplo, a Txicanga, classificada de Quiocos (Cokwe) da Diamang (doada ao museu em 1963), em: SILVA, Sónia. **A vez dos cestos...**, 2003, p. 72.

Com relação às sociedades da Lunda, talvez a resposta à questão esteja naquilo que Joseph Miller já tratou sobre a instituição dos caçadores das sociedades mbunda: a possibilidade da existência de associações horizontais que cortam as linhagens do parentesco ou as etnias. Entendo que essa análise do historiador possa ser pensada para os casos que analisamos: a possibilidade da criação de laços entre pessoas de diferentes origens pela prática de um ofício: carregador, caçador, ferreiro, tecelão, escultor, cesteiro e esteireiro.⁴¹⁶

Se as regras do parentesco sempre foram fundamentais na estrutura social africana, as relações concretas podiam não seguir exatamente o mesmo padrão do discurso e também não impediam a existência de instituições transversais como as associações extra-linhageiras que podiam se constituir em torno de uma profissão.⁴¹⁷

É possível ainda conjecturar que o estabelecimento de escolas de arte (ou ateliês), compostas por profissionais de diferentes proveniências, em regiões estratégicas de circulação de pessoas, como os pontos de passagem e abastecimento das caravanas, não se deu por acaso. A criação de oportunidades é uma variável a ser considerada também na história africana.

Deste modo, a classificação das peças pelos especialistas leva em consideração a produção característica de cada escola, independente da origem dos seus artesãos.

Nos trabalhos de José Redinha e Marie-Louise Bastin conseguimos visualizar alguns desses centros de onde as peças foram produzidas e/ou recolhidas. Redinha fala de “esplêndidas escolas de arte no domínio Lunda-Quioco” como as de Saurimo, Monaquimbundo, Xacassau, Lubalo e “algumas de origem misteriosa, como a da Mussamba, no sudoeste da Lunda”, marcada por um “estilo realista, com talhe forte e nervoso, e notável equilíbrio de planos e de volumes”. Nas suas classificações e

⁴¹⁶ Cf.: MILLER, Joseph. C. **Poder político e parentesco**. Os antigos estados Mbundu em Angola. Luanda: Arquivo Histórico Nacional; Ministério da Cultura, 1995. Fiz esta observação anteriormente em: RIBEIRO, Elaine. **Barganhando sobrevivências...**, p. 236-238.

⁴¹⁷ Cf.: NETO, Maria da Conceição. Do passado para o futuro – que papel para as autoridades tradicionais? **Fórum Constitucional – Huambo**. Universidade Católica de Angola e ADRA-Huambo. 20-22 de março de 2002. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/angola/hosting/neto.pdf> Acesso em: outubro de 2015.

também nas de Bastin aparece o nome do artesão minungo Kamba Lwango (Camba-Luango), estabelecido no Lubalo, região Shinje próxima de Kamaxilo. Suas peças são identificadas como Cokwe proveniente de diferentes chefados. Isto reflete uma circulação de suas peças.⁴¹⁸

As obras de Kamba Lwango, especialmente a máscara Mukixi wa Pwo, ainda hoje são muito apreciadas, embora elas figurem em muitos catálogos e *sites da internet*, quase sempre a sua autoria desaparece.⁴¹⁹

⁴¹⁸ REDINHA, José. *Álbum etnográfico...*, 1966, p. 7 e estampa 20; BASTIN, M.L. *Arte Decorativa Cokwe...*, 2010, vol. II, estampas 170 a 172 e 257.

⁴¹⁹ A imagem da Mukixi wa Pwo foi publicada em: BASTIN, Marie Louise. *Arte decorativa Cokwe*. Coimbra: Museu Antropológico da Universidade de Coimbra, 2010, vol II, estampa 257. Sobre a questão da "autoria e anonimato na arte africana", Maria do Rosário Martins, antropóloga do Museu Antropológico da Universidade de Coimbra, e Ana Rita Amaral, do Museu da Ciência da mesma universidade, baseadas nos estudos de especialistas, apresentam-nos alguns argumentos: nos estudos classificatórios de peças produzidas por escultores africanos, "a ênfase dada ao peso das tradições sobre as escolhas estéticas durante o processo criativo deu origem a conclusões sobre a falta de identidade individual, produzindo o dito 'anonimato' do artista". A falta de assinatura das peças, poderia ser um outro fator. Mas, ainda, a influência da ideia do "presente etnográfico" podia fazer "colapsar indivíduos e gerações em figuras-tipo representativas do 'nativo'". MARTINS, Maria do Rosário e AMARAL, Ana Rita. Os Escultores do Museu do Dundo e o Imaginário da Arte Cokwe: Estudo de uma Coleção. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Série 128A, nº1-12, 2010, p. 157-172.

Alguns nomes desses núcleos nos são conhecidos por meio dos relatos de viajantes do século XIX, que os descreveram como pontos de passagem e abastecimento de caravanas. Este é o caso de Kamaxilo, analisado no primeiro capítulo. Esta região foi descrita por Henrique de Carvalho como uma elevação arborizada próxima às margens do rio de mesmo nome e que tinha um ponto de parada das caravanas comerciais que se dirigiam ao leste e nordeste ou de lá regressavam.⁴²⁰

Nas legendas das estampas do volume 2 de **Arte decorativa Cokwe**, e apesar da denominação étnica prevalecente no título da obra, há diversas referências às peças de origem Shinje e Songo (estas em menor número), além disso, constam informações sobre a proveniência regional e chefado ou povoado.

De um mesmo centro, como o de Kamaxilo, há peças classificadas como Shinje e Cokwe: a máscara pwo Shinje, anteriormente analisada, proveniente do chefado de Mwachita (estampa 251), a cadeira dobrável Shinje, também já referenciada, do chefado de Xakasambi (estampa 201), e também o pente Cokwe, do chefado de Xamukwale (estampa 131.1 – a, b).⁴²¹

Essas referências de diferentes ‘chefados’ podem estar baseadas no progressivo agrupamento de Cokwe e Lunda na região ocidental mais próxima à margem esquerda do rio Kwangu (no chamado além Cuango, pelos cronistas portugueses), onde se encontravam estabelecidos há muito as comunidades das soberanas Shinje, de alcunha mona, e das chefias Kapenda.

Com o avanço colonial na virada do século, essa região profícua na produção e comércio da borracha *catutula* acabou sendo alvo de disputas entre os agentes portugueses e os representantes do rei Leopoldo II da Bélgica. Após o processo de delimitação das fronteiras, entre fins dos anos de 1880 e início de 1890, boa parte

⁴²⁰Ver: CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 322, 362 e 392. Relembrando que para o Kamaxilo, e não além, aceitavam ir os carregadores muxaelas que Henrique de Carvalho tentou contratar no caminho da expedição para a mussumba do Muatiânvua. Para tanto ver: RIBEIRO, Elaine. **Barganhando sobrevivências...**, 2013, p.31.

⁴²¹ Apresento no final deste trabalho o Quadro: Proveniência, região e chefado das peças analisadas em **Arte decorativa Cokwe** de Marie Louise Bastin. Produzi este quadro com o intuito de visualizar circuitos e objetos do comércio caravaneiro a partir da produção das peças que integravam o acervo do Museu do Dundo, recolhidas desde as primeiras décadas do século XX. Algumas nomenclaturas de regiões em uso no XIX permaneceram. Digno de nota é que elas eram pontos importantes do comércio caravaneiro.

dos territórios das sociedades shinje e lunda acabou por ficar na colônia angolana, sob a circunscrição administrativa do distrito da Lunda, criada em 1895, pelos portugueses.

No relatório do tenente Simão Cândido Sarmento, produzido antes da criação do distrito, no contexto de delimitação das fronteiras entre Angola e o Estado Independente do Congo, podemos verificar que a região de Kamaxilo, notável pela produção de peças incluídas décadas depois no acervo do Museu do Dundo, era uma região conhecida dos portugueses que já tinha na época montado o seu "esqueleto de ocupação", no dizer do colonialista Paiva Couceiro.

O mapa da expedição à Lunda, **Carta da região Cuango ao Cuílo**, mostra que no início da década de 1890, próximo às margens do rio Camaxilo, já estavam instaladas estações portuguesas e casas comerciais.⁴²²

Da margem direita do rio e ao sul da m'banza de Kapenda Ka Mulemba costumavam vir caravanas comerciais organizadas por grupos mbangala, ambaquista e Cokwe. Portanto, era uma região de alta circulação de carregadores e seus agregados, especialmente na "quimangala, período de suspensão das chuvas", preferidas para as viagens caravaneiras.⁴²³

É provável que próximo à essas construções portuguesas e às casas comerciais afluíam artesãos que viviam nos povoados próximos ou até mesmo aqueles que acompanhavam as caravanas. A linha do itinerário traçada pelo tenente Sarmento mostra a localização de pelo menos dez desses povoados.

⁴²² Cf.: Relatório do tenente graduado Simão Candido Sarmento, chefe da expedição à Lunda, de 21 de julho de 1893. **Ocupação da Lunda**. AHU SEMU DGFTO 1H Mç. 904. O tenente Sarmento foi enviado em 1890 pelo governador-geral Guilherme Augusto Brito Capelo para ocupar as terras do Muatiânvua e tratar com os emissários do Estado Independente do Congo o traçado da fronteira entre as duas pretensas colônias. Para as instruções da viagem e ocupação ver: SANTOS, Eduardo dos. **A questão da Lunda** (1885-1894). Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1966, p. 174 e segs. Construídas nos pontos de maior circulação de pessoas e próximas aos rios, as chamadas 'estações civilizadoras, comerciais e hospitaleiras' faziam parte do sistema de ocupação dos territórios africanos e objetivavam ser abrigos para os viajantes e comerciantes e um meio de controlar a comunicação e o comércio da região. Mais sobre as estações ver: RIBEIRO, Elaine. **Barganhando sobrevivências...**, 2013, p. 151, 168-170, 258. Sobre os princípios de instalação destas edificações durante a Conferência de Bruxelas de 1876, ver: WESSELING, H. L. **Dividir para dominar: a partilha da África** (1880-1914). 2ª edição [trad. de Celina Brandt] Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; Revan, 2008, p. 92-101.

⁴²³ CARVALHO, H. Descrição..., 1893, vol. III, p. 353.

Relatório do tenente graduado Simão Candido Sarmento, chefe da expedição à Lunda, de 21 de julho de 1893. AHU, 904 SEMU DGFTO 1H Mc. 1890 - Ocupação da Lunda.

No sentido historiográfico, os dados “regiões” e “chefados”, apresentados na classificação das peças presente na obra de Marie-Louise Bastin, são pistas para conhecermos a geografia comercial e a participação de diferentes agentes e ofícios envolvidos com o comércio caravaneiro. Isso foi possível através da comparação desses dados, que são do século XX, com as nomenclaturas presentes nas descrições dos viajantes do XIX.

Com essa metodologia de análise pude perceber os rastros deixados pelos artesãos (nos povoados e nas caravanas) e os significados de seus trabalhos para os carregadores do comércio de longo percurso e para as populações da região de modo geral, especialmente no que diz respeito aos seus desejos por determinadas mercadorias. Afinal, sabemos que homens e mulheres da Lunda, porque sabem fazer, trabalham-e-laboram para alimentar os seus corpos e os seus espíritos e nas suas relações esperam trocar produtos que possam satisfazer suas necessidades pragmáticas e simbólicas, como bem escreveu José Redinha: “o Quioco, ao refrescar-se com a água da sua taça rudimentar, talhada no fruto da cabaceira, e ornada com gravuras, refresca também o espírito da sua permanente necessidade de arte”.⁴²⁴

É necessário, porém, reconhecer a dificuldade de alcançar tais percepções. Se importantes trabalhos historiográficos já demonstraram a importância e a viabilidade de se estudar as dinâmicas sociais próprias dos africanos, é verdade que tais dinâmicas quase sempre foram lidas a partir do discurso “aristocrático”, em detrimento dos entendimentos populares. Se estes estudos ajudam a perceber a importância do político e do religioso na vida social, poucos conseguem apresentar as noções de direito e deveres das camadas populares e que passam pela consideração de sua noção de riqueza.⁴²⁵

Jill Dias, há algum tempo já havia destacado essa lacuna quando apresentou o argumento sobre a importância de atentarmos aos “sentidos subjetivos da diferença” a partir da cultura material: dos adornos corporais e do porte de

⁴²⁴ REDINHA, José. **Álbum Ethnográfico ...**, 1966, p. 6. Mais sobre as necessidades africanas de mercadorias simbólicas e pragmáticas, ver: HENRIQUES, Isabel. C. **Percursos da Modernidade ...**, 1997, p. 379-380.

⁴²⁵ Assim como reconhece Isabel Castro Henriques quanto a análise da estrutura social mbangala na primeira metade do século XIX, em: **Percursos da Modernidade...**, 1997, p. 217.

determinados objetos, marcas e artefatos capazes de informar sobre a ocorrência de "rivalidades e consciências políticas e étnicas".⁴²⁶

Anteriormente apresentei a possibilidade das insígnias africanas, como símbolos físicos de poder, serem encaradas como fonte historiográfica, porque percebi nelas a variação do seu significado e do seu uso conforme a passagem do tempo.⁴²⁷ Atualmente, acrescento que os materiais e as técnicas de produção de objetos podem ensejar um conhecimento sobre a história das pessoas comuns.

Muitas máscaras e estatuetas, por exemplo, foram inspiradas na fisionomia de mulheres comuns ou em fatos corriqueiros. José Redinha, no seu **Álbum Ethnográfico**, apresenta a conversa sobre “assuntos de arte” que teve com um escultor cokwe do chefado de Chitato. Este escultor lhe disse que para produzir suas máscaras pwo se inspirava nas mulheres da sanzala e escolhia entre elas aquela de feições que mais o impressionava. “Depois de uns dias, olhando para ela, furtivamente enquanto fumava no seu cachimbo de água ou mutopa, ia para o seu poiso oculto (pois a máscara para bailarino é um trabalho secreto), e iniciava a obra, pensando na face que elegera entre as suas patrícias”. A beleza esculpida da face feminina nas máscaras pwo servia ainda como galanteio às mulheres: “os teus olhos são como os olhos da máscara muana mpuo”.⁴²⁸

Mas não só as faces das mulheres comuns estão nos objetos bem-conceituados. Com a diversificação do comércio regional e a possibilidade de ascensão social por meio dos negócios, os próprios objetos de poder podiam passar a pertencer às pessoas comuns ou, pelo menos, serem almejados por elas.

No estudo sobre os trabalhadores da expedição à Lunda destaquei a importância que os uniformes, correames e armamentos fornecidos por Henrique

⁴²⁶ DIAS, Jill R. Novas identidades africanas em Angola no contexto do comércio atlântico. In: BASTOS, Cristina; ALMEIDA, Miguel Vale de; FELDMAN-BIANCO, Bela (orgs.) **Trânsitos Coloniais**. Diálogos críticos luso-brasileiros. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p.317. Outro importante trabalho que tenta superar a dificuldade de entender a história africana a partir dos estratos sociais mais baixos é o de Beatrix Heintze. Foram as biografias reveladas no seu **Pioneiros africanos** (2004) que nos mostraram a possibilidade de um estudo aprofundado sobre os carregadores do comércio caravaneiro.

⁴²⁷ RIBEIRO, Elaine. **Barganhando sobrevivências ...**, 2013, p. 238.

⁴²⁸ Redinha apresenta ainda a possibilidade da inspiração vir também de mulheres de estrato social mais elevado, como no caso do escultor da Lunda Central que se inspirou na “face de uma rainha dos Maholos do Cuango, onde fora em viagem, para produzir a sua pwo”. O autor afirma que reconheceu o rosto da mesma mulher na face esculpida da máscara. REDINHA, José. **Álbum Ethnográfico...**, 1966, p. 12.

de Carvalho assumiram para os *loandas* e alguns carregadores. No porte desses objetos, como distinção social, os trabalhadores entendiam que isso lhes possibilitava agirem em nome do chefe e a se distinguirem dos demais grupos de carregadores envolvidos com a expedição.⁴²⁹

Neste mesmo sentido, percebo que as peças produzidas por artesãos africanos com materiais trazidos pelas caravanas, como tecidos, miçangas e tachas de latão, tiveram significados semelhantes.

Quando no tempo da remuneração dos carregadores, mesmo Henrique de Carvalho valorando os pagamentos segundo peso da carga e caminho percorrido, os carregadores faziam suas escolhas, “tanto de fazendas como de missangas”. As miçangas preferidas na região do rio Kwilu, por exemplo, eram as brancas, porque serviam para trocar por alimentos com as vendedoras que apareciam no acampamento e que muito as apreciavam.⁴³⁰

Essa importância é ressaltada outras vezes na descrição de Carvalho. Quando no acampamento de Xa Madiamba, o muatiânvua eleito, este preveniu o major português da possibilidade de seus carregadores estarem roubando as cargas da expedição, já que “não o viu [o chefe da expedição portuguesa] fazendo pagamentos em semelhante artigo” e há dias que observava miçangas brancas “sobre os ombros das raparigas”.

Para “evitar milongas”, como escreveu Carvalho, respondeu-lhe “rapidamente” o seguinte:

que as caravanas dos Mbangala comerciavam muito essas miçangas pelos caminhos e que os carregadores Songo da expedição também as tinham em grande quantidade para os seus negócios. Provavelmente as mulheres teriam conseguido com estes as miçangas na troca por mantimentos, “mas em todo o caso [afirmou que era] bom o conselho do [seu] amigo e no Caungula [haveria] de revistar todas as cargas.”⁴³¹

⁴²⁹ RIBEIRO, Elaine. **Barganhando sobrevivências...**, 2013, p. 240-244.

⁴³⁰ CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 253, 292 e 487.

⁴³¹ CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 608.

Famosos pelas queixas dos viajantes do XIX, os casos de roubos descritos são nesse sentido úteis para entendermos as aspirações dos carregadores por mercadorias que transitavam pelo comércio regional, que poderiam lhes conferir capacidade de compra e liquidação de dívidas.

Numa outra ocasião de pagamentos aos mesmos carregadores Songo, Henrique de Carvalho notou faltar entre as cargas algumas ‘peças de riscado’ e “varas de metal, que Xa Madiamba havia pedido”. Feito um cerco pelos loandas e soldados armados às vintes cubatas dos trabalhadores, lá encontraram algumas cargas que reconheceram como aquelas roubadas: “galões, cadernos de papel, cargas de diversas armas, pacotes de tachas de cabeça amarela e até peles de camurça e outros artigos que estavam escondidos entre o capim”.⁴³²

Provavelmente a mercadoria “roubada” pelos carregadores Songo podia ser comercializada nos mercados locais com compradores interessados em tachas, peles, armas, galões e cadernos de papel. Assim, posso conjecturar sobre uma demanda por estes materiais.

Os carregadores procuravam também conseguir produtos de maior valor, inclusive simbólico, destinados a presentear os chefes

políticos. Este foi o caso do carregador Augusto, acusado por Henrique de Carvalho de tentar roubar uma “caixa de folha” que continha “roupa de presentes, missangas e outros artigos que eram chamados dos grandes recursos”.⁴³³ E, ainda, de José Mulato, que havia sido enviado ao chefe “Xa Cumba com meia dúzia de facas” para conseguir tabaco e de “lá não chegou e nem nunca mais apareceu”.⁴³⁴

Tanto Augusto, quanto José Mulato poderiam ter pego as cargas para saldar dívidas que tinham com chefes locais. O sistema comercial permitia na época a obtenção de bens a crédito (inclusive com papéis escritos, como já apresentei no segundo capítulo), que podia ser liquidado mediante o pagamento de produtos com

⁴³² Passados alguns dias, Henrique de Carvalho descreveu que havia recuperado ainda “8 pannos feitos, 6 peças de fazenda completas (atacadas), 4 barris de pólvora e 8 armas lazarinhas”. Cf.: CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 626-628 e 648.

⁴³³ CARVALHO, H. Descrição..., 1893, vol. III, p.676.

⁴³⁴ A descrição do caso e o desenho da faca encontram-se em: CARVALHO, H. Descrição..., 1893, vol. III, p.631-632.

valor pragmático e/ou simbólico, como no caso das peças acusadas de terem sido roubadas pelos carregadores. O que é verificável no caso de Augusto que foi preso por “Xa Cussai para saldar suas dívidas com ele”. O próprio chefe lunda havia “nas ante-vésperas” do sumiço de Augusto procurado Henrique de Carvalho para que ele, como chefe da comissão de Muene Puto, providenciasse “sobre novos créditos, que alguns carregadores, e um d’elles era Augusto, lhe estavam devendo”.⁴³⁵

Anteriormente enfatizei os diferentes sentidos sociais da mukanda: no rito de passagem dos meninos lunda, nas habitações e nos fundos construídos para os carregadores e seus agregados, nas autorizações concedidas pelos chefes políticos africanos aos estrangeiros para fundarem em suas regiões casas de negócios, nos tratados realizados por Henrique de Carvalho com os titulares políticos da Lunda e, por fim, nos contratos de trabalho e comerciais, como os bilhetinhos de crédito. Faltou destacar a significância material da mukanda, para além da mensagem escrita.

Com o mesmo significado de distinção social, também desejadas eram as folhas de papel, como no caso da acusação de roubo de “cadernos de papel” por carregadores Songo. Uma forma de obtê-lo era apelar para a autoridade de Muene Puto, representada na figura do major português ou muata majolo.⁴³⁶

Henrique de Carvalho descreve situações de pedidos de mukanda, como nos casos supracitados do carregador Xavier, que pedia um escrito para sua segurança, e do caçador Augusto Jayme, que queria uma mukanda para torna-se “capitão de sua Magestade”.

Neste mesmo sentido, chamo à atenção para a mukanda como insígnia de distinção social para além da mensagem escrita - como um material com valor simbólico.

Em 1886, o chefe lunda Anzôvo Munzódi pediu a Henrique de Carvalho que desse mukanda a cada um dos seus homens que seriam enviados a uma missão e poderiam ser nos caminhos emboscados por inimigos Cokwe.

⁴³⁵ Cf.: CARVALHO, H. Descrição..., 1893, vol. III, p. 676.

⁴³⁶ Para a discussão sobre a identificação de Henrique de Carvalho como angana ou muata majolo, ver: RIBEIRO, Elaine. **Barganhado sobrevivências...**, 20103, p. 239-241 e 273-275.

Assim, para que na mata e também à noite se reconheçam e não atacassem uns aos outros, solicitavam que o muata majolo desse a eles uma mukanda, porque se tivessem que fazer fogo aos inimigos poderiam distinguir os seus daqueles. Henrique de Carvalho deu a eles “cartões de ornatos dourados, o que mais lhes agradou, por ser rijo e os desenhos serem pássaros”. Eles colocaram os cartões em “uma espécie de caniço, que racharam até certa altura, e lá seguraram os cartões, conservando-os ao alto, no lado direito da cabeça, tendo o cuidado, por meio de liames, em torno da cabeça, de os conservar verticais”.⁴³⁷

Neste caso, o porte visível dos cartões, chamados de mukanda, conferiu aos emissários lunda um ornato de auto identificação.

Pela importância material adquirida, o expedicionário português viu a necessidade de descrever fisicamente as mukandas: “encerradas em um invólucro fechado” e “envoltas em papéis e pedaços de fazenda e ainda em folhas secas amarradas com fibras”.⁴³⁸

Não me foi possível encontrar mukandas amarradas com esses materiais, mas dobradas com cuidado de forma que o mesmo papel escrito com a mensagem pudesse servir também de envelope:

Mukanda dobrada ⁴³⁹

⁴³⁷ CARVALHO, H. Descrição..., 1893, vol. III, p. 407-408.

⁴³⁸ Cf.: CARVALHO, Henrique A. D. Ethnographia e História..., 1890, p. 215.

⁴³⁹ Disponibilizo no final da tese a transcrição nº 48 desta mukanda: Correspondência Mutombo a Capenta Monaluanda ao Muhantiamvo Chá Mareaba. Monaluanda, 2 de outubro de 1886. **Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição.** AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092. Capenda era o título lunda dado aos titulares políticos Shinje. Os estados dos Kapenda eram formados a partir da concessão de poder pelas soberanas Shinje: “É de uso neste Estado, que é designado pelo das mulheres, por serem estas que dão o herdeiro ao Capenda, poderem ellas escolherem conjuge entre os homens do seu povo, porém o preferido só vive com a mulher até esta ter dois filhos d'elle, sendo então por ella nomeado conselheiro e potentado (Muana Angana) concedendo-lhe terra e povo para constituir o seu governo.” Cf.: CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 7-8.

Portanto, a partir do estudo dos objetos é razoável tentar alcançar aquilo que Jill Dias chamou de "sentido subjetivo da diferença": distinguir posições sociais, hierarquização e aspirações de ascendência a partir da valoração dos diferentes artigos.

Isso se dá ao analisarmos as descrições contidas na documentação do XIX e do início do XX, quanto ao uso de determinados objetos que continham miçangas e tecidos de várias qualidades, tachas de latão e outros objetos de metal, além dos materiais locais, como as fibras vegetais e as diversas espécies de madeira.

Todos estes eram itens carregados nas muhambas dos carregadores que os levavam para serem negociados com quem pudesse manipulá-los e com eles produzir os objetos de uso cotidiano das populações africanas centro-ocidentais.

Não só nas muhambas vemos estes artigos. O estudo dos adornos e das insígnias de poder dão a conhecer, por exemplo, que os carregadores também usufruíam dos produtos do mercado internacional, seja adornando seus próprios corpos, seja trocando-os com quem os apreciavam, como as vendedoras de produtos alimentícios que iam aos acampamentos das caravanas.

A fotografia do alferes José de Velloso de Castro que mostra os carregadores dividindo o pagamento da sua alimentação merece destaque.

**"Distribuição de rações a carregadores".
1908. Recorte da fotografia do alferes
de infantaria José de Velloso de
Castro⁴⁴⁰**

⁴⁴⁰ Arquivo Histórico Militar. PT/AHM/FE/CAVE/VC/A10/0604. Disponível em: <http://arqhist.exercito.pt/details?id=159357>. Acesso em: outubro de 2015.

Nela podemos ver os carregadores vestidos com tecidos de distintas qualidades: axadrezados, brancos e com diferentes estampas.

Com fitas de tecido na cabeça e no braço e, ainda, com cordões de fibras vegetais e contas no pescoço e no dorso.

Na fotografia podemos perceber também posições sociais: o papel das figuras centrais sentadas que distribuem aos que estão em pé ao seu redor os tecidos brancos destinados a serem trocados por alimentos.⁴⁴¹

A hierarquização sugerida na fotografia pode ter se dado com a configuração do grupo a partir de um cabo de carregadores. Esta liderança também podia ser confiada a uma pessoa respeitada por sua profissão, como aqueles que sabiam manipular as matérias carregadas nas muhambas: artesãos, produtores de peças como as máscaras, amuletos e instrumentos musicais para os cultos e horas de lazer, ou ainda, cesteiros e esteireiros, produtores dos utensílios do cotidiano; costureiros, que podiam confeccionar camisas e outras vestimentas; também os ferreiros, que conseguiam produzir lanças, facas, lâminas e ornamentos de ferro e também concertar as armas de fogo de origem europeia:

⁴⁴¹ Lembrando que Carvalho também pagava os seus carregadores com tecidos brancos para que eles trocassem por alimentos. CARVALHO, H. Descrição..., 1892, vol. II, p. 257.

"Uta wa mbanze. Sona ja fume Kalundjika nyi mbatu. Mahamba a ku cikundji. Yikapa ya tombi.

Antiga espingarda de pederneira importada de Braga. A madeira é profusamente enfeitada com pregos de cabeça arredondada alinhados em filas duplas e paralelas numa das metades da coronha compondo o motivo mbatu ou trama das esteiras. [...] Proveniência: Cokwe; região: Kambulu-Dundu".⁴⁴²

O comércio caravaneiro era estimulador de posições sociais e políticas. Talvez um grande exemplo, encontrado nos escritos de Carvalho, foi o Kaungula da Mataba, que havia sido negociante e que com o seu trabalho-e-labor conseguiu alcançar grande posição política. Sobre esta autoridade da Lunda, que era considerada Kilolo de Muatiânvua, o major português escreveu que "antes de tomar conta do estado, que governava por eleição do seu povo" andava sempre nos caminhos que levavam à região do rio Kwangu, chegando a frequentar a casa comercial de Carneiro & Machado e "para sair-se a bem de todos os seus giros, foi

⁴⁴² BASTIN, Marie Louise. **Arte decorativa Cokwe ...**, 2010, vol. II, Estampa 102 (a, b). Sobre a "africanização das armas de fogo de origem europeia", Isabel de Castro Henriques escreveu um artigo bastante estimulante. Nele a historiadora destacou os diferentes usos pelos mbangala e cokwe: como bens de prestígio e como instrumentos de trabalho. Neste último caso, a arma foi especialmente importante para os cokwe que eram caçadores de elefantes e respondiam à demanda do comércio internacional pelo marfim. Para tanto, ver: HENRIQUES, Isabel de Castro. Armas de fogo em Angola no século XIX. In: SANTOS, Maria Emilia Madeira (org.) **Primeira reunião internacional de história da África** – relação Europa-África no terceiro quartel do século XIX – Actas. Lisboa: CEHCA, IICT, 1989, p. 407-429. A mesma imagem do trabalho de Bastin foi publicada por Henriques em: HENRIQUES, Isabel Castro. **Percursos de Modernidade em Angola...**, 1997, p. 322.

preciso saber viver bem, com todas as tribus, Quiocos, Lundas, Minungos, Xinjes, Bangalas, e Peindes".⁴⁴³

Como sempre o vimos, foi retratado; apenas trajando um bom panno de chita escura, que o envolvia da cintura até á altura do delgado da perna, sustentado á cintura por uma espécie de correia por elle feita. O cabello usava-o curto; apenas se lhe via ao pescoço uma fiada de contas grossas azues, no braço esquerdo o lucâno de Muata e no delgado da perna direita a lucanga, na mão esquerda o inseparável mucuali, mas sem a maia, o talabarte para suspensão. Nada mais simples, mas ninguém o acreditava por pobreza, pois todos o conheciam como o Muata mais rico da região de baixo, (do norte).⁴⁴⁴

O porte dos objetos, portanto, dava visibilidade social e política. Antes, porém, para ter direito de portá-los era necessário estar investido de poder. Em fins do XIX, o caso do Kaungula da Mataba demonstra que se podia obter ascensão social ou poder político por meio das tarefas diárias no comércio de longo percurso. Desta forma, os adornos corporais desta autoridade lunda não deixavam dúvidas de sua posição social aos olhos das pessoas com quem convivia.

Acredito que para os agentes comuns o porte dos objetos como demonstrador de lugar social também era importante, porque os tornavam visíveis.

⁴⁴³ CARVALHO, H. Descrição..., 1893, vol. III, p. 689-690.

⁴⁴⁴ CARVALHO, H. Descrição..., 1893, vol. III, p. 688. Para a legenda e a imagem do Kaungula da Mataba, ver: **Álbum da Expedição Portuguesa ao Muatiânvua**. Disponível em: <http://henriquedecarvalho.bnportugal.pt/fotos/foto032.htm> e http://henriquedecarvalho.bnportugal.pt/legendas/ea-95-p_0022_18_t24-C-R0150.jpg Acesso em: outubro de 2015.

O exemplo mais comum na historiografia sobre Angola é o do ambaquista. Sempre mencionado portando papel, tinta e pena.⁴⁴⁵

Deste modo, mirando-se numa figura bastante conhecida entre as caravanas e que desenvolvia um ofício conceituado, a de escriba, não à toa que o papel, assim como os tecidos, miçangas e outros artigos do comércio internacional, passou a adquirir uma importância simbólica na sua materialidade.

Como forma de comunicação, mas também como sinal de visibilidade, as cartas de Xavier, Quiteca, Caguhia, Gamboa, Guizuuu e João Capagala foram escritas e entregues ao chefe da expedição. Se assim não fosse, por que as enviar, já que podiam falar diretamente a Carvalho suas demandas?

As questões colocadas neste capítulo sobre *o movimento* ou a viagem dos objetos suscitam à reflexão teórica, quanto aos artigos europeus transacionados no interior do continente e como as pessoas dessas regiões recebiam as novidades e as adaptavam às suas realidades.

A essencialidade dessas mercadorias para as populações africanas já foi debatida por uma historiografia avalizada que ora defende que esses produtos eram artigos de ostentação, ora que eram mercadorias de primeira necessidade.⁴⁴⁶

De minha parte, sigo a proposta de Isabel de Castro Henriques.⁴⁴⁷ Encaro essas mercadorias como sendo de necessidades pragmática e simbólica para os africanos envolvidos com o comércio de longa distância na Lunda. Também por isso que chamei as tarefas diárias das pessoas comuns de trabalho-e-labor.

⁴⁴⁵ Jill Dias afirma que "quase não há relato europeu sobre Angola do século XIX que não mencione os ambakistas". DIAS, Jill. *Novas identidades africanas em Angola no contexto do comércio atlântico...*, 2007, p. 334.

⁴⁴⁶ Para a discussão sobre a essencialidade dos produtos europeus em regiões africanas ver: THORNTON, John. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico 1400-1800**. Tradução de Marisa Rocha Mota. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 89 e 94. Para uma visão contrária a de Thornton ver o texto de ALPERN, Stanley B. *What Africans Got for Their Slaves: A Master List of European Trade Goods*. **History in Africa**, vol. 22, 1995, p. 5-43. Para uma discussão dessa questão a partir das descrições dos viajantes ver: RIBEIRO, Elaine. **Barganhando sobrevivências...**, 2013, p. 146 e segs.

⁴⁴⁷ A historiadora escreveu: "Os africanos produzem para se alimentar, como todos os grupos sociais, mas produzem também para alimentar as relações com os espíritos. A produção deve por isso assegurar a existência de um excedente que, ao mesmo tempo que permite os actos religiosos, serve igualmente para organizar as trocas a grande distância. As sociedades constroem-se graças às relações com os Outros; elas esperam as mercadorias vindas de alhures, para satisfazer as suas 'necessidades', tanto as simbólicas como as pragmáticas". HENRIQUES, Isabel. C. **Percursos da Modernidade ...**, 1997, p. 379. [grifo meu]

A frase referenciada quase no início deste capítulo pode sintetizar em poucas palavras a questão, porém gostaria de modificá-la: não só os Cokwe, mas também os Shinje, Songo, Lunda, Mbangala, entre outros grupos ligados ao comércio de longo percurso referenciados neste estudo, "refrescam-se com a água de suas taças, nada rudimentares, talhadas no fruto da cabaceira e ornadas com gravuras, refrescam também o espírito da sua permanente necessidade de arte", ou melhor, "necessidade de permanência e durabilidade frente ao caráter efêmero da vida humana".⁴⁴⁸

"Panda. Yimbya. Kaponya wa pwo. Mulela. Taça de comida do tipo panda.

Proveniência: Xinji; região: Kamaxilo; chegado: Mwakavula".⁴⁴⁹

⁴⁴⁸ ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Lisboa: Relógio d'Água Editores, 2001, p. 21. A frase de Redinha encontra-se em: REDINHA, José. **Álbum Ethnográfico ...**, 1966, p. 6.

⁴⁴⁹ Para a imagem da taça, Bastin escreveu a seguinte legenda: "O escultor deu à taça a forma de um pote para cozer mandioca, yimbya. [...] A figura feminina, kaponya wa pwo, exhibe a representação da tatuagem mikonda sob a forma de duas nervuras horizontais que lhe atravessam o baixo-ventre. O penteado em nervura é do género milamba, com o cabelo preso em tranças paralelas partindo da fronte para a nuca. Madeira mulela de cor natural; a parede exterior do recipiente e a base foram enegrecidas ao fogo. [...] Proveniência: Xinji; região: Kamaxilo; chegado: Mwakavula. O tema da cariátide não é muito frequente na Lunda e a postura desta figura de mulher de braços tão graciosamente abertos para sustentar a taça é deveras excepcional". BASTIN, Marie Louise. **Arte decorativa Cokwe ...**, 2010, vol. II, estampa 13. Para Redinha o "prato de pé dos Xinges" podia custar "um preço consideravelmente superior ao da mesma peça em madeiras lisas". REDINHA, José. **Álbum Ethnográfico ...**, 1966, p. 36, estampa 11.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Então, olhemos a história como história – homens [mulheres e crianças] situados em contextos reais (que eles não escolheram) e confrontados perante forças incontornáveis com uma urgência esmagadora de relações e deveres, dispondo apenas de uma oportunidade restrita para inserir sua própria ação...”.

THOMPSON, E. P. A peculiaridade dos ingleses. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio (org.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p.140.

Durante sua viagem à capital da Lunda, Henrique de Carvalho recebeu inúmeras cartas, entre elas, três se destacam. A primeira, assinada por Quiteca, outra por Caguhia, Gamboa, Guizuua e João Capagala e a última, por Xavier. Tratavam-se de homens contratados para o serviço de transporte de cargas que escreveram [ou pediram para escrever em nome deles] ao responsável por suas tarefas na expedição, solicitando-lhe melhor remuneração, tratamento digno e auxílio para se estabelecerem como negociantes do comércio de longa distância.

Do processo de engajamento de trabalhadores à expedição, que contou com vários momentos ao longo de quase quatro anos em que se desenvolveu a viagem, as cartas resistiram ao tempo, cruzaram-se no arquivo lisboeta e atualmente, neste trabalho, evidenciam os vínculos sociais criados entre diferentes agentes que tinham demandas próprias.

Portanto e de um modo geral, estas cartas e seu percurso contêm indícios que possibilitam conhecermos as experiências dos carregadores do comércio caravaneiro na Lunda. Tal como os objetos que os mesmos trabalhadores carregaram para a expedição.

Desta forma, cartas e objetos ao circularem produziram registros de "gente de carne e osso", que atualmente suscitam questões importantes para o conhecimento histórico.

A primeira questão é que as ações destes agentes históricos não pertenciam à esfera do informal ou do improvisado. Eles não compunham grupos à margem em suas sociedades. O trabalho-e-laboro dos carregadores - porque sabiam fazer - era parte substancial da engrenagem que colocava em funcionamento o comércio de longa distância na Lunda.

Ainda assim, as ações individuais e coletivas destes trabalhadores sofriam a pressão da era dos impérios, no dizer de Eric Hobsbawm, assim como o peso da estrutura social das populações envolvidas nesse comércio.

Ao tentarem colocar no palco das relações as suas demandas, suas ações eram calculadas de forma a obterem êxito. Para tanto, uma possibilidade era apropriarem-se das novidades que vinham com os contatos comerciais provenientes de regiões distantes.

Tecidos, miçangas, tachas de latão, entre outros produtos, eram vistos como importantes para o sustento do corpo, para trocar por alimentos, mas também para a inserção social e para o alcance e manutenção da prosperidade, com o porte de insígnias e amuletos propiciatórios.

Por isso, foi importante estudar e entender as demandas dos grupos de carregadores e seus agregados (mulheres e crianças) por produtos do comércio internacional - também por meio da cultura material produzida pelos especialistas africanos. Estes são alguns dos objetos que resistiram ao tempo e às viagens e que podemos ver nos museus da Europa e de outros continentes.

Além de fazer movimentar os mercados regionais, com a troca por produtos procurados pelos europeus, já bastante conhecidos e chamados por eles de "matérias-primas" para suas indústrias, a demanda africana engendrava uma diferenciação social entre os grupos com acesso a determinados artigos, inclusive àqueles produzidos na região centro-ocidental africana, como os tecidos de fibras vegetais, em alguns lugares mais valorizados que os da indústria europeia.

Este acesso, como sublinhou Jill Dias, era resultado da facilidade de movimento das populações, nos diferentes terrenos da África centro-ocidental, que migravam em busca de oportunidades promovidas pelo comércio e pela proteção

política de agentes que detinham maior poder e possibilidade de se responsabilizar por elas a partir da concretização de vínculos sociais. Este foi o caso descrito por Carvalho do Kaungula da Mataba, ex-negociante do comércio de longa distância, que com o seu trabalho-e-laboro conseguiu alcançar prestígio, tornar-se por "eleição do povo" seu governador, obter o título de Kaungula e ser quilolo de muatiânvua.

Muitas vezes, participar de um grande empreendimento, como uma expedição, por exemplo, podia ser fruto de uma avaliação consciente. Além de com isso obter segurança nos caminhos, uma vez que se caminhava em grupos maiores e armados, podia-se conseguir prestígio social ao ser considerado próximo - ou 'filho' - de alguém com estatuto político respeitado entre as autoridades políticas locais, como foi o caso de muitos trabalhadores da expedição de Henrique de Carvalho que se identificavam como "filhos de Muene Puto".

A partir deste entendimento é seguro afirmar que o vício do pensamento lusófono deve ser ultrapassado, como propõe Maria da Conceição Neto. Não se pode mais encarar as apropriações somente como cumplicidade ou conivência com os elementos da colonização portuguesa.

Tal é o caso da escrita.

A apropriação criativa e consciente do papel escrito por parte dos agentes envolvidos com o comércio de longa distância demonstra, conforme vimos com as cartas de Quiteca, Xavier, Gamboa e seus companheiros, que ela foi um instrumento para tentar reivindicar direitos: receber remuneração de acordo com as tarefas realizadas, a partir de critérios específicos, como itinerários a serem percorridos, artigos a serem percebidos, levando-se em conta os locais atingidos, se eram aceitos para negócio, entre outros. Mas também uma ferramenta para cobrar deveres: a responsabilidade do chefe da expedição ou da caravana em afastar malefícios e maus tratos.

Independente se os carregadores soubessem ler e escrever, o porte do papel escrito, ou a sua materialidade, tinha significância e era compreendida em diferentes ocasiões, como documentos de crédito, bilhetes de passagem e contratos de trabalho, além da sua função diplomática na troca de correspondência entre os agentes europeus e as autoridades africanas e entre elas próprias.

Outrossim, como fonte historiográfica, com o papel escrito foi possível perceber as sociabilidades em trânsito. Carregadores e seus agregados também

fizeram uso da escrita para estabelecer contatos com os seus parentes e conhecidos nas suas localidades de origem, como também para tecerem novas alianças. Tal como o carregador Xavier, via escrita, a pedir "carta de bom comportamento" para poder se estabelecer em Kamau, no caminho do comércio, e lá poder receber "em boa harmonia" outros viajantes.

Para chegar a estes significados, importante foi estudar primeiro a função da mukanda ou do papel escrito no comércio de longa distância para depois compreender a sua apropriação - simbólica e material - pelos trabalhadores das caravanas.

Quanto as evidências escritas dos carregadores - as quais pude consultar por conta do seu próprio trabalho, uma vez que foram eles que as carregaram em suas muhambas e as fizeram chegar na Europa, onde resistiram ao tempo, - alguém poderá dizer que elas não são muitas e não podem ser representativas do todo.

A questão para mim é que até hoje insuficiente foi a atenção dada aos registros escritos [ou em nome deles escritos] por agentes africanos da escala social mais baixa. Está claro que quanto mais os historiadores se interessarem por estas camadas, mais fontes deles e sobre eles aparecerão. E então, quem sabe, poder-se-á contentar padrões mais exigentes quanto ao número de fontes em uma pesquisa histórica. Além do mais, as fontes também têm sua história, "o que parece secundário, numa dada conjuntura, pode revelar-se decisivo em outras".⁴⁵⁰

Por fim, a experiência histórica dos carregadores nas últimas décadas do XIX e primeiras do XX possibilita ainda visualizar a gestação da colonização portuguesa na Lunda. Em outras palavras, também é possível estudar o processo de ocupação e início da colonização do atual nordeste angolano a partir da experiência dos carregadores do comércio de longa distância.

Há pontos importantes da disputa entre as nações imperialistas que abrangiam a vida dos carregadores, porque uma das mais fortes intenções do colonialismo, no dizer de Alfredo Margarido, foi o controle desta força de trabalho, com vista à exploração e retirada das riquezas africanas.

As disputas pelas fronteiras entre Angola e Estado Independente do Congo na região da Lunda quase sempre envolvia o acesso as vias terrestres e fluviais do

⁴⁵⁰ DIAS, Maria Odila Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 8.

comércio, especialmente, da borracha, produto de extrema importância na virada do século para a indústria europeia.

Quando as autoridades portuguesas, no contexto finisecular, resolveram fazer a ocupação pela força, não à toa começaram os conflitos armados e, por parte das populações africanas, os saques às comitivas do comércio que abasteciam os postos militares. Postos que foram erguidos ao longo dos caminhos do comércio, por vezes, em pontos estratégicos de passagem de caravanas. A obra do terceiro governador do distrito da Lunda, o tenente Alberto Teixeira de Almeida, é elucidativa quanto as intenções coloniais e o "esqueleto de ocupação da Lunda", planejado por colonialistas como Paiva Couceiro.

O impacto que a ocupação militar teve sobre as lides diárias dos carregadores foi grande. Carregadores podiam se tornar soldados. Também podiam ficar no fogo cruzado:

Debaixo de fogo - carregadores. 1908.

Recorte da fotografia do alferes de infantaria José de Velloso de Castro⁴⁵¹

⁴⁵¹ Arquivo Histórico Militar. PT/AHM/FE/CAVE/VC/A10/0604. Disponível em: <http://arqhist.exercito.pt/details?id=159385>. Acesso em: outubro de 2015.

Ana Paula Tavares escreve que ainda hoje "a memória de caminhos antigos povoa o quotidiano da gente, da mais variada origem, que habita as Lunda".⁴⁵²

Desta forma, termino afirmando que esta pesquisa é fruto de um caminho que se iniciou há alguns anos e que devido às inúmeras bifurcações que ainda existem pretendo continuar percorrendo.

São Paulo - Alfenas - Lisboa e
Lisboa - São Paulo - Alfenas, 2016.

⁴⁵² A escritora angolana escreve ainda que seus "entrevistados mais jovens lhe contaram, em 2003, como a memória desses caminhos antigos permitiu que alguns fugissem do alistamento militar. Sérgio actual trabalhador do Museu do Dundo, de uma família luba, deu testemunho sobre a sua própria fuga e do dinheiro pago em Dólares dos E.U.A ao seu "condutor". Contou detalhadamente os preceitos e as formas de evitar as minas anti-pessoal, introduzindo-nos num universo de crenças e histórias eficaz para a compreensão da memória colectiva." TAVARES, Ana Paula. **História e Memória**: estudo sobre as sociedades Lunda e Cokwe de Angola. Lisboa, 2009. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, p. 109.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

I. Fontes Manuscritas

1145 SEMU DGU 1L Liv 1886 - Expedição Portuguesa ao Muatiânvua - Diário Livro I Moç- Arquivo Histórico Ultramarino

1146 SEMU DGU 1L Liv 1886 - Expedição Portuguesa ao Muatiânvua - Diário Livro II Ang- Arquivo Histórico Ultramarino

1149 SEMU DGU 1L Liv 1884-1885 - Expedição Portuguesa ao Muatiânvua - Copiador de Ofícios Moç. - Arquivo Histórico Ultramarino

1150 SEMU DGU 1L Liv 1884 - Expedição Portuguesa ao Muatiânvua - Diário Moç - Arquivo Histórico Ultramarino

1152 SEMU DGU 1L Liv 1885 - Expedição Portuguesa ao Muatiânvua - Diário Livro II Moç (sic) - Arquivo Histórico Ultramarino

1153 SEMU DGU 1L Liv 1886 - Expedição Portuguesa ao Muatiânvua - Diário Ang - Arquivo Histórico Ultramarino

1154 SEMU DGU 1L Liv 1887 (1885 sic) - Expedição Portuguesa ao Muatiânvua - Diário Livro I Moç (sic) - Arquivo Histórico Ultramarino

1155 SEMU DGU 1L Liv 1885 - Expedição Portuguesa ao Muatiânvua - Copiador de Ofícios Moç. - Arquivo Histórico Ultramarino

1156 SEMU DGU 1L Liv 1886 - Expedição Portuguesa ao Muatiânvua - Diário Livro II (nº.3) - Arquivo Histórico Ultramarino

1157 SEMU DGU 1L Liv 1884-1888 - Expedição Portuguesa ao Muatiânvua - Cópia de diversos documentos - Moç. - Arquivo Histórico Ultramarino

1425 SEMU DG EDU Mç 1884-1897 - Expedição Portuguesa ao Muatiânvua - Providencias Publicadas pelo Comissário Régio de Angola- Arquivo Histórico Ultramarino

1555 SEMU DGU 1C Mç. 1869-1903 - Expedições de Zambézia, Muatiânvua, Moçambique, João Coutinho e Victor Gordon Ang e Moç. - Arquivo Histórico Ultramarino

c.1810 – Ofício (minuta) do [5o Conde das Galveias], d. João de Almeida de Melo e Castro, [secretario de Estado da Marinha e Conquistas], para o sr. Freitas informando ter remetido um maço de requerimentos e um aviso que deve ser encaminhado à Junta do Comércio. Anexos minutas do Conde das Galveias, entre outros assuntos, sobre a falta de carregadores pois são espancados por sertanejos e fogem”. Col. IHGB dl82, 05.14

AGUIAR, Manuel Sertório de, CARVALHO, H. A. D. **Álbum da Expedição Portuguesa ao Muatiânvua.** Disponível em: <http://henriquedecarvalho.bnportugal.pt/album.htm> Acesso em: outubro de 2015.

Expedição à Lunda. Carta da região Cuango ao Cuílo. **1890 - Ocupação da Lunda - AHU SEMU DGFTO 1H Mç. 904.**

Carta de Roberto Ivens para Luciano Cordeiro, lamentando não receber do governo apoio de que necessitava. Bié, 1 de abril de 1876. 2 fls. SGL, 779. Res. 2 – A – 23 – 87.

CARVALHO, Henrique A. D. Apontamentos sobre os usos e costumes dos Povos da Região Central d'Africa e mais particularmente da Lunda, Luambata, 3 de maio de 1887. AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

Colecção de 64 cartas de Henrique de Carvalho, datadas do Castelo de São Jorge, em Lisboa, dirigidas ao Conselheiro Henrique Barros Gomes, Ministro da Marinha e Ultramar, sobre a questão da Lunda. 1897. Em anexo dois mapas. SGL. Res. 1 - Pasta B - 10

Croquis do Itinerário seguido pela Expedição do Cuango ao Cuilo e ramificações ao N'zovoe Mu-sha éla em diligências de carregadores. AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092. Pasta Acampamento: Vale das Amarguras (Camau).

Correspondência de Henrique Augusto Dias de Carvalho ao ministro e secretário d'estado dos negócios da Marinha e Ultramar, datada do Acampamento no Valle do Camau, 31 de março de 1885, 70 fls. AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

Correspondência de Henrique Augusto Dias de Carvalho ao ministro e secretário d'estado dos negócios da Marinha e Ultramar, datada do Acampamento Valle das Amarguras, Camau, 29 de maio de 1885, 28 fls. AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

Correspondência do governador-geral G. A. de Brito Capello ao ministério da marinha e ultramar remetendo cópia de um ofício do subchefe da expedição ao Muata Yanvo relativos aos socorros prestados ao major Carvalho. 09 de maio de 1887. Projeto Acervo Digital Angola Brasil (PADAB) – Arquivo Histórico de Angola (AHA) e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) DVD 20, Pasta 83, Códice 45 -a-10-3, DSC 00107.

Cópia da correspondência de António Lopes de Carvalho a Custódio Machado, de Cula-Muchito, 3 de maio de 1884. **Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição.** AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092. Também publicada em: CARVALHO, H. Descrição..., 1890, vol. I, p. 345-346.

Correspondência do governador-geral G. A. de Brito Capello ao ministério da marinha e ultramar informando os gastos da expedição ao Muata Yanvo. 10 de outubro de 1887. **Projeto Acervo Digital Angola Brasil (PADAB)** – Arquivo Histórico de Angola (AHA) e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) DVD 20, Pasta 85, Códice 46 -a-10-4, DSC 00033.

Fatura da casa comercial de Custódio José de Sousa Machado, a cargo de José de Antonio de Vasconcellos. Conta do major Henrique Augusto Dias de Carvalho. (a) José Antonio de Vasconcellos, Quango, 16 de fevereiro de 1885. **Pasta Documentos de despesa da Expedição.** AHU SEMU DGU 1L ANG Cx. 1091.

Fatura da casa comercial de Custódio José de Souza Machado. Pagamento de 4 meses de ordenado e 1 mês de ração em favor de António Bezerra de Lisboa, 1º intérprete da Expedição Portuguesa á África Central. Malanje, 10 de outubro de 1884. **Pasta Documentos de despesa da Expedição.** AHU SEMU DGU 1L ANG Cx. 1091.

Fatura da casa comercial de Custódio José de Souza Machado. Conta da Expedição á África Central chefiada pelo major Henrique Augusto Dias de Carvalho. Malanje, 24

de novembro de 1884. **Pasta Documentos de despesa da Expedição.** AHU SEMU DGU 1L ANG Cx. 1091.

Fatura de João Pinto da Cunha de fornecimentos feitos ao governo do Districto da Lunda. Malanje, 28 de janeiro de 1896. **Maço Expedição à Lunda.** Contas de diversos credores. 1732 SEMU DGU 1C Mç. 1896-1898 - Expedição à Lunda – Ang

Fatura de M. Neves & Companhia de fornecimentos feitos ao governo do Districto da Lunda. Malange. 14 de dezembro de 1895. **Maço Expedição à Lunda.** Contas de diversos credores. 1732 SEMU DGU 1C Mç. 1896-1898 - Expedição à Lunda – Ang

LOBO, João de Azevedo. **Coluna de operações ao norte da Jinga.** Relatório do comandante da coluna. 27 de agosto a 17 de setembro de 1910. Loanda: Imprensa Nacional de Angola, 1913.

MACHADO, Custódio. Relação dos 90 carregadores que n'esta data despacho com equal número de cargas c/ o risco da Expedição Portuguesa á Africa Central a entrega do Illmo. Exmo. Seu commandante da mesma para Mussumba. Malange, 18 de agosto de 1885. **Pasta Documento de despesa da expedição.** AHU SEMU DGU 1L ANG Cx. 1091.

Orçamento da despesa a fazer com a expedição ao Muata Yanvo. **Pasta Liquidações.** 2095 2097 2098 SEMU DGU 2G Cx 1887 -1891 - Expedição Portuguesa à Lunda e Liquidações (1887-1891) - Expedição - Lourenço Marques (1895) - Expedição à Zambézia (1869) - Ang Moç

PORTO, Antônio Francisco Ferreira da Silva. **Memorial sobre os vários acontecimentos na região da Lunda entre 13 de agosto de 1841 e 26 de dezembro de 1885.** SGL. Res. 1 – Pasta E – 2.

Relatório do tenente graduado Simão Candido Sarmento, chefe da expedição à Lunda, de 21 de julho de 1893. **Ocupação da Lunda.** AHU SEMU DGFTO 1H Mç. 904.

SARMENTO, Veríssimo de Gouvêa. **Relatório das operações militares nas regiões do Xinge e Lunda, de janeiro a junho de 1906.** AHU SEMU DGU 1B Pt. 577.

TEIXEIRA, Frederico César Trigo. Diário da Expedição da Lunda, da qual foi chefe o capitão Frederico Cesar Trigo Teixeira. Sociedade de Geografia de Lisboa. Res. 3-C-8.

VILLAS, Gaspar do Couto Ribeiro. **Relatório de estudo no Distrito da Lunda.** (17 de setembro a 18 de outubro de 1912) pelo Capitão Gaspar do Couto Ribeiro Villas. Arquivo Histórico Militar - PTAHM - DIV/2/2/19/8.

II. Fontes Impressas

ASSIS JR., A. **Dicionário Kimbundu-Português.** Linguístico, Botânico, Histórico e Corográfico seguido de um índice alfabético dos nomes próprios. Luanda: Argente, Santos e Cia Ltda., s.d.

BAPTISTA, Pedro João. "Viagem de Angola para Rios de Sena"; "Explorações dos portugueses no interior d'África meridional (.) Documentos relativos à". **Annaes Maritimos e Coloniaes.** v. III, 5-11, 1843, p.162-190; 223-230; 278-297; 423-440; 493-506; 538-552.

CAPELLO, Hermenegildo, e Roberto IVENS. **De Benguella às Terras de Iácça**. Descrição de Uma Viagem na África Central e Occidental. Compreendendo narrações, aventuras e estudos importantes sobre as cabeceiras dos rios Cu-nene, Cu-bango, Lu-ango, Cu-anza e Cu-ango, e de grande parte do curso dos dois últimos; além da descoberta dos rios Hamba, Cauali, Sussa e Cu-gho, e larga notícia sobre as terras de Quiteca N'bungo, Sosso, Futa e Iácça. Expedição organizada nos annos de 1877-1880. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881, 2 vols.

CAPELLO, Hermenegildo, e Roberto IVENS. **De Angola à Contra-Costa**. Descrição de uma viagem através do continente africano compreendendo narrativas diversas, aventuras e importantes descobertas entre as quaes figuram a das origens do Lualaba, caminho entre as duas costas, visita às terras da Garanganja, Katanga e ao curso do Luapula, bem como a descida do Zambeze, do Choa ao Oceano. Lisboa: Imprensa Nacional, 1886, 2 vols.

CARVALHO, Henrique A. D. **A Lunda ou os estados do Muatiânvua**. Domínios da soberania de Portugal. Lisboa: Adolpho, Modesto & Cia., 1890.

CARVALHO, Henrique A. D. **Expedição Portuguesa ao Muatiânvua**. Ethnographia e História Tradicional dos Povos da Lunda. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890.

CARVALHO, Henrique A. D. **Expedição Portuguesa ao Muatiânvua**. Método prático para fallar a língua da Lunda contendo narrações históricas dos diversos povos. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890.

CARVALHO, Henrique A. D. **Expedição Portuguesa ao Muatiânvua**. Meteorologia, Climatologia e Colonização: estudos sobre a região percorrida pela expedição comparados com os dos benemeritos exploradores Capello e Ivens e de outros observadores nacionaes e estrangeiros: modo practico de fazer colonisar com vantagem as terras de Angola. Lisboa: Typ. do jornal "As Colonias portuguezas", 1892.

CARVALHO, Henrique A. D. **Expedição Portuguesa ao Muatiânvua 1884-1888**: Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua. Lisboa: Imprensa Nacional & Typographia do Jornal As Colônias Portuguesas, vol. I: de Loanda ao Cuango, 1890; vol. II: do Cuango ao Chicapa, 1892; vol. III: do Chicapa ao Luembe, 1893 e vol. IV: do Luembe ao Calanhi e regresso a Lisboa, 1894.

CARVALHO, Henrique A. D. **O Jagado de Cassange na Província de Angola**. Lisboa: Typographia de Christovão Augusto Rodrigues, 1898.

CORREA, Elias Alexandre da Silva. **História de Angola**. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1937. (Obra originalmente da década de 1790)

Estatistica Commercial da Provincia de Angola. (Appenso ao relatorio do Governador Geral da Província de Angola em 1887). Lisboa: Imprensa Nacional, 1889.

Expedição Alemã de Schultz, Wolf e Buthener. Offício nº 233, do Governador-Geral de Angola, Francisco Joaquim Ferreira do Amaral, para o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, remetendo cópia do offício em que o Cónego António José de Sousa Barroso dá conta da expedição composta por Schultz, Wolf e Buthener. 6 de junho de 1885. In: OLIVEIRA, Mário António Fernandes de e COUTO, Carlos Alberto Mendes do. (anotações). **Angolana**. (Documentação sobre

Angola). Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola e Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1971, vol. 2, p. 645-650.

FRANCINA, Manoel Alves de Castro. Itinerário de uma jornada de Loanda ao distrito de Ambaca, em junho de 1846. **Annaes do Conselho Ultramarino**. Parte não-oficial. Lisboa: Imprensa Nacional, n. 1^a. série, 1854-58, p. 3-15, 1867.

FRANCINA, Manoel Alves de Castro. Viagem a Cazengo pelo Quanza, e regresso por terra, em dezembro de 1846. **Annaes do Conselho Ultramarino (ACU)**. Parte não-oficial. Lisboa: Imprensa Nacional, 1^a. série, 1854-58, p. 452-464, 1867.

FERREIRA, Francisco de Salles. Memória sobre o sertão de Cassange. In: **Annaes do Conselho Ultramarino**. Parte não-oficial. 1^a. série, 1854-58. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867, p.26-28.

GRAÇA, Joaquim Rodrigues. Descrição da viagem feita de Loanda com destino às cabeceiras do rio Sena, ou aonde for mais conveniente pelo interior do continente, de que as tribus são senhores, principiada em 24 de abril de 1843. In: **Annaes do Conselho Ultramarino**. Parte não-oficial. 1^a. série, 1854-58. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

GRAÇA, Joaquim Rodrigues. “Expedição ao Muatiânvua – diário”. **Boletim da Sociedade Geografia de Lisboa**, 9^a. série, n^o. 8-9, 1890, p. 399-402.

JOHNSTON, Harry. **George Grenfell and the Congo**. A history and description of the Congo Independent State and adjoining districts of Congoland together with some account of the native peoples and their languages, the fauna and flora; and similar notes on the Cameroons and the Island of Fernando Pó. The whole founded on the Diaries and researches of the late Rev. George Grenfell, B.M.S, F.R.G.S.; on the records of the British Baptist Missionary Society; and on additional information contributed by the author, by the Rev. Lawson Forfeitt, Mr. Emil Torday, and others. London: Hutchinson & Co. Paternoster Row, 1908, 2 vols.

LEITÃO, Alberto de Souza Maia. **Relatório da visita sanitária aos concelhos de leste de Loanda mais victimados pela doença do somno**. Porto: Typ. a Vapor da Empreza Litteraria e Typographica, 1901.

LEITÃO, Manuel Correia. Viagem que eu, sargento-mor dos moradores do distrito do Dande, fiz às remotas partes de Caçanje e Olos, no ano de 1755 até ao seguinte de 1756. In: ALBUQUERQUE, Luís de (dir.) **Textos para a História da África Austral (século XVIII)**. Lisboa: Publicações Alfa, 1989, p. 15-32.

LEITÃO, Manuel Correia (ou Corrêa). “Viagem que eu, sargento mor dos moradores do distrito do Dande, fiz às remotas partes de Cassange e Olos, no ano de 1755 até o seguinte de 1756”. In: DIAS, Gastão de Sousa (ed.) “Uma viagem a Cassange nos meados do século XVIII”. **Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa**, 56^a. série, n^o. 1-2, 1938, p.3-30.

MARQUES, Agostinho Sisenando. **Expedição Portuguesa ao Muata-Yanvo**. Os climas e as produções das terras de Malange à Lunda. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889.

MATTA, J. D. Cordeiro da. **Ensaio de Dicionario Kimbundú-Portuguez**. Lisboa: Casa Editora Antonio Maria Pereira, 1893.

Memória sobre o estado religioso, administrativo e econômico de Angola, pelo padre António Francisco das Necessidades. 6 de outubro de 1845. In: SANTOS, Eduardo dos (pesquisa, seleção e anotação). **Angolana** (Documentação sobre Angola) 1845. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola e Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1976, vol. III, p. 631-642.

Missão Portuguesa ao Congo. Ofício nº 8 do Governador-Geral de Angola, António Eleutério Dantas, para o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, remetendo as instruções dadas “ao chefe da missão, capitão graduado Barreto Mena, ao comandante da canhoneira, tenente Reis e ao superior da missão catholica, padre Barrozo, e bem assim as copias dos relatórios apresentados pelos dois primeiros, e de uns apontamentos apresentados pelo secretario da missão e guarda-marinha Motta e Souza ao comandante da estação naval”, e uma “carta de El Rei do Congo em resposta à que Sua Magestade Fidelíssima lhe dirigio”. 19 de março de 1881; In: OLIVEIRA, Mário António Fernandes de. (anotações). **Angolana**. (Documentação sobre Angola). Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola e Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1968, vol. 1, p. 225-252.

Estatistica Commercial da Provincia de Angola. (Appenso ao relatorio do Governador Geral da Província de Angola em 1887). Lisboa: Imprensa Nacional, 1889.

MONTEIRO, Joachim J. **Angola and the river Congo**. London: Macmillan and Co., 2 vols., 1875.

NASCIMENTO, J. Pereira do. **Diccionario Portuguez-Kimbundu**. Huilla: Typographia da Missão, 1903.

Notícias do Galangue e dos Ganguelas. Ofício nº 130, do Secretário-Geral do Governo de Angola, interino, Guilherme Gomes Coelho, para o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, remetendo cópias de ofício do governo de Benguela e do relatório do missionário Joaquim de Jesus da Anunciação Folga, da viagem que fez ao Galangue e ao país dos Ganguelas. 17 de março de 1885. In: OLIVEIRA, Mário António Fernandes de e COUTO, Carlos Alberto Mendes do. (anotações). **Angolana**. (Documentação sobre Angola). Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola e Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1971, vol. 2, p. 545-567.

Operações militares em Caconda. Ofício nº 159, do Secretário-Geral de Angola, Guilherme Gomes Coelho, para o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, remetendo cópia das instruções dadas pelo Governador do Distrito de Benguela ao Capitão João Ernesto Henrique de Castro, comandante da coluna em operações em Caconda. 13 de abril de 1885. In: OLIVEIRA, Mário António Fernandes de e COUTO, Carlos Alberto Mendes do. (anotações). **Angolana**. (Documentação sobre Angola). Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola e Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1971, vol. 2, p. 619-625.

PINTO, Alexandre Alberto da Rocha de Serpa. **Como eu atravessei Africa do Atlântico ao mar Indico**. *Viagem de Benguella à contra-costa* (1877-1879), Londres, Sampson Low, Marston, 1881, 2 vols.

“Projecto de Regimento para os Districtos e Presídios [...]” de Angola. Sem data [provável década de 1840]. In: SANTOS, Eduardo dos (pesquisa, seleção e anotação). **Angolana** (Documentação sobre Angola) 1845. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola e Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1976, vol. III, p. 3-69.

BANDEIRA, Sá. Notas à Memória Observações sobre a viagem da costa d’Angola á costa de Moçambique, por José Maria de Lacerda. **Annaes Marítimos e Coloniaes**. Parte não official. Memorias e documentos originaes, nº 5, 4ª série, 02 jun. 1844, p. 205-214.

SARMENTO, Alfredo de. **Os sertões d’Africa**. Apontamentos de viagem. Lisboa: Editor proprietário – Francisco Arthur da Silva, 1880.

SERRÃO, Manuel F. da Costa. Systema ferro-viário de penetração em África. Linha do sul de Angola. Missão de estudos (1895-1897). **Revista de Obras Públicas e Minas**. Lisboa: Imprensa Nacional, jul.-ago.-set. 1901, nºs. 367 a 369, tomo XXXI – 1900, p. 211- 347.

SILVA, José Francisco. **Sobre a economia d’Angola**. Considerações ao decreto nº 224 de 17 de novembro de 1913 (regimen de porta aberta em Angola) produzidas pelo distinto publicista e colonial o Ex.mo Snr. José Francisco da Silva, Capitão de Fragata e publicadas pelo “Jornal do Commercio e das Colonias” de Lisboa. Porto: Typographia Costa Carregal, 1914, p.10-11.

Situação no sul de Angola. Relatório do Governador-Geral de Angola, Francisco Joaquim Ferreira do Amaral, para o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, sobre a sua viagem aos portos do Sul. Loanda, 9 de abril de 1884. In: OLIVEIRA, Mário António Fernandes de e COUTO, Carlos Alberto Mendes do. (anotações). **Angolana**. (Documentação sobre Angola). Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola e Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1971, vol. 2, p. 143-178.

Situação nos concelhos de Cambambe, Cazengo e Ambaca. Relatório da viagem feita pelo Governador Geral da província, aos concelhos de Cambambe, Casengo e Ambaca”. Loanda, 16 de setembro de 1884. In: OLIVEIRA, Mário António Fernandes de e COUTO, Carlos Alberto Mendes do. (anotações). **Angolana**. (Documentação sobre Angola). Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola e Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1971, vol. 2, p. 271-296.

Viagem ao Bembe do Cónego António Barroso. Documento nº 1 anexo ao ofício nº 493: relatório da viagem ao Bembe do Cónego António José de Sousa Barroso. In: OLIVEIRA, Mário António Fernandes de e COUTO, Carlos Alberto Mendes do. (anotações). **Angolana**. (Documentação sobre Angola). Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola e Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1971, vol. 2, p. 439-473.

III. Bibliografia

- ALEXANDRE, Valentim. **Velho Brasil Novas Áfricas**: Portugal e o Império (1808-1975). Porto: Afrontamento, 2000.
- ALEXANDRE, Valentim. **Origens do colonialismo moderno**. Lisboa: Sá da Costa, 1979. (Portugal no século XIX. Antologia de Textos Históricos).
- ALPERN, Stanley B. What Africans Got for Their Slaves: A Master List of European Trade Goods. **History in Africa**. vol. 22, 1995, p. 5-43.
- ANDERSON, Benedict. Censo, Mapa e Museu. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo, Companhia das Letras, 2008, p.226-255.
- APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas**: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: EdUFF, 2008.
- ARAÚJO, Henrique Gomes. Marie-Louise, 'uma tshokwe que se ignora?'. **Educação, Sociedade & Culturas**. nº. 12, 1999, p. 205-221.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Lisboa: Relógio d'Água Editores, 2001.
- BASTIN, Marie Louise. **Arte decorativa Cokwe**. Coimbra: Museu Antropológico da Universidade de Coimbra, 2010, 2 vols.
- BRITO, Joaquim Pais de. Objectos em Viagem. In: HERREMAN, Frank (ed.) **Na presença dos espíritos**. Arte africana do Museu Nacional de Etnologia, Lisboa. New York: Museum for African Art, Snoeck-Ducaju, 2000, p. 13-15.
- BURROUGHS, Edgar Rice; DUBOIS, Gaylord (argumento); MANNING, Russ (ilustrações). **Tarzan**. [S.l.]: Devir, D.L. 2003. (Os clássicos da Banda Desenhada: 15)
- CAPELA, José. **A burguesia mercantil do Porto e as colónias (1834-1900)**. Porto: Afrontamento, 1974.
- CARVALHO, João Augusto de Noronha Dias de. **Henrique de Carvalho**. Uma vida ao serviço da pátria. Lisboa: Serviços Gráficos da Liga dos Combatentes, 1975.
- CASTRO, Teresa. Tarzan e as transparências. A alteridade etnográfica e as políticas do espaço e do tempo. In: FARIA, Nuno et al. **Imagens Coloniais**. Revelações da Antropologia e da Arte Contemporânea. Cadernos Centro Internacional das Artes José de Guimarães (CIAJG). Guimarães: A Oficina, CIPRL, Sistema Solar (Documenta), 2014, p. 97-115.
- CEITA, Constança do Nascimento da Rosa Ferreira de. **Silva Porto na África Central – VIYE / ANGOLA**: história social e transcultural de um sertanejo (1839-1890). Lisboa, 2015. Tese (Doutorado em Estudos Portugueses) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- COOPER, Frederick Cooper. What is the Concept of Globalization Good For? An African Historian's Perspective. **African Affairs**. 100, 2001, p. 185-243.
- COOPER, Frederick. **From Slaves to Squatters**: Plantation Labor and Agriculture in Zanzibar and Coastal Kenya, 1890-1925. New Haven: Yale University Press, 1980.

COOPER, Frederick, HOLT, Thomas C. e SCOTT, Rebecca J. **Além da escravidão:** investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação. (trad. Maria Beatriz de Medina) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

COSTA, Cátia Miriam. O *outro* na narrativa fotográfica de Velloso de Castro: Angola, 1908. *Culturas Populares. Revista Electrónica*, 7, jul.-dec., 2008. Disponível em: <http://www.culturaspopulares.org/textos7/articulos/costa1.htm> Acesso em: outubro de 2015.

COSTA, Ferreira da. **Na pista do marfim e da morte**. Porto: Editora Educação Nacional Ltda., 1945.

CRAEMER, Willy; VANSINA, Jan e FOX, Renée. Religious Movements in Central Africa: a theoretical study. **Comparative Studies in Society and History**. v. 18, n.4, p. 458-475, 1976.

DIAS, Jill. Relações portuguesas com as sociedades africanas em Angola no século XIX. In: ALEXANDRE, Valentim. **O império africano** (séculos XIX e XX). Lisboa: Edições Colibri, 2013, p. 69-93.

DIAS, Jill. Novas identidades africanas em Angola no contexto do comércio atlântico. In: BASTOS, Cristina; ALMEIDA, Miguel Vale de; FELDMAN-BIANCO, Bela (orgs.) **Trânsitos Coloniais**. Diálogos críticos luso-brasileiros. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 315-343.

DIAS, Jill. Caçadores, artesãos, comerciantes, guerreiros: os Cokwe em perspectiva histórica. In: SILVA, A. e GONÇALVES, A. (orgs.) **A antropologia dos Tshokwe e povos aparentados**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003, p. 17-47.

DIAS, Jill. Angola. In: ALEXANDRE, V.; DIAS, J. **Nova História da Expansão Portuguesa**. O império africano 1825-1890. Lisboa: Editorial Estampa, v. X, 1998. p. 319-556.

DIAS, Jill. O Kabuku Kambilu (c. 1850-1900): uma identidade política ambígua. In: _____. **Actas do Seminário Encontro de povos e culturas em Angola**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1995. p. 13-53.

DIAS, Jill. Mudanças nos padrões de poder no 'hinterland' de Luanda. O impacto da colonização sobre os Mbundu (c.1845-1920). **Penélope**. Lisboa, nº. 14, 1994, p. 43-91.

DIAS, Jill. Photographic Sources for the History of Portuguese-Speaking Africa, 1870-1914. **History in Africa**, v. 18, 1991, p. 67-82.

DIAS, Jill. Famine and Disease in the History of Angola c. 1830-1930. **The Journal of African History**. vol. 22, n. 3, 1981, p. 349-378.

DIAS, Maria Odila Silva. Hermenêutica do quotidiano na historiografia contemporânea. **Projeto História**. Revista do programa de estudos pós-graduados em História e do departamento de História da PUC-SP. nº.17, nov. 1998, p.223-258.

DIAS, Maria Odila Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ENNE, Ana Lúcia S. Conceito de redes e as sociedades contemporâneas. **Comunicação e informação**. v.7, nº2, jul. e dez. 2004, p. 264-273.

FARIAS, Paulo Fernando de Moraes. **Sahel: a outra costa da África**. Curso apresentado no departamento de História da USP, setembro de 2004. Transcrição Daniela Baoudoin.

FEIERMAN, Steven. African histories and the dissolution of world history [Histórias africanas e a dissolução da história mundial]. In: BATES, R. H.; MUDIMBE, V. Y.; O'BARR, J. (editors). **Africa and the disciplines: the contributions of research in Africa to the Social Sciences and Humanities**. Chicago: University of Chicago Press, 1993, p. 167-212.

FONTINHA, Mário. **Desenhos na areia dos quicocos do nordeste de Angola**. Lisboa: IICT, 1983.

FERREIRA, Roquinaldo. **Dos sertões ao Atlântico: tráfico ilegal de escravos e comércio lícito em Angola, 1830-1860**. Rio de Janeiro, 1996. Dissertação (Mestrado em História Social). IFCS-UFRJ.

FERREIRA, Roquinaldo. **Cross-cultural Exchange in the Atlantic World**. Angola and Brazil during the Era of the Slave Trade. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

FIORAVANTI, Carlos. Os banqueiros do tráfico. Documentos antigos evidenciam papel dos grandes negociantes de Lisboa nas operações com escravos em Angola. **Pesquisa Fapesp**. nº 231, maio 2015, p. 82-85.

FREUDENTHAL, Aida. **Arimos e fazendas**. A transição agrária em Angola. Luanda: Edições Chá de Caxinde, 2005.

FREUDENTHAL, Aida. Os quilombos de Angola no século XIX: a recusa da escravidão. **Estudos Afro-Asiáticos**. Nº. 32, 1997, p. 109-134.

GARDIES, René. **Compreender o cinema e as imagens**. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2015.

GEFFRAY, Christian. **Nem pai nem mãe**. Crítica do parentesco: o caso macua. Lisboa: Editorial Ndjira, 2000.

GELL, Alfred. A rede de Vogel: armadilhas como obras de arte e obras de arte como armadilhas. **Arte e Ensaios**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Rio de Janeiro: Escola de Belas Artes da UFRJ, ano 8, n. 8, 2001, p. 174-191.

GINZBURG, Carlo. Controlando a evidência: o juiz e o historiador. In: NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogerio Forastieri. **Nova História em Perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2011, volume 1, p. 341-358.

HANSEN, Karen Tranberg (ed.) **African Encounters with Domesticity**. New Brunswick: Rutgers University Press, 1992.

HEINTZE, Beatrix. **Exploradores alemães em Angola (1611-1954)**. Apropriações etnográficas entre comércio de escravos, colonialismo e ciência, 2010. eBook disponível em: <http://www.frobenius-institut.de/images/downloads/exploradores.pdf> Acesso em: outubro de 2015.

HEINTZE, Beatrix. **Angola nos séculos XVI e XVII**. Estudo sobre fontes, métodos e história. Luanda: Kilombelombe, 2007.

HEINTZE, Beatrix. A lusofonia no interior da África Central na era pré-colonial. Um contributo para a sua história e compreensão na actualidade. **Cadernos de Estudos Africanos**. v. 67, 2005, p. 179-207.

HEINTZE, Beatrix. **Pioneiros Africanos**. Caravanas de carregadores na África Centro-Occidental (entre 1850 e 1890). Lisboa: Editorial Caminho, 2004.

HEINTZE, Beatrix. Representações visuais como fontes históricas e etnográficas sobre Angola. In: **Construindo o passado angolano**: as fontes e a sua interpretação - Actas do II Seminário Internacional sobre a História de Angola. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000. p. 187-236.

HEINTZE, Beatrix. In Pursuit of a Chameleon: Early Ethnographic Photography from Angola in Context. **History in Africa**, v. 17, 1990, p. 131-156.

HENRIQUES, Isabel Castro. **Os pilares da diferença**. Relações Portugal-África. Séculos XV-XX. Lisboa: Caleidoscópio, 2004.

HENRIQUES, Isabel Castro. A materialidade dos simbólico: marcadores territoriais, marcadores identitários angolanos (1880-1950). **Textos de História**: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UNB, Brasília: UnB, v. 12, n. 1-2, 2004, p. 9-41.

HENRIQUES, Isabel Castro. **O pássaro do mel**. Estudos de História Africana. Lisboa: Edições Colibri, 2003.

HENRIQUES, Isabel Castro. **Território e identidade**. O desmantelamento da terra africana e a construção da Angola Colonial (c.1872-1926). Lisboa: [s.n.], 2003. In: http://www.africafederation.net/DESMANTELAMENTO_AFRICANO.pdf. Último acesso em: fevereiro de 2014.

HENRIQUES, Isabel Castro. **Percursos de Modernidade em Angola**: Dinâmicas Comerciais e Transformações Sociais no Século XIX, Lisboa, IICT, 1997.

HENRIQUES, Isabel de Castro. Armas de fogo em Angola no século XIX. In: SANTOS, Maria Emilia Madeira (org.) **Primeira reunião internacional de história da África** – relação Europa-África no terceiro quartel do século XIX – Actas. Lisboa: CEHCA, IICT, 1989, p. 407-429.

HERNANDEZ, Leila M. G. L. A itinerância das ideias e o pensamento social africano. **Anos 90**. v. 21, n. 40, dez. 2014, p. 195-225. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/46180> Acesso em: outubro de 2015.

HEYWOOD, Linda. Porters, Trade, and Power: The Politics of Labor in the Central Highlands of Angola, 1850-1914. In: COQUERY-VIDROVITCH, C. & LOVEJOY, Paul (eds.). **The Workers of African Trade**. Beverly Hills: Sage Publications, 1985, p. 243-267.

HEYWOOD, Linda M. **Production, Trade, and Power**. The Political Economy of Central Angola. 1850-1930. New York, 1984. Tese (Doutorado em Philosophy) – Graduate School of Arts and Sciences. Columbia University.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos impérios 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOCHSCHILD, Adam. **O fantasma do rei Leopoldo**. Uma história de cobiça, terror e heroísmo na África colonial. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

HOUNTONDJI, Paulin J. Conhecimento de África, conhecimento de africanos: duas perspectivas sobre os Estudos Africanos. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais. Centro de Estudos Sociais**. Laboratório Associado da Universidade de Coimbra. Março de 2008, p. 149-160.

JORGE, Lia Santos. **A Coleção Henrique de Carvalho da Sociedade de Geografia de Lisboa à luz de um plano de estudo e conservação e restauro**. Lisboa, 2008. Dissertação (Mestrado em Museologia). Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) / Instituto Universitário de Lisboa (IUL).

JÓRDAN, Manuel. Os Tshokwe e povos aparentados. HERREMAN, Frank (ed.) **Na presença dos espíritos**. Arte africana do Museu Nacional de Etnologia, Lisboa. New York: Museum for African Art, Snoeck-Ducaju, 2000, p. 86-121.

KIALA, Luzolo. O comércio de longa distância dos Bazombo desde o último quartel do século XIX ao primeiro do século XX. In: ARQUIVO NACIONAL DE ANGOLA. **Actas do III Encontro Internacional sobre História de Angola** (II Volume). Luanda: Arquivo Nacional de Angola, 2015, p. 301-321.

LANNA, Marcos. Nota sobre Marcel Mauss e o Ensaio sobre a Dádiva. **Revista de Sociologia Política**. n. 14, jun. 2000, p. 173-194.

LEIRIS, Michel. O etnógrafo perante o colonialismo. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (org.) **Malhas que os impérios tecem**. Textos anticoloniais, contextos pós-coloniais. Lisboa, Edições 70, 2011, p. 199-217.

LOVEJOY, Paul. Mercadores e Carregadores das Caravanas do Sudão Central, século XIX. **Revista Tempo**, vol. 10, n.20, jan.-jun. 2006, p. 61-82.

LOVEJOY, Paul. **Caravanas of Kola**. The Hausa Kola Trade. 1700-1900. Zaria: Ahmadu Bello University Press, 1980.

MACAMO, Elísio S. Denying Modernity: the Regulation of Native Labour in Colonial Mozambique and its Postcolonial Aftermath. In: MACAMO, E. S. **Negotiating Modernity - Africa Ambivalent Experience**. London: Zed Books, 2005. p. 67-97.

MARGARIDO, Alfredo. Formas da hegemonia africana nas relações com os europeus. In: SANTOS, Maria Emilia Madeira (org.) **Primeira reunião internacional de história da África** – relação Europa-África no terceiro quartel do século XIX – Actas. Lisboa: CEHCA, IICT, 1989, p. 389-395.

MARGARIDO, Alfredo. Les porteurs: forme de domination et agents de changement em Angola (XVII-XIXe. Siècles). **Revue Française d'Histoire d'Outre-mer**. Tomo LXV, 240, 1978, p. 377-400.

MARTINS, João Vicente. **Os Tutchokwe do nordeste de Angola**. Lisboa: IICT, 2001.

MARTINS, João Vicente. **Crenças, adivinhação e medicina tradicionais dos Tutchokwe do Nordeste de Angola**. Lisboa: IICT, 1993.

MARTINS, Maria do Rosário e AMARAL, Ana Rita. Os Escultores do Museu do Dundo e o Imaginário da Arte Cokwe: Estudo de uma Coleção. **Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa**. Série 128A, nº1-12, 2010, p. 157-172.

MATTOS, Marcelo Badaró. História e Projeto Social: a origem militante do debate sobre classes e luta de classes em E. P. Thompson. In: VII Colóquio Internacional Marx e Engels, 2012, Campinas. VII Colóquio Internacional Marx e Engels - **Anais Eletrônicos**. Campinas: Cemarx, 2012, p.1-10.

MATTOS, Marcelo Badaró et al. **Relações laborais em Portugal e no mundo lusófono**. História e demografia. Lisboa: Edições Colibri, 2014.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. Lisboa: Edições 70, 2011.

MELO, Rosa. **Homem é homem, mulher é sapo**. Género e identidade entre os Handa no Sul de Angola. Lisboa: Edições Colibri, 2007.

MENZ, Maximiliano M. As geometrias do tráfico: o comércio metropolitano e o tráfico de escravos em Angola (1796-1807). **Revista de História**. v. 166, 2012, p.185-222.

MILLER, Joseph C. **Way of Death**. Merchant Capitalism and the Anglan Slave Trade 1730-1830. Madison: The University of Wisconsin Press, 1988.

MILLER, Joseph C. History and Africa/Africa and History. **The American Historical Review**. vol. 104, nº. 1, feb., 1999, p. 1-32.

MILLER, Joseph. C. **Poder político e parentesco**. Os antigos estados Mbundu em Angola. Luanda: Arquivo Histórico Nacional; Ministério da Cultura, 1995.

MUSEU DE ANGOLA. **Colecção Etnográfica**. Luanda: Imprensa Nacional de Angola, 1955.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **“Letras de risco” e “carregações” no comércio colonial da Bahia (1660-1730)**. Salvador: Publicação do Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, 1977.

NETO, Maria da Conceição. **Do passado para o futuro** – que papel para as autoridades tradicionais? Fórum Constitucional – Huambo. Universidade Católica de Angola e ADRA-Huambo. 20-22 de março de 2002. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/angola/hosting/neto.pdf> Acesso em: outubro de 2015.

NETO, Maria da Conceição. Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX. **Lusotopie**. 1997, p. 331-332. Disponível em: <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/resu9719.html> Último acesso em: outubro 2015.

OLIVEIRA, Mario Antônio F. **Alguns aspectos da administração de Angola em época de reformas (1834-1851)**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1981.

OPPEN, Achim von. **Terms of Trade and Terms of Trust: The History and Contexts of Pre-colonial Market Production around the Upper Zambezi and Kasai**. Münster; Hamburg: Lit, 1993.

P.E.A., Elungu. **O despertar filosófico em África**. Luanda; Ramada: Edições Mulemba da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto; Edições Pedagogo, 2014, p. 17-19. (Colecção: Reler África)

PARÉS, Luís N. **A formação do Candomblé**. História e ritual da nação jeje na Bahia. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

PÉLISSIER, René. **As campanhas coloniais de Portugal**. 1844-1941. Lisboa: Editorial Estampa, 2006.

PÉLISSIER, René. **História das campanhas de Angola**. Resistência e revoltas. 1845-1941. Lisboa: Editorial Estampa, 2013, 2 vols.

PEREIRA, Magnus R.M. e RIBAS, André A. (eds.) **Francisco José de Lacerda e Almeida: um astrônomo paulista no sertão africano**. Curitiba: Editora UFPR, 2012.

PEREIRA, Maria Manuela Cantinho. Arte angolana e lusofonia. **Blogue de História Lusófona**. Disponível em: <http://www.iict.pt/dociict/HL07010301.pdf> Acesso em: outubro de 2015.

PEREIRA, Maria Manuela Cantinho. In Memoriam. In: SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA. **Memória de um explorador**. A coleção Henrique de Carvalho da Sociedade de Geografia de Lisboa. Lisboa: SGL, 2012, p. 16-190.

PEREIRA, Maria Manuela Cantinho. **O museu etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa**. Modernidade, colonização e alteridade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

PORTO, Nuno. Arte e etnografia cokwe: antes e depois de Marie-Louise Bastin. **Etnográfica**. vol. 19 (1), 2015, p. 139-168. Disponível em: <http://etnografica.revues.org/3941> Acesso em: outubro de 2015.

PORTO, Nuno. O museu e o arquivo do império (o terceiro império português visto do Museu do Dundo, Companhia de Diamantes de Angola. In: BASTOS, Cristina; ALMEIDA, Miguel Vale de; FELDMAN-BIANCO, Bela (orgs.) **Trânsitos Coloniais**. Diálogos críticos luso-brasileiros. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p.125-142.

REDINHA, José. **Álbum Etnográfico**. Portugal Angola. Luanda: Centro de Informação e Turismo de Angola (CITA), 1966.

REDINHA, José. **Insígnias e simbologias do mando dos chefes nativos de Angola**. Luanda: Centro de Informação e Turismo de Angola, 1964.

REDINHA, José. **Subsídios para a História, Arqueologia e Etnografia dos Povos da Lunda**. Paredes Pintadas da Lunda. Lisboa: Publicações Culturais da Companhia de Diamantes de Angola, 1953.

REIS, João José. **Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX**. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

RIBEIRO, Elaine. **Barganhando sobrevivências: os trabalhadores da expedição de Henrique de Carvalho à Lunda 1884-1888**. São Paulo: Alameda, 2013.

ROCKEL, Stephen J. **Caravan Porters of the Nyika**. Labour, Culture, and Society in Nineteenth Century Tanzania. Toronto, 1997. Thesis (Doctor of Philosophy) - Department of History of University of Toronto.

SAID, Edward. **Orientalismo**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

SANCHES, Manuela Ribeiro. Viagens da teoria antes do pós-colonial. In: -----, **Malhas que os impérios tecem**. Textos anticoloniais, contextos pós-coloniais. Lisboa: Edições 70, 2011, p. 9-43.

RODRIGUES, Eugénia. Ciência europeia e exploradores africanos: a viagem de Francisco José de Lacerda e Almeida ao Kazembe. **Africana Studia**. Revista

Internacional de Estudos Africanos. CEA – Universidade do Porto. nº.17, 2º sem. 2011, p. 80-102.

RODRIGUES, Eugénia. Embaixadas portuguesas à corte dos mutapa. In: CARNEIRO, Roberto e MATOS, Artur T. (coord.) **D. João III e o Império**. Actas do Congresso Internacional Comemorativo do seu nascimento. Lisboa: CEPCEP e CHAM, 2004, p. 753-779.

SANTOS, Catarina Madeira. Entre deux droits: les Lumières en Angola (1750-v. 1800). **Annales. Histoire, Sciences Sociales**. n.4, p. 817-848, 2005 (60e année). Disponível em: www.cairn.info/revue-Annales-2005-4-page-817.htm. Acesso em: outubro de 2015.

SANTOS, Catarina Madeira. Escrever o poder. Os autos de vassalagem e a vulgarização da escrita entre os africanos: o caso dos ndembu em Angola (séculos XVII – XIX). **International Symposium Angola on the Move: Transport Routes, Communication, and History**. Berlim, 24-26 sept. 2003.

SANTOS, Elaine R. S. Nas engrenagens do tráfico: grupos canoieiros e sua atuação nos portos do Golfo do Benim. In: **Anais do XIX Encontro Regional de História. Poder, violência e exclusão**. São Paulo: Anpuh, 2008.

SANTOS, Eduardo dos. **A questão da Lunda. 1885-1894**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1966.

SANTOS, Eduardo dos. Sobre a matemática dos Quiocos de Angola. Separata de **Garcia de Orta**: revista da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar. Lisboa, vol. 8, nº 2, 1960, p. 257-271.

SANTOS, Maciel. Borracha e tecidos de algodão em Angola (1886-1932). O efeito renda. **Revista Angolana de Sociologia**. 10, 2012, p. 49-74. Disponível em: <http://ras.revues.org/245#bodyftn7> Acesso em: outubro de 2015.

SANTOS, Maria Emília M. Prefácio. In: TAVARES, Ana Paula; SANTOS, Catarina Madeira. **Africae Monumenta**. A apropriação da escrita pelos africanos. Arquivo Caculo Cacahenda. Lisboa: IICT, 2002, p.9-20.

SANTOS, Maria Emília Madeira. **Nos caminhos de África**. Serventia e Posse (Angola – século XIX). Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1998.

SANTOS, Maria Emília Madeira. **Viagens de exploração terrestre dos portugueses em África**. Lisboa: CEHCA; IICT, 1988.

SANTOS, Maria Emília Madeira. Introdução (Trajectória do comércio do Bié). In: **Viagens e apontamentos de um portuense em África**. Diário de Antônio Francisco Ferreira da Silva Porto, volume 1. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1986, p. 33-216.

SCOTT, James C. **A dominação e a arte da resistência**. Discursos ocultos. Lisboa: Letra Livre, 2013.

SILVA, Juliana Ribeiro. **Homens de ferro**: os ferreiros na África central no século XIX. São Paulo: Alameda, 2011.

SILVA, Rosa Cruz. O Corredor do Kwanza: a reurbanização dos espaços - Makunde, Kalumbo, Massango, Muxima, Dongo e Kambambe. Séc. XIX. A África e a instalação

do sistema colonial (c.1885-c.1930). In: **Actas da III Reunião Internacional de História de África**, Lisboa: IICT, 2000, p. 157-173.

SILVA, Sónia. **A vez dos cestos**. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia, 2003.

SILVA, Sónia. **Vidas em jogo**. Cestas de adivinhação e refugiados angolanos na Zâmbia. Lisboa: ICS, 2004.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

SOUSA, L. Rebelo de. **Moedas de Angola**. Luanda: Banco de Angola, 1967.

STEINER, Christopher B. **African Art in Transit**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

TAQUELIM, Mara. **Desenhando em viagem**. Os cadernos de África de Roberto Ivens. Lisboa, 2008. Dissertação (Mestrado em desenho) – Faculdade de Belas-Artes / Universidade de Lisboa.

TAVARES, Ana Paula. **Na mussumba do Muatiânvua quando a Lunda não era leste**. Estudo sobre a Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua de Henrique de Carvalho. Lisboa, 1995. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira e Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa) - Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

TAVARES, Ana Paula. **História e Memória**: estudo sobre as sociedades Lunda e Cokwe de Angola. Lisboa, 2009. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

TAVARES, Ana Paula e SANTOS, Catarina Madeira. **Africae Monumenta**. A apropriação da escrita pelos africanos. Lisboa: IICT, 2002, vol. I – Arquivo Caculo Cacahenda.

TEIXEIRA, Alberto de Almeida. **Lunda**: sua ocupação e organização. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca; Agência Geral das Colónias, 1948.

THORNTON, John. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico 1400-1800**. Tradução de Marisa Rocha Mota. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004

THOMPSON, E. P. A peculiaridade dos ingleses. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio (org.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p.75-179.

THOMPSON, E. P. Folclore, antropologia e história social. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio (org.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 227-267.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

TURNER, Victor. **Florestas de símbolos** – aspectos do ritual Ndembu. Trad. Paulo Gabriel H. R. Pinto. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2005.

VANSINA, Jan. Linguistic evidence and historical reconstruction. **The Journal of African History**. n. 40, 1999, p. 469-473.

WESSELING, H. L. **Dividir para dominar**: a partilha da África (1880-1914). Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; Renavan, 2008.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Dinâmicas históricas de um porto centro-africano: Ambriz e o Baixo Congo nos finais do tráfico Atlântico de escravos (1840-1870). **Revista de História**. nº. 172, jan. jun. 2015, p. 163-195.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Teodora Dias da Cunha: construindo um lugar para si no mundo da escrita e da escravidão. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto e GOMES, Flávio (orgs.) **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012, p. 228-243.

WISSENBACH, Maria Cristina C. As feitorias de urzela e o tráfico de escravos: Georg Tams, José Ribeiro dos Santos e os negócios da África Centro-Occidental na década de 1840. **Afro-Ásia**, 43, 2011, p.43-90.

WISSENBACH, M. C. C. **Sonhos africanos, vivências ladinas**. Escravos e forros em São Paulo (1850-1880). 2ª edição. São Paulo: Editora Hucitec, 2009.

WISSENBACH, Maria Cristina C. Cartas, procurações, escapulários e patuás. **Revista Brasileira de História da Educação**. v. 2, n. 2, jul./dez. 2002, p. 145-166.

III. Bases de Dados na Internet

ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR. Disponível em: <http://arqhist.exercito.pt> Último acesso em: outubro de 2015.

Info: Catálogo digital do Arquivo do Exército Português. Disponibiliza, entre outros, inúmeras fotografias de pessoas e regiões africanas, inclusive aquelas de autoria do alferes Velloso de Castro analisadas neste trabalho.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. *Henrique de Carvalho. A Expedição 1884-1888*. Disponível em: <http://henriquedecarvalho.bnportugal.pt/> Último acesso em: outubro de 2015.

Info: Página de conteúdo que disponibiliza grande parte da obra do expedicionário português.

DIAMANG DIGITAL. Disponível em: <http://www.diamangdigital.net/index.php> Último acesso em: outubro de 2015.

Info: Acervo digital proveniente do arquivo da Universidade de Coimbra que contém materiais documentais, fotográficos e fonográficos da Diamang - Companhia de Diamantes de Angola.

INTERNET ARCHIVE. Disponível em: <http://www.archive.org>. Último acesso em: outubro de 2015.

Info: Acervos digitalizados de diferentes bibliotecas dos EUA e Canadá, que contém: obras, imagens, filmes, áudios e 'softwares'.

MEMÓRIAS DE ÁFRICA E DO ORIENTE. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/> Último acesso em: outubro de 2015.

Info: Portal que disponibiliza catálogo bibliográfico, obras e documentos digitalizados relacionados às ex-colônias portuguesas na África e na Ásia.

MUSEU DA CIÊNCIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Disponível em: <http://museudaciencia.inwebonline.net/> Último acesso em: outubro de 2015.

Info: Catálogo digital da coleção do Museu Antropológico de Coimbra.

IV. FILMOGRAFIA

KULL, Edward A. **The New Adventures of Tarzan**. Burroughs-Tarzan Enterprises Inc., 1935.

APÊNDICE 1 - Quadro: Proveniência, região e chefado das peças analisadas em Arte Decorativa Cokwe de Marie Louise Bastin

Região	Proveniência	Chefado	Estampas	Peças	Obs.
Alto Zambeze	Lwena	Lumbala	1	Cesto	
		Naciungo	218 (a,b)	Tambor	
	Chokwe	Citopo	90 (a,b)	Machadinha	
Ciboko (Chiboko)	Chokwe	Ciseke	41	Bastão	Redinha, 1955, fig. 139.
		Cipungo	45 (a,b)	Bastão	
			136.2	Pente	
		Kakuta	52.1 (a,b)	Fragmento de haste de uma lança que serviu de bastão	
			69 (a,b)	Moca	
			140.1	Pente	
		Samucina	58 (a,b)	Bastão	Redinha, 1955, fig. 14
			100.2	Faca	
			127.1	Pente	
			175 (a,b)	Banco	Redinha, 1955, fig. 73
					Redinha, 1955, fig. 118
		Cimbwende	76 (a,b,c)	Moca	
		Xaciwato	101.4	Bainha de couro de antílope	
			143.1	Pente	
		Mwambumba	106	Caximbo de água	
		Dianzunza	108.1	Fornilho de tabaco	Redinha, 1955, fig. 46
			127.3	Pente	
		Xakasongo	120.2	Enxota-mosca	Redinha, 1955, fig. 65
		Naxili	124.1	Prego de cabelo	
		Xakakuka	125.3	Pente	
		Sakungo	125.4	Pente	
			143.2	Pente	
		Kambangunje	127.2	Pente	Redinha, 1955, fig. 168
			142.2	Pente	
		Xafuri	154	Banco	Redinha, 1955, fig. 38
		Mupi	174 (a,b)	Banco	Redinha, 1955, fig. 69
		Katangonge	188 (a,b)	Cadeira de soba	Redinha, 1955, fig. 91 (detalhes das travessas)
		Kalundjika	191	Cadeira de soba	
			246	Máscara	Cizaluke - originária dos Lwena

		Sawanga	206.1	Kissanje	
Kakolo	Mbangala	Gama Muhungo	230.2 (a,b)	Cordofone	Peça idêntica recolhida na Missão Folclórica de Arthur Santos. Também entre os Holos
	Minungu	Sem chefado	248 (a,b)	Máscara	Katoyo (no cesto cipawa). Redinha, 1956, fig. 6
	Chokwe	Sem chefado	259.1	Máscara	Pwo Osório, 1954, fig. 7; 1956
Kalunda	Lunda e Lwena	Kaparandanda	20.1	Espátula	
			27	Espátula	
			33	Espátula	
			99.3	Bainha de faca	
		Nakinga	101.1	Bainha de faca	
		Cipopo	142.3	Pente	
Kalwangu	Lunda	Xinganyima	131.2	Pente	
	Chokwe	Cijinga ya Tembo	197 (a,b,c,e,d)	Cadeira de soba	Obra recente (tempo de Bastin) Mesmo escultor das 198 e 199 (Shinje)
			198 (a,b,c)	Cadeira de soba	
Kambulu	Chokwe (Lunda-Chokwe) ou (Chokwe - Lwena)	Piri-Piri (Pili-Pili)	73	Moca	Proveniência: Lunda
			214.2	Kissanje	Proveniência: Lunda e Chokwe. Kissanje tipo lipungu, corresponde ao likembe do Congo, muito difundido na Lunda (ocupantes da região até o final do XIX), foi incorporado pelos Chokwe e Lwena
			220 (a,b)	Tambor	Proveniência: Lunda e Chokwe
		Salusumba	80 (b,a)	Lança	
			149	Apoia-nucas	Proveniência: Chokwe e Lwena
		Sem Chefado	102 (a,b)	Espingarda de pederneira com adornos	Região: Kambulu - Dundu
		Sanganzo	216.1	Tambor	
		Mwakese	231	Máscara	Máscara Cikungu.

					Proveniência: Lunda e Chokwe, região: Kambulu- Kasangidi Osório, 1954; Redinha, 1956, fig. 1; Bastin, 1961, fig. 10.
		Lufalanga	275.1 (a,b)	Pássaro	Hamba
Kameia ou Kameya	Chokwe e Lwena	Naukatula	29 (a,b)	Espátula	Regiões diferentes de recolha, mesmo artesão da E. 28 (Chokwe, Kamisombo, Mwacijimo)
		Nakatolo	54 (b,a)	Bastão	Obs. da autora: “O estilo da figura assemelha-se ao de muitas outras que foram executadas tendo em vista o comércio com os europeus”
	Sem proc.	Sem chefado	101.3	Faca na bainha de couro de antílope	Região: Kalungo- Kameya.
	Lwena	Sandando	119.1	Enxota-moscas	Há uma interrogação em Lwena. Região: Lumeje- Kameya Chefado Sandando (missão local)
		Kameya	119.2	Enxota-moscas	Há uma interrogação em Lwena.
	Chokwe	Na Cihongo	160	Banco	
Kamisombo	Chokwe	Sem chefado	18.1	Almofariz de tabaco	
			158.2	Banco	
		Mwacijimo	28	Espátula	Regiões diferentes de recolha, mesmo artesão da E. 29 (Chokwe e Lwena, Kameya, Naukatula)
		Kapunga	130.3	Pente	
		Cijimo	142.1	Pente	
		Mwacijinga	172	Banco com cariátide	Escultor Kamba Lwango, mesmo dos bancos das E 170 e 171,

					Chokwe, Lubalo, e da Pwo E 257, Chokwe, Kamaxilo
		Cingambo	232	Máscara	Cikungu
			233	Máscara	Cikunza
		Kaiata	266.2 (a,b)	Estatueta	Kaiata está assinalada como um sub-chefado
Kanzar	Chokwe	Samutunda	104.1 (a,b)	Cartucheira	
			153.2	Apoia-nucas	
		Mwinda	105.1	Cartucheira	
			147	Apoia-nucas	
			148.1	Apoia-nucas	
		Sem Chefado	178 (a,b)	Banco	Redinha, Album, E. 22
			195 (a,b) e 196 (c,d,e f)	Cadeira de soba	
Kapaya	Chokwe	Mwacondo	37(b,a)	Bastão	
			97.3	Bainha de faca em couro	
			98.1	Bainha de faca em couro	
			137.1	Pente	
			153.1	Apoia-nucas	
			166.2	Banco	
			207.1	Kissanje	
		Cilumba	87	Machadinha	
			113	Caixa de rapé	
			146.2	Apoia-nucas	
			239.2	Máscara	Cilomwena. Mesmo escultor das máscaras das estampas: 239.1 (Chokwe, Dundu-Citato, Scirhango-Sacombo); 238 (Chokwe, Dundu, Namuyanga-Sacombo); 241 (Chokwe, Dundu, Sacirhango-Sacombo) – artista/ateliê que vendeu para chefes diferentes
			274.1	Escultura	
		Sacisambwe	91 (b,a)	Enxada	
			203.1	Assobio	
		Xatanji Tb. em Karumbo	115.2	Tabaqueira de rapé	
		Muwamuxiku	116.2	Caixa de rapé	
			118.2 (a,b)		Proveniência: Lunda

Karumbo	Chokwe	Xambwanda	146.1	Apoio-nucas	
		Sacilemo	163	Banco	
		Xangongo	237	Máscara	Citamba ou Cithamba
		Mwakayinje	59	Bastão	
		Xatanji	86 (a,b)	Machadinha	
		Tb. em Kapaya	92.2	Enxada	
			94	Gládio de chefe	Mukwale. Karumbo - lago formado pelo rio Luxiko que se alarga nessa localidade
			117	Tabaqueira de rapé	
			133 (a,b)	Pente	
			269.2 (a,b)	Escultura	
		Mwatianvwa	92.1 (a,b)	Enxada	
		Xandumba	132.1(a,b)	Pente	
		Kangenyé	202.1	Assobio	
		Saluma	270.2 (a,b)	Escultura	
		Nakatolo	19 (a,b)	Espátula	Mukanda Região: Kavungu-Muxiku Mesmo escultor da E 268.2 (Chokwe e Lwena, Luwau, Cipwika)
			22	Espátula	
			48	Bastão	
			125.2	Pente	
			179	Banco	
Kavungu	Lwena		261	Máscara	Pwo. Região: Kavungu (Nana-Kandundu) Redinha, 1956, E. 27
		Namutenga	61.2 (a,b)	Bastão	Mesmo escultor da E62 (Lwena, Lumbala, Naulembe).
Kwangu	Mbangala	Kisueia ou Kisuheya	2.2	Cesto	“Cestos de uso muito frequente e de técnica espiralada são feitos pelas mulheres”
			34	Bastão	
			35	Bengala	
			130.2	Pente	
			213.3	Kissanje	“Tipo mucapata, oriundo dos Mbangala e adotado pelos Lunda e a seguir pelos Chokwe”
		Gonga ya babi	66 (a,b)	Bastão	
		Luhame	213.2	Kissanje

	Shinje	Mwana Kafunfu	3	Cesto	“Trabalho delicado da rainha dos Xinji, Kafunfu, que ofereceu pessoalmente este cesto, cheio de amendoins, num gesto de cortesia a José Redinha”
	Chokwe	Xasenge	137.2	Pente	
Kaximo	Chokwe	Mesevo ou Mesenvo (?)	25.1	Espátula	
			206.2	Kissanje	Procedência: Chokwe e Lwena “O grande quissanje do tipo lungandu é um instrumento antigo proveniente dos Lwena, adotado pelos Chokwe e parece não ser conhecido dos Lunda.”
		Civuno	273.3 (a,b)	Escultura	Proveniência: Lunda e Chokwe
Lovwa	Chokwe	Sawaxe	110.1	Cachimbo	
		Karimbula	173 (a,b)	Banco	Proveniência: Chowe e Minungu Mesmo escultor da E272
			272.1 (a,b)	Escultura	Lovwa – rio Lwanji, afluente do Kasai
			272.2	Escultura	Lovwa – rio Lwanji, afluente do Kasai
		Saciena	123	Colar	Cimba – insígnia de poder
		Kamba Kwangu	204	Assobio	
		Mwacimana	266.1 (a,b)	Escultura	
		Chefado Citopo; sub-chefado Samukambo	269.1 (a,b)	Escultura	
		Lunda	185 (a,b)	Travessa de um espaldar de cadeira de soba	
Luia	Mataba	Sem chefado	109.1	Fornilho de tabaco	
		Sem chefado	135.2	Pente	
	Chokwe	Sem chefado	260	Máscara	Pwo. “Máscara de dança conservada com

					o seu fato e acessórios num cesto oblongo chamado cipawa”
Luremo	Suku	Kiambamba	63	Bastão	
		Bandangongo	135.3	Pente	
	Holo	Cambamba	108.3	Fornilho de tabaco	
Luwau	Lunda e Lwena	Cipato	262 (a,b)	Máscara	Pwo. Redinha, 1956, E. 28
	Chokwe e Lwena	Cipwika	268.2	Escultura	Região Luwau (Lunda meridional) Mesmo escultor da E 19 (Lwena, Kavungu-Mxiku, Nakatolo)
	Sem proc.	Sem chefado	230.1	Cordofone	Região de Luwau, antes chamada de Vila Teixeira de Sousa; rio Dilolo
Mona-Kimbundu	Minungu	Mwamuhongo	130.4	Pente	
			144.1	Apoia-nucas	
			158.1	Banco	
	Chokwe	Mwacikuko	223.4	Miniatura de tambor	Cinguvu
Mukonda	Lunda e Lwena	Xindi ou Xinde (?)	21 (a,b)	Espátula	
			95	Gládio de chefe	Mukwale
	Chokwe	MwinChokwe	81.1	Lança	
			192 (a,b,c)	Cadeira de soba	Comparar com a E81, lança (Chokwe, Mukonda, MwianChokwe)
			267.2	Estatueta	
Saurimo	Chokwe	Saulimbo ou Saurimo	4.2	Peneira	
			31 (a,b)	Bastão	Região: Saurimo; rio Luwo
			38	Bastão	Saurimo pronuncia-se Saulimbo na língua Chokwe
			44 (a,b)	Bastão	
			47	Bastão	
			83 (a,b)	Lança	
			96 (a,b)	Faca	Poko ya mukwale = arma
			112.1	Cachimbo	
			126.2	Pente	
			143.4	Pente	
		Samukinda	132.2	Pente	
		Sem chefado	217	Tambor	
			219 (a,b)	Tambor	
Dala	Chokwe	Kaumbe Umbe	39 (a,b)	Bastão	
			57 (b,a,c)	Bastão

		Sem chefado	81.2 (a,c,b)	Lança	
			128.2 (a,b)	Pente	
			61.1	Bastão	
Lunda Sul	Chokwe	Sem chefado	53	Bastão	
			55 (a,b)	Bastão	
Fronteira do Congo	Chokwe	Mwakarhango	74.3	Moca	
Kambundi-Katembo	Songo	Sem chefado	100.3	Bainha em pele castanha de antílope	Ponto de interrogação em Kambundi-Katembo
			152	Apoio-nucas	
Luakamo - Lago Dilolo	Lwena	Dona	109.4	Fornilho de tabaco	
Kazombo	Lwena	Sajimba	126.1 (a,b)	Pente	
		Samba	128.1	Pente	
Kubal	Mwanya	Marco de Canavezes / Bembasoko	161	Banco	
Dundu	Kete	Cimbundo	110.2	Cachimbo	
	Chokwe	Naxir ou Naxili	4.1	Cesto	Caixa feita de cabaça
			7	Cabaça	
			111.1	Cachimbo	
			265 (a,b)	Escultura	
			11.1	Taça de comida	
		Kaingula	122.2	Cinto	
			215	Tambor	Ponto de interrogação em Kaingula
			242	Máscara	Cihongo
			40 (a,b)	Bastão	
		Sacombo	82 (a,b)	Lança	Região: Cingufu-Dundu
			214.1	Kissanje	
			235	Máscara	Kalewa "Assinalada na ficha do Museu como uma máscara Citamba E237"
		Sem chefado	56 (a,b)	Bastão	
			64	Bastão	Região: Nzaji-Dundu
			72	Moca	
			97.1	Faca com bainha	
			103 (a,b,c)	Espingarda de capsula de marca SPRING(FIL)	
			109.2	Fornilho	
			122.1	Cinto	
			134 (a,b)	Pente	"O pente empregado por ambos os sexos para alisar o cabelo server também de adorno, ornamentando

					apenas o penteado dos homens. Cuidadosamente esculpido, mostra uma grande variedade de motivos incisos na pega que é muitas vezes coroada por uma cabeça ou figura femininas.”
			144.2	Apoia-nucas	
			151 (a,b)	Apoia-nucas	
			187 (a,b)	Cadeira de soba	
			221 (a,b)	Tambor	
			236	Máscara	Cinyanga
			249.1	Máscara	Katoyo
			255	Máscara	Pwo
	Sanjime		68 (a,b)	Bastão	
			99.1	Bainha	
			121	Enxota-moscas	“Insígnia de guerra do chefe provido de remédios, quando erguido tem o poder de afugentar os inimigos ou a reputação de os aniquilar”
			129.2	Pente	
			140.3	Pente	
			189 (a,b) e 190 (c,d,e,f,g)	Cadeira de soba	
			203.2	Assobio	Trabalho de escultura minungu
			216.2	Tambor	
			223.5	Brinquedo em forma de tambor	Escultor Salungungu
			244	Máscara	Imbalala
	Samakaka		75 (a,b)	Moca	
	Sacindongo		84 (a,b,c)	Lança	Peça análoga no acervo de Tervuren
			202.2	Assobio	
	Mucima		124.2 (a,b)	Prego de cabelo	“Usado por homens e mulheres para coçar a cabeça” Redinha, 1955, fig. 169
	Sakavula		129.3	Pente	
	Kamba Kaxala		136.1 (a,b)	Pente	
			208.1	Kissanje	Recolhido no norte da Lunda

					assemelha-se muitíssimo, concepção e características, a certos lungandu esculpidos pelos Lwena
			225 (b,a), 226 (c), 227(d), 228(c), 229 (f)	Xilofone	Kamba Kaxala (Sangulungo)
			253	Máscara	Pwo Chefado: Sangulungo-Kamba Kaxala Mesmo escultor da E254 (Chokwe, Dundu, Salyange) Redinha, 1956, 12
		Namuyanga-Sacombo	238	Máscara	Mbwesu
		Sacirhango-Sacombo	223.2	Miniatura de tambor	Região: Dundu-Citato Chefado: Sacirhango
			239.1	Máscara	Região: Dundu-Citato
			241	Máscara	Citelela Contém duas prateleiras
		Saixola-Sacombo	240.1	Máscara	Mbwembweto Região: Dundu-Citato
		Mwakavula	240.2	Máscara	Mbwembweto
		Mandaje	223.1	Miniatura de tambor	
			245	Máscara	Mungenda
			258	Máscara	Pwo Redinha, 1956, E. 13
			271.1	Estatueta	Representando a máscara Cikunza Sub-chefado: Kafaka Osório, 1956.
			271.2	Estatueta	Sub-chefado: Kafaka Osório, 1956.
			271.3	Estatueta	Sub-chefado: Kafaka
		Salyange	254	Máscara	Pwo Mesmo escultor da E253 (Chokwe, Dundu,

					Sangulungo-Kamba Kaxala) Redinha, 1956, E15
		Samukixi	256	Máscara	Pwo Redinha, 1956, E16 Osório, 1954, fig.3, 1956
		Mayanda	223.3	Tambor em miniatura	
			259.2	Máscara	Pwo
Dundu	Chokwe e Lunda	Cimbango	202.3	Assobio	
Cingufu-Dundu	Chokwe	Sakungo-Sacombo	234	Máscara	Kalelwa Região: Cingufu-Citato Máscara Kalelwa pintada na parede de uma habitação foi reproduzida por Redinha (1953, fig. 19) Informantes de Bastin divergem quanto à classificação da máscara de Cikungu feita pelo museu do Dundo
		Mwamuxiku ou Mwamoxiko (?)	252	Máscara	Pwo
			143.3	Pente	Redinha, 1956, E18
		Sacombo	267.1 (a,b)	Estatueta	
			270.1	Estatueta	Chefado: Sacombo (Sakaluimbe)
			275.4	Ventosa	Chifre de boi
Lumbala	Lwena	Naulembe	2.1	Cesto	
			20.2	Espátula	
			26.1	Espátula	
			62 (a,b)	Bastão	Mukanda Mesmo escultor da E 61,2 (Lwena, Kavungu, Mamutenga)
			101.2	Bainha de faca em couro tingida de vermelho	
			108.2	Fornilho de tabaco	
			120.1	Enxota-moscas	
			207.4	Kissanje	
			208.2 (a,b)	Kissanje	
			211.1 (a,b)	Kissanje	
			262 (a,b)	Máscara	Pwo Redinha, 1956, E 28
		Mwambulo	252	Máscara	Pwo

					Redinha, 1956, E12 Mesmo autor da E254 (Chokwe, Dundu, Salyange)
		Kakenge ou Katenge (?)	50	Bastão	Chefado: Katenge
			52.2 (a,b)	Bastão	Proveniência: Chokwe e Lwena
			120.3	Enxota-moscas	
			211.1 (a,b)	Kissanje	
			263 (a,b)	Máscara	Pwo Redinha, 1956, E26 “Segundo Redinha a máscara foi usada por um dançarino conhecido desde o Alto-Zambeze até o Transvaal e representaria uma mulher célebre”
			264	Máscara	Pwo
		Bumba ou Sakamumba	89 (a,b)	Machadinha	
		Ciyaze	125.1	Pente	
			139.1 (a,b)	Pente	
		Satoli	207.3	Kissanje	
		Sakutorha	209.1 (a,b) e 210 (c)	Kissanje	
		Musamba	209.2	Kissanje	
Sombo	Chokwe	Sakuko	30.1	Espátula	Proveniência: Chokwe e Lunda
		Sawaxe	67 (a,b)	Bastão	Proveniência: Chokwe e Lunda
			85	Machadinha	
		Gonde ou Ngonde (?)	60	Bastão	
			79 (a,b)	Lança	
			273.1 e 2	Esculturas	
		Cingonje	88	Machadinha	
		Saonga	109.3	Fornilho de tabaco	
			182	Cadeira de soba	
		Kamba Kaita	130.1	Pente	
		Mwa Kongolo	140.2	Pente	
		Xaluseke	180 (a,b)	Banco	
		Sariapinga	183	Cadeira de soba	
			275.2	Pássaro	
		Sacipepe	212.2	Kissanje	“Antigo e característico dos Chokwe, os Lwena também o usam, mas

					ignora-se se os Lunda o conhecem”
		Ciputo	224 (a,b)	Grande tambor	Cinguvu
Xakasau	Lunda	Xamukwenda	9.2	Taça de alimentos	
	Shinje	Muhungo	100.1	Bainha de faca	
	Chokwe	Sakapunda	10	Taça de alimentos	
			115.1	Tabaqueira de rapé	
	Xakasau	Xakasau	24 (a,b)	Espátula	
			51 (a,b)	Bastão	
			107.1	Cachimbo de água	Mutopa
			124.3 (a,b)	Prego de cabelo	
			159.1	Banco	
			176 (a,b)	Banco	
			177 (a,b)	Banco	
			193 (a,b) e 194 (c,d,e,f)	Cadeira de soba	
			207.2	Kissanje	
		Sem chefado	32 (a,b)	Espátula	
			42	Bastão	
			46	Bastão	
		Sakayembe	49	Bastão	
		Kataxe	74.2	Moca	
		Mwacilwaje	97.2	Faca com bainha	
			112.2	Pequeno cachimbo de modelo europeu	
		Sakalumbo ou Xakalumbo	99.2	Bainha contendo uma faca	
			273.4 (a,b)	Escultura	
		Kapembe	104.2	Cartucheira	
			105.2	Cartucheira	
			169 (a,b)	Banco	
		Xalubambo	116.1	Caixa de rapé	
		Kambalwango	116.3	Caixa de rapé	
		Sakajikula	139.2	Pente	
		Mwa-Mwangulo	166.1	Banco	
		Civumo	181 (a,b)	Banco	
		Mwacimuto	274.2	Estatueta	
Lubalo	Lunda	Napasa	9.1	Taça de comida	
			107.2	Cachimbo de água	Mutopa
			124.4 (a,b)	Prego de cabelo	
			129.1	Pente	
			162.3	Banco	
		Kamba-Lwango	14.1	Almofariz para moer o sal	“moer o sal, mungwa, com pequenos pimentos verdes, ndungu. A mistura obtida é um tempero que é guardado na pequena caixa-cabaça cimangu” “objeto recolhido no oeste da Lunda,

					zona de antigos contatos” Almofariz que lembra as taças ou cálices de origem europeia.” “Os Chokwe pretendem que esta forma vem de tempos anteriores, o que não excluiria uma possível imitação nem, tão pouco, o seu caráter original”
		Kamba Mutombo	14.3	Almofariz de temperos	
			162.1	Banco	
			213.1	Kissanje	
		Kamba Melombo	141 (a,b)	Pente	
		Kalwata	157 (a,b)	Banco	
			162.2	Banco	
			268.1	Estatueta	
	Chokwe	Xamukasa	11.2	Taça de alimentos	
			17 (a,b)	Almofariz para moer sal e pimentos	
			36 (a,b)	Bastão	
			71 (a,b)	Clava	Redinha, 1955, fig. 117 a 121
			98.2	Pequena bainha de faca	
			114 (a,b)	Caixa de rapé	
			135.1	Pente	
			138 (a,b)	Pente	Osório, 1958. Fig. 10
			148.2	Apoia-nucas	
			155	Banco	
			156	Banco	
			168 (a,b)	Banco	
			275.3	Pingente	“Amuleto que representa o espírito Sanameya, segundo o adivinho Sakariela. Rematado pela máscara Cikunza”
		Kamba Jamba	104.3	Pequena cartucheira	
			142.4	Pente	
		Sukumuna	12.1	Taça de alimentos	Proveniência: Lunda Mesmo artesão da E12.2

					(Shinje, Lubalo, Xamukosa)
			15 (a,b)	Almofariz para moer sal e pimentos	
			159.3	Banco	
			170 (a,b)	Banco	
			171 (a,b,c)	Banco	Redinha, Álbum, E20
			243.1	Máscara	Cihongo Parecida em Redinha, 1956, E 22
			249.2	Máscara	Katoyo “Representando as marcas da varíola, que devastou a Lunda no século XIX” Redinha, 1956, E 7
	Shinje	Kapende	250	Máscara	Pwo Redinha, 1956, E 10 (representada com 3 ornamentos em tachas de latão cravados no toucado, desaparecidos desde então) Osório, 1954, fig. 6; 1956
		Xamukosa	12.2	Taça de alimentos	Mesmo artesanato da E12.1 (Lunda, Lubalo, Sukumuna)
			14.2	Almofariz para moer sal e pimentos	
Kamaxilo	Shinje	Kamba Mudanga	23 (a,b)	Espátula	
		Xakasambi ou Xakasumbi (?)	5	Cesto	Cipawa (parece muhamba) “no qual os chefes guardam vestes e adornos; é transportado ao ombro” “também carrega as máscaras de dança Pwo e Katoyo”
			118.1	Tabaqueira de rapé	Osório, 1956
			158.3	Banco	Chefado: Xakasumbi
			159.2	Banco	
			167.2	Banco

			200.1	Cadeira dobrável – somente o espaldar	“Duas cabeças de mulher. O rosto alongado de traços geométricos e o penteado em forma de puxo são característicos dos Shinje”
			201	Cadeira dobrável	
			222 (a,b,c)	Tambor	
		Cihuta ou Ciuta	6 (a,b)	Cabaça	
			16 (a,b)	Almofariz para moer sal e pimentos verdes	
			205.2	Kissanje	“Deste tipo (Kakolondondo) são frequentes entre os Chokwe, embora sejam raros os que se apresentam encimados por uma cabeça, sendo, no entanto, sempre decorados por uma grande variedade de motivos”
			243.2	Máscara	Cihongo Osório, 1956
		Mwakavula	13 (a,b)	Banco	Redinha, Álbum, E 11
			205.1	Kissanje	Idiofone, “genericamente conhecido por sanza. Os Chokwe chamam-lhe cisanji, ou quissanje, instrumento de que se conhecem vários tipos diferentes”
		Kamba Mundonga	18.2	Almofariz de tabaco	“Os almofarizes para esmagar as folhas de tabaco são reconhecíveis pela sua cavidade mais estreita mas, também, mais profunda do que a dos

					almofarizes de tempero”
		Kasemene	43	Bastão	
			74 (a,b)	Moca	
			164 (a,b)	Banco	
			167.1	Banco	
			200.2	Travessa de espaldar de cadeira	
		Sem chefado	199 (a,b,c)	Cadeira de soba	Mesmo escultor das 197 e 199 (Shinje)
		Mwacita	251	Máscara	Pwo Redinha, 1956, E 17 Osório, 1954, fig. 5; 1956
	Lunda	Kaungula	93	Gládio de chefe	Mukwale, “insígnia de mando exclusiva do chefe de terra, mwanangana” “Faca de execução de sentença na mão do chefe que dirige o tribunal na cota” Mucuale do Cahungula - Redinha, Álbum, p. 10 e E18.
			145	Apoia-nucas	
	Chokwe	Xamukwale	131.1 (a,b)	Pente	
		Kajama	165	Banco	
		Sem chefado	257	Máscara	Pwo Mesmo escultor das E170 (banco, Chokwe, Lubalo, Sukumuna); E171 (Banco, Chokwe, Lubalo, Sukumuna) e E172 (banco, Chokwe, Kamisombo, Mwacijinga) Escultor Kamba Lwango
Sem região	Chokwe	Sakoje	30.2	Espátula dupla	
Sem região	Songo	Sem chefado	65	Bastão	Homem sentado no boi-cavalo “Bengala de concepção

					plástica robusta foi comprada em Lisboa pela direção da Companhia e, de acordo com os escultores associados ao Museu do Zaire, é de proveniência Songo”
Sem região	Chokwe	Ca Kuto	77 (a,b)	Bastão de autoridade	“Comprado em Lisboa pela Direção da Companhia e segundo a opinião dos escultores do Museu do Zaire terá sido feito pelos Chokwe ca Kuto – originários do planalto meridional que ocupavam a montante, Kuto, antes da sua migração para o norte.” Comparada com o chefe-caçador Cibinda Ilunga (vol. 1, fig. 51) ICH, Percursos, p.268
Sem região	Chokwe (?)	Ca Kuto (?)	78 (a,b)	Bastão de autoridade	“Comprada em Lisboa juntamente com a anterior, certamente da mesma região meridional da Lunda”
Sem região	Chokwe (?)	Sem chefado	111.2	Cachimbo	“Peça comprada em Lisboa pela Direção da Companhia. Estilo aparentado ao da estatutária dos Chokwe. São numerosos os cachimbos ornamentados com figuras humanas”

Lubalo-Kamaxilo	Lunda	Kakwata	150	Apoia-nucas	
Sem região	Chokwe (?)	Ca Kuto (?)	184 (a,b)	Cadeira de soba	“Esta cadeira de execução antiga foi comprada em Lisboa pela Direção da Companhia e deverá ser originária, segundo o escultor Kadiangu, dos Chokwe meridionais ou a montante (Tucokwe ca kuto)
Sem região	Chokwe (?)	Ca Kuto (?)	184 (a,b)	Cadeira de soba	“Comprada em Lisboa pela Direção da Companhia juntamente com a que foi apresentada na estampa 184, esta cadeira provirá igualmente dos Chokwe meridionais. Ambas são pequenas e decerto muito antigas. As cadeiras de chefe, de dimensões reduzidas, e que sucederam ao antigo pequeno banco redondo, parecem ter sido substituídas mais tarde por cadeiras mais altas cujas dimensões aumentam progressivamente e à medida que se tornam mais recentes. Ao mesmo tempo, vão sendo enriquecidas com uma profusão de temas esculpidos nas travessa em

					número cada vez maior. Este fato ocorre, infelizmente, muitas vezes, em detrimento da qualidade da escultura e do talento característico da arte dos Chokwe”
Dundu ou Kamaxilo (?)	Chokwe	Sem chefado	212.1	Kissanje	
Sem região	Chokwe	Conza	276 (a,b)	Escultura	“Espírito protetor Umbandji ou Umbanji, originário da Lunda, recentemente venerado pelos Chokwe” “Peça recolhida por H. Baumann e conservada no Museu do Dundu”

APÊNDICE 2 – TRANSCRIÇÃO DOS DOCUMENTOS RELACIONADOS AO TRABALHO DOS CARREGADORES DA EXPEDIÇÃO PORTUGUESA AO MUATIÂNVUA

1 – Termos de contrato dos trabalhadores Loandas com a Expedição Portuguesa ao Muatiânvua.

a) Cozinheiro José Fernandes, de Loanda. Assinado pelo chefe da Expedição, Henrique Augusto Dias de Carvalho, e pelo sub-chefe, Agostinho Sisenando Marques. Loanda, 09 de junho de 1884. **Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição.** AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

Expedição ao Muata Ianvo

Termo

Aos nove dias do mês de junho do anno de mil e oitocentos e oitenta e quatro, reunidos os membros da Expedição, chefe major Henrique Augusto Dias de Carvalho, sub-chefe Agostinho Sisenando Marques e ajudante tenente Sertório d'Aguiar, compareceu o cozinheiro indígena José Fernandes, natural de Loanda que disse querer acompanhar a Expedição como cozinheiro do pessoal superior pelo ordenado de dez mil reis mensais, recebendo adeantadamente seis meses e o restante á medida que necessitar o que tudo será lançado em sua conta a qual será liquidada no seu regresso.

E como o referido cozinheiro não desconheça o serviço que lhe pode ser exigido e para onde tem de transitar se lavrou este termo que vae assignado pelos membros da Expedição e d'elle se dá copia para usar como julgue conveniente.

O Chefe da Expedição

Major Henrique Augusto Dias de Carvalho

O Sub-chefe

Agostinho Sisenando Marques

Observação a lápis: até ao Muata Ianvo enquanto ella ali estacionar e no seu regresso até Loanda. Crédito.

b) Corneteiro Domingos Fernandes Pegado, de Massangano. Assinado pelo administrador do Concelho. Loanda, 10 de junho de 1884. **Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição.** AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

Fica registado n'esta administração no livro segundo de termos diversos do corrente anno (?) a folhas vinte e dois verso até folhas vinte e três verso, o contracto do Excelentissimo major chefe da Expedição ao Muata-Ianvo com Domingos Fernandes Pegado, de Massangano.

Administração do Concelho. Loanda, 10 de junho de 1884. O administrador do Concelho. (Assinatura)

c) Paulo Antonio de Malanje, Paulino Affonso de Luanda, Antonio Manuel de Malange, Francisco Manuel da Lunda, Marcolino João do Congo, Adolpho Joaquim Ignácio do Congo, Domingos Joaquim Augusto de Cassange, Francisco Manuel Antonio de Novo Redondo, Manuel Antonio de Cabuíta (do Muatianvo), Domingos Silveira (Catraio) de Luanda, Manuel Antonio da Ginga e Matheus Antonio do Libollo. Assinado pelo chefe da Expedição, Henrique Augusto Dias de Carvalho, e pelo sub-chefe, Agostinho Sisenando Marques. Loanda, 09 de junho de 1884. **Pasta Preparação da Expedição.** AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1091.

[fl. 1]

c) Expedição ao Muata Yanvo

Termo

Aos nove dias do mês de junho do anno de mil e oitocentos e oitenta quatro n'esta cidade de Loanda, achando-se reunida a Expedição ao Muata Ianvo composta do chefe o major do exército do reino Henrique Augusto Dias de Carvalho, sub-chefe o farmacêutico reformado em major, Sisenando Marques e o ajudante tenente do

exército d’Africa Ocidental Sertório d’Aguiar; compareceram os indígenas abaixo designados – Paulo Antonio de Malanje, Paulino Affonso de Loanda, Antonio Manuel de Malange, Francisco Manuel da Lunda, Marcolino João do Congo, Adolpho Joaquim Ignacio do Congo, Domingos Joaquim Augusto de Cassange, Francisco Manuel Antonio de Novo-Redondo, Manuel Antonio de Cabuíta (do Muatianvo), Domingos Silveira (Catraio) de Luanda, Manuel Antonio da Ginga, Matheus Antonio do Libollo, todos os quaes voluntariamente se offereceram a fazer parte da Expedição, acompanhando-a em todo o seu transito até ao regresso a Loanda embora a demora que possa ter segundo as condições seguintes: (aqui uma observação à lápis: “todos menos (...).”

1º receberem adeantadamente a quantia de trinta e seis mil e quinhentos réis fortes.

2º vencerem do Dondo em deante, ração correspondente a cem réis fortes por dia, sendo o pagamento feito em moeda corrente na província em quanto n’ella se transite e em fazendas, contaria ou em quaesquer espécies, fora d’ella, e seguindo o curso.

[fl. 2]

3º de no regresso a Loanda, receberem n’esta cidade na moeda corrente tantos tostões fortes quantos os números de dias de viagem da Expedição sendo estes a contar do Dondo para o interior do continente até ao dia da chegada a Loanda.

Compromettem-se por este termo, os contractantes indígenas a seguir a Expedição, já no primeiro transporte para o Dondo, sendo as comedorias à custa da mesma Expedição.

O seu serviço será o de vigiar as cargas e auxiliar o pessoal superior na manutenção da ordem entre os carregadores e auxiliarem o mesmo pessoal na deffensa dos valores que lhes são confiados e ainda nos transportes em caso de necessidade.

E como todos tiveram perfeito conhecimento dos deveres e obrigações que se contrahiram e por três d’elles a todos fossem explicados as dificuldades da

viagem, bem como a grande distancia a percorrer; a todos se pagou a importância ajustada, isto é, trinta e seis mil e quinhentos réis a cada um, se lavrou este termo que vae assignado pelos membros da Expedição.

O Chefe da Expedição

Major Henrique Augusto Dias de Carvalho

O Sub-chefe

Agostinho Sisenando Marques

Observações a lápis:

Todos menos Domingos Fernandes Pegado - (em relação ao item 1)

Domingos Fernandes Pegado - (?)

Desde que desembarcarem no Dondo - (em relação ao item 2) (?)

2 - Contrato de trabalho de Antonio Bezerra de Lisboa com a Expedição Portuguesa á África Central. Malanje, 10 de outubro de 1884. Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição. AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

Também publicado em: PEREIRA, Maria Manuela Cantinho. In Memoriam. In: SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA. **Memória de um explorador**. A coleção Henrique de Carvalho da Sociedade de Geografia de Lisboa. Lisboa: SGL, 2012, p. 50.

[Fl. 1]

Declaro eu abaixo assignado Antonio Bezerra de Lisboa, servir a Expedição Portuguesa á Africa central, como seu interprete, obrigando-me a servil-a com toda a fidelidade em todo o tempo que estiver ao seu serviço mediante a quantia de doze mil reis mensais de ordenado e dois mil reis para comedorias, sendo testemunha da fé d'este meu contracto Custódio José de Sousa Machado, que este fez.

Malanje, 10 de outubro de 1884.

Antonio Bezerra de Lisboa.

[Fl. 2]

Amigo Sr. Machado

Pagará em 8 que vão com (?) 2 peças a cada um a escolha d'elles.

E diz-me-há o que é feito do signatário d'esta declaração pois até hoje não apareceu!!

Seu amigo

Henrique de Carvalho

Pago em 9 de novembro de 1884 que me foi apresentado. Custódio Machado.

3 – Correspondência de Lourenço Bezerra a Henrique de Carvalho. Carianga, 11 de novembro de 1884. Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição. AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

Também publicado em: PEREIRA, Maria Manuela Cantinho. In Memoriam. In: SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA. **Memória de um explorador**. A coleção Henrique de Carvalho da Sociedade de Geografia de Lisboa. Lisboa: SGL, 2012, p. 50.

[fl. 1]

Carianga (?), 11 de novembro de 1884

Exmo. Srn. Major H. A. D. de Carvalho

Em viagem

Segue o seu interprete meu irmão Lisboa pr. o destinado fim como de contrato de V. Excia., é elle não deixará saber as terras da Lunda, é que a V. Excia, q. lhe o trate bem pelo seu bom porte. – Devendo a V. Excia. perdua-lo pr. qte. (queixa) em q. fizer q. V. Excia. será pai de (?), e perdua-lo pela demora q. houve, em consequência de

grave enfermidade q. o seu impregado teve , ogle. já lhe avisei á mais tempos, pr. duas vezes.

Termino a V. Excia aboa viagem, é bom regreço de viagem é boa continuação de donde vai.

D. V. Excia.

Seu (?)Amº obse. (?)

Lourenço Bezerra Correia Pinto

[fl. 2]

Illm. Exm. Snr. Major

Henrique Augusto Dias de Carvalho

Chefe da Expedição Portuguesa da Africa Central

Em viagem

Anotação à lápis:

Carregadores

1º - Mussança;

2º - Muhungo;

3º - Antonio;

4º - Cansinje;

5º - Luimianbo;

6º - Lui-coje

4 - Recibo do Cabo António. Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição. AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

Nota das fazendas que recebi no poder do sr. Augusto e que se pagou nas parte (?) recebi 65 rs

o segte

Guinua(?) banza 1 peça e 6 jardas

Capenba 1 “ de chita

Cha quibeu (?) 1 “ 6 jarda

Guinbanga 1 “ 6 “ “

Cahungula de Mataba 2 “ 5 “ “

Recebi de Guicutanga que pagou 5 “ “

Porto de Luembe 1 “ 6 “ “

o Sr. Dundu 1 “ de riscado 1ª (?)

o Sr. Binge 1 “ 6 “ “

Dispeza feita por mi

Cabu Antº

5 - Correspondência do soba Ngongo (tio do cabo Antonio), de 27 de março de 1887.

Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição. AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

[fl. 1]

Illmo. Exmo. Srn. Embaxador da Expedição da viagem d’Muathahianvo

Tendo chegado meu Sobrinho, Cabo Antonio que vosso Exmo. sr. dignou lhe voltar pª este Concelho, em transporte do Agostinho, que cá veio muito tempo, e conforme as ordens do vosso Exmo. Agostinho (?) cumpriu (?) sobre carrigadores, custou o Cabo Antonio aprocurar, pª mais sobbas, caucei, servindo filhos da mt. família, que e parentes do S. Cabo Antonio, que c 13 carregadores, e quatro do sobba Muheba, n. de 17 pessas. e 10 in cumprimento, pª Exmo. sr. não ficar parado, (?) mais com seu Cabo Antonio teve sua famª. Exmo. sr. o Cabo Antonio primeiro foi

com os iglezes; e tratarão bem tanto divirtimento a dizer fazer de gasto; da fam^a pr. duas vezes; motivo quando vosso Exmo. sr. chegou encontrou este nome notado; e nos sabemos que só com as Alemanha tem tratado bem os impregados, quanto mais a pessoa do próprio vosso Rei, não dexará de nos (vistuar?) noz que somos sobas, visto sermos obedientes im todas occazions, quando S. M. presa carrigadores e este n'unca sirviu de traidor ou tractante, p^a o sr. Cappm. Aguiar ficar informado pr. um soldado ou pelo Cabo n^o 50, pela fuga do (?) delle Manoel, que escondeo o Cabo Antonio amandava prender; fugiu o Cabo ia, tem o Doutor Marques; e tão bem o sr. Custodio; negando do Antonio ser traidor, o qual qm. escondeo o liberto e o soldado dele n^o 54, aqual dá lhe esta falcidade porque aprizão dele não (?), não pelo Cabo, pr. isso sente odis

[fl. 2]

pr. elle, dia segte. appareceo o dito (Liberto?) a cargo do soldado n^o 54, este é o que tenho de lhe informar, o que tenha praticado o Cappm. Aguiar; - o sr. quiz o mandava chamar o Cabo Antonio, afim de (contarlhe?), além do sr quis preciquerlhe p^a pagar injuria do Cabo (?) Exmo. sr. Major dando ordem do Cabo Antonio, receber os ordenados de (?) fortes, elle ca lhe foi dado 24 vinti equatro pessas de fazenda surtido; nem vistiolhe, pr. conduzi q. teve não foi declarado, que seja tanto; p. isso fique o vistimento, e a arma q. lhe foi recomendado, ate, segunda ordem, deo unicamente uma arma portuguesa, uma dita de lenço, uma camisa ordenario; - 3^o e dar ordens das 3 pessas (togada?) p^a sorte dos m^{as} amigas, cá o sr. Custodio não cumpria nada visto não ter ordem, in controu o Antonio as amigas uma in casa, aoutra fora, p. má estado q. teve, custou o Antonio pagar as 3 pessas do (?), q. mas (?), q. isto está a cargo do vosso Exmo. sr. - Emquanto eu tenho esperado que me póde vestir bem, visto eu q. tenho dado cumprimento o Soba Muheba, q. diveria bom facto o q. tem comprido, durante todos feirantes, só com migo, isso e oq. tenho a dizer, tanto pelo Cabo, aqm. lhe sirviu bem não competia (?), e commigo também não dechava de vestir, assim mesmo vae mais a sua vontade, q. a volta do Cabo Antonio saptisfará. - Desejo que governe bem a vossa viagem, q. é para socego p^a noz.

Malanje. Guinzanga, 27 de março de 1887.

Seu súbdito

Sobba Ngongo – tio do Cabbo Antonio

6 - Correspondência do Sobba NDalla Quissua NDombo ao Tenente Ajudante Aguiar. Banza, 28 de julho de 1884. Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição. AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

Também publicada em: CARVALHO, H. Descrição..., 1890, vol. I, p. 349 e HEINTZE, Beatrix. A lusofonia no interior da África Central na era pré-colonial. Um contributo para a sua história e compreensão na actualidade. **Cadernos de Estudos Africanos**. v. 67, 2005, p. 197-198.

[Fl. 1]

O Exmo. Snr. Tenente Ajudante Aguiar

Banza, 28 de julho 1884

Recebi a honrada carta de V. S.^a com data de 20 do corrente, que acompanhou uma pessa de chita, um barril de polvora, e (3) tres botijas de agua-ardente, que por sua generosidade mandou-me offerecer, e mil vezes muito obrigadissimo Fico certo da chegada de V. S.^a neste sitio de meu filho Ndala Quinguangua, assim o trabalho que tem ahi de mandar fazer a pousada (fundo), para qualquer negociador que pr. ahi transitar, conforme as ordens de Sua Magestade Fedelissima, a quem Deus guarde, e estimarei que cumpra os ditas ordens, para ganhar a victoria. Depois de concluir o trabalho dahi, aqui m'achará as ordens, para escolher o sitio que quizer, para fazer outra casa como aquella. A respeito dos carregadores, até quando chegar aqui o Exmo. Sr. major, que diz ter ficado em Malange, e por consiq^a V. S.^a pode fallar a meus filhos, que estão vizinhos com o dito NDalla Quinguangua, p^a ver se arranjam ahi alguns carregadores p^a irem em Malange. Estimei as medidas que Sua Magestade Fedelissima tomou, de mandar a Expedição portugueza para o Matianvo.

Chegando aqui V. S.^a e o Exmo. Sr. major, poderam fallar bem com os carregadores que quizerem ganhar, para levarem as cargas.

Concluo desejando a V. S^a a mais

[Fl. 2]

perfeitissima saude e venturas, e eu fico de saude, e assentado em um lugar pr. causa da m^a idade avançada, e sou por ser com respeito

De V. S^a subdito muito obrigado e criado.

Sobba, Ndala Quissua Ndombo.

[Fl. 3]

Exmo. Senr. Tenente

Manoel Sertorio d'A. Aguiar

Digno ajudante da Expedição ao Matianvu

MBuizo no sitio do NDalla Quinguangua

P.S. - Sciente do bom tratamento que lhe está fazendo o meu subordinado filho Ndala Quinguangua, conforme V. S^a mandou-me dizer na sua estimada carta, e muito estimorei que elle continue, como subordinado portuguez.

7 - Correspondência de Narciso Antonio Paschoal a Henrique de Carvalho. Ngingi Acabari, 18 de julho de 1884. Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição. AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

Também publicada em: CARVALHO, H. Descrição..., 1890, vol. I, p. 346-347 e HEINTZE, Beatrix. A lusofonia no interior da África Central na era pré-colonial. Um contributo para a sua história e compreensão na actualidade. **Cadernos de Estudos Africanos**. v. 67, 2005, p. 196.

[Fl. 1]

Ilmo. Exmo. Srn. Major Hernique de Carvalho

NGingi Acabari 18 de julho de 1884

Presente da estimada carta de V. Ex^a datada de hoje; vou em primeiro lugar agradecer os seus cumprimentos que retribuo, desejando- lhe a continuação da sua saúde, eu continuo em commodado, sendo este o motivo de ainda não poder dar ahi uma chegada.

Aos seus criados dei o recado para se dirigirem aos sobas afim de arranjam os carregadores; eu já providenciei para me trazerem todos que podessem ajuntar; mas ainda não me appareceram e apenas pude agora arranjar o homem portador desta para contractar com V. Ex^a afim de seguir com elle na sua missão, este homem esteve muitos annos no Luanda e tem bastante pratica daquella gente e costumes daquelle certão.

Quando despachar os portadores para Cassanji devem passar aqui para receberem a carta para o chefe de Cassanji, assim como recommendados pessoal a maneira que devem entrar naquelle concelho.

O homem que remetto tem conhecimento com os sobas que como do costume abonam os carregadores; por isso com grande facilidade pode

[Fl.2]

ir ingajando os carregadores, dirigindo-se aos sobas.

Sem assumpto para mais, subscrevo-me com toda a consideração

D'V. Exa.

(?)

Narciso Antonio Paschoal

[Fl.3]

Na Guí-ia

Ei ui-ia

Muéne Hi-i-a

É – tu tui-i-a

É-ne mu-i-a

É ne ai-ia

Lourenço Gonçalves dos Santos

Chanama

Quibinda primo

Noeji Mulaji

Muhungo (?) dos quilolos capitães

Cambollo

8 - Correspondência de Narciso Antonio Paschoal a Henrique de Carvalho. Ngingi Acabari, 20 de julho de 1884. Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição. AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

Também publicada em: CARVALHO, H. Descrição..., 1890, vol. I, p. 347 e HEINTZE, Beatrix. A lusofonia no interior da África Central na era pré-colonial. Um contributo para a sua história e compreensão na actualidade. **Cadernos de Estudos Africanos**. v. 67, 2005, p. 197.

[Fl.1]

Ngingi acabari, 20 de julho de 1884.

Ilmo. Exmo. Sr. Major Henrique de Carvalho

Hé portador desta o seu criado que tina vindo ao ingaje de carregadores que não pode obter n'essa, disse-me que alguns sobas pediam que lhes adiantasse alguma vistimenta, mas é uma desculpa simples, e como os conheço querem inganar a V. Ex^a pr. que sei que alguns sobas estão comprometidos com carregadores para diversos negociantes.

O homem que eu mandei outro dia para guia de V. S^a passou aqui hontem tendo-lhe recommendado para hoje seguir para o Sanza afim de ingajar os carregadores que lhe foram recommendados pr V. S^a e vendo a vontade da parte

delle, creio que hade conseguir muito breve.

Sube do mesmo homem que V. S^a tencionava mandar uma oferta ao jaga de Cassangi pr uns Caquatas que me consta estarem ahi no concelho, os quaes já estão naturalisados banglas pr terem gasto todas as importancias que traziam do Matianvo a seus negócios não

[Fl. 2]

podendo pr. este motivo voltarem para Luanda, e cresce mais que elles não podiao entregar pessoal a oferta pr o jaga pr não se corresponderem com o referido jaga de Cassangi, e mesmo acho disnecessario fazer similhante oferta visto V. Ex^a não tencionar passar nas terras de Cassangi.

Eu acho-me um pouco melhor mas mto. fraco; tenciono fazer uma visita a V. Ex^a mesmo para fallar-mos sobre certos assumptos da sua missão.

Ddsejo que continue de perfeita saude, e sou com est^a e consideração.☐

De V. Ex^a.

Muito Am^o (?)

Narciso Antonio Paschoal.

9 - Correspondência de Narciso Antonio Paschoal e José dos Santos (Maiote?) a Henrique de Carvalho. Ngingi Acabari, 7 de agosto de 1884. Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição. AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

Ngingi Acabari, 7 de agosto de 1884

Exmo Sr. Major Henrique de Carvalho

Honte dispache-mos as 100 pesças de Algodão n^o 12 á 2500 á pesças e 6 (?) de missanga maria 2^a a libra 500 rs fortes, e V. S^a. não acuzou arecepção das cargas,

onte contrate-mos, com os carregadores in trazer tudo que V.S^a pediste sr. seu pedido para levar as fazendas em Malange para depois levarem para NDalla quissua e chegando no meio do caminho rezouverão não levarem as cargas em NDalla quissua, e mandei arranjar outros carregadores e depois de vir mando avizar a V. S^a e se não ver V. S^a poderá arranjar alguns carregadores mandar buscar o resto do seu pedido.

Pagamento os carregadores que onte levarão as cargas 23 dobras de algodão nº 100 ração aos mesmos 270 réis fortes.

Sr. com mais estima e consideração

De V. S^a

Att. Amigo (?)

Narciso Antonio Paschoal

José dos Santos (Maiote?)

10 - Correspondência de Gabriel das Chagas Morim Rangel e Narciso Antonio Paschoal a Henrique de Carvalho. Ngingi Acabari, 3 de setembro de 1884. Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição. AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

Ngingi acabari, 3 de setembro de 1884

Exmo. Snr. Major Henriques Dias de Carvalho

“Malangi”-

Confirmando a minha ultima em 20 do corrente, junto apresento a V. Ex^a a factura das mercadorias que de sua ordem despachei para a 1^a Estação 24 de Julho no Ndalla – Quinguangua a entrega de seu empregado Srn. Manoel Mendes da Conceição Machado bem como as que também de ordem e pedido de V. Ex^a me pedirão para aquelle ponto o Snr. Narciso Antonio Paschoal de Catalla importando

tudo no total de R\$ 109:236 que para melhor conferencia remeto igualmente o original da c/ destes Srn.

Dos 3 vidros de quinino que vão na factura só ficava em meu poder 2 que remeto pelo portador desta.

Sem ms. Sou com estima e consideração

De V.Ex^a

Am^o (?)

/o/o. de Narciso Antonio Paschoal

Gabriel das Chagas Morim Rangel

11 - Correspondência de Gabriel das Chagas Morim Rangel e Narciso Antonio Paschoal a Henrique de Carvalho. Ngingi Acabari, 30 de setembro de 1884. Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição. AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

Illmo. Exmo. Srn.

Tenho em vista o off^o de V.Ex^a datado de 25 do corrente a que respondo.

Tendo mandado aos sobas que a tempo me havia prometido ingajar os carregadores, só hontem é que voltou o meu portador disculpando os mesmos sobas que seus filhos requitarão a viagem que pretende a Expedição portuguesa, apurar mesmo da vantagem de 10 pessos de fazenda acada um.

Meu sócio Esteves tendo pago 30 e tantos carregadores a pedido de V. Ex^a, tem estado em Catalla empregando diligencia de os reunir; mas infelizmente ainda não pode conseguir apesar mesmo de estarem já pagos como já disse.

Com os sobas daqui não pude ingajar nenhum, o que sinto.

Deus guarde a V.Ex^a

Ngingi acabari, 30 de setembro de 1884.

Illmo. Exmo. Snr. Chefe da Expedição Portuguesa

(?) de Narciso Antonio Paschoal

Gabriel das Chagas Morim Rangel

Anotação a lápis: Já (?) pagos para (?) para o Dondo.

12 - Correspondência de Narciso Antonio Paschoal a Henrique de Carvalho. Catálla, 01 de outubro de 1884. **Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição.** AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

Illmo. Exmo. Srn. Major Henrique d'Carvalho

Catálla, 1 d'Outubro d' 1884

Conforme o pedido que V. Ex^a fêz a n/ sócio Esteves remetemos lhe 25 carregadores pagos p^a levarem cargas d'Malange p^a o Quango, cujo pagto. temos notado em debito a V. Ex^a como do avizo que aquelle Srn. já fêz a V. Ex^a. Adiante damos relação dos nomes dos referidos carregadores, soba e sitio a que pertensem.

Somos com muita estima e consideração

De V. Ex^a

(?)

P. P. Narcios Antonio Paschoal & Cia.

13 - Correspondência de Quissengue a Henrique de Carvalho. Hitengo, 18 de maio de 1886. **Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição.** AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

Também publicada em: CARVALHO, H. Descrição..., 1893, vol. III, p. 523-524 e HEINTZE, Beatrix. A lusofonia no interior da África Central na era pré-colonial. Um contributo para a sua história e compreensão na actualidade. **Cadernos de Estudos Africanos**. v. 67, 2005, p. 200-201.

[Fl.1]

Meu Presado Amigo Snr Major

Hitengo 18 de maio de 1886

Fui-me amão o seu favor pelo meu primo Chá Cumba dactado de 6 de abril do corrente anno. Só a dizer que pelo seu contiudo não respondo nada pr que quero que vmce chega-se aqui pessoalme. junto um rapaz do Matianvo para fallar-mos bem seja fazer ficar lá seus rapaz – o que me porta vmce com filho do matianvo. Ahi me achava o seu am^o Cha Cumba com recado imbocal dizendo-me a respeito da faca do Matianvo Chánama que vmce. pedia, é eu não queria odalo esta faca e se intreguei fui pr. a rogo, do meu primo Cha Cumba pr. isso remeto a faca imquanto a outra fica ate qto. vmce. ahi chegar para lhe intregar; Meu amigo se vmce. não qr. vir aqui pr^a lhe dar bom concelho não tem nada vão mais depois de herder no istado logo tem de me dirigir pr. que aqui n'esta parte não tem (pontitado?) como amim logo (?)

Sr. Major se tomar fogo pelos dictos q. diz, não (aquirse?) pr. isso pesso vmce aqui chegar para cabar-mos esta quistão, para o seu am^o Matianvo poder herder e não pode a ver mais mal n'hum. ⁴⁵³

Sem alteração pr. mais. Desejo vmce. ter saúde ingeral m^o a sua comitiva. Emquando eu vou endo sim novidade.

Só como am^o. De vmce.

⁴⁵³ Transcrição de Henrique de Carvalho publicada na sua obra: “Sou a dizer que pelo seu conteúdo não respondo nada porque o meu o meu desejo é que o senhor major chegue aqui pessoalmente junto com um quilolo do Muatiânvua meu parente para fallarmos bem, embora a sua Expedição fique lá com o Muatiânvua pois o que me importa é fallar com o senhor representante de Muene Puto nosso amo, protector e senhor de todas estas terras e dar-lhe bons conselhos com respeito ao meu parente Muatiânvua, visto resolver-se a ir tomar posse do logar para que o chamaram os quilolos da Mussumba.

Aqui me achou o seu amigo Xa Cumba com um recado imbocal sobre a faca do Muatiânvua Xanama que Muene Puto quer para acabar com as intrigas de Lundas e Quiocos e eu não tenho querido dal-a e se a entreguei agora a rogo de meu primo Xa Cumba é só para que o senhor major fique sabendo quanto nós os Quiocos respeitamos e estimamos a Muene Puto. Devo advertir-o porem, que todos os Lundas sabem que as facas em meu poder eram duas, uma para matar o meu parente Xa Madiamba que é a que leva meu primo, pois sou amigo e não quero os Quiocos abusem d'isso no caminho para os fecharem á marcha do meu parente e amigo.

Se o senhor major não pode vir aqui, não tem nada, para ahi vou fazer partir meu irmão Xa Cazanga e segundo o que conversar com elle irei ao seu encontro no Luembe para fallarmos muito bem sobre a outra faca e acabar todas as questões para o seu amigo Muatiânvua, elle poder herdar e não haver mais mal nenhum”.

Obr^o (?)

Sua Magestade Quissengue

N.B.

Favor mandar-me uma arma de revólvo e como espero como a favor lhe
dever mto. obr^o.

[Fl.2]

Ilmo. Snr.

Chefe Major Henrique de Carvalho

Lui Lumbue

Por a rogo de Sua Magestade Quissengue o (?)

Fernandes

14 - Correspondência do Soba Cuigana Mogongo ao tenente Sertório de Aguiar. Cabombo, 29 de agosto de 1884. **Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição.** AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

Também publicada em: CARVALHO, H. Descrição..., 1890, vol. I, p. 344 e HEINTZE, Beatrix. A lusofonia no interior da África Central na era pré-colonial. Um contributo para a sua história e compreensão na actualidade. **Cadernos de Estudos Africanos.** v. 67, 2005, p. 198.

[Fl. 1]

Ilmo Snr. Tenente

Em primeiro desculpe me sem saber o honrado nome de V. S^a, e peço perdão a V. S^a por parte de Deos Nosso Senbor, a confiança de lhe dirigir semelhante esta; e como minha necessidade tão me exige por isso humildemente dirigi-o-lhe esta; Estou informado de varios meus patricios daqui, em como V. S^a tem a Gulha d'olhar uma pessoa que está muito distante de 4 legoas e pode ser conduzido pr um emzollo e pr

este motivo quero eu ver tao bem com meus olhos; e para o que no caso ser assim rogo a sua bondade comparecer nesta minha Banza, responsablizo da jornada do meu Snr 500:000 que são duas vaccas, um garrote que é o nosso dinheiro daqui.

Deus ge. a V. S.^a

Cabombo, 29 de agosto de 1884.

Soba Cuigana Mogongo

[Fl.2]

Illmo. Snr. Tenente

em Cafuxi

(Banza?) do Soba Ndalla Quissua

15 - Correspondência de Mendes Machado a Henrique de Carvalho. NDalla Quinguangua, 2 de setembro de 1884. Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição. AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

[Fl.1]

Estação 24 de Julho em NDalla Quinguangua 2-9º-84

Illmo. e Exmo. Snr. Major Henrique Carvalho

Malange,

Tenho a honra de accusar o recebimento do ultimo escripto de V.Excia., aonde me ordena, que eu dê a V.Excia. noticia reactivamente as cargas que eu tiver despachado p^a NDalla quissua. Em resposta cumpre-me então patentear a V.Excia. para sua intelligência, que tenho já despachado para NDalla quissua trinta e duas cargas de diferentes objetos, como já manifestei a V.Excia. em a minha ultima – ficando eu empregar deligencias sobre engajamento de carregadores, que conduzão mais cargas para aquelle ponto – depois do que darei parte a V.Excia. Hontem recebi

quinze garrações d'agua-ardente e seis pedaços de sal d'Hollo, que me remetterão os Illmos. Snrs. Narcizo Paschoal & Cia. – de ordem de V.Excia. – para cujo despacho fico igualmente a empregar diligencias.

Quanto aos homens que se achão aqui, cujo numero V.Excia. deseja saber: devo certificar a V.Excia. para sua intelligencia, que são quatro; a saber: as duas praças dos nºs 54, e 128 – o Roberto – e com o homem que se ferio a tiro d'espingarda prefáz a conta acima – achando se todos elles com feridas. Os mencionados Snrs. Narcizo Pachcoal & Cia, me mandarão dizer que

[Fl. 2]

existião em poder deles hum garrote pertencente a V.Excia.; o qual não me foi já remettido, conforme a ordem de V.Excia. pr. falta de conductor. O (Mbaxe?) que V.Excia. me manda comprar, e com o preço de três beirames digo, de três libras a beirame de riscado 2^a. Desejo saber se é a tal gomma de que V.Excia. se reffere – e também desejo saber se continuo a dar pólvora, que os taes doentes de feridas q. tem querido receber pr. conta das rações. Espero anciozamente obter resposta satisfatória de V.Excia., concernente aos meus pedidos dos quatro mil reis, das penas e tintas.

Concluo dezejando a V.Excia. todo o bem, e assignando-me com a mais alta consideração.

De V.Excia.

Muito attz^o. (?) Obr^o

PS. Peço a V.Excia. Disculpar a entre-linha.

Mendes Machado

[Fl.3]

Segue o (Soldado nº49?) da 3^a por se achar doente – Vai abonado de rações até 30 do corrente. Estação F. do Amaral 27 de 8^o 84

S. d'Aguiar

Anotação a lápis: O referido soldado vai daqui abonado de rações de seis dias, a começar desde hoje até o dia 5 do mez vindouro. Estação 24 de Julho em NDalla Quinguangua 31 de agosto de 1884. Mendes Machado.

16 - Correspondência de Mendes Machado a Henrique de Carvalho. NDalla Quinguangua, 3 de setembro de 1884. Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição. AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

[Fl.1]

Estação 24 de Julho em NDalla Quinguangua, 3-9º-84

Ilmo. Exmo. Snr. Major Henrique de Carvalho

Malange

Já em a minha ultima dei conta a V. Excia. do que aqui se tem feito com relação as cargas a despachar. Falta-me dizer também a V.Excia. que a muito fiz já seguir os bois a cavalo para NDalla Quissua. Outrossim, devo informar a V. Excia. que hontem teve logar aqui um successo notavel. As 10 horas da manhã ordenei a um rapaz, que me trouxesse o almosso a meza; o qual estava arranjando o mesmo almosso n'uma das barracas pequenas; e tendo aquelle rapaz vindo me trazer a comida; pouco tempo depois senti-mos dentro, que alguma cubata ardia em fogo – e tendo-mos sahido fora, vi-mos que era a barraca- zinha que ficava atraz da barraca grande, e aonde tinha-se feito á pouco a comida para mim que ainda não tinha acabado de comer, quando a tal barraca-zinha ardeo em fogo, como deixo dicto. Não foi possível (atalhanstal?) ensendio. Fallei a um rapaz Bondeiro para arranjar outra barraca-zinha e qual; o qual pede-me trez beirames em pagamento. Ao Soba NDalla Quinguangua tenho dado (pr. exigência dele) um, dois beirames de riscado ou d'algodão, cada vez em quanto, e quando me aparece alguns carregadores, dizendo elle que bem aquelles dadivas, não abona a nenhum dos carregadores que engajo para levantarem as cargas. Agora engajei huns dez, estão já pagos e abonados pelo

tal Soba – e com o ajuste de seguirem com as cargas depois de amanhã, conforme elles querem; por quanto, eu queria que sahissessem mais cedo.

Digne-se V.Ex^a voltar.

[Fl. 2]

Depois da sahida dos dictos carregadores, faria conta de quarenta e dois, entrando a conta primeira de 32 dictos; e fico a procura de mais carregadores.

Termino fazendo votos pelo bem-estar de V.Excia, e assignando-me com todo o accatamento.

De V.Excia.

Muito Att (?)

Mendes Machado

PS. Alguns homens d'aqui, me teem perguntado se V.Excia. dá-se-lhes huma arma a cad'um em pagamento, para irem com cargas até Lui.

[Fl.3]

Illmo. Exmo. Snr.

Major Henrique de Carvalho

Malanje

PS. Os homens que se achão aqui comigo, pedem a V. Excia. água-ardente para beberem. Taes são os serventes e as praças.

Anotações a lápis: Cu-cotteca; Cu-cottama; Cu-cócollocca

17 - Correspondência de Mendes Machado a Henrique de Carvalho. NDalla Quinguangua, 12 de setembro de 1884. **Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição.** AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

[Fl. 1]

Anotação a lápis: Gui-Cuambe

Estação 24 de Julho em NDalla Quinguangua 12-9º-84

Illmo. Exmo. Snr. Major Henriques de Carvalho

Malanje

Não deixo d'escrever nesta occasião para certificar a V. Excia. que ainda não segui para a NDalla Quissua acompanhando o resto das cargas; visto que os carregadores, que chegarão no dia 7 do corrente, vindo de NDalla Quissua aonde tinham já ido com cargas que eu tinha despachado, quizerão ter folga de seis dias para depois poderem pegar mais em cargas.

Com effeito só hoje se rezolverão a vir amarrar as cargas; mas a partida querem que seja amanhã.

O Snr. Estevão até aqui ainda não mandou alguém para tomar conta da caza – por cujo motivo desejava ou, achava eu necessário continuar a estar aqui os dois soldados guiando a mesma caza enquanto não apparecer o mencionado Snr. Estevão – Com tudo V. Excia. rezolverá a respeito.

Concluo desejando a V.Excia. todo o bem, e assignando-me com o mais profundo respeito.

De V.Excia.

Muito att. (?)

Mendes Machado

[Fl. 2]

Illmo. Exmo. Snr.

Major Henrique de Carvalho

Malanje

18 - Correspondência de Mendes Machado a Henrique de Carvalho. NDalla Quinguangua, 13 de setembro de 1884. Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição. AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

[Fl. 1]

Estação 24 de Julho em NDalla Guinguangua, 13-9º-84

Illmo. Exmo. Snr. Major Henriques de Carvalho

Malange

Esteve de posse do escrito, que V.Excia. se dignou deregir-me pela via do Snr. Domingos Manoel da Silva; cujo contexto respondo. Antes de receber o citado escrito de V.Excia., já eu avisei a V.Excia., que quaze todas as cargas que aqui havião, estão já despachadas; e que o resto das cargas pr. se despachar, não passavão a seis. Ao soba dei o que V.Excia. ordena dar – mas elle não dá certeza nenhuma a respeito de carregadores que vão a Lunda, conforme já avizei igualmente a V.Excia. Apresentou-me elle alguns carregadores que querião parar somente no Lui; e estes mesmos negão de receber a fazenda que eu tenho lhes dado para cargas digo, em pagamento das cargas que levão para Cafuxe. Já eu escrevi a V.Excia. dizendo que tenho luctado muito com os carregadores, reactivamente a medida dos beirames; porque querem elles que eu dê beirames em uma medida superior aos dobros da pessa; o que eu não faço; sendo esta a razão pr. que andão elles a queixar-se contra mim – e não que eu roubasse realmente fazenda, conforme elles accusão dolosamente. O soba tem sido testemunha dos pagamentos que faço; igualmente os soldados e os rapazes de Loanda, que á pouco sahirão d’aqui, cujos pagamentos não differem nada dos que tiverão estando

[Fl. 2]

V.Excia presente aqui. Os taes carregadores que querem parar no Lui, exigem chita em pagamento ou algodão e riscado da 1ª sorte. Ainda não segui para Cafuxe; devido a trapaça dos Snrs. grandes Bondeiros, que andão sempre a cassuar comigo;

nem o soba instiga aos filhos, conforme os meus contínuos pedidos – deforma, que não sei se amanhã parto, conforme elles prometem; visto que estou farto de promessas deles. A caixa cumprida, já é despachada á muito, para Cafuxe.

Termino desejando a V. Excia. todo o bem, e assignando-me com a mais alta consideração.

De V.Excia.

Muito att. (?)

Mendes Machado

[Fl. 3]

Illmo. Exmo. Snr.

Major Henrique de Carvalho

Malanje

19 - Correspondência de Mendes Machado a Henrique de Carvalho. NDalla Quinguangua, 14 de setembro de 1884. **Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição.** AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

[Fl. 1]

Estação 24 de Julho em NDalla Guinguangua, 14-9º-84

Illmo. Exmo. Snr. Major Henriques de Carvalho

Malange

Approveito esta occasião para communicar a V. Excia. que me forão roubadas trez sintas das que V.Excia. me deixou aqui; aquellas incarnadas. Alem das dictas sintas também perdeo-me em caza, dois espelhinhos – uma facca, e alguns massetes de missangas, com dois massos. Andando eu a procura, e soldado nº 54 denunciou-me, que o camarada delle o soldado nº 128 tinha vendido banda d’uma sinta, irmão daquelas perdidas, a uma velha, (?) do Snr. Antonio Martins, aquelle homen aquém

V.Excia deu uma prata de cinco tostoens, pr. alguma gomma, que vendeo a V.Excia. Eu para capacitar, vou de propozito a caza d'aquella velha, em companhia do Snr. Domingos Manoel da Silva; e effectivamente encontrei aquella banda de sinta; ficando eu desta forma conhecendo o ladrão que me roubou os objectos acima. O tal soldado nº 128 andou a durmir comigo na mesma caza; não só pr. que eu precisava d'um compa-

[Fl. 2]

nheiro para durmir com elle n'um quarto escuro aonde eu guardava objetos alheios, sozinho – mas também o mesmo soldado disse-me, que teve ordens de V.Excia. para durmir comigo. Sem mais.

Sou com todo o acatamento

De V. Excia.

Muito att (?)

Mendes Machado

PS. Sahio hoje para Cafuxe, com o resto dos objetos; ficando aqui os dictos soldados guiando a caza, até a ultima determinação de V.Excia; pois que o snr. Estevão ainda aqui não appareceo, para tomar conta da mesma caza.

[Fl. 3]

Illmo. Exmo. Snr.

Major Henrique de Carvalho

Malanje

20 - Correspondência de Lourenço Gonsalves dos Santos a Henrique de Carvalho. Sanza, 26 de julho de 1884. **Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição.** AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

Também publicada em: CARVALHO, H. Descrição..., 1890, vol. I, p. 348.

[Fl. 1]

Illmo. Exmo. Snr. Major Henriques de Carvalho

Malange

Sanza, 26 de julho de 1884

Começando desde Ngio, aonde sou residente e seguindo para Luximbi, Ndalla-Samba, Xiça e até neste ponto aonde cheguei hontem no ingajamento de carregadores conforme as ordens de V.Excia., não me foi possível conseguir nenhuns em todos os sitios a que me refiro, para pegarem em cargas para Lunda por a maior parte dos pretos ter sido ingajados pela Expedição Allemã, e outros aproveitando esta comitiva seguiram para o interior a seus negócios, não obstante que empreguei todos os meios ao meu alcance neste serviço para satisfazer as respeitáveis ordens de V.Excia. O resto de alguns pretos que incontrei em algumas senzallas dizem que só se prestão a transportarem cargas do Dondo para este concelho e vice-versa, por isso a este respeito espero segundas ordens de V. Excia., e no cazo de ser preciso ingajar carregadores para este fim, mandar-me um garrafão de aguardente, e um barril de pólvora, tudo para prezentiar os sobas que devem afiançar os carregadores, porque com fazenda vejo que nada posso fazer, tanto que a que V.Excia. me deo ainda existe; bem como um bucado de sal para tempero.

[Fl. 2]

Aguardo a resposta de V. Excia. por este portador, subscrevo-me com a maior veneração.

De V.Excia Servo respeitador

Lourenço Gonsalves dos Santos

N.B. alguma couza que sobrar nas dispezas que eu fizer com os carr.es voltará.

A folha apresenta um rascunho de contas

21 - Correspondência de Lourenço Gonsalves dos Santos a Henrique de Carvalho. NGio, 4 de setembro de 1884. **Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição.** AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

Também publicada em: CARVALHO, H. Descrição..., 1890, vol. I, p. 348-349.

Exmo. Snr. Major Henrique de Carvalho

NGio 4 de setembro de 1884

Hontem cheguei neste sitio vindo de Cafuxi. Não podendo apresentar-me a V.Exa. por ter vindo incomodado na saúde, cumpre-me participar a V.Exa. que tendo percorrido diverças senzallas dos Bondo no ingajamento de carregadores, foram baldadas todas as minhas delegencias por os pretos daquelles sitios não lhes convir pegarem em cargas para Muati-ianvo.☐

Esta difficuldade q' se tem offerecido neste serviço tem-me dezaninado inteiramente de continuar a ser empregado e desde já dispeço-me das s/. ordens com grande sentimento de V. Exa. simples-mente por não ter a felicidade de colher a estima dos meus patrões por me faltar a occazião de bom ezito dos meus serviços e da comissão a que tenho sido ordenado, porque não obstante que de minha parte não tem havido a minima nigligencia de impregar esforços para ingajar os carregadores, porém prende-me a consciência por não poder satisfazer-se inteiramente aos dezejões de V.Exa. Dos carregadores de Talla-mungongo que adias fui ingajar, ontem apresentaram-se-me os cabos dizendo que concordaram pelo pagamento que V.Exa. lhes havia offerecido para a viagem a Lunda com cargas e que deixaram os outros em viagem para cá; estou a espera delles, e quando chegarem hirei com elles a presença de V.Exa. para efeituar-se o pagamento do carreto, e por aquelle serviço V.Exa. determinará a minha gratificação. Com toda consideração subscrevo-me.

De V.Exa. Ver. servo obº

Lourenço Glz. dos Santos.

22 - Correspondência de D. Francisco Bernardo, soba Bango, a Henrique de Carvalho. Malanje, 22 de março de 1887. **Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição.** AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

[Fl.1]

(Malange?), 22 de março 1877.

Illmo. Senr. Major Carvalho

Meu amgio e patrão e Senr.

Há 3 annos des deque V.S^a foi com meu irmão Augusto Jayme de Souza; athe hoje V.S^a nunca lembra d'me o mandar; V.S^a póde lembrar que o Augusto é apropriam^a (pessoa?), não tenho mais 2^o irmão.

Peço e rogo quanto cá vir algumas pessoas elle venha com elles junto, pr. q. elle já fiz o serviço. Resta-me appetecer-lhe o gozo de perfeita saue., apás e sou com a estim^a e amize.

Seu subcdito am^o

D. Francisco Bernardo Soba Bango

Fl. 2

Illmo. Senr. Major Henriquez de Carvalho

De

Deus Ge. V.Exa.

Soba Bango

Mussumba

23 - Correspondência de Augusto Cezar Fragozo a Henrique de Carvalho. Chingi, 27 de julho de 1885. **Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição.** AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

[Fl.1]

Sern.

Resp.vel Senr.

Partecipo-lhe que ontem as 5 horas da tarde passei ao Rio Quango sem inconveniências, apesar d'uns do Muheto ua Guimbo tiveram turas e um delles, de nome Mucamba " sobrinho do Guitobo tinha quebado a Canôa, porém não nos causou dano. Outro sim amanhã va-mos chegar ao Muâna Samba, por isso despachei ao escoteiro para a inteligência de V.Excia a Estacção de Costa e Silva, naturalmente tudo á paz – Não pouca a urgência visto os carregadores estarem pezado, para convencelos acho mas pasciencia d'os atural-

Os Couteiro vai pago de racção, p^a pagamento de V.Excia saberá, pois elle pediu duas peças e meia. "Sendo fazenda medida".

Hire-mos com o Caminho de Ca-sassa. Não olvido diser o quanto levou os carregadores, a ser 100 ditos, ajudantes dos mesmos 200.

Desejo-a V.Excia. saúde apá da Commitiva.

Eu sou por certo

De V.Excia

Seu Filho (?)

(?) do Senr. Augusto Cesar Fragozo

[Fl.2]

Urgente

Illmo. Exmo. Senr. Major e Chefe d'Expedição d'Muatianvo Henriques d'Carvalho.

Cha / sassa.

NB: Amanhã vai seguir a estação de C. e Silva

(Oje?) 29 – 7^o - 85

24 - Correspondência de Antonio Bezerra de Lisboa a Henrique de Carvalho. Casassa, 20 de julho de 1885. Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição. AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

[Fl.1]

Cassaça 20 de julho de 1885

Illmo Exmo. e Senr. Major Carvalho

Não tиви tempo de lhe escrever quando foi o (?) Capenda pr. falta de papel, e também pr. falência da certeza do Muata Ianvo respeito a diligencia que o Exmo. pr. mando me fazer com oms chefe Sern. Dottor a qual fiz tanto dizer tudo quando Exmo. pr. recomendo me dizer aelle particular-me., he elle me diz que se não foçe eu Lufuma que só am^o velho talvez não podia dar huns destes seus am^{os} ou companheiros, pr. que chegou aqui o sr. Capm. sem dizer lhe que esta o Lufuma (aGilla?) que e o de Camin o Caquatta Catombelai mto. duvidava, dizendo os Caquattas que tinham saído em Cahungula que me conhecem diz se fou uma espidação que vinha pelo muene putto tal vez deveríamos dever o (?) do Lufuma além de que meu sobrinho Agostinho falou com elles bem mais assim msmo não atendião, foi Deos sirvido eu os ter ainda in contrado no msmo dia da parteda delles p^a hirem abusca de suas am^{as}. e traz a em fim qdo me viu logo o (?) do Caquatta Mulanda, e o Catombelai com aquelle (?) delle que a hi vai com 10 carregadores todos que tinham duvidado asetavão logo, qto. ms, na msma comp^a com os filho do Tambo na Carga da Cadeira em fim ficarão todos ficarão digo já sintia que na na verdade o Exmo. Major veio na amizade do Muatta Yanvo pr. isso eu fiz lhe ver tudo qto. pude, e depois ficou convencido deome 10 carregadores volte

[Fl. 2]

A Custa da sua boa informação que eu lhes dirija esta as ordem do Sr. Major. Em quanto se eu aqui não vin^a tal vez aqui o seu companheiro queria levar huma desfeita pr. estar chamar o am^o alheia do Muatta Yanvo, e os delles me vin.ão (?) ms.

de 3 vez, com forme amizade que eu tivi com elle, já não diz nada, assim msmo ainda desconfiando vai também filhos do (Cabenba?) que vão digo que vierão o transporte do nosso am^o muatta yanvo, e pr. meu pidido asetou de os (mandar?) p^a ahi. O mais Sou e paiz que lhe dez^o. Emqto eu assino.

Sou mto. (?) Emtrepete ob^o

Antonio Bezerra de Lisboa

NB. O que lhe fiz ver o ms. é particular em vindo aqui o Exmo. sr. não lhe de cavaco pr. que já (?) sem elle saber.

Patrão é noite então aserte todo (?) que em contrar.

25 - Correspondência do soba Hanga a Henrique de Carvalho. Sanza, 22 de junho de 1885. Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição. AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

[Fl. 1]

Illmo. Exmo. Senr. Major E Cheffe

Sanza banza 22 de junho de 1885

Dadeministração de Loanda ou de Portugal o sudicto sobba DeV.Exa. Hanga do sitio Sanza devisão de Malangi, espera a ordem DeV.Exa. dos sobas p^a agajar os seus filhos p^a se revar as carrgas DeVExa. aos cudugir as m^{as}. carrgas p^a inriior pr. donde seaxha a VExa.; que mandei a cumprir as ordens DeVExa. ahi no msmo. istante apresentei 45 carregadores o srn. Costodio; elhe opr. me fui agradecer me com duas p^{as} de Algodão e duas riscados e huma de chicta, Este é o (?) q. me tem feito e nada ms! Co isso no mmo. dia eu mto. tin^a dis com fialme e sem casaco e nim camisa ou chapé de sol a isso e conforme os numeiros de meus filhoz; mais porém eu pr. ser me sobba vassalo da obediência de sua majestade federcimo nosso Senr superior de todos povos motivo e pr. isso não pude desculpar me e vai até oms. irmão digo omeu Irmão Baranga pr. guial os carregadores e as cargas de V.Exa.

E, vai até amsma. importância q. me fui agradecer osr. Costodio as vezes o dito meu Irmão Branga vai me comprar hum riscate; e pr. portanto saúde mto. lhe desejo a Vexa. eu bom as/ os pr. desso sudicto de Vexa. obrº (?) Sobba Hanhága.

[Fl. 2]

Illmo Exmo. Senr.

Major E Cheffe Digmo. VExa.

No interior

26 - Correspondência do sobeta Quitenga (Quiteca) a Henrique de Carvalho. Ngonga Muquingi, 11 de agosto de 1885. Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição. AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

Illmo. Exmo. Snr. Major E Chefe

O Sudicto dá obediência de V.Exa., sobeta Quitenga cabo de carregadores de V.Exa. aquisitasse a V.Exa. a respeito dos carregadores q. e elhez os ditos acima a ter acalacurado a distancia, diz de Malange ate in Mussumba com pagamento de nove pessas sento as mma. pessa são inganado; é pr. isso os seus sudictos carregadores me dar me quechas elhez ditos todoz como eu é que sou pai e mai dellez;; Sempre de V.Exa. a Ser digno de os mexher no pagamentos para a conhecer q. a distancia é mta.; de cuja [?] a V.Exa. a dignar coisso a bem dos seuz sudictos carregadores a ir lhe trazer p. donde for o seu desejo V. Exa.

Nada mais Sou de V.Exa. Sudicto Sobeta Quitenga Cabbo de carregadores Sitio Ngonga Muquingi 11 de agosto de 1885

NB. até Eu mesmo q. sou cabbo de carregadores espero a grandirfição dem.to serveço e como q. eu a trabalhei com os carregadores de V.Exa. au guial no gentio com msmo. Sr. Augusto informará.

27 - Correspondência de Caguhia, Gamboa, Guizuua e João Capagala a Henrique de Carvalho. [1885]. Pasta Documentos de despesa da Expedição. AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1091.

[Fl. 1]

Illmo. e Exmo. Sr. Major.

Patrão Exmo.

Por esta carta nus é conveniente de nos queixar-nos pr. V.Exa. que tendo nos despachado como o Sr. Augusto para ingajar os carregadores em Malanje para levar as cargas; e tendo nos vindo im caminho como nosso patrão e sr. Augusto em caminho estando-nos ainda na ida não nos fez mal nenhum mas para ultimo tendo nus chegado já em Malange quanto foi já na nossa recolhida fomos opidir o sustento que nos tinha recomendado que chega sair com elle em Malange entre em Cassaça entendeu ele de nos dar cada fogão 4 peça da jarda deixa-lo mais falar que o sustento e pouco elle achou mais disto, já para cauza disto intendia elle de ir dar aparte pelo o sr. Custodio e o dito sr. Custodio

vire

[Fl. 2]

e o dito Sr. Costodio chegou areba de nos com cacetadas e socos fortes para nos sem motivo algum e para causa disto para isso manda-nos a queixar para V.Exa. Que algum dia quanto precisar mais com carregador ninguém mais tera de aceitar a dar com a V.Exa. visto ser o Sr. Augusto nos achar como todos para com os concordar a levar as cargas de V.Exa e pr. (ensinnão ánada e?) uma viagem a basta que já esta para acabar. Somos seus carregadores e serventes de V.Exa. 1 Caguhia 2 Gamboa 3 Guizuua 4 João Capagala”.

28 – Correspondência do soba Quissua Guiagongalla a Henrique de Carvalho. Ngonga Muquingi, 11 de agosto de 1885. Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição. AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

[Fl. 1]

Illmo. Exmo. Sr. Major e Cheffe

Deportugar ou in Loanda remeto lhe a VExa. os meus filhos q. são setes carregadores com as carrgas de V.Exa., eu que só súdito sobba da obediência DeVExa.

Manda aquexarme só uma única coiza do sr. Costodio q. não me tractou de nada; como todos pr. quanto tinha contratado os sertos súditos sobbas a conhecer q. oque q. serve bem ao seu governo também é digno de ser servido; porém vai os carregadores q. VExa. manda; ate o meu filho Matheus como cabo de carregadores in lugal de guia das carrgas de VExa. é portanto (isp...) a VExa. q. me mande o vistimento de (Custodio?) deahi eu comuita istima e de que mais é sou De VExa. seu súdicto (...)

Quissua sitio Luximbi banza

[Fl. 2]

Illmo. Exmo. Senr.

Major E Cheffe Digmo. VExa.

(No in trior)

É do seu sudicto Sobba Quissua Guiagongalla

Ein Luximbe

29 – Correspondência de Paulo do Congo a Henrique de Carvalho. 17 de novembro de 1887. Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição. AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

[Fl. 1]

Illmo. Exmo. Senr. Major Henrique de Carvalho

O Paulo do Congo faz chegar no conhecimento de V. Ex^a o seguinte, que tendo V. Ex^a encontrado-me em Cahungulla; V. Ex^a por seu bem desejou com atenção de proteger dizendo-me que volta-se com migo para ir conferenciar-lhe com Cahungulla do Mataba talvez lhe pode soltar sua gente; adonde chegue-mos que por pedido de V. Ex^a me soltaram sete pessoas dos que tinha fugido; e menos aqueles que me tirarão por suas forssas agradei, porém fazendo-me V. Ex^a voltar com os senhores doutor; e capitão recommendados por V. Ex^a para me tratar bem como fosse a sua própria pessoa porém chegando-mos em viagem estando adar ração os serventes, pedindo só uma banda que sobrava o Sr doutor queria me bater uma bofetada na cara; se não fosse o cabo Antônio me batia; a 2^a vez chegando mais em Cahungulla do Cundo por cauza da gente fizeram crimes de gentio com Snr. Doutor me mandou apanhar por dous soldados p^a me ir imtregar na mão dos Mataba porém em crer fallar inda o sr. Major queria me dar tiro de revolve foi Deos Servido também o cabo Antonio enquanto eu ficava vítima dizendo que eu não era do Congo, e depois paguei 2 serviçaes em resgate de m^a vida; toda viagem obtive de ração nas mãos do Sr. 5 p^{as}; e tendo-mos chegado n'este Malangi pagou os meus filhos já fora do que meu Major fallava, porém dirigindo-lhe portador meu filho sendo muito do rei

[Fl. 2]

rei do Congo o Escelletissimo Senr. Doutor mandou-o recolher na cadeia só por causa de preguntar pagamento e ração de viagem; porém como V. Ex^a mmo. como che. de expedição porisso fasso lhe contar o tudo que soffri; que será também obséquio V. Ex^a mandar chamar o Tulumba para esclarecimento da viagem que fez quando veio com caixão do cadavel do meu tio falecido na Lunda, visto este me ter estraviado am^a gente, até mmo. um serviçal que V. Ex^a tinha mandado para oferecer o rei Congo;

Nesta tenho também de fazer conhecer a V. Ex^a que pretendo seguir também para minha terra de que pesso por muito seu favor conforme já seu bom tratamento enformar o meu rei tanto por mta. demora, e assim como portudo que me succedeo; é em como foi a morte do meu companheiro; para não acompanhar o caixão sem carta; afim de seus bons agradecimentos, apesar de todos estes estavam a dizer que não sou do Congo; p^a também nos poderes apartar, porém depois de ser tudo conformado será V. Ex^a ilugiado; eu vou passar outro caminho; visto este não poder por causa deme terem já amarrado gente; e mmo. já não tenho sustento p^a aqui me asustentar quando mais p^a viagem; assim levo seus ilogios e sou de V. Ex^a amigo obrigado (?).

D. Paulo do Congo - 17/11/87

30 – Correspondência de Paulo do rei do Congo a Henrique de Carvalho. Corte do Jaga Calundula (30?) de novembro d'1887. Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição. AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

[Fl. 1]

Corte do Jaga Calundula (30?) d'e novembro d'1887

Illmo. Exmo. Senhor Major Carvalho

Nesta aoccazião tenho a honra d'lhe comunicar ao Exmo. sr., q. tratou-me bem pelo sustendo e (?) trabalhar bem o caxão domeu esquecido tio Muinga do rei do Congo ir mto. estimava. Porem aretirada de lá, chegando pelo soba Cahungula vi seguir me dois escravos, e qdo. também cheguei nos bondos contesseu-me uma molestia e tratei-me a infermedade, e cheguei aqui na corte do Jaga d'aonde se acha o caxão in depozito no Jaga Calandula, e encontrei com anoticia dos meus filhos serem marrados com as fazendas lá no hungo pelo soba (Luegue?) pr. q. este queria seguir amim, eo soba (Luegue?) q. ter noticia também d'seus filhos que eu fora com elles n'um^a. comitiva p^a Matamba, aqual elle o dito soba lá tin^a mão noticias dos seus filhos serem perdidos todos, e por isso mandava (?) estes meus filhos com as

fazendas in lugar de seus filhos; e pr. isso istou ainda aqui na corte do Jaga p^a mandar sotar estes pr. q. já estou a ir parado 20 dias quando chegar pr. eu seguir bem aminha viagem com o dito caxão, inquanto a minha gente q. eu tinha comprado lá, e o seu o Exmo. sr. me dava todos fugirão impoder do dito (Pulumba?) que diantarão cá por isso fico só e assim (?) a sua chegada tive porem sobre a moléstia e as mortes como assim o sargento informou q. isso não tin^a tempo de lhe dar visita ao Exmo. Sr. pr. que quase nem lhe (?) msm. carregadores para ir lhe (?) sr. Custódio os mandarão voltar. (?)

Do seu súdito

Paulo do rei do Congo

[Fl. 2]

Illmo Exmo. Senhor Major Carvalho

Deguinissimo ao Exmo. Sr.

Do

Seu súbdito Paulo do rei do Congo

31 – Correspondência de D. Domingos Paulo Gomes Camuiri ao Chefe do Concelho de Malanje. Corte do Jaga Calundula 9 de janeiro 1888. Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição. AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

[Fl. 1]

Corte do Jaga Calandula 9 de Janeiro 1888

Illmo. Snr. Capm. Chefe d'este Conlho. Male.

Nesta cumpro remeter as vazias de garrafão e galão pelo meu portador certo. Por (?) ms. (?) sobre as mas. armas, forão os muitos no Pungo Andongo abusca das

armas porem sim ser intregue pr. isso faço (?), quando vai ao Pungo And^o. que me mande dizer p^a com os meus portador ou macotas ir com elles abem da caza fazer-me esta diligencia da intriga das minhas armas pr. que mto. opreizo.

Peço o favor de Deus Nosso Senhor pr. cinco Chagas de Jesus Christo pr. parte da Maria Santíssima Trindade me lembrar neste inpirigo nonde estou. Deus Guarde

Sou de VExa.

Mto. obr^o (?)

D. Domingos Paulo Gomes Camuiri⁴⁵⁴

Jaga calandula

[Fl. 2]

Illmo. Snr. Capitão Chefe d'este conlho. Malangi

Do

Seu Jaga Camuiri

32 – Correspondência de Caia de Caxi a Henrique de Carvalho. Banza, 15 de novembro de 1884. Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição. AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

[Fl. 1]

Illmo. Exmo. Senhor Major

Banza 15 de 9bro de 84

Meu Patrão e amgio de minha e legitimo respeito. Tenho que lhe dizer a S^a honde tivi a sua notiça que sahida in Cafuxi, hoje não afastava hin avizitaro a Exmo Senhor pr. que Jão sabe o nosso Custume a qual são de vejozo se tem hum seu amigo

⁴⁵⁴ De acordo com CARVALHO, H. Descrição..., 1894, vol. IV, p. 626.

e quer, não pode mais ir tão mais com ninguém amigo, imqdo. o Senhor o tudo que priçiza mande Cá, istimo que a VS^a ganha prefeito saúde, vai intregar

[Fl. 2]

o gando e 2 quixinji de fubá e hum mutete de falinha major ca, ir qdo. Eu poço dar com (?) como q. Amigo e filho, avai aminha senhora in valle.

Sô D VS^a

(?) amigo

e filiozo

Caia de Caxi

[Fl. 3]

Illmo. Exmo.

Senhor Major

Banza

Anotação a lápis: 24 de novembro = data errada

33 – Correspondência de D. Antonio Martins da Silva, Jaga Calandulla Muangi, a Henrique de Carvalho. Quilombo, 17 de (outubro?) de 1884. Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição. AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

Também publicada em: CARVALHO, H. Descrição..., 1890, vol. I, p. 443.⁴⁵⁵

⁴⁵⁵ Ofício do governador-geral de Angola ao qual se refere o Jaga Calandulla Muangi: “Tendo-se o jaga Calandulla Muanji, D. António Martins da Silva, queixado a S. Ex.^a o Governador geral, contra os sobas Quissengue e Bungulo, do sitio Quicapa, sobre o roubo por estes mandado commetter, segundo aquelle allega, de uma porção de marfim e cera que o filho do requerente André Domingos, trazia da Mussumba, terras do Muata lanvo, onde fora negociar, sendo aprisionado nessa occasiao o dito seu filho, e mortos os serviçaes que o acompanhavam; e pedido o mencionado jaga que V. fosse auctorizado a levarem sua companhia áquellas terras os seus macotas, a fim de lhes servir de medianeiro na reclamação que vão apresentar aos sobas de Quissengue e Bungulo; o mesmo Ex.mo Sr. houve por conveniente dar ao requerimento do supplicante o despacho seguinte: “Entenda-se o supplicante com o major Carvalho, e as ordens que elle sobre o assumpto der, é como se fossem por mim dadas”. O que comunico a V. para seu

[Fl. 1]

Quilombo 17 (8bro?) 1884

Illmo Exmo. Senhor

Cumpro remeter a Exmo. Senr. officio que lhveio ao Governo Geral da província de Angolla; a tem neste officio e a donde me veio o meu dispaxo com meu ricrimiento que Eu tenho mostrado o meu sitimento de matar o meus filhos e a gentes e pontas de marfim e (buraxa?) pelo o filho de Muana a Quissengue de nome Quisanda de mona a Mucungo de nação Cahongo abitante a beira de quicanpa a outra banda delle, que espeiro Exmo. Senhor mandar um seu despacho a tem o recrimiento.

Deus G.e V.S^a

illmo Exmo. Senhor Magor Henriques Augusto Dias de Carvalho Cheffe da Espedicção da Muata Yanva

D. Antonio Martins da Silva Jaga Calandulla Muangi

[Fl. 2]

(?)

Illmo. (Exmo?) Senhor

Magor Henriques Augusto Dias de Carvalho Cheffe

da Espedicção da muata Yanva

De D. Antonio Martins

conhecimento e devidos efeitos. Deus guarde a V. Secretaria do Governo Geral em Loanda, 25 de outubro de 1884.—...Sr. major Henrique Augusto Dias de Carvalho, chefe da Expedição ao Muata lanvo. Alberto Carlos d'Eça de Queiroz, secretario geral". CARVALHO, H. Descrição..., 1890, vol. I, p. 443-444.

Jaga Calandulla Muangi

34 – Correspondência de José Antonio de Vasconcellos a Henrique de Carvalho. Quango, sitio de M. Quinonga, 20 de fevereiro de 1885. **Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição.** AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

Illmo Exmo Senr.

Recebi o officio de VExa. datado de 19, e com elle as bases para o tratado de amizade e commercio com Muana Samba e Muana Buiro e no fim das quaes, VExa. me autoriza para interinamente funcionar n'estas terras como delegado do governo geral da província de Angola ate que VExa. o Snr. Governador Geral determine o que julgar conveniente a tal respeito.

Cumpre-em dizer a VExa. que assumo tal cargo com muita satisfação e que farei quanto em mim caiba não só para o desempenhar o melhor possível como ainda para obter a realisação do tratado como VExa. deseja e para satisfazer a quaisquer informações e esclarecimento ao meu alcance quando por Sua Exa. o snr. Governador d'Angola me forem exigidas.

Deus Guarde á VExa. Margem do Quango, sitio de M. Quinonga, 20 de fevereiro de 1885.

Illmo. Exmo. Major Chefe da Expedição Portuguesa na Africa Central.

José Antonio de Vasconcellos

35 – Correspondência de José Antonio de Vasconcellos a Henrique de Carvalho. Muquichi 27 de junho 1885. **Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição.** AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

[Fl. 1]

Illmo. Exmo. Sr. Major Carvalho

Muquichi 27 de Junho 1885

Partecipo a VS^a que compri as ordens que me tin^a autorizado p^a eu receber os pagamentos dos carregador dos sobas MBango e mais outros. Não quizerão pagar, como é do meu dever avisar lhe por isso com esta desejo a VS^a p^a que esteje ao facto.

A estação no Mona Samba julgo que a té esta data não istará mais em pé porque quando eu d'alli sahi tinhão já prencepiado a escangalha-la. No Mbango quando ali passei descubrio se mtos. sobas feitos por aquelles carregador mas ajudado por seus, que (2^a?) ahi tem. Não sou mais estencio por falta de tempo. Desejando que ao receber desta VS^a ten^a saúde que mto. estimo. Seu am^o sou.

De VS^a

(?)

José Antonio Vasconcellos

[Fl. 2]

Illmo. e Exmo. Senhor

Major Cheffe da Expedição Portuguesa a Lunda

36 – Correspondência de José Antonio de Vasconcellos a Henrique de Carvalho. sem data. **Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição.** AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

[Fl. 1]

Amigo e Senr. Carvalho

H'ontem chegou um escoteiro que eu mandava em Caffuxi e tendo elle passado no NBango fizeram lhe parar, e o soba, NBango deu lhe um recado dizendo

que disse-se do nosso am^o Sr. Major que lhes manda se um encarregado delle afim de elle, e osoba Caia, satisfazer engado a fazd^a que seus filhos lhe devem, visto não lhe fazerem otrabalho do que é recebido a fazd^a, e que também lhes manda se uma rela-

[Fl. 2]

ção de nomes dos indevidos que devem, dizendo elles tambem que nos não queremos que o Muéne Puto, nos guarde uma reserva, p^a logo nos tirar o sosego. São trez sobas que lhe mandarão este recado, NBango, Cahia e Ngunvo.

Des^o lhe saúde e sou

Seu am^o obr^o

Vasconcellos

37 – Correspondência de Sua Magestade Mua-oca a Henrique de Carvalho. sem data. Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição. AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

[Fl. 1]

Amigo Senr Major

(Quica?)

Apezar de que o meu amigo não fez cazo de me escreve p^a saber as m^{as}. melhores saúde. Emtão eu não falto de-lhe crever p^a saber as suas novas p^a o meu contento. Meu amigo se vmce não q. me conhe-ce pois eu aqui só suprior de todos potentados e o Quissengue hé meu subrinho eu só tio; O primeiro quissengue queria gueriar com Quimbundo ou o mata-lo depois que eu fez-lhe voltar não podia mais lá chegar; pr. saber que eu só tio fez-lhe voltar.

Vejo que Vmce. conhece potentado quisengue e não a mim pr. isso lhe avizo p^a ficar na certeza. Desejo-lhe saúde e (campas?) a sua cometiva toda. Espero o am^o mandar-me algumas polettas vire

[Fl. 2]

polettas pr. arma o favor-lhe serei mto. obrº. Sem mais sempre disponha de
qm é

De Vmce

amº obrº (?)

Sua Magestade Mua-oca

NB. Tenha vmce. abondade mandar pelo meu filho Chá Cumba 1 arma
portuguesa sendo de revolver o favor lhe serei (sumame.?) obrº

Illmo. Senr.

Chefe Major Henrique de Carva-lho

Quihumbue

38 – Correspondência de Francisco José Esteves a Henrique de Carvalho. Catálla, 01 de outubro de 1884. Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição. AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

Também publicada em: CARVALHO, H. Descrição..., 1890, vol. I, p. 352

Illmo. Exmo. Snr.

Catálla, 1 d'Outubro d'1877

Em resposta ao officio d'V. Exª d' 25 do p. pdo. que só hontem recebi, cumpre m' dizer-lhe: É verdade que V. Exªm'pediu á já tempo para contratar carregadores para o serviço da espedição Portuguesa á Lunda da qual V. Exª é digno Chéfe, ainda que pagando-os a dez pessas d'fazenda pagamento superior ao que é d' costume para a Capital do sertão da Lunda, fiz porem todos os esforços ao meu alcance para os obeter mas inflizmente não m'foi isso possivel. Por ultimo pediu m'V. Exª para lhe

engajar alguns p^a o Quango visto os não poder engajar p^a à Lunda, o que eu prometi por m'parecer isso mais facil visto a distancia ao Quango ser mais curta e por isso menos demorada.

Se V.Ex^a não tem conseguido obter carregadores p^a Lunda é certamente devido isso a que o carregador na prezente estação dedica-se mais á cultura do que ao carroto, para aproveitarem as primeiras chuvas, é esta uma contrariedade a que também o commercio do interior está sujeito todos os annos n'esta época, e, que só d' Fevereiro em diante milhora. Alguns sobas a quem eu fallei para procurarem carreges. p^a a Lunda apresentarão m' ideias assustadoras sobre o Muáta Ianvo, que se lá fossem lhes cortaria as cabeças etc etc, e que mais facilnte. se arranjarão p^a o Lubuco, parece m' porêem que estas ideias se lhes desvanecerão se como já disse o tempo fosse propício.

Deus Guarde a V. Ex^a

Illmo. Exmo. Snr. Major Henrique Agto. Dias d'Carvalho Chefe da Espção.
Portuguesa á Lunda

Francisco José Esteves.

39 – Correspondência de Francisco José Esteves a Henrique de Carvalho. Catálla, 19 de outubro de 1887. Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição. AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

[Fl. 1]

Exm^o. Am^o. e Snr. Major Carvalho

Catalla, 19 de Outubro de 1887

Recebi com muita satisfação suas prezadas cartas estimando ter noticias de V. Ex^a directamente e Tenho o gosto de ver que está proximo a chegar entre nós no cabo de tão longa auzensia. A sua saude deve estar bem abalada, a serie de necessidades por que tem passado, lá por cima aonde tendo falta, e ainda os desgostos que pessoas lhe teem dado quando menos do que ninguém o deverião fazer devem necessariamente ter contribuido para isso, felizmente V. Ex^a lá no

centro das regiões da Lunda, só, sem os principaes elementos de que necessitava teve a coragem de venser todos esses obstaculos e eil-o prestes a chegar entre os seus amigos e muito cedo ao seio de sua família, a fortuna o hade de certo compensar de tantas fadigas á sua chegada á Europa como tem feito a tantos outros que se teem sacrificados pela sciensia.

Temos boas cubatas p^a os filhos do Muatianvo que veem com V. Ex^a, assim como p^a toda a gente que V. Ex^a traz. Eu não avisei o Snr. Marques todavia é possível que elle saiba que V. Ex^a está a chegar pelos muitos ambaquistas que veem de cima alguns dos quaes vão a Malange faser negocio dos quaes elle pode colher informações, por esta mesma razão não me admirarei que elle apparece a V. Ex^a em qualquer ponto do seu caminho menos talvez aqui. Teria para assim motivo de desgosto se por cauza d'aquelle Sr. eu por outro qualquer motivo V. Ex^a (deixa-se?) de vir por aqui, isso custar me hia muito, desejo que V. Ex^a passe aqui uma semana e verei com prazer que comessa a restabelecer se em Catalla apesar dos m/ fracos recursos. A carta p^a Custódio Machado seguiu hoje s/ destino. Vai uma caixinha de folha com (3gas.?) de vinho tinto, algum pão, café moido e um prato de peixe de escabeche - Aqui o fico esperando e muito dezejo que o seu regresso seja sem demora.

Sou com muita estima e concideração

De V. Ex^a

(?)

Francisco Je. Esteves

40 – Correspondência do tenente Wissmann a Henrique de Carvalho. N'Dala Kinguangue, 20 de julho de 1884. **Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição.** AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

[Fl. 1]

Ndala Kinguangue 30.7.84

Mon Major!

Hoje chegei e almocei n'a bonita casinha d'o senhor d'a Guiar.

Custodio ten uma caixa pequena de madeira (85) com ballas par as armas (Minhié?). O Tenente quer alguns, ten a bondade de tirar quanto quiser até 400 ballas.

[Fl. 2]

Faz favor de dizer ao Senhr. Custodio, que o vinho d'elle (tornou?) se para o mesmo mal gosto que elle tinha antes, asim que os senhr. (ten tratado favor?).

A grande e forte casa d'o senhr. d'a Guiar já sta promta n'o (?).

Os meus 3 expedisões stan hoje a (?).

[Fl. 3]

Muitos cumprimentos d'a (?) ao Senhor Major Marques e (?) aos senhor nossos conjessidos.

O Vosso

Obedientissimo

(?)

Wissmann

Tenente

Chefe d'a expedição Allemã.

41 – Correspondência do tenente Wissmann a Henrique de Carvalho. Kataba, 29 de julho de 1884. **Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição.** AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

Mon Major!

Aqui a Kataba (29.7.84) incontrei a um dos Vossos soldados com uma carta á Vossa Excellencia, incluido 2 cartas par me. Eu tinha, para não (?), a liberdade de abrir a carta e de tirar os meus (?) cartas. Eu fexei outra vez com o meu (?). Com muitos cumprimentos tmbém o Snhr. Marques.

O Vosso obiendissimo

Wissmann Tenente

42 – Nota de Custódio José Machado sobre pagamento a Mona Sambo Mahango. Sem data. **Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição.** AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

Nota do que a minha casa pagou ao soba da terra, o Mona Mahango ou Mona Samba, no Quango (nação Chinge) para permittir licença de ser ali estabelecida.

2 armas

2^{1/2} peça de chita

4 ditas de riscado 2^a

3 barriz de polvora

8 jardas de algodão

1 farda

2 chapelinhos

8 jardas riscado 1^a

1 caneca

2 macetes cassungu

43 - Correspondência de J. M. de Freitas da firma Sousa Lara & Cia. a Henrique de Carvalho. Malange, 25 de setembro 1884. **Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição.** AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

Também publicada em: CARVALHO, H. Descrição..., 1890, vol. I, p. 350.

Malange, 25 de setembro 1884

Exmo. Senr.

Com a aproximação das chuvas, os carregadores recuzão-se formalmente ao ganho de cargas tanto para o interior como para o Dondo.

Temos empregado todos os meios ao nosso alcance para conseguirmos o cumprimento do pedido feito por VExcia., porém tudo tem sido baldado, embora mmo. tenhamos feito avultadas promessas aos sobbas pelo engajamento de carregadores, e tenhamos também oferecido avantajados pagamentos para assim animar os pretos a fazerem parte da Expedição de VExcia. é mui digno chefe.

VExcia. pode crêr que não é por negligencia nossa que temos deixado de dar cumprimento ao seu pedido, porém está conhecido ser esta a peor quadra para o engajamento de carregadores, e profundamente sentimos não podermos ser uteis a VExcia.

Deus guarde a VExcia

Exmo. Senr Henrique A. Dias de Carvalho

p.p. Souza Lara Cia.

J. M. de Freitas

44 - Correspondência de Alfredo José de Barros a Henrique de Carvalho. Malange, 27 de setembro 1884. Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição. AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

Também publicada em: CARVALHO, H. Descrição..., 1890, vol. I, p. 351.

[Fl. 1]

Illmo. e Exmo. Senr.

Respondendo o s/ officio de 24 do corrente mez, devo dizer a V. Ex^a que me teem sido difficil o engajamento de carregadores como em tempo asseverei a V. Ex^a.

Tenho empregado esta diligencias, despachando empregados meus (musumbos) aos sobas, não tem sido possível convencêlos, mesmo offerecendo-lhes um pagamento avultado, allegando que em virtude d'estarem próximas a chuvas que vão empregar-se na cultura.

Como V.Ex^a deve saber, o Concelho está completamente exgotado de carregadores, porque quasei todos foram para o interior da Lunda e quioco, engajado pelo Senr. Saturnino, e Tenente Wissemam, chefe da expedição allemã, além d'outros

Vire

[Fl. 2]

que preferiram dedicar-se ao seu commercio ali, prescindindo o correcto.

Em consequencia do que levo disto, já VEx^a vê que nada posso conseguir dos ditos carregadores, sentindo inteiramente não ter o gosto de satisfazer o seu pedido.

Deus Guarde a VEx^a

Malange, 27 de setembro de 1884

Illmo. e Exmo. Senr. Major Henrique de Carvalho

Chefe da Expedição Portuguesa

Alfredo José de Barros

45 - Correspondência de Nicolau Victor Edwiges Brayner, chefe do concelho de Malanje, a Henrique de Carvalho. Malange, 26 de setembro 1884. **Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição.** AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

Também publicada em: CARVALHO, H. Descrição..., 1890, vol. I, p. 351.

[Fl. 1]

Série de 1884

Seção Civil nº 121

Illmo. Exmo. Snr^o

Em resposta ao officio que VEx^a hontem me dirigio. Cumpre-me Dizer que effectivamente tem sollicitado de mim, varias vezes, para pelas sobas do Concelho sob minha Administração se alcançaremos os carregadores indispensaveis a Expedição de que é VEx^a mui digno Chefe, e sei perfeitamente que VEx^a tem animado os sobas com presentes de valor, offerecemos o pagamento de dez peças de fasenda aos carregadores que se promptificassem a marchar para o ponto destinado, mas é certo que alem dos presentes, e pagamento aos mesmos carregadores não tem podido engajar o numero de carregadores precisos -, e nem eu tenho conseguido que os sobas apresentem esses carregadores por que os mesmos sobas disem-me sempre que a maior parte de seus filhos seguiram para o Lubuco levando cargas da Expedição Mercantil dos irmãos Machado, e da expedição Allemã, e outros a seus negocios naquelle sertão, e ainda outros empregados no transporte de cargas do commercio que elles preferem, daqui ao Dondo e vice-versa, por não lhes convir irem com cargas a tão grande distancia como é a Lunda, aonde se destina a expedição portuguesa.

É esta a razão da contrariedade que tem havido no engajamento dos carregadores, e a desculpa que os sobas me teem dado.

Deus guarde a VEx^a

Malange 26 de setembro de 1884

Illmo. Exmo. Senr. Chefe da Expedição Portugueza ao Muata-Ianvo

Nicolau Victor Edwiges Brayner

O Chefe do Concelho

Assinatura

Capitão

46 - Correspondência de Domingos Manoel da Silva a Henrique de Carvalho. Dalla Quiguanga, 13 de setembro 1884. Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição. AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

[Fl. 1]

Dalla Quiguanga, 13 de setembro de 1884

Illmo Exmo. Senr. Major Carvalho

Por via do Boi cheguei n'este citio no dia 12, e hoje passei o dia para seguir junto com Mendes Maxado que diz ter ordens de VEx^a a muito tempo, porém de toda forma fasso esforços de seguir até o Lui aonde me diz ter partido o Sr. Tenente, e logo que cheguei em Cafuxi vendo que o boi não aguenta a marcha terei de pedir outro empregado que ahi estiver; sinto dizer a V. Ex^a quem foi que emformou (?) de fazer seguir cargas p^a diante, já mais até o Lui ahi gente saber bo que não aceitam pegar nas cargas mais em fim vá feito, talvez não será de balde; na m^a vinda fallei com sobas, é um consegui algumas pessoas do meu conhecimento ganhar carregadores para na minha volta seguir com eles, isso ochallá, até esta dacta nada mais tenho adizer a V Ex^a que (?) mto. servo de VEx^a obr^a e venerador

Domingos Manoel da Silva

[Fl. 2]

NB Peço VEx^a desculpa por borrões em consequencia da penna de paú e assim como o papel

Illmo. Exmo. Senr.

Major Henrique de Carvalho

Digmo. chefe da expedição Portuguesa

Malange

47 - Correspondência de Antonio José Machado, chefe do concelho de Malanje, a Henrique de Carvalho. Malanje, 29 de dezembro de 1885. **Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição.** AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

Série de 1885

Seção Civil

Nº 149

Illmo. Exmo. Snr.

Constando n'esta povoação que os carregadores que ultimamente d'aqui foram para V.Ex^a fugiram, abandonando as cargas e roubando uma parte das mesmas, fiz immediatamente recolher na cadeia o sobba Nhang-a-Tumba, fiador dos mesmos carregadores, até VEx^a mandar a notta das faltas que encontrou.

É portador deste officio um dos filhos do mesmo sobba.

Deus Guarde a VEx^a

Malange, 29 de dezembro de 1885

Illmo. Exmo. Snr. Major e Chefe da Expedição Portuguesa ao Muata-Ianvo

O chefe do Concelho,

Antonio José Machado

48 - Correspondência Mutombo aCapenta MonaLuanda ao Muhantiamvo Chá Mareaba. Mona Luanda, 2 de outubro de 1886. **Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição.** AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

Também publicada em: CARVALHO, H. Descrição..., 1893, vol. III, p. 557 e HEINTZE, Beatrix. A lusofonia no interior da África Central na era pré-colonial. Um contributo para a sua história e compreensão na actualidade. **Cadernos de Estudos Africanos**. v. 67, 2005, p. 202.⁴⁵⁶

[Fl. 1]

Mona Luanda 2 de outubro 1886

Illmo. Sr. Muhantiamvo Chá Mareaba

Fui intimado (?) por sua embaxa para meapresentar com meus quilollos sem demora o que devo comprir, porem em xiste uma complicação não ir junto aimbaxada pelos quiogos de sima protesta logo que tenha notecia que estou seguindo para baxo aproveita ocazião fazer o bingi nestas terras por isso espera vamos que onosso Muhatiamvo subeçe no ruqui ou Casahi abem de ajuntar i todos quilollos de sima pello menos oque acontece eo que esta para acontecer terá noticia p^a ter tempo ele acudir os seus povo q. fica aguerra dos quiogos de sima contra mim esta serio, toda via os povos esta suspirando a sua chegada p^a nos tirar da escravidão; precisar me os prisioneiros q. chorão aliberdade delles, amaiorna parte filhos e filhas de Muhantiamvo e mulhers de mmo. asima, comtudo todavia aquelle q serezolva omeu Muhatiamvo duvida nem uma deve ter deme apresentar com seus quilollos no seu acampamento. Nesta datta remeto omeu Muhantiamvo doiz rebentos a ser uma moleca e um moleque - 1 moleque o Exmo. Sr. Major - 1 dito a lucoquesa pr. 4. Sem ms. desponha de que he sudto Cativo obr^o

⁴⁵⁶ Transcrição de Carvalho da mesma correspondência: "Sitio de Mona Luhanda 2 de junho de 1886. — Senhor Muatiânvua Xa Madiamba. Fui intimado hoje por Vossa Embaixada para me apresentar no Chibango com os meus quilolos sem demora, o que devia cumprir, porém, existe uma complicação não ir junto á Embaixada, pelos Quiocos de cima protesta logo que tenha noticia que estou seguindo para baixo, aproveita a occasião fazer o bínji nestas terras, por isso esperávamos que o nosso Muatiânvua, pae e bom amigo, subisse o Rúqui ou o Cassai, a bem de juntar ahi todos os quilolos de cima pelo menos, o que acontece e o que está para acontecer terá noticia, para ter tempo de acudir aos seus povos que ficam esperando guerra dos Quiocos do sul e contra mim está sério. Todavia os povos estão suspirando a sua chegada para os tirar da escravidão, precisar buscar os prisioneiros que choram liberdade d'elles a maior parte filhos e filhas do Muatiânvua e mulheres do mesmo acima comtudo todavia, aquillo que resolva o meu Muatiânvua, duvida nenhuma deve ter, de me apresentar com os meus quilolos, que todos so- mos seus escravos e vamos para o seu encontro e acampamento. Nesta data remetto ao meu Muatiânvua pelo velho Calenga, bom amigo, dous ribertos a ser uma moleca e um muleque e também um muleque a exmo. sr. major e um dito a Lucuoquexe do Muatiânvua que são quatro. - Sem mais disponha do vosso cativo, que é um nada ao pé do Muatiânvua — (a) Mutombo á Capênda Mona Luhanda".

Mutombo aCapenta MonaLuanda

[Fl. 2]

Illmo. Exmo. Sr' Muhantiamvo Chá Mariaba. Quibango

49 - Correspondência de Manoel Antonio Fernandes a Henrique de Carvalho. Malange, 29 de dezembro de 1885. Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição. AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

[Fl. 1]

Illmo. Exmo. Senr. Major

Cheguei n'este Malangi sem novidade no caminho, achei a caza mais de sete montes e impidiu-me a não seguir imtransporte ovosso Exmo. Senr.; e meu lugar como carrigador da tipoia vai o nominado Sarrote, afim de ir seguir o sirviço damesma tipoia im meu lugar; o que senti bastante, e am^a falta anão ir pessoal afim de lhe informar o q' soferi respeito os ordenados todos vencendo cada qual 15\$000 fortes de m^a parte 12\$000, não sei se hé pr. ordem de vosso Exmo. Senr, este requezito será melhor, melhor perante o vosso Exmo, e q. isso cumpri de lhe remeter o nominado Sarrote; e desejo que fique muito bem tratado, pr. que o melhor espelho, é o amigo velho; e como assim a p^a viagem foi dos carrigadores dos sobbas Bango, Muheba, e Ngonga; não havia mais alguem como hoje estar promptificado, e por noz folgaremos as vidas; e esta feito boa viagem p^a todos sem mais e Desejo que vosso Exmo. Deoz lhe faça boa viagem, que avolta do Cabo Antonio, não tenho mais deficar.

Quizanga na Banza do Muhega 24 de março 1887

Sarrote Manoel Antonio Fernandes

[Fl. 2]

Illmo. Exmo. Senr. Embaxador da expedição da viagem de Muatahianvo

Mussumba

50 - Correspondência de Antonio Bezerra de Lisboa a Henrique de Carvalho. Calanhi, 20 de janeiro de 1887. **Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição.** AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

[Fl. 1]

Illmo. Exmo. Sr. Major Carvalho

Fica serto de que me manda dizer mais asim mmo. tudo que o Exmo. Sr. me diz de m^a parte não tem nada mais os da Lundas todos não estão contente com a sua estada da lá pr. que quer dizer que o Exmo. sr Major (?) casuado in dizer que veio com sertar (tiras?) ms. que sim que os veio pr. cortar e o Muatto Ianvo os quilolos dizem o Muatta Ianvo que se amanhã o Exmo. não vir querem abandonar (atira?) mas não vão asim sem intrigar com o seu am^o Srn. (Baza?) pr. que dizem que elle e quem tem dado os maus concelhos pr. isso peço o Exmo. sr. amanhã aqui lhe servi ob^o. O Augustinho perdeo com tiros de armas pr. isso aqui veio (Xico?) commo velho que o tin^a lavado rinberão a arma e pr. lá fin (?)

[Fl. 2]

(?) seu imterprete

Obr^o

Bezerra

Calanhi 20 - 1- 887

51 - Correspondência de Antonio Bezerra de Lisboa a Henrique de Carvalho. Catalla, 18 de fevereiro de 1888. **Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição.** AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

[Fl. 1]

Catalla 18 de fevereiro de 1888

Illmo. Exmo. Snr. Major Carvalho

Tendo lhe avizado a disgosto que aqui sofri do gentio dopé do (q.tel?) que ate agora ainda não obtei resposta S. VEx^a, é também como estou em formado pello distacamento que foi a Cafuxi em companhia delles os moradoris de minha vizinhaça fizeram me ver que o com ms. de Cullamuxito quer pedir dezoneração p^a hir tractar de seus negocios q e como eu vejo que este ponto no no vejo bem por isso pesso ao Exmo. Senhor para falar com seu am^o Snr ad'ministrador do Concelho p^a me fazer transferencia do ponto de Cullamuxito, conforme VEx^a me tem favorecido já naquillo que eu percizar com VEx^a que pello favor ficarei-lhe mtisso. obr^o.,

Já lhe mandei dizer que eu queria assistir aritirada de meu commandante.

[Fl. 2]

pr q. me é muito nessesario assistir a sua botta fora.

O mais desejo lhe a VEx^a ogozo da perfeita saud. apáz deter ir quanto lhe acompanhe

Emquanto eu (?) bom prompto as suas ordens

Eu sou mto. ob^o (?)

Antonio Bezerra de Lisboa

[Fl. 3]

Illmo. Exmo. Sn'r

Major Henriques Augusto Dias de Carv^o

Digmo. Chefe da Expedição portugueza

Malangi

52 - Nota de despesas dos Loandas. Malanje, 19 de fevereiro de 1888. Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição. AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

Despesas que fizeram em Caza do Sr. José Ferreira (Maiçimo Q Caibem?)

Adolpho - 1070

Paulino - 1340

Antonio - 1 peça de riscado 1º Largo 3000

5410

Esta pago por V S Augusto Cezar

No dia 19 de fevereiro de 1888

53 - Correspondência de Xavier Domingos Paschoal a Henrique de Carvalho. Loanda, em 28 de março de 1888. Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição. AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

Também publicada em: CARVALHO, H. Descrição..., 1894, vol. IV, p. 723 e HEINTZE, Beatrix. A lusofonia no interior da África Central na era pré-colonial. Um contributo para a sua história e compreensão na actualidade. **Cadernos de Estudos Africanos**. v. 67, 2005, p. 203.

[Fl. 1]

Meu Bom patrão

Desejo-lhes saúde

Por este meio venho solicitar a V.Excia. uma fineza que desejo ver-la realizado.

Como vim a esta provincia em acompanhamento de V.Excia. no seu regreço a esta provincia, e eu como não só filho d'esta terra e por não me agradar esta terra, quero regreçar-me am^a patria por tanto venho por meio d'esta m^a cartinha pedir

ofavor de me passar uma carta do meu bom comportamento durante alonga viagem que fizemos para chegar a esta provincia, qual é o meu mau

[Fl. 2]

mau procedimento que procedi durante aviação, se assim V.Excia assim o julgar, outro sim passar-me uma carta p^a m^a segurança que quando eu chegar am^a terra não me acontecer nada, porque eu em chegando lá quero fabricar m^a cubata no caminho junto am^a familia p^a quando vier qualquer autoridade receber-lo em boa harmonia, a terra que eu quero fabricar no caminho é o Camau, que estive o seu campamento por tanto peço a V.Excia. este obsequio e favor para o meu governo.

Sou com estima de V. Excia. Att^o V^o Obr^o Cr^o Sirvo

26/3/88

Pede-se resposta

Xavier Domingos Paschoal

[Fl. 3]

Pede-se resposta

Illmo. Exmo. Senr.

Henrique de Carvalho

Digno. Major e esplolador d'esta provincia.

54 - Correspondência de Agostinha Bezerra (?) a Henrique A. D. de Carvalho. Sítio Cambo 23 d' outubro 18[8]7. Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição. AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

Illmo. S. Ex^a Major

Dou parte VS^a no dia 14 de julho de 187 tem recebido um nomiação do Senr. João da Costa de eu ser como commandante interino VS^a. como elle foi no Sertão VS^a

(eu asetava?) de receber e esta nomiação os todo da mma. Divissão aqual maior ser sitio e depois de dar parte ao Illmo. Snr. chefe não tem de terminação e VS^a e (permissão?)quer ser aqui commandante interino nesta Divissão pr. o chefe do Concelho mandar aqui outro interino VS^a. e que pr. o não dizer 2 vezes as parte do mmo. commandante actual não formou nada VS^a e por isso informo já pella VS^a p^a nosso Illmo. Senr. Chefe mandar outro interino como VS^a eu já não quero nesta Divissão mais sitio que não tem temer sua mais estada VS^a e por isso in (?)

Illmo. S. Exmo. Major

do Commandante interino (?)

Agostinho (Bezerra?)

Sitio Cambo 23 d'outubro 1[8]87

55 - Correspondência de Duarte Sousa dos Remédios a Henrique de Carvalho. 07 de janeiro de 1888. Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição. AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

Exmo. Amg^o Senr. Major Carvalho

Rogo-lhe entregar ao por. á importancia dos 41bap. dos quais 26 são afilhados do Amigo, 6 do Senr. Antonio Manoel, 4 do Senr. Adolfo J. Tavira, 2 do Senr. Je. Faustino Samuel, 2 do Senr. Antonio Bezerra Correia Pinto e 1 do Senr. Augusto Cezar; cada afilhado á 500 rs., visto ter em de seguir ao Concelho do Duque em missão - e de que confesso suminamente grato

DV. Ob Excia.

Att^o Amg^o e Mto. Obgdo.

a 7-1-88

Ass. Duarte Sousa dos Remédios

56 - Recibo de Duarte Sousa dos Remédios em favor de Custódio Machado. Malanje, 21 de fevereiro de 1888. **Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição.** AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

Exmo. Am^o Senr. CMachado.

Recebi do Exmo. Amigo a quantia de rs. 4700 de que era devedor o Exmo. Senr. Major Carvalho proveniente de 2 afilhados e da encomendação do defuncto Domingos, como consta da conta seguinte.

2 af. á 500 rs. - 1000

Encom. - 2600

Cruz - 500

Turibulo - 600

Somma - Rs. 4700

Malange 21 de fevereiro de 1888.

Duarte Sousa dos Remédios

57- Correspondência de João da Costa Rezende a José de Sousa Machado. Cafuxi, 15 de janeiro de 1888. **Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição.** AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

[Fl. 1]

Amigo Senr' Jozé de Souza Maxado

Cafuxi 15 de janeiro 1888

Tenho a dizer lhe que cheguei aqui não incontrei o Capecollo é o irmão Quissande pr. isso ficou o seu inpregado Moamba e o seu preto como guia, destes ditos qdo. vem p^a os remeter pelo sr. inqto. os carregadores mandei omahamba p^a

os predir como elles istava fora da caza pr. isso ademorou é volta o (?) saude q. lhe desejo em bom (?).

Seu Am^o obr^o ab^o

João da Costa Rezende

NB Recomende me o Raimundo pr. 6 dia lá me tem. Rezende

[Fl. 2]

Illmo. Snr. Jozé de Souza Maxado

Catalla

58- Correspondência de João da Costa Rezende a José de Sousa Machado. Cafuxi, 21 de janeiro de 1888. **Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição.** AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

[Fl. 1]

Amigo Sr. Jozé de Souza

Cafuxi 21 de janeiro 1888

Aqui cheguei sim novidade pela sua com braça no Quella todos esta prompto de pagar tanto os carregadores asim como outro dos (jagas?) tambem ommo. pr. q. é aonde anda já o quinda é o meu rapaz isperando opagamto. quem não o achei in caza e o Capegallo é outro Quissande todos os dois foi nos negocios é pela parte da moleca do pr. Esteva também o de

[Fl. 2]

ode meno asetou de ir ter o mmo ladrão enqdo. eu istou esperando oficio V. mcei in Malangi qdo. Ven^o vou lhes achar ommo.

Rezende

59- Correspondência de José Machado a Henrique de Carvalho. Catalla, 24 de janeiro de 1888. **Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição.** AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

[Fl. 1]

Catalla, 24 de janeiro de 1888

Exmo Senr. Major Carvalho

Rogo o seo favor falar com o meo tio, que tenº estado a que en cobranças d'quelles que me devem e que esteja bem socegado que é de lhe apresentar o seo capital com forme, a demora que que aqueo tenº gatzado é da espera dos rapaz que foram com acommte. d' Cafuxi afim de me receber os pagam. que ali o deixei (muita?) prova remeto-lhe 2 cartaz do mmo. commte. Peço por grande favor dizer o meo tio que me deixe mais algunz dias

[Fl. 2]

para acabar de receber os meos pagametos. e mmo. de o receber ocommte. d'esta divisão numa ordem do meo chefe em que elle manda me prender peço ao snr. major que isso não seja (?). Desejo-lhe saue.

Sou De VExª

Attº Amº Mtº Obr'

José Machado

PS. Até esta data não mandei o gado e por eu estar a espera dos rapaz.

60 - Correspondência de Manoel Correia da Rocha ao Major Marques (sic) [Henrique de Carvalho]. **Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição.** AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

Também publicada em: CARVALHO, H. Descrição..., 1893, vol. III, p. 559 e HEINTZE, Beatrix. A lusofonia no interior da África Central na era pré-colonial. Um contributo

para a sua história e compreensão na actualidade. **Cadernos de Estudos Africanos**. v. 67, 2005, p. 202-203.

[Fl. 1]

Illmo. Exmo. Snr. Major Marques

Recebi a sua carta e respondi mandando lhe dier q. o Canapumba Mutiia (?) MuariMuixi Manda dizer o Exmo Snr q. diga onosso muatianvo q. faça abrevidade vir mto. sedo; istamos isperando a elle a muito tempo; o Mutanda Mucanza também espeira a elle e remte pr. Exmo Snr. huma ponta, dou (?) para o Chama Chamadiamba de musçapo em quanto tudo a (?) aqui; que elles quis e avinda de elle com brevidade q. não teve muita demora mais no Caminho q. todos anda chorando por elle nada ms. que ofresço dizer. Exmo. Snr. o mais é a perfeita saude em compa. da sua Comitiva imquando nós aqui istamos as suas ordem por ser de Exmo. Snr. seus quilolos.

Mutiia Canapumba Muarimuixi, e o mmo. iscrevente mto seu anticiozo voss
cr^o

Manoel Correia da Rocha.

[Fl. 2]

Illmo. Exmo. Snr. Major

Marques (?) de Carvalho

(?)

Verso da folha com várias observações provavelmente escritas por Henrique de Carvalho.

61 - Correspondência de Augusto Jayme a Henrique de Carvalho. Banza de Quissengui, 11 de março de 1886. Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição. AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

[Fl. 1]

Illmo. Extimo. Major

Banza de Quissengui 11 de mço. 86

Digmo. Senr. Eu cheguei aqui a oito deste mez, e foemos apresentado pello soba Quissengui; imtregamos os bejto pr. fim lhe informemos os todo recado que nos derão, tanto eu assim como Mathianvo dize elle; agradisso dos seus presente, com elle responde; que eu não posso dispensar ambos dois sem vir naminha prezencia abem de lidarmos muito bem com vsa. pr. que no mesmo dia quando arepresentou nos os seus mandado o practa os mataba com seus iscravo trazendo sobba Quissenguei com grito de não dispensar o sobba mathianvo de não passar na nossa terra pr. quem vir

[Fl. 2]

pr. que devemos istar na parte do sobba Quissengui para andarmos já dar trebutos, isto que motivo que osboa Quissengui lhes mandou a vsa. para dissidir bem (?) meio antis de que chegar im contrei o soba tes dispaxado os seus filhos (?) de trasportar afamilla do Cacuata de (?) que tinha disp (?) pello falecido sobba mathiavo de nome mudiba para já istar impuder pr. que os mataba e oquibeu eotro chamilolo estes todo que foi cubinando com muteba para matar o canho; mais os todo patroes do quissengue deseja o seu am^o chamadiamba im herder istado de Lunda, imqto. sobba Quissengui não fallou me (?)

vire

[Fl. 3]

naparte do mesmo chamadiamba inqto. o soba dispaxou o subrinho delle e ocunhado delle e mais patronis inqto. (?) e de mandar vir av.sa. não he do guera.

Omesmo seu Agustinho Jayme

[Fl. 4]

Illmo. Exmo. Sr. Major

62 - Correspondência do Jaga NDalla Quissua a Henrique de Carvalho. Cafuxi, 11 de janeiro de 1888. Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição. AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

[Fl. 1]

Illmo. Senhor

Cumpro d'remeter a VS^a uma polca devendo me desculpar com esta (mezeira?).

VS^a peço dever (?) junto ao Illmo Senr. Cheffe do Concelho não devendo a demorar ade ser athé no dia 18 deste. VS. preciso com 1 cadeira pr. elle.

Deoz Goarde D.EVS^a

Caffuxi, 11 - 1^o - 88

Illmo. Senr. Major daspedição

D. Teca a Guiguri d'Brito Capello

Jaga NDalla Quissua

[Fl. 2]

Illmo. Senr. Major daspidição

Dou NDalla Quissua

NB. O seu afilado João chega-çe athé os (beg.toz?)

Mando-me é cumpri me as ordens q. me mandou

63 - Correspondência de Manuel Rodrigues da Cruz a Henrique de Carvalho. Sem data. Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição. AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

Illmo. Exmo. Senr.

Tenho a honra de lhe dirigir esta minhas piquenas in solcito a meu Exmo. pr. como goza sobre a saúde, que Ds. lhe guarde p^a todo sempre, que hé p^a suago de seus subditos, de minha parte disque me deixou nada msm da Mona Mahango, ate oje tinha estado na 2^a ordem de vosso Exmo, alem das morte da Muana Mahando, e seu filho Muana Mucanzo, asim mesmo tenho istado ali; e q. me acho n'este Malangi, in compromisso de habito do unico meu filho, e promptifiquei já am^o volta p^a o Xingi, Sem mais

Sou De (?)ve Sudicto

De V. S^a obr^o

Manuel Rodrigues da Cruz

64 - Auto assinado por Antonio Bezerra de Lisboa, Agostinho Alexandre Bezerra e José Faustino Samuel, em 2 de dezembro de 1885. Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição. AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

[Fl. 1]

Nos abaixo assignado declararamos que a dois deas domez de dezembro do anno de mil oitocentos e oitenta e cinco que em virtude da ordem do Exmo. Sr. Major e Chefe da Expedição Henrique Augusto Dias de Carvalho que a este reunimos chamam os Augusto Jayme irmão do soba Mbango de Malangi que desempenha enterprete para particular do Exmo Chefe, D. Paulo Bango em Carregado da Caravana do Rei do Congo que regressa as suas terras, Yanvo entrepete do Muata Yanvo, Yanvo Filho do Canapumba do mesmo Muata Cacuata Ngunza, Manoel do Soba Mbango mencionado e carregador da Expedição e por mesmo foi dito que

estiveram hontem assistindo a audiencia na quipanga do Muata Yanvo em que se tratava do castigo que se devia applicar a Canapumba por ter matado sua amazia ouviram omismo sr major que durante muito tempo falou convencendo Muata Yanvo, Cahugula e todos os ilolo para que se não desse castigo de morte a Canapumba e se tal se fizesse elle retiraria com a Expidição d'estas terras, que se castiga sem Canapumba como grande criminoso que era mais não com amorte e disse quaiz os castigos que se applicavam nas terras de Sua Magestade - Dizem mais que todos estavam disposto a apoiar o castigo de morte e que alguns ilolo o demonstraram falando mais o Exmo. sr major a todos respondera e por ultimo declarara-

[Fl. 2]

declararam avotar o que seu amo e pai detreminasse e foi então Muata Yanvo declarou não poder ir contra a vontade de seu amigo Muene Puto por isso que se não matava Cahugula como se não matou pessoa alguma na cerimonia da investidura da sua lucanga como previsto mais aqui elle sabia se opporia Muene Puto - Não se mata Canapumba repetiu mais não é perodado, vai ser castigado dos mesmos erros tem de pagar o crime ao dono das terras e amim Muata Yanvo.

Rezolvido o caso retirou o sr Major depois de beber com o Muata signal de ficarem bons amigos.

Por ultimo dizem ainda os interrogados que por não saber escrever não assignam que pouco depois ouviram diversos lunda asseverrar que a morte de Canapumba era certa se o Exmo sr Major Muene Puto não foçe fora depressa falar ao Muata Yanvo, por que Cahugula havia já dito que não podia ter outro castigo.

Emfi de que isto foi o que as mesmas as pessoas já designava, promptos ajurar aos santos Evangelhos vamos assignar este auto

Interprete da Expedição Antonio Bezerra de Lisboa

Agostinho Alexandre Bezerra

José Faustino Samuel.

65 - Cópia feita por Henrique de Carvalho da correspondência de Antonio Lopes de Carvalho a Custódio José de Souza Machado. Cula-Muchito, 3 de maio de 1884. Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição. AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

Também publicada em: CARVALHO, H. Descrição..., 1890, vol. I, p. 345-346.

[Fl. 1]

Cópia

De Antonio Lopes de Carvalho ** Custodio Machado

Cula-Muchito, 3 de maio de 1884 - 10 hs. da noite.—Compadre amigo e sr. Custodio -

Estamos próximos do Quicápa, distantes do Cassai oito dias de jornada!! A malvadez dos carregadores tem sido tanta, que nos obrigou a retroceder para a senzala d'uns Quiôcos, a fim de tomarmos conta do resto das cargas, porque com gente tão péssima e perversa não se pode terminar a viagem. Os roubos teem sido tantos e com tal descaramento que alguns carregadores teem roubado um terço da carga que se lhes confiou para conduzir. Para que o amigo faça idéa, limito-me a dizer-lhe, que os onze carregadores do Quanza, roubaram perto de trinta peças de riscado inteiras, quasi 10 de chitas, 30 tangas e 2 armas! Por aqui já pode calcular quanto devemos ganhar.☐

Por todo o caminho, temos colhido informações do Lubuco digo Cabau, porém teem ellas sido taes que não sabemos o que havemos de fazer em tão triste situação. Todos dizem que os Biénos arrasaram aquelle ponto de tal forma, que para se comprar uma ponta de marfim são precisos cem mil bagos de búzio (12-A) independente de almandrilha que já não acceitam aos fios mas sim aos massos e outro sortimento. Ora sendo d'esta forma, não podemos salvar metade do capital com que d'ahi saimos.

Os carregadores do Bondo, tem-se distinguido no roubo por todo o caminho; a almandrilha, búzio e missanga tem andado numa poeira. Do sal já não existe metade.

Não tem sido a necessidade que os tem obrigado a roubar, mas sim a malvadez, porque só de ração já nos teem comido 5 peças e meia cada um.

Estamos pois no sitio dos Quiôcos, aos quaes com-

[Fl. 2]

prámos duas pontas de marfim com 124 lib.¶

Colhendo informações dos Quiôcos, indicaram-n'os um ponto onde ha muito marfim a troco de búzio e contaria.¶Aquelles promptificavam-se a levar-nos á tal região mediante a gratificação de 8 mil bagos de búzio, 400 d'almandrilha, 2 campainhas e alguma fazenda para vestir.

A região a que me refiro é talvez no 2º de latitude entre o Loango e Cassai, acima da confluência do primeiro, dois dias mais para o norte e á embocadura do Lulua, onde está o mysterioso Lucuengo.

Resolvemos pois seguir para o norte, e chamando os patrões dos carregadores fizemos-lhe ver a nossa nova resolução e os motivos que nos obrigou a tal; elles porem aceitaram aparentemente, mas combinando-se todos para nos exigirem 10 peças de fazenda cada um, que vinha a ser o mesmo que recusar, de forma que não temos o direito d'escolher o ponto que nos convenha; aqui quem manda são os carregadores e temos de andar ao capricho d'elles.

Consideramo-nos pois desgraçados, a única taboa de salvação era a viagem para o norte, porém estes infames privam-nos de nos salvar-mos, dizem que os mandaram para o Lubuco, não querem saber se ha negocio ou se deixa de o haver.

O Quiluanje então, todo o seu empenho é presentear o Muquengue com as nossas pessoas e tudo quanto levamos contando receber d'aquelle potentado, grande gratificação por tal presente.

E á vista d'isto, tratámos de ver se podiamos convencer alguns carregadores para seguirem para o norte

[Fl. 3]

com um de nós e o outro continuar para o Lubuco com o restante.

Apenas podemos convencer os Ma-Songos e os do Bango, mediante três peças de pagamento a cada um.

Ficámos pois tratando d'este negocio e por isso tendo muito que fazer não podemos ser mais extensos.

Desejo-lhe saúde, e até outra ocasião.

Seu compadre, amigo, obrigado e criado,

António Lopes de Carvalho.

66 - Correspondência de Custódio José de Sousa Machado a Henrique de Carvalho. Malanje, 25 de setembro de 1884. Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição. AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

Também publicada em: CARVALHO, H. Descrição..., 1890, vol. I, p. 349-350.

[Fl. 1]

Malange, 25 de setembro de 1884

Illmo. e Exmo. Senr. Major Henrique A. D. de Carvalho

Muito Digno Chéfe da Expedição á Lunda

N'esta

Prezadissimo Amigo e Senhor

Em resposta ao estimadissimo officio que V. Excia. se dignou dirigir-me com a data de hoje, cumpre-me franca e lealmente, dizer-lhe o seguinte:

O que mais tem concorrido para se não obter o numero de carregadores que V. Excia. deseja para a Lunda, é a extrema falta que presentemente ha d'elles para toda a parte - depois que a nossa ixpedição mercantil levantou para a Africa equatorial, seguindo-se-lhe depois a expedição scientifica allemã, que V. Excia. ainda veio aqui encon-

[Fl. 2]

trar e a qual, primeiro que se lhe engajassem o numero que precisava, levou seis mezes, tempo este que tiveram de residência na minha casa. Todavia eu, ainda assim, não me tenho poupado a diligencias nem a esforços por toda a parte e já mesmo antes de V. Excia. chegar a esta terra para lhe engajar o maior numero possivel mas tudo inutilmente.

Não sei a quem V. Excia se quer referir na ultima parte do seu citado officio. Da minha parte cumpre-me confirmar aqui, o que lhe dizse na minha carta particular que V. Excia. recebeu, quando chegou a Loanda - que vi-

[Fl. 3]

nha lutar com a grande escacez de carregadores, poiz que também cá se achava estacionada a expedição allemã por essa cauza.

Mais me cumpre informar a V. Excia. que para a Lunda, não ha hoje aquella influencia de negocio que já houve n'outroz tempoz; dando o preto carregador preferencia, em ir antes para o Lubuco (Tu-Chilanguez) aonde encontram que lhes forneça mulheres para os servir, por todo o tempo que lá rezidirem e aonde se lhes dá de comer, gozando assim e a seu modo e em larga escala e sem lhes ser preciso pagar a mais insignificante despesa, o que

[Fl. 4]

já lhes não succede na Lunda.

Eiz tudo que me cumpre rezponder a V. Excia.

Deuz Guarde a V.Excia.

Illmo e Exmo. Snr.

Major Henrique Augusto Dias de Carvalho

Dmo. Chéfe da Expedição para a Lunda

Custódio J. de Souza Machado

67 - Correspondência de Antonio José Machado, chefe do concelho de Malanje, a Custódio José de Sousa Machado. Malanje, 21 de dezembro de 1885. Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição. AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

[Fl. 1]

Série de 1885

Seção Civil nº 146

Illmo. Snr^o

Acusso a recepção do officio de VS^a hontem, ao qual passo a responder.

Lamento que se disse o abandono das cargas destinadas á expedição do Muata - Ianvo e já mandei conduzir prezos a esta Administração o Sobba Nhanga-a-Tumba e seu filho Tica, afim de responderem ante V.S^a pelo prejuizo causado.

A falta para a expedição do Muata-Ianvo importa mais ao governo do que a VS^a, porque póde ocm isso transformar os trabalhos de que está encarregado o illustre Major Carvalho, aque seria um verdadeiro desairo para todos nós.

Acho justissimo a queixa de VS^a, mas ha termos que se empregam impensadamente ou por força de habito, que podem offender a dignidade do homem, se por ventura não offender a do governo.

No decurso do officio de V. S^a: certo de impunidade... ha de permittir-me que diga que em toda a parte ha ladrões, e que nem sempre os governos conseguem alcançal-os. Certesa não ha; - ha apenas - possibilidade. Diz tambem VS^a.

[Fl. 2]

o commercio, sem protecção nem auxilio do nosso governo... permitta ainda que diga que o governo nunca negou protecção e auxilio ao Commercio, e podem afirmar isto ao Senrs. Alfredo e Nascimento, que sabem quanto se trabalhou para recuperar a importancia dos roubos - que ultimamente soffreram.

VS^a reside ha longos annos em Malange e conhece a força de que dispomos para proteger o commercio e agricultura.

Basta isto. O governo não dá - mais força a Malangue por que não póde dál-a, e quem aqui vive deve conformar-se com a pobreza do governo.

Eis o que me cumpre responder ao citado offcio, ficando á minha conta a mandar prevenir VS^a, logo que cheguem os sobbas.

Deus Guarde a V. S^a

Malange, 21 de dezembro de 1885.

Illmo Snr. Custódio José de Souza Machado

Antonio José Machado

Chefe

68 - Correspondência Custódio José de Sousa Machado a Henrique de Carvalho. Malanje, 19 de março de 1887. Pasta Correspondência recebida por Henrique de Carvalho durante a Expedição. AHU SEMU DGU 1L ANG Cx.1092.

[Fl. 1]

Illmo. e Exmo. Snr.

Por determinação de V. Excia o Conselheiro Governador Geral d'esta provincia e designação do Illmo e Exmo. Senr. Major Agostinho Sezinando Marquez digno subchefe da Expedição á Africa Autro Central, remetto a V. Excia as mercadoras constantes da 2^a via da conta junta enfardadas e distribuidas como consta da relação dos carregadores que aqui também remetto incluza.

A 1^a via da conta na somma total de R\$ 1.411:450 remmetti a para Loanda afim de me ser paga; n'aquella somma, como V.Excia. bem vê, não está incluída a conta dos supprimentos que por ordem de V. Excia. tenho feito á Expedição de que V. Excia. é digno Chéfe desde que aqui chegou o seu encarregado o Senr. Augusto

Cezar em 15 de setembro do anno de 1885, cuja conta não posso remetter agora mas que

[Fl. 2]

farei oportunamente.

Deus Guarde a V. Excia.

Malange, 19 de março de 1887

Illmo. e Exmo. Senr. Major Henrique Augusto Dias de Carvalho

Dmo. Chéfe da Expedição ao Muata Ianvo

Custódio J. de S. Machado.